

## RESULTADO DA PESQUISA

Fonte: Banco de Discursos da Câmara dos Deputados

### Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2017 a 24/04/2017

Indexação: "PL 4302/1998"

Ordenamento: Crescente pela data do discurso

Total de discursos: 339

Documento 1/339

---

022.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/03/2017-14:32
Publ.: DCD - 09/03/2017		BENEDITA DA SILVA-PT -RJ
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Preocupação das mulheres brasileiras com a terceirização dos contratos de trabalho e a possibilidade de extinção da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, neste dia 8 de março, poder também falar da preocupação das mulheres com a questão da terceirização, porque sabemos que é importante para nós que tenhamos estabilidade.

A terceirização é a precarização do trabalho. Para nós, mulheres, que já temos trabalho precário - a maioria de nós -, como é que iríamos aceitar essa terceirização?

Na verdade, nós estaríamos sendo demitidas e readmitidas à mercê do empregador.

No dia de hoje, quero que meu pronunciamento, que fala sobre a verdade da terceirização, que é o fim da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, seja registrado e divulgado, na íntegra, pelos meios de comunicação, principalmente no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada, Sra. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para comunicar a todos e todas que nos acompanham pela *TV Câmara* e também pela *Rádio Câmara* que o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, desengavetou um projeto de terceirização da contratação de mão de obra, apresentado em 1998, no Governo FHC, e aprovado pelo Senado Federal em 2002, antes do Governo Lula. Trata-se do PL 4.302, de 1998, um enorme retrocesso nas relações de trabalho, que, na prática, extingue a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Com a terceirização das atividades-fim, os trabalhadores serão readmitidos com rebaixamento de direitos e salários para o mesmo trabalho. Os argumentos para enganar a sociedade são os de sempre: a terceirização vai "simplificar" a contratação e gerar mais empregos. Mas onde ela foi adotada não foi isso o que aconteceu. Em 2009, com uma taxa de desemprego de 8,5%, Portugal fez uma reforma trabalhista parecida, utilizando os mesmos argumentos, e no ano seguinte o desemprego subiu para 12%.

Na verdade, a terceirização, o fim da CLT, a famigerada reforma previdenciária, assim como a extinção de programas sociais são os pontos essenciais da agenda antipopular desse governo golpista. O golpe foi dado precisamente para isso: aumentar os lucros dos capitalistas à custa do arrocho salarial e da extinção dos direitos dos trabalhadores.

Esse projeto de terceirização de 1998, colocado em votação às pressas, é ainda mais nocivo aos trabalhadores do que aquele que já está em curso. Ele é extensivo inclusive à administração pública, o que coloca em xeque a seleção via concurso público.

A CUT - Central Única dos Trabalhadores e as demais centrais sindicais estão se mobilizando em Brasília para barrar essa tentativa de golpe contra a CLT prevista para ser votada amanhã na Câmara dos Deputados.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada.

---

Documento 2/339

---

029.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 14/03/2017-17:02  
Publ.: DCD - 15/03/2017 - BOHN GASS-PT -RS  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Retrospecto da tramitação na Casa de propostas sobre a terceirização do trabalho. Razões do posicionamento histórico do PT contra a medida. Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário e na empresa de prestação de serviços a terceiros, e ao Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes.

---

**O SR. BOHN GASS (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estão em curso duas reformas cruéis para o povo brasileiro. Uma é a reforma da Previdência e a outra é a reforma trabalhista, contra a qual vou falar, por designação do nosso Líder, Deputado Carlos Zarattini, nesta Comunicação de Liderança.

Sobre a terceirização, dentro da reforma trabalhista, é bom, para fazer um histórico, informar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, no projeto que tratava da contratação temporária, incluiu a terceirização da atividade-fim - a atividade-fim de uma escola é o trabalho do professor; a atividade-fim de uma metalúrgica é o trabalho do administrador da máquina ou do montador; a atividade-fim do banco é o trabalho do bancário, do caixa do banco. Todas essas atividades passariam a poder ser terceirizadas com a aprovação desse projeto.

Esse projeto foi votado aqui na Câmara dos Deputados em 2000, foi votado no Senado Federal em 2002 e voltou para a Câmara dos Deputados, porque sofreu alterações do Senado Federal.

Em 2003 o Presidente Lula assumiu a Presidência da República. Ele, assim como as centrais sindicais e nós do Partido dos Trabalhadores, tinha posição contrária ao projeto. Por isso, o Presidente Lula pediu que esta Casa retirasse de tramitação, não votasse mais o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, do FHC, dos tucanos, que flexibilizaria as



relações de trabalho, com a terceirização.

Pois bem, esse projeto estava enterrado. Aí, a representação dos empresários, através do ex-Deputado Sandro Mabel, apresentou, em 2004, o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que trata das terceirizações.

As empresas terceirizadas pagam menos para o trabalhador. É o que mostram os dados de uma pesquisa do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São dados estatísticos que mostram como é o pagamento do salário para quem trabalha numa empresa terceirizada e para quem trabalha em uma empresa contratada diretamente, que é o que nós defendemos para as atividades-fim e, de preferência, também para as atividades-meio - que sejam contratados os trabalhadores diretamente pelo empreendedor.

O DIEESE mostra, com essa pesquisa, que o trabalhador terceirizado recebe, em média, 27,1% a menos, ou seja, quase 30% a menos do que o trabalhador contratado diretamente.

Mais do que isso: diferentemente do contratado diretamente pela empresa, o terceirizado não tem todos os processos de capacitação nem de treinamento.

Eu apresento aqui, também, um estudo da ANAMATRA, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Deputado Vicentinho, que foi o nosso Presidente da CUT, que mostra que a cada 10 acidentes de trabalho - pasmem, Parlamentares, Deputados e Deputadas! - que acontecem neste País, 8 ocorrem nas empresas terceirizadas. Então, terceirização significa menos salário e significa mais acidentes de trabalho.

Há mais um dado da ANAMATRA sobre o qual é importante que nós reflitamos: a cada 5 mortes decorrentes de acidente de trabalho, 4 acontecem nas empresas terceirizadas.

Então, neste momento em que nós votamos o PL 4.330/04, que está em debate na sociedade e que não foi ainda apreciado no Senado Federal - e, aliás, nós não queremos que seja apreciado, porque não queremos a terceirização da atividade-fim neste País! -, o que faz o Temer? O que faz o Temer? Ressuscita o projeto dos tucanos de 1998 e, além das maldades e crueldades que já estão nesse projeto que trata da terceirização, ele ainda acrescenta outras.

Eu destacaria neste momento três maldades.

A primeira é o contrato temporário, que hoje existe para atender a uma



situação específica. Para ser didático, no final do ano, o comércio vende mais, e, por isso, faz uma contratação temporária para aquela atividade específica no período. A isso se destina o contrato temporário. O que faz esse projeto de terceirização é ampliar o contrato temporário, sem a exigência dessa especificidade.

Em segundo lugar, destaco que o PL 4.330/04 previa a terceirização dos serviços nas empresas privadas. Já o PL 4.302/98, que vem dos tucanos, de FHC, e foi ressuscitado por Temer, permite a terceirização também no serviço público - nas Prefeituras, nos Governos estaduais.

Em terceiro lugar, quero chamar a atenção para o fato de que, no projeto que está aqui, há a possibilidade - pasmem - de se anistiar as multas decorrentes de contratações irregulares, inclusive com prática de trabalho escravo. Isso está no projeto de Fernando Henrique Cardoso, que foi ressuscitado por Temer.

Se o PL 4.330/04 já era uma desgraça, o PL 4.302/98 é pior.

Eu vejo muitos Parlamentares da base do Governo virem aqui e dizerem que não votam no projeto da reforma trabalhista e previdenciária do jeito como estão. Que bom! No entanto, eles destacam que esse Governo teve coragem de apresentar essa proposta e que ela é dura.

Eu quero dizer que não há nada de coragem nesse Governo. O que há é a covardia do Governo ao apresentar esse projeto, porque ele vai pagar a conta para quem financiou o golpe à custa dos trabalhadores.

Sim, o Skaf estava aqui. O pato está aqui colocado. Nós dizíamos à época que alguém ia pagar o pato. Agora, o Sr. Temer está pagando o pato, está atendendo aos empresários. Então, não há nada de coragem. Não venha ninguém dizer que essas propostas são corajosas. São, isso sim, uma covardia, porque vão pagar a conta aos empresários.

A segunda expressão que eu vejo ser muito usada é a de que essas reformas são duras e necessárias. Ora, duras para quem? Para o banqueiro, que vai ganhar? Para o setor de privado de previdência, que vai ganhar com as aposentadorias privadas? Vai ser dura para o empresário, que vai pagar ao trabalhador salário 30% menor? O que vai ser dura é a fragilização que vai ser imposta aos trabalhadores em relação ao décimo terceiro, em relação às suas férias, em relação à hora noturna. Não vai ser nada dura para quem financiou a campanha, o golpe, que são os empresários, os ricos e os banqueiros no País! Vai ser dura e cruel para o povo trabalhador, para o agricultor e para a

agricultora, de quem será tirada a possibilidade de aposentadoria aos 50 anos - vai ser jogada para os 65 anos.

Eu quero, ainda, vincular a questão da terceirização com a contratação temporária e a reforma da Previdência. A Previdência exigirá que o trabalhador conte 49 anos de trabalho. Com contratos de trabalho frágeis como os que têm os trabalhadores de empresas terceirizadas e os contratados temporariamente, os trabalhadores não conseguirão contar esse tempo.

Então, somos contra o projeto da terceirização, que é crueldade e é covardia contra os trabalhadores.

É o pagamento...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 3/339

---

033.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/03/2017- 17:22
Publ.: DCD - 16/03/2017 - 153	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Presença na Casa de Vereadores dos Municípios de Monte Mor, Estado de São Paulo, e Santaluz, Estado da Bahia, para apresentação de moção de repúdio à proposta de reforma previdenciária. Mobilização da sociedade brasileira contra a reforma da Previdência Social. Repúdio a críticas à existência da Justiça do Trabalho. Inadmissibilidade de votação de projetos sobre a terceirização do trabalho sem o devido debate pela Casa.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com prazer que nós estamos recebendo aqui Vereadores das cidades de Monte Mor, Estado de São Paulo, e de Santaluz, Estado da Bahia, que vieram a esta Casa trazer uma moção de repúdio à reforma da Previdência.

Os Vereadores das cidades do interior do Brasil já perceberam que a





reforma da Previdência, além de prejudicar o povo brasileiro, além de impedir que o povo brasileiro possa se aposentar, além de reduzir o valor da aposentadoria, além de prejudicar as mulheres, fazendo com que elas tenham que trabalhar 5 anos a mais, além de prejudicar o trabalhador rural, que não vai poder se aposentar, dadas as novas condições, em que ele vai ter que contribuir independentemente da safra colhida, vai estrangular 90% dos Municípios do Brasil, porque a maior fonte de receita do povo desses Municípios é exatamente a receita das aposentadorias, das pensões, dos benefícios da Previdência Social, que serão reduzidos ano a ano, que serão diminuídos. Portanto, a população dos Municípios do interior do nosso País, que produzem alimentos, que alimentam o nosso País, não terá recursos.

É exatamente isso que está fazendo com que em todo o País o povo se levante contra essa reforma, que de reforma não tem nada. Ela é uma demolição, ela é a destruição da Previdência Social em nosso País. Agora mesmo a Avenida Paulista está lotada, e não de automóveis, como todos os dias, não de congestionamento de fumaça, como todos os dias; a Avenida Paulista está lotada de homens e mulheres que querem os seus direitos, que querem reivindicar aquilo que é garantido hoje pela Constituição e pela legislação.

Isso não acontece só em São Paulo, acontece também no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Recife, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, aqui em Brasília e em tantas e tantas cidades do nosso País. O povo está indo às ruas porque não aceita que se faça esse tipo de reforma. Reforma tem que ser para dar mais garantias, tem que ser para melhorar as condições de vida do povo. Mas não é isso o que se pretende nesse arremedo de reforma do Sr. Michel Temer e do Sr. Henrique Meirelles.

Hoje o povo de Brasília foi à porta do Ministério da Fazenda protestar, porque lá está o cérebro do que se está pretendendo fazer em nosso País: acabar com a Previdência, acabar com a legislação trabalhista, privatizar a PETROBRAS aos pedaços, entregar os campos do pré-sal às multinacionais, fazer com que as terras férteis brasileiras sejam vendidas aos estrangeiros.

E nós vamos assistir, se isso acontecer, a um fato interessantíssimo. Hoje, nós já temos no Brasil industriais que não têm indústrias, porque venderam as suas indústrias às multinacionais, que as fecharam. Nós vamos assistir proprietários de terra, ditos empresários rurais, que não vão produzir mais nada, porque vão vender suas terras aos chineses, aos fundos de pensão norte-americanos, aos fundos de pensão



européus.

Portanto, é a entrega do País que o Sr. Henrique Meirelles e o Sr. Michel Temer estão fazendo e querem fazer a toque de caixa. Mas o povo brasileiro já acordou e está percebendo claramente que eles querem aprovar rapidamente aqui essas matérias.

E quero dizer a vocês que não vamos aceitar que se vote a dita reforma trabalhista na Comissão Especial. Nós queremos que ela seja votada aqui em plenário, porque existe uma manobra para impedir a votação em plenário. E nós vamos denunciar essa manobra. Se os Srs. Meirelles e Temer querem mudar a legislação trabalhista neste País, acabando com os direitos por muitos anos negociados e conquistados, que façam isso com o voto dos 513 Deputados.

O povo brasileiro quer saber o que cada um de nós vai votar quando apor o seu dedo na votação eletrônica. Nós não vamos admitir que se faça essa reforma, como se diz, à sorrelfa, mas que se faça ela claramente, à luz do dia, não se escondam em uma Comissão Especial: façam a votação em plenário. Nós queremos isso, porque não é às escondidas que se muda uma legislação que vem de tantos anos beneficiando o povo brasileiro.

Muitos no Governo, e até o nosso Presidente Rodrigo Maia, vêm falar em extinguir a Justiça Trabalhista. A Justiça Trabalhista é o último local a que um trabalhador pode recorrer. Querem extingui-la, e, quem sabe, o trabalhador vai recorrer ao bispo, e o bispo não vai poder resolver o problema do trabalhador!

Por isso nós queremos fazer essas discussões aqui. A questão trabalhista em nosso País não pode ser tão simples assim para se dizer que prevalece o negociado sobre o legislado, sem nenhum parâmetro básico mais, como a CLT, sem garantias mínimas para o trabalhador. Não! Isso não é aceitável! Isso é o rebaixamento das condições de trabalho, como querem fazer na votação a toque de caixa da chamada terceirização. Ora, terceirizar sem discutir neste plenário? Nós discutimos aqui o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004. Fomos vitoriosos em muitos artigos, mas derrotados nos principais, porque o PL nº 4.330 permite a terceirização ampla, geral e irrestrita. O outro projeto que está na Casa, o PL 4.302, é de 1998, e querem aprová-lo, na semana que vem, a toque de caixa.

Srs. Deputados e Deputadas, prestem atenção ao que está acontecendo neste País! O povo abriu os olhos, o povo percebeu que o que se está fazendo, que o que se fez e o que se vai fazer com esse golpe dado é exatamente tirar-lhes direitos. É exatamente lhes tirar o



pouco que têm para que vivam de forma absolutamente miserável e comprimida pelos patrões. Por isso, nós vamos mobilizar o povo brasileiro, assim como as Câmaras Municipais estão se mobilizando contra a reforma da Previdência.

Voltem às suas bases! Vão visitar suas cidades para verem exatamente o clima que está lá, se alguém da sua base eleitoral aprova essa retirada de direitos, esse fim da Previdência Social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Agradeço ao nobre Deputado a compreensão. V.Exa. é sempre muito gentil com esta Presidência.

---

Documento 4/339

---

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-18:24
Publ.: DCD - 22/03/2017 -	JANETE CAPIBERIBE-PSB -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Atuação parlamentar da oradora em defesa da preservação dos direitos trabalhistas.

---

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** (PSB-AP. Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, é uma iniciativa daqueles que não aceitam a CLT, ou seja, os direitos trabalhistas ou qualquer proteção ao trabalhador, conforme prevê a Constituição Federal.

Ampliar a terceirização da mão de obra tende a agravar a exploração do trabalhador terceirizado, já que a empresa contratante da empresa terceirizada não será sequer corresponsável pelos terceirizados.

Terceirizar as atividades-fim no serviço público é um enorme retrocesso, uma aberração, se chegar a ser aprovada.

O resquício já ultrapassado do Governo FHC, paralisado desde 2003, foi retomado pelo Governo Temer, na esteira dos projetos para a retirada de direitos.

O Senador Paulo Paim, no Senado, está barrando a terceirização que a maioria da Câmara dos Deputados aprovou no ano passado, e o Governo ressuscitou essa proposta.

Com mudanças pontuais, setores mais conservadores vão tirando direitos do trabalhador, fragilizando-o diante do patrão, da empresa, do contratante. É a volta do escravo de ganho do Brasil Colônia.

Colocam na mira o fim do 13º salário, as horas extras, um terço de férias e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. A terceirização sem limite tornará o serviço público refém da iniciativa privada, reduzindo sua capacidade como agente fiscalizador e executor.

Desta tribuna, alguns Parlamentares já defenderam o fim da Justiça do Trabalho, a mais eficiente e célere, visando impedir que se faça justiça ao trabalhador. Manifestar-se pelo fim da Justiça do Trabalho é a demonstração clara de que querem o trabalhador desprotegido diante da exploração sem limites do patrão. Um retrocesso sem parâmetro no mundo moderno.

Estou ao lado do trabalhador, ao lado do povo brasileiro. Não vamos aceitar a retirada de direitos.

"Não" ao fim da Justiça do Trabalho!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no Programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 5/339

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-18:56
Publ.: DCD - 22/03/2017 -		JORGE SOLLÁ-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Mensagem aos Deputados da bancada do agronegócio após denúncias de irregularidades na produção e fiscalização da cadeia produtiva de carnes. Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Contrariedade à aprovação das propostas sobre terceirização da mão de obra no mercado de trabalho e sobre a reforma da Previdência.

**O SR. JORGE SOLLÁ (PT-BA. Sem revisão do orador.)** - Boa noite. Antes de comentar esse absurdo do projeto terceirização, eu não posso deixar, Sr. Presidente, de me solidarizar com os Deputados que representam o agronegócio aqui.

V.Exas., que estiveram na linha de frente para derrubar uma Presidenta honesta, que contribuíram, e muito, para botar esse Governo golpista no poder, sofreram uma rasteira agora, uma das maiores que eu já vi na história da política brasileira.

V.Exas. derrubaram os aliados e vão falir a cadeia do agronegócio relacionada à carne, como fizeram com a cadeia de petróleo e gás, como fizeram com as empreiteiras. Não adiantou V.Exas. se rebaixarem a tal ponto para botar esse Governo corrupto e golpista. O troco está aí, e eu tenho que me solidarizar com a destruição que o Governo golpista está fazendo.

Se não acabarmos com o esse Governo golpista, o golpe vai destruir o Brasil, como já destruiu a cadeia do petróleo, destruiu as empreiteiras, está destruindo o agronegócio agora e quer destruir os direitos dos trabalhadores.

Nós não vamos aceitar que aqui, nesta semana, façam a destruição

por meio desse projeto da terceirização. Esse projeto é de 1998!

Quem era o Presidente em 1998, Deputado Afonso? Quem é que estava destruindo todo o patrimônio público em 1998? Era o PSDB, eram os tucanos. Naquele período, entregaram o minério deste País, entregaram as minas de ferro do Norte do País, ao privatizar a Vale. Naquela época, tentaram vender a PETROBRAS e tentaram destruir os direitos dos trabalhadores, mas não conseguiram.

Com a vitória de Lula, interrompemos o ciclo neoliberal; interrompemos a polícia entreguista, interrompemos a política de destruição de direitos. E agora eles querem retomar esse processo. Nós não vamos permitir, Sr. Presidente, que destruam a previdência pública para criar mercado para a previdência privada.

A eleição do Deputado Arthur Oliveira Maia, Relator do projeto, foi financiada pela previdência privada. Ele é um sonegador - o seu posto de gasolina Formoso, no caminho para Santa Maria da Vitória, Deputado Afonso, é sonegador da Previdência.

Não adianta, Deputado Arthur Oliveira Maia, sonegador, representante dos setores da previdência privada: nós não vamos aceitar a aprovação dessa reforma de destruição da Previdência.

Da mesma forma, não vamos permitir que a reforma trabalhista passe, nem na forma do projeto que está na Comissão Especial, nem na forma do projeto tirado das gavetas - pasmem, é um projeto de 1998! - que estão tentando aprovar na calada da noite neste plenário hoje. No ano de 2003, o Presidente Lula mandou uma mensagem para retirar essa proposição. Agora, querem colocá-la novamente na pauta.

O que aconteceu domingo em Monteiro foi só uma prévia do que vão ter que enfrentar nos próximos meses. A população brasileira está nas ruas, lutando contra a retirada de direitos, dizendo: "*Fora, Temer!*", "*Fora, reforma da Previdência!*"

E se preparem, porque não vamos ficar apenas derrotando as mudanças que querem fazer nos direitos dos trabalhadores. A população brasileira não vai se conformar em apenas derrotar os projetos de V.Exas. que pretendem acabar com a Previdência pública e tirar os direitos dos trabalhadores. A população vai para a rua dizer: "*Fora, Governo golpista!*", "*Fora, Temer!*", "*Volte, Lula!*"

Em 2018, Presidente Lula novamente!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 6/339

---

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-19:00
Publ.: DCD - 22/03/2017 -		ENIO VERRI-PT -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à aprovação, pela Câmara dos Deputados, dos Projetos de Lei nº 4.330, de 2004, sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes, e nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. ENIO VERRI** (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, povo do Brasil, quero manifestar claramente a minha contrariedade à votação do projeto de terceirização.

Estamos, neste momento, numa pauta de negociações para decidir se votamos o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que está no Senado; ou, muito pior, uma bomba que estão querendo colocar na pauta hoje contra os trabalhadores, o Projeto de Lei 4.302, que, como muito bem disse o Deputado Jorge Solla, do PT da Bahia, é de 1998. O Governo Temer e a sua base aliada estão querendo terminar a tarefa que Fernando Henrique não conseguiu terminar.

Fernando Henrique privatizou, destruiu a economia, acabou com direitos dos pequenos produtores e dos pequenos empresários e aumentou o desemprego, como nunca visto na história deste País. Agora, Temer, para pagar a conta daqueles que financiaram o golpe que aplicou contra a Dilma, faz de tudo contra o direito dos

trabalhadores.

Dizer que a saída da crise é tirar direitos dos mais pobres e direitos conquistados há décadas pelos trabalhadores e trabalhadoras é uma mentira. Há tantas outras saídas como alternativas à reforma da Previdência e à trabalhista ora apresentadas! Há muitas alternativas, mas que implicam atingir aqueles que financiaram o golpe contra a Presidenta Dilma.

O PL 4.302 acaba com o mínimo de direitos dos trabalhadores deste País e com a CLT, que já é ultrapassada, mas não em termos de direitos. Tirar esse mínimo de direitos dos trabalhadores é condenar o Brasil não só à miséria dos seus trabalhadores e trabalhadoras, mas é condenar o Brasil, de fato, a ser cada vez mais subdesenvolvido.

Trabalhadores mal remunerados, trabalhadores mal qualificados, e trabalhadores sem a mínima condição de aumentar a sua produtividade, pela maneira como serão contratados, não fazem do Brasil um exemplo.

Os empresários que apoiam essa terceirização são empresários atrasados, que só enxergam o lucro no curto prazo e que não veem que estão condenando o Brasil cada vez mais à miséria, à exclusão, à pobreza e ao subdesenvolvimento, inclusive de seus negócios. O escravismo já passou, e está provado que a maneira feudal de pensar não serve.

Fico, de fato, admirado quando pessoas, mesmo as de direita, mas competentes, estudadas, não conseguem entender o que significa para a vida do Brasil apoiar o PL 4.302. Significa condenar o nosso povo à fome, à miséria. Vamos ter mais empregos, mas ganhando quanto? Vai gerar o que de melhor para a vida das pessoas? Vamos voltar à revolução industrial, ao século XIX? É isso que garante desenvolvimento? Não podemos aceitar isso.

O apelo que faço é para a consciência de cada um e cada uma aqui presente: pensem não só na sua base eleitoral, mas no futuro deste País; pensem na qualidade de vida dos nossos trabalhadores; e, principalmente, pensem naqueles que estão votando em V.Exas., porque a população vai saber avaliar quem está votando contra os seus interesses, e as denúncias vão aparecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre



Deputado.

---

Documento 7/339

---

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 19:06
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ROGÉRIO MARINHO-PSDB -RN BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância da terceirização de mão de obra para o desenvolvimento econômico. Necessidade da realização de reformas estruturais no Brasil.

---

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós estamos hoje na expectativa da discussão do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que trata da terceirização, para depois o votarmos. Estamos ouvindo aqui discursos, estamos ouvindo aqui posicionamentos, inclusive de integrantes da Oposição que se revezam na tribuna dizendo que o desemprego é muito alto, que a crise econômica é terrível, que a situação é dantesca e que a votação desse projeto pode significar a precarização do trabalho e um atentado aos direitos do trabalhador. Nada mais falso, nada mais cínico, nada mais irreal!

Este Governo tem apenas 9 meses, e nós estivemos durante 13 anos - um número nefasto - sob a administração do Governo do PT, que destruiu a economia do Brasil, que destruiu os nossos fundamentos macroeconômicos, que impediu que o País surfasse nessa onda positiva que aconteceu no mundo inteiro pelo aumento da procura das *commodities*. Os erros, os equívocos, os desacertos, a corrupção institucionalizada afundaram o nosso País.

Hoje eles aqui vêm para dizer, como se nada tivesse acontecido, que não sabem o que se passou e que a posição deste Governo, no



sentido de fazer as reformas estruturais importantes e inadiáveis, que precisam ser feitas para retomarmos o crescimento do País, é, na verdade, uma tentativa de solapar o trabalhador brasileiro e inibir o crescimento do País.

Ora, vejamos, senhores, o Brasil, desde 1901, não passava por uma crise desse naipe, uma crise que diminuiu em mais de 9% o nosso Produto Interno Bruto. E terceirizar é um verbo que existe no Brasil. Não há paralelo em nenhum outro país do mundo, com raras e honrosas exceções. Esse modelo de verticalização da indústria que se estabeleceu por ocasião da Revolução Industrial, no século XVIII, está ultrapassado, foi vencido pela modernidade, foi vencido pelo clamor do tempo. A partir da Segunda Guerra Mundial, a especialização passou a ser uma tônica. Nós não conhecemos nenhuma empresa moderna e competitiva que não terceirize a sua produção.

Vejam, por exemplo, o caso da construção civil. Qual é a empresa que detém máquinas para fazer fundações? Vejam o caso, por exemplo, deste símbolo da modernidade, o iPhone. Peças são confeccionadas em diversos países do mundo. Isso gera produtividade, competitividade, modernidade e permite que a empresa possa se debruçar no que ela faz de melhor.

Vejam o que é uma montadora de automóveis do ABC paulista, berço do sindicalismo brasileiro moderno. Lá está, com certeza, uma boa parte da base eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Lá estão empresas que fazem parte da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ, que trabalham para a GM, para a Volkswagen, para a FIAT, empresas que terceirizam a produção de pedaços dos veículos que são montados numa linha de montagem.

Ora, é agredir os fatos dizer que 12 milhões de trabalhadores brasileiros terceirizados devem continuar a viver no limbo, num vácuo jurídico, numa instabilidade sem fim. Ora, é agredir os fatos impedir que nós possamos dar um passo no sentido de termos modernidade, segurança jurídica, estabilidade, clareza nas regras, para evitar o êxodo que se estabeleceu neste País, com as empresas peregrinando, como já fizeram, pela China, por Bangladesh, pelo Paquistão, pelo Leste Europeu e, agora, pelo vizinho Paraguai

Nós temos que ter a coragem de dizer a verdade para a população. Não é com um discurso dogmático, atrasado, bizantino, retrógrado, populista e irresponsável que vamos tirar o Brasil da crise em que ele se encontra! Nós temos uma oportunidade ímpar, que não vai se repetir a curto prazo, e essa oportunidade nos foi dada, por paradoxal que seja, pelo desastre do Governo do PT, que criou um clima de

instabilidade tal neste País que nos permite avançar nas reformas urgentes e inadiáveis que foram varridas, ao longo do tempo, para debaixo do tapete.

Eu espero, Deputado Laercio, que V.Exa. tenha serenidade para conduzir o seu relatório no sentido de podermos tirar o Brasil das trevas em que se encontra na questão da economia, do atraso em que se encontra, da época da Revolução Industrial, e trazê-lo, aí sim, para a modernidade dos tempos atuais, a fim de podermos, de verdade, atrair investimentos, atrair empreendedorismo, fazer com que o emprego volte a ser uma realidade neste País, já que o Governo do PT conseguiu enterrar essa possibilidade de curto prazo.

Espero que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas tenham a coragem de escutar a voz da razão, porque é muito fácil ceder ao populismo. Espero que nós todos possamos virar essa página negra dessa história e colocar o País no rumo certo, que é o rumo do progresso, do desenvolvimento, da justiça social. Espero que seja um rumo que permita novamente, sobretudo, que os empregos voltem a fluir neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 8/339

---

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-19:12
Publ.: DCD - 22/03/2017 -	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à aprovação de propostas relativas à terceirização de

mão de obra no Brasil.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou advogado trabalhista há 30 anos e, nesses 30 anos, não conheci nenhuma categoria cuja terceirização tenha gerado especialização. O que a terceirização gera é precarização da contratação, precarização das condições de trabalho, precarização dos direitos dos trabalhadores. Essa é a grande verdade. Esse discurso de que a terceirização gera especialização não é verdadeiro.

Eu quero fazer aqui um chamamento às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados: enxerguem o que está acontecendo com o Brasil. O golpe está destruindo o Brasil. Não está destruindo só direitos dos trabalhadores, dos aposentados, dos idosos, daqueles que vão se aposentar no futuro, não. O golpe destruiu a economia do Brasil. Em 2 anos, nós tivemos uma perda de quase 7% do Produto Interno Bruto. Só países em guerra têm uma perda dessas do Produto Interno Bruto.

São 7 milhões de desempregados a mais. E todo dia eu vejo aqui na tribuna Deputados falando da violência em seus Estados, nos pequenos Municípios. O golpe aumentou a pobreza e a miséria. A pobreza e a miséria também geram aumento da violência. E a violência vai crescer cada vez mais no Brasil. Nós vamos ter, como diria um grande brasileiro, um País daqueles que não dormem e daqueles que não têm o que comer. Os que não dormem são aqueles que ficam preocupados com a ideia de que aqueles que não têm o que comer vão pular os muros das suas casas.

Por que votar essa proposta hoje, se está sendo discutida uma reforma trabalhista? Porque é preciso entregar algo ao deus mercado, aos patrocinadores do golpe, é preciso entregar o "bezerro" ao sacrifício, para satisfazer o deus mercado. Essa é a grande verdade, porque os dois projetos, o que flexibiliza a terceirização e o que muda as regras do trabalho temporário, vão precarizar ainda mais o trabalho no Brasil. É a famosa mexicanização do Brasil, é um país sem direitos, um país aberto à exploração total.

É esse país desigual que nós queremos construir? É esse país desigual que V.Exas. querem deixar de legado para os seus filhos e netos? Não. Não podemos fazer isso, não.

Essa proposta precariza o trabalho, ela causa desorganização, ela não estabelece a solidariedade necessária. Tanto a proposta da terceirização como a da modificação do trabalho temporário visam



aumentar a exploração do trabalho, fazer com que o Brasil tenha trabalhadores sem direitos, que fiquem sendo contratados para trabalhar e aumentar, engordar o lucro das empresas. Vai haver hipereexploração do trabalhador. Essa é a grande verdade.

Por isso, somos contra esse projeto, que é muito ruim, como também somos contra o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que pode ser melhorado pelo Senador Paulo Paim, que é o Relator no Senado. Essa proposta precariza, essa proposta não especializa, essa proposta desorganiza, essa proposta abre caminho para a exploração total dos trabalhadores brasileiros. Nós não podemos aceitá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 9/339

---

040.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

21/03/2017-  
19:16

Publ.: DCD - 22/03/2017 -

LUIZ COUTO-PT -PB

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Manifestação contrária de Câmaras Municipais do Estado da Paraíba à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da Seguridade Social. Alegação de existência de reações diferenciadas no caso de operações da Polícia Federal referentes a integrantes do Partido dos Trabalhadores e no caso de operações dessa instituição policial relacionadas ao agronegócio no Brasil. Contrariedade a proposta sobre terceirização de mão de obra.

---

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os dias tenho recebido de Câmaras Municipais do meu Estado resoluções, decisões contrárias à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. Recebemos pedidos de São Sebastião de Lagoa de Roça e também de Bananeiras. Esses Municípios da Paraíba demonstram que não

aceitam a PEC da morte, da destruição da nossa previdência pública.

Sr. Presidente, quando a Polícia Federal fazia uma missão para investigar alguém do PT, havia elogios à Polícia Federal. Mas, quando pega o agronegócio... E essa não foi iniciativa da Polícia Federal. Alguém determinou que aquilo fosse feito. Agora começam a falar mal da Polícia Federal. São dois pesos e duas medidas. Ela tem que investigar mesmo. Cabe ao Judiciário julgar se, de fato, aquilo tem consistência ou não.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que nós não podemos aceitar esse projeto de lei com que querem terceirizar o serviço público em nosso País. É a instauração do bico no Brasil, porque o trabalhador não vai mais poder ter carteira assinada, não vai poder se aposentar. Já fizeram misérias com a PEC da Previdência, e agora vêm com essa terceirização, que nós não podemos aceitar.

Vamos tentar derrotá-la. Não dá para aprovarmos esse projeto, que é de 1998! O então Presidente Lula pediu que fosse retirado. Agora ressuscitam essa miséria desse projeto, que objetiva terceirizar o trabalho. O trabalhador já é prejudicado. Agora querem fazer a instauração do bico. O bico agora passa a ser uma forma de trabalho, que não vai ter consistência nenhuma, porque as pessoas não vão ter férias, não vão ter FGTS, não vão ter nada, vão ter apenas miséria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 10/339

---

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 19:20
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Cumprimentos à população da Região Nordeste presente em manifestação no Município de Monteiro, Estado da Paraíba, com a presença dos ex-Presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, em celebração à





finalização das obras de transposição de águas do Rio São Francisco. Contrariedade a proposta em tramitação na Câmara dos Deputados sobre terceirização de mão de obra. Pedido ao Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, de não inclusão da matéria na pauta de votações.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é claro que a minha fala estará relacionada com o projeto da terceirização, mas, antes de abordar esse tema, faço um registro que julgo necessário e fundamental.

Eu tive a oportunidade de participar, no último domingo, da visita que Lula e Dilma fizeram à cidade de Monteiro, na Paraíba.

Quero dizer ao povo nordestino e àqueles que nos ouvem neste momento como foi gratificante ver a felicidade com que aquele povo sertanejo carregador de lata d'água na cabeça ou de caçuás, quando não havia água e aquele povo do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte recebeu a transposição daquelas águas.

Deputada Luiza Erundina, V.Exa. é da Paraíba e sabe do que estou falando.

Eu passei por todas aquelas cidades. De propósito, fui de carro e vi as pessoas nas estradas. Muitas vezes, naquelas estradas só há marmeleiro seco e terra. A única coisa que cortou de norte a sul aquela região foi o Projeto da Transposição de Águas do Rio São Francisco.

Eu fiz, Deputada Janete, a seguinte pergunta na cidade de Monteiro: "*Essa água não está barrenta?*" A água está começando a chegar e evidentemente vai ficando um pouco barrenta nesse primeiro momento. E as senhoras diziam: "*Meu filho, é melhor a água barrenta, porque colocamos um paninho na nossa cisterna, colocamos a água, armazenamos, e não vamos mais passar sede e vamos ter água para tomar banho*".

Deputado Chico Alencar, fiquei absolutamente comovido com isso, porque sei pelo que passa o Nordeste, até porque grande parte da minha família ainda mora nos Sertões do Ceará.

Foi gratificante a felicidade e a grandiosidade daquelas pessoas ao receberem lá o Presidente Lula e a Presidenta Dilma. Disseram que reconheciam que foi preciso a coragem de um Lula para tirar esse projeto do papel. Como ele disse, esse projeto tem pai, mãe, avó, tio, filho e, sobretudo, o povo do Nordeste que reconhece a grandiosidade

desta obra.

Quero parabenizar o Governador da Paraíba, que foi firme no acolhimento que fez àquela multidão, que a PM da Paraíba disse que tinha mais de 70 mil pessoas. Eram 10 quilômetros de pessoas andando. Eu vi! Eu andei 2 quilômetros a pé, para chegar ao local, e não cabia mais ninguém. Era como aqueles levantes populares de alegria, de felicidade e, sobretudo, de esperança, porque estava brotando um novo Nordeste, um novo Brasil.

Portanto, deixo aqui meus cumprimentos aos nordestinos desses quatro Estados que acolheram e participaram desse momento tão forte, tão importante da vida do Brasil, no último domingo, dia de São José, padroeiro do meu Estado do Ceará.

Logo hoje, Sr. Presidente, nós estamos iniciando a discussão desse tal projeto da terceirização. Desengavetaram esse defunto velho de 1998 que nem o FHC teve coragem de votar. O Lula mandou uma mensagem para retirá-lo. Deputado Chico, desengavetaram um defunto velho. Ele já estava morto nas gavetas da Câmara e desengavetaram-no, para tentar votá-lo neste momento, de hoje para amanhã.

Esse é um projeto que tem um único objetivo: servir aos interesses do grande capital, do grande empresariado brasileiro, porque ele quebra a coisa mais sagrada de um cidadão brasileiro, de uma cidadã brasileira, que é o direito à carteira assinada, para trabalhar. Ao terceirizar tudo, o atual Governo diz o seguinte: *"Daqui para frente, não há mais regra, não há mais nada. Contrate quem você quiser, porque a temporalidade vai ser a regra dos contratos daqui para frente"*.

Eu não sei como nós Parlamentares vamos conviver com esta discussão aqui dentro. O Temer não vai precisar de voto em 2018. Não está nem aí! Não está nem aí para o que está acontecendo no País! Quem vai precisar de voto em 2018, Sras. e Srs. Deputados, somos nós. Portanto, temos que ter muito cuidado quando apertarmos aqui o botãozinho para votar esse projeto.

Esse projeto desconstrói a nossa CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e o mais grave: num momento em que está sendo votada a reforma trabalhista. Esse projeto, Deputado Patrus, é a verdadeira reforma trabalhista. Por isso, essa pressa para se votar aqui. A reforma trabalhista, depois desse projeto, pode enterrar! Ela não vai valer mais nada. Esse projeto, na verdade, é um duro golpe na perspectiva de manutenção dos direitos consagrados na nossa CLT e na nossa

Constituição.

Ouvi o discurso do Líder do PSDB dizendo que é preciso dar segurança, é preciso enfrentar a crise. Enfrenta-se a crise, tira-se o Brasil da crise retirando direitos dos trabalhadores, servindo a um lado? É claro, meus caros Parlamentares, que é legítima a posição de alguns aqui em defender os empresários e outros trabalhadores. E num momento como este, o conflito entre capital e trabalho tem que ter regra, não pode haver essa ação selvagem, com essa história de que tem que dar segurança jurídica ao Brasil. Como é que se dá segurança jurídica ao País destruindo direitos, não havendo nada para regulamentar, não havendo mais regra. Daqui para frente terceiriza tudo?

Alguns empresários brasileiros devem estar me ouvindo. Recebi mensagem da FIESP, da FIEC, no Ceará, pedindo para se votar. Vamos ter que olhar nos olhos de cada empresário para saber por que eles não cedem nada. É só tirar aquilo que já é pouco, que são os direitos dos trabalhadores? Não podemos aceitar isso. As centrais sindicais não aceitam.

Fizemos hoje um apelo ao Presidente Rodrigo Maia. Ele não pode ser Líder de Governo nesta Casa, ele tem que ser Presidente de todos os Deputados e de todas as Deputadas. Ele não pode agir. Fiz um apelo ao Presidente Rodrigo Maia, como Líder da Minoria, na reunião dos Líderes para ele não pautar essa matéria. As centrais sindicais pediram para deixar para a próxima semana, e nada impede que essa votação de hoje seja amanhã.

Não é possível, Deputado Patrus Ananias, nunca vi tanta prepotência. Evidentemente digo isso porque até recentemente eu era Governo, eu estava no Palácio do Planalto. Parece que os que estão no Palácio nem veem o que está acontecendo no Brasil. Vão definitivamente quebrar o Brasil. E ainda ficam dizendo que é culpa do nosso Governo. Quem arrumou essa desestabilização aqui dentro? Quem foi? Quem desestabilizou o País, quem criou a crise política foram eles que agora estão envergonhados e não sobem à tribuna para defender essa perversidade que é a reforma da Previdência e a trabalhista.

Nós não vamos ceder, Sr. Presidente! Nós vamos à luta! Meus queridos amigos e amigas Parlamentares não querem mais nem votar a PEC da Previdência. Estão deixando para depois, porque o povo já decidiu. Se o Governo quisesse votar essa PEC da Previdência, eu duvido que conseguiria aprová-la.

E eu sei que, se o Temer não entregar ao mercado e aos grandes

meios de comunicação, ele cai no outro dia. Tem que entregar, nem que custe a vida e os direitos dos trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 11/339

---

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 19:30
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOÃO DANIEL-PT -SE BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Denúncia de perseguição a jornalista pela Polícia Federal e pelo Poder Judiciário. Solidariedade aos profissionais da imprensa atuantes em defesa do regime democrático. Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Congratulações às centrais sindicais do Estado de Sergipe pela mobilização contra a matéria.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Eduardo Guimarães é um dos jornalistas que foram vítimas da perseguição da Polícia Federal e do Judiciário neste momento de golpe vivido no Brasil.

Manifesto nossa solidariedade a todos os jornalistas e radialistas do País que ousam ter a coragem e ter a firmeza de fazer das redes sociais, dos *blogs* e dos jornais alternativos a voz da luta pela democracia, em defesa do povo e contra o golpe.

Tramita na Casa o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, desengavetado depois de muitos anos. Nem o Governo Fernando Henrique Cardoso, que teve uma reeleição suspeita - há inúmeras denúncias sobre como se deu a reeleição -, aprovou esse projeto, que permaneceu engavetado.

No momento em que houve o golpe na Presidenta da República, este Congresso, com sua maioria conservadora que votou pelo golpe, resolveu, a mando da FIESP e das corporações internacionais, fazer deste um novo momento de mudanças conservadoras e privatistas no País.

O Presidente da República não tem força, é ilegítimo, não tem votos, mas o Congresso, com sua maioria conservadora, está subordinada aos interesses econômicos.

Esse projeto, juntamente com a reforma trabalhista e a reforma da Previdência - significa a retirada total dos direitos dos trabalhadores. Esse projeto é moderno, muito moderno: ele transforma o trabalhador em escravo, transforma o trabalhador em pedinte!

Eu quero parabenizar as três centrais sindicais combativas de Sergipe, a CUT, a UGT e a CTB, todo o movimento operário e todos que se levantaram contra esse projeto de terceirização conservador que retira direitos da classe trabalhadora e enfraquece o movimento sindical dos trabalhadores.

Não a esse projeto de terceirização! Não à reforma trabalhista! Não ao golpe continuado!

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Gostaríamos de agradecer ao Deputado João Daniel.

---

Documento 12/339

---

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 19:38
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Convite aos Deputados para participação em cerimônia pelo transcurso do 95º aniversário de fundação do PCdoB. Referências elogiosas à Deputada Luciana Santos, Presidenta Nacional da legenda. Contrariedade ao Projeto de Lei nº

4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar eu gostaria de fazer um amplo convite a todos os Parlamentares desta Casa a participarem amanhã, às 14 horas, do ato de aniversário do PCdoB.

O Partido Comunista do Brasil completa 95 anos de existência, é o mais antigo partido em exercício político no Brasil. Ele tem a sua digital impressa nas mais importantes lutas do nosso povo.

Independentemente de orientação política e ideológica, é sem dúvida um fato histórico a longevidade de uma opinião. Então, gostaria de convidar a todos e todas.

Temos a honra de ter, na bancada do PCdoB, a primeira mulher a ser Presidenta do Partido Comunista do Brasil, a Deputada Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco, ex-Prefeita de Olinda, uma Deputada destacada, mas, acima de tudo, um símbolo que faz renascer o PCdoB a cada dia com as características da política de hoje: com mulheres, com jovens, com reivindicações vibrantes de liberdade, de democracia e pelo socialismo.

Quero convidar todos e todas para participarem desse ato, amanhã, às 14 horas, no Auditório Nereu Ramos, assim como de um ato festivo, no dia 25, sob a recepção da Deputada Jandira Feghali, quando estaremos em Niterói, no Rio de Janeiro, no local em que o partido foi fundado, em 1922.

Sr. Presidente, quero utilizar esses momentos finais de minha fala para dizer que o inusitado aconteceu na pauta da Câmara dos Deputados. Votar o Projeto nº 4.302, de 1998, significa, em primeiro lugar, aniquilar a Comissão Especial da Reforma Trabalhista, significa que os Deputados que lá estão, de todos os partidos, da base de hoje, da base de ontem, da Oposição, da Situação, estão perpassados, estão completamente superados no ritmo do debate da reforma trabalhista.

Em segundo lugar, esse projeto é um projeto condenado, porque o seu teor já foi aplicado no auge do projeto neoliberal na Europa e deu em prejuízo, deu em desastre, deu em completa desorganização do sistema trabalhista europeu.

Nós, no ano passado, enfrentamos a discussão do Projeto de Lei nº



4.330, de 2004. É claro que fomos contra, porque não consideramos que seja justa a terceirização da atividade-fim. No entanto, o debate aconteceu nesta Casa e também continua perpassado, porque o Senado Federal não votou a matéria.

Sr. Presidente, isso significa que a Câmara dos Deputados terá que votar uma matéria de 1998, sendo o Senado o responsável por se pronunciar pelo Projeto de Lei nº 4.330, votado o ano passado, nesta Casa, com grande alarido. E essa matéria, que tratava originalmente do emprego temporário, volta irregularmente, retirando o parecer da CTASP e com uma perversidade brutal, transformando o emprego temporário em um emprego que 9 meses depois poderá ser renovado, e uma substituição maciça de trabalhadores fixos e efetivos serão transformados em trabalhadores sem direito às multas rescisórias, sem direito qualquer.

Sr. Presidente, com a sua compreensão, ao finalizar, quero dizer que de maneira ativa, independentemente das posições políticas, esta Câmara deve refutar a votação desta matéria. A Câmara deve exigir que o Senado se pronuncie, em primeiro lugar, em relação ao que está lá sobre a sua mesa. Essa é uma matéria nefasta que tira direitos e lamentavelmente desorganiza o sistema trabalhista nacional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradecemos à Deputada Alice Portugal.

---

Documento 13/339

---

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 19:52
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade de encerramento da sessão. Críticas ao projeto sobre a terceirização do trabalho. Contrariedade do PSOL às propostas de

contrapartidas dos Estados para renegociação de dívidas junto à União.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que estão acompanhando a sessão neste momento, esta sessão tem que ser encerrada. Por que até agora, 19h52min, nós estamos no plenário da Câmara dos Deputados sem que o Presidente esteja à mesa para conduzir as votações? É melhor que assim seja, porque essa tentativa de votar o projeto de terceirização a todo custo, passando o rolo compressor, não é nada democrático.

Vejam que, além dos nossos colaboradores de imprensa que estão fazendo a cobertura, as galerias estão vazias, porque os trabalhadores não tiveram acesso, não puderam acompanhar aquilo que está acontecendo aqui no dia de hoje.

A terceirização é sinônimo de precarização das relações de trabalho. É importante que nós deixemos claro que esse texto não é a garantia de direitos para trabalhadores que já sejam terceirizados. Isso é para terceirizar geral! Vai terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho, inclusive a atividade-fim.

E mais, ela vem junto com outras propostas que representam uma escalada na retirada de direitos. O Governo está utilizando uma tática. Eles viram que não iam conseguir aprovar a reforma da Previdência de cara, porque a população brasileira está se manifestando, a população brasileira está tendo a oportunidade de cobrar dos Parlamentares nas suas bases. Como eles não têm coragem de votar a reforma da Previdência, a tática é colocar na pauta outras modificações que retiram direitos.

Nós não podemos aceitar isso como natural. O PSOL vai apresentar todos os requerimentos necessários para que esta sessão seja obstruída.

No final da minha fala, eu quero também tratar da contrapartida da chamada renegociação das dívidas dos Estados. Eu não entendi a parte da declaração pública do Líder do PSDB em que ele diz: *"Se não houver contrapartida, o Judiciário não vai aceitar o acordo. Somos favoráveis às contrapartidas"*. O PSDB agora está falando em nome do Judiciário brasileiro? As contrapartidas são draconianas e, inclusive, prejudicam servidores do próprio Judiciário, aumentando a contribuição previdenciária.

Nós temos que barrar essas contrapartidas, para que elas não sejam

aprovadas no Plenário da Câmara dos Deputados. Essa é a posição da bancada do PSOL.

---

Documento 14/339

---

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 20:00
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	LAERCIO OLIVEIRA-SD -SE COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Regozijo com o exercício da relatoria do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Pesar pela tentativa de Parlamentares de desqualificação da proposta. Importância de modernização das relações trabalhistas no Brasil.

---

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente JHC, nobres pares, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu estou no plenário desta Câmara dos Deputados desde o começo da tarde.

Tenho a honra de ser o Relator do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998. Saí um pouco daquela Comissão e fui ao Colégio de Líderes para explicar aos Líderes partidários como se daria essa votação e qual seria o meu papel nesse contexto. Expliquei, acima de tudo, a oportunidade que esta Casa tem de prestar um importante serviço à sociedade brasileira.

Venho à tribuna da Câmara lamentar a posição de alguns colegas que têm usado essa honrada tribuna para trazer expressões totalmente diferentes do real propósito de se votar um projeto de terceirização. Nós teremos, durante a noite de hoje e possivelmente o dia de amanhã, oportunidade de discorrer sobre vários pontos, mas não é possível que colegas venham à tribuna dizer que o tema terceirização, prestação de serviços a terceiros, de que estamos tratando aqui, significa - algumas expressões eu anotei: defunto velho, que os

trabalhadores de terceirização são trabalhadores sem carteira assinada, que o projeto de terceirização destrói os direitos, que o Governo Temer desengavetou o projeto, que a terceirização desorganiza o sistema trabalhista brasileiro e que a terceirização é precarização. É lamentável tudo o que foi dito aqui.

O que nós votaremos, na noite de hoje, não é nada disso. Terceirização significa produtividade, eficiência, competência. Terceirização significa ajudar o País a sair desse ambiente de tanto desemprego.

Vale uma reflexão para cada um de nós que aqui está: V.Exa. não está incomodado com a quantidade enorme de desempregados que existem no País? V.Exa. não acha que nós temos a oportunidade agora de criar várias modalidades de contratação no nosso País? V.Exa. não acha que é a hora de a Câmara dos Deputados ser protagonista da modernização das relações do trabalho, a partir exatamente da votação do PL 4.302? V.Exa. não tem uma consciência pesada por ter um projeto que vive aqui na Casa há mais 18 anos? Como é que respondemos isso para a sociedade?

Eu acho que cabe a cada um de nós se libertar das nossas ideologias - e eu respeito todas elas. Eu também acho que agora estamos diante de um momento muito especial da Câmara dos Deputados e precisamos assumir com vontade e disposição nossa responsabilidade, para fazer do projeto de trabalho temporário e de prestação de serviços a terceiros, mais conhecido como terceirização, um momento importante para o Brasil, com a prestação de serviço da Câmara dos Deputados, das Deputadas e dos Deputados, em favor do Brasil e da empregabilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradecemos ao Deputado Laercio Oliveira.



Extraordinária - CD

Publ.: DCD -  
22/03/2017 -

IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Caráter retrógrado das propostas do Governo Federal de reformas previdenciária e trabalhista. Defesa de criação de CPI para averiguação e esclarecimento à sociedade dos fatos relacionados à questão fitossanitária no Brasil.

---

**O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr.** Presidente, nós queremos neste momento falar da terceirização, que é um gravíssimo retrocesso no que diz respeito aos direitos trabalhistas.

Nós entendemos que o discurso montado para enganar os trabalhadores e retirar direitos é, na verdade, falacioso. Faz-se discurso da modernização das relações de trabalho, quando nós sabemos que se está tratando, na verdade, de precarização das relações de trabalho. E a proposta sobre a terceirização que apreciaremos aqui é a proposta mais radical, porque ela permite a terceirização das atividades-meio e das atividades-fim. E mais, ela exime de responsabilidade a empresa que produz de qualquer tipo de falha e de violação de direitos e garantias dos trabalhadores por parte das terceirizadas, ou seja, a responsabilidade solidária entre as duas desaparece.

E nós sabemos o que é a terceirização.

Conforme um levantamento do DIEESE, terceirizados recebem, em média, 25% a menos de salário e trabalham, em média, 3 horas e meia a mais. De cada dez acidentes de trabalho no País, oito são entre os terceirizados.

Sr. Presidente, nós entendemos a terceirização como um grande retrocesso e mais uma violência que vem acompanhada da reforma previdenciária e da reforma trabalhista. Por isso, nós queremos deixar como lido esses pronunciamentos e também falar da nossa disposição de criar a CPI que está sendo proposta para todo o Brasil devido à necessidade de se investigar o que aconteceu com a questão

fitossanitária no nosso País.

Foi gravíssimo o que aconteceu com a carne. Trata-se de um problema de saúde pública e de corrupção, e este Parlamento também precisa discutir os impactos econômicos causados pela investigação. Não adianta o Parlamento brasileiro achar que a investigação vai resolver. Vamos trazer para cá, para o Parlamento brasileiro, o debate profícuo. A população quer discutir; quer saber o que aconteceu; se ela pode continuar consumindo; se a saúde pública, se a vigilância sanitária, se os órgãos de controle e fiscalização do Governo estão funcionando, porque as denúncias estão aí.

Em segundo lugar, é verdade que o próprio Ministro da Justiça foi pego num grampo em que ele chama de grande chefe exatamente o chefe da quadrilha daqueles que deveriam fiscalizar a carne e que a adulteraram, inclusive para proteger o dono de frigorífico que hoje está preso.

Em terceiro lugar, aqueles que acham que nós vamos impactar ainda mais a crise econômica estão errados. Pelo contrário, vamos chamar para o Parlamento essa questão, e não deixá-la somente na mão da investigação policial. O Parlamento precisa se posicionar e dar uma resposta ao exterior também.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os trabalhadores brasileiros estão vivendo sob constantes ameaças: é o desemprego, é a perda do poder aquisitivo, é o endividamento, é a piora dos serviços públicos. Mas, neste momento, são, sobretudo, os graves ataques do Governo Temer e sua base aliada a direitos duramente conquistados.

A bola da vez é a terceirização geral e irrestrita, tanto no setor público como no privado, mais uma vez com o falso argumento de se criar mais emprego e supostamente modernizar as relações de trabalho.

Nem uma coisa nem outra. As terceirizações precarizam ainda mais o mercado de trabalho, criando empregos de baixa qualidade, rotativos e com maior grau de exploração. Não há nada de moderno em precarizar as condições de contrato. Pelo contrário, é voltar ao passado, a um tempo onde não havia as condições básicas para o trabalhador assegurar os seus direitos.

A manobra do Governo e da maioria nesta Casa é resgatar um projeto





apresentado ainda do período de Fernando Henrique Cardoso, o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, uma proposta tirada da gaveta, sem debate, e ainda pior do que o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, votado nesta Casa em 2015. Na proposta do Governo FHC, até mesmo as atividades-fim poderão ser terceirizadas, e a empresa-mãe se exime de qualquer exigência para tanto, transferindo também para a contratada a responsabilidade com os trabalhadores.

O que se pretende com o PL 4.302/98, em conjunto com o restante da reforma trabalhista, é destruir os mecanismos de proteção ao trabalhador a tal ponto que, mesmo que a Justiça do Trabalho continue existindo, na prática, perderá sua função, pois quase não restarão leis que protejam efetivamente o empregado. A CLT já vem sendo desmanchada de forma parcelada, mas agora corre risco de ataques mais brutais com a regulamentação da terceirização.

Um estudo da CUT e do DIEESE publicado em 2015 aponta que o trabalhador terceirizado recebe em média 25% a menos e trabalha 3 horas semanais a mais. Além disso, oito em cada dez acidentes de trabalho no Brasil se dão com terceirizados. Diante desses dados, não há como sustentar que a destruição da CLT seja para o bem dos mais pobres.

Outro aspecto grave da proposta é a terceirização no setor público, que pode levar a mais casos de abuso de poder e corrupção, bastando ver as inúmeras denúncias envolvendo a contratação de empresas fornecedoras de mão-de-obra para a administração pública. As terceirizações poderão servir também para um maior aparelhamento da máquina pública, uma vez que as contratações poderão ter como centro as escolhas políticas, e não a competência do funcionário, abrindo as portas para várias irregularidades, como o nepotismo. O projeto atinge um pilar da moralização do serviço público, que é o concurso público, um dos poucos mecanismos que garantem a impessoalidade no processo de escolha e o preenchimento de requisitos técnicos para a investidura em um cargo público.

O projeto atende a pressão de setores empresariais e, o que é pior, sem um debate mais amplo com a sociedade. É um absurdo querer aprovar a toque de caixa um projeto de tal envergadura, em especial num momento em que estão em discussão outros projetos que irão impor mudanças radicais aos trabalhadores, como o conjunto da reforma trabalhista e da reforma da Previdência.

As discussões deveriam ser retomadas com maior rigor e mais espaço para divergências. Temer evidentemente tem pressa para mostrar algum resultado aos empresários, já que está com a corda no pescoço

no TSE e os números da economia não ajudam. O recuo de mais de 10% de investimentos no ano passado significa que o Governo precisa entregar algo com urgência à elite empresarial, e não é por outro motivo que existe uma pressão para que a retirada de direitos trabalhistas seja votada a toque de caixa.

O PSOL está ao lado dos trabalhadores e, por coerência, se opõe a qualquer reforma trabalhista nos parâmetros que estão sendo propostos.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a fraude em fiscalização de frigoríficos recentemente noticiada exige investigação profundamente rigorosa.

Na última sexta-feira, a Polícia Federal anunciou um esquema de fraudes na fiscalização em alguns frigoríficos, esquema esse que envolvia propina a funcionários do Ministério da Agricultura responsáveis pela inspeção da produção de alimentos e dinheiro de corrupção para partidos políticos como o PMDB e o PP.

Batizada de Operação Carne Fraca, a ação da Polícia Federal foi a maior da história: envolveu mais de mil agentes, 27 mandados de prisão preventiva e 11 de prisões temporárias. Ao todo, 21 frigoríficos foram investigados.

A operação causou imensa repercussão, isso porque a PF anunciou que grupos gigantescos, como a JBS (Friboi, Swfit e Seara) e a BRF (Sadia e Perdigão), vendiam carnes fora do prazo de validade, maquiavam produtos estragados por meio da utilização de ácidos, injetavam água para alterar o peso de aves, usavam cabeça de porco para a produção de embutidos, entre outros meios ilegais que punham em risco a saúde pública. E faziam tudo isso para potencializar os lucros.

A reação da sociedade civil foi de espanto. Afinal, a qualidade da carne brasileira foi posta em xeque. Ao mesmo tempo, países importadores de produtos da pecuária brasileira, como a União Europeia, China e o Chile, chegaram a suspender a compra.

Como um disco riscado, novamente, membros do Governo ilegítimo de Michel Temer voltaram a figurar nas páginas do enredo corrupto. Dessa vez, o atual Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, foi flagrado em

ligação grampeada autorizada pela Justiça praticando tráfico de influência. À época no exercício do mandato de Deputado Federal, pediu, em conversa com Daniel Gonçalves Filho, ex-Superintendente Regional do Ministério da Agricultura, a quem se referia como grande chefe, que o mesmo intercedesse em favor de um frigorífico investigado.

Em tuíte recente, a Senadora Katia Abreu, contra quem não pesa nenhuma dúvida a respeito de seu compromisso com o agronegócio, afirmou que Serraglio pediu a ela, quando era Ministra da Agricultura, que Daniel Gonçalves permanecesse no cargo.

Não à toa, o Ministro da Justiça tem feito enorme esforço para ficar longe dos holofotes da mídia. Aliado de Cunha, Osmar Serraglio tem muito a explicar. Aliás, sua permanência no cargo é insustentável até que fique claro para toda a sociedade seu papel no esquema. Ainda segundo a PF, dinheiro do esquema foi destinado ao financiamento do PMDB e do PP.

De acordo com o Delegado responsável pela operação, Maurício Moscardi Grillo, restam várias ligações e outros materiais comprobatórios do envolvimento de políticos. Quem são? Como se beneficiavam? De que maneira lesavam o Erário público e colocavam em risco a saúde coletiva? Essas são perguntas que devem ser respondidas.

A investigação a respeito deste esquema precisa ser rápida e cirúrgica. Estamos falando de um ramo da economia brasileira - o mercado da carne - com muito peso. No ano passado, as exportações somaram 14 bilhões de dólares, o que equivale a 7,5% do que foi exportado - atrás somente da soja e do minério de ferro. Estima-se que toda a cadeia produtiva envolva cerca de 6 milhões de postos de trabalho. Um economista da GO Associados apresentou um cálculo em que afirma: a redução das exportações em 10% pode afetar 420 mil empregos. Logo, quanto mais rápida for a investigação, menores serão os danos à economia nacional.

O Governo Temer, entretanto, prefere colocar panos quentes, dizendo que o escândalo tem a ver com casos isolados. O caso é, evidentemente, muito grave. Tapar o sol com a peneira não resolve o problema e ainda mantém a população em uma situação de vulnerabilidade, sem ter confiança na carne consumida. Temer age assim para proteger seus aliados, novamente na mira da Polícia Federal.

Ainda que seja verdade que a operação, assim como outras, tenha

demonstrado contornos sensacionalistas - algo que foi criticado por muitos -, é verdade também que existem indícios robustos de falseamento em relação à qualidade dos produtos distribuídos no Brasil e no exterior, como ficou explícito em alguns áudios. Dois exemplos breves: a conversa entre Carlos Augusto Goetzke e o agente público Carlos Cesar sobre 18 toneladas de carne de peru contaminadas com salmonela e outra entre Normélio e Idair a respeito de contêineres barrados na Itália por suspeição da qualidade do alimento.

Cabe também uma crítica ao comportamento predatório do agronegócio brasileiro. A pecuária é apontada como um dos principais fatores do desmatamento da Amazônia. Seus representantes no Congresso atuam contra a preservação ambiental, contra a demarcação das terras indígenas, negligenciam a fiscalização do trabalho escravo. Tudo isso em nome do lucro fácil. Portanto, devemos mesmo desconfiar das artimanhas do setor. Sempre defendemos outro modelo de organização do campo, pautado pela agricultura familiar e pela agroecologia. Essa forma organizativa é mais democrática e sustentável ambientalmente.

Exigir rápida investigação, para que a população tenha efetiva segurança alimentar, faz parte desse projeto. Vale, novamente, lembrar que a lógica predatória do agronegócio criou espaço para investigação. Fazer com que os envolvidos em mais este esquema corrupto sejam responsabilizados e que casos como este não se repitam é, neste momento, uma exigência do interesse público para qual a Câmara dos Deputados não pode voltar as costas.

Em função disso, apresentamos um requerimento para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para apurar esta gravíssima denúncia em todos seus aspectos - políticos, econômicos e sanitários.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 22/03/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

WEVERTON ROCHA-PDT -MA  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Críticas às propostas do Governo Federal de reformas política, previdenciária e trabalhista.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, a bancada do PDT, em uma reunião que terminou agora há pouco, definiu que vamos votar fechados, unânimes, contra esse projeto de terceirização que está aqui na Casa.

É um absurdo, Srs. Deputados, a forma como ele chegou aqui e é preciso que todas as Sras. Deputadas e todos os Srs. Deputados fiquem atentos ao que está acontecendo.

Em abril de 2015, nesta Legislatura, portanto, da qual cada um de V.Exas. faz parte, aprovamos um texto sobre a terceirização. Esse texto foi para o Senado Federal. Lembro-me muito bem. O PDT, inclusive, foi muito criticado, porque naquele momento nós dizíamos, e agora repetimos: é importante discutirmos uma legislação que trate da questão da terceirização no Brasil, até porque hoje todos sabem que ela é tratada e legislada através de súmulas dos Tribunais Superiores. Mas não dá para simplesmente aceitarmos esse projeto da forma que foi colocado aqui dentro da Câmara.

Srs. Deputados, quem está em casa nos vendo, esse projeto que está aqui é um projeto que dormia havia 18 anos lá no Senado Federal. A Câmara fez o seu papel: estava aqui o projeto; votamos o texto principal e o mandamos para o Senado Federal. Chegou lá em 21 de dezembro de 2000.

Pois bem, esse projeto que está aqui agora, o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, chegou aqui há menos de 17 dias e agora é muito importante para "salvar o Brasil da crise". Que erro de leitura que continua tendo esse Governo ao achar que precarizar o trabalho é salvar o Brasil da crise! É óbvio que o que vai salvar o Brasil da crise é encontrarmos a saída econômica para este País e fazê-lo voltar a crescer, mas não fazendo com que as diferenças entre o empregado e o empregador

sejam cada vez maiores. Não é acabando com a CLT e muito menos com a Justiça do Trabalho que simplesmente se vai resolver a crise!

A questão do mérito nós podemos e iremos, ao longo do debate, aprofundar, mas o que é importante, Srs. Deputados, é que nós votamos, no dia 22 de abril de 2015, o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004. Esse projeto que foi votado no mês de abril de 2015 está lá no Senado Federal, já votado por esta Legislatura, e não voltou ainda para cá. Por quê? Eu convido os Deputados a terem essa responsabilidade e essa ousadia, porque é importante inclusive para a altivez deste Parlamento dizer: *"Se nós votamos um projeto e ele está lá no Senado, então, o Senado que vote o nosso projeto e o devolva para a Câmara para que possamos apreciá-lo e saber se vai permanecer a revisão feita ou se vamos manter o nosso texto"*. Agora, deixar o nosso projeto lá de molho... Todos os projetos que saem desta Casa para o Senado Federal ficam lá de molho. A Câmara fica no vácuo, no vento.

Não adianta dizer que nós estamos tendo a responsabilidade de resgatar o projeto que está no Senado depois de 18 anos, porque nós poderíamos listar aqui centenas e talvez milhares de projetos que estão dormindo lá no Senado Federal.

Simplesmente, eles não só tratam a Câmara no dia a dia... Quantos Deputados aqui já não foram destratados na hora de entrar no Senado com acompanhante? Já foi feita essa cobrança pública aqui por todos. Além da cobrança administrativa e de relacionamento, agora vem a de condução da nossa Legislatura?

Não é possível, Sras. e Srs. Deputados, que nós vamos permitir que um texto aprovado nesta Casa simplesmente durma lá mais 20 anos, para depois, quem sabe um dia, as próximas gerações o trazerem de volta! É um erro. Passaram-se 18 anos. Esse projeto tem que ser arquivado, reprovado. O texto que foi votado aqui em abril de 2015, esse, sim, deveria ser discutido por nós profundamente.

Sr. Presidente, como se fosse pouco o que estão fazendo com os trabalhadores, ainda querem agora, para terminar tudo, fazer a reforma trabalhista com um projeto de 18 anos atrás. É um absurdo!

Sensatez não está tendo este Governo e muito menos esta Casa.

Nós precisamos acordar, porque o que está sendo feito aqui é rasgar a CLT e os direitos e ainda mais. A Previdência, a aposentadoria, os direitos trabalhistas, a reforma política, parece que o Governo juntou todos os assuntos, tudo o que é maldade, para dizer o seguinte:



"Vamos empurrar tudo, e alguma coisa vai passar".

Mas sabem onde vai passar, Srs. Deputados? Lá na cidade em que cada um dos senhores mora; na vida real das pessoas. É isso que vai acontecer.

O PDT vai votar "não" à terceirização.

---

Documento 17/339

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-14:16
Publ.: DCD - 22/03/2017 -		NILTO TATTO-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Alerta para possível fragilização das relações de trabalho no Brasil em caso de aprovação de projeto de lei sobre terceirização de mão de obra.

---

**O SR. NILTO TATTO (PT-SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, está na pauta para debate hoje nesta Casa o projeto de lei que trata da terceirização. Alerto que, se aprovado, ele vai fragilizar ainda mais as relações de trabalho no Brasil.

Dizem que é uma proposta para modernizar, mas, na verdade, o que eles chamam de modernidade é a volta ao século passado, é a volta dos trabalhadores a uma relação de escravidão, praticamente, na medida em que estarão enfraquecidos, com o enfraquecimento dos seus sindicatos e das suas federações.

É muito injusta essa proposta. Nós não podemos aceitá-la de forma alguma, principalmente neste momento, nesta conjuntura, em que há quase 13 milhões de desempregados e os trabalhadores estão fragilizados na sua organização, sofrendo pressão em relação às negociações com os patrões.

Não podemos aceitar de forma alguma esse projeto.

Documento 18/339

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-14:24
Publ.: DCD - 22/03/2017 -	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### ***Sumário***

Solidariedade à população do Município de Irecê, Estado da Bahia, pela ocorrência de ação criminosa na municipalidade. Repúdio à inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Declaração de voto contrário à matéria.

**O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, quero me associar aos Deputados que aqui falaram e me solidarizar com a população de Irecê. Tenho certeza de que o Governo da Bahia tomará providências enérgicas para conter essa ação criminosa no Município.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna hoje é o repúdio ao fato de estar sendo pautado para ser votado hoje o projeto da terceirização, o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998. Isso é um absurdo que vai precarizar mais ainda as relações de trabalho no País, que já é tão precária, e vai desorganizar os trabalhadores e fazer com que possa haver exploração maior da mão de obra no Brasil. Não há justificativa para pautar esse projeto numa conjuntura de 13 milhões de desempregados no Brasil.

Todas as medidas que foram anunciadas pelo Governo que poderiam melhorar o emprego e o trabalho só vieram a precarizar e aumentar mais a crise. Esse projeto não só não vai trazer novos empregos para o Brasil como também vai agravar mais ainda uma situação dos trabalhadores brasileiros, que é grave e preocupante.

Portanto, nosso repúdio à pauta. Vamos votar contra esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 19/339

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-14:30
Publ.: DCD - 22/03/2017 -		DÉCIO LIMA-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

**Sumário**

Indignação com a redução do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Brasil. Repúdio às proposições relativas à terceirização de contratos de trabalho e às reformas previdenciária e trabalhista.

---

**O SR. DÉCIO LIMA** (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não há outra expressão senão "indignação" porque o Brasil passa a estar no mapa da redução do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Isso faz parte deste conjunto que temos denunciado com relação à agenda econômica de subdesenvolvimento que está sendo debatida nesta Casa. O Brasil, portanto, reduz seu IDH - anunciado hoje.

Nós vamos fazer aqui a resistência contra a reforma da Previdência e também contra esse modelo de querer fragilizar os direitos dos trabalhadores, que é a terceirização.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há cerca de 1 ano, a trama golpista que viria a interromper o Governo da Presidenta Dilma Rousseff se apoiava em discursos de grande apelo junto à população, especialmente quando prometia a retomada do crescimento econômico e o combate à corrupção. Neste Parlamento, foram articuladas ações que desestabilizaram a nossa democracia e que, sob o disfarce da sensatez e da moralidade, lançaram o País na vexatória situação em que nos encontramos.

Desde que assumiu a Presidência da República, Temer e seus asseclas do PMDB e do PSDB têm imposto ao povo uma série absurda de retrocessos e perdas, enquanto promove medidas que beneficiam apenas o mercado financeiro, os especuladores e aqueles que sempre estiveram no topo de uma pirâmide social injusta e extremamente desfavorável à classe trabalhadora e aos mais pobres.

A toque de caixa, o Governo tenta aprovar, aqui na Câmara dos Deputados, uma proposta de reforma trabalhista que configura verdadeira ameaça a direitos consagrados dos trabalhadores brasileiros. Encaminhada à Casa no final de 2016, a proposição abre brechas para a incineração de conquistas históricas. E as argumentações apresentadas para defendê-la não passaram, até o momento, de um arrazoado de inverdades.

Governistas tentam iludir a população dizendo que a flexibilização das leis trabalhistas vai dinamizar o mercado de trabalho e alavancar a geração de empregos, ponto sensível da crise pela qual o Brasil tem passado. O que escondem é o fato de, em todos os lugares do mundo que aprovaram regras mais flexíveis, a reforma trabalhista não surtiu efeito na geração de novos empregos. Seu principal resultado foi a precarização das relações de trabalho, deixando os trabalhadores sem auxílios fundamentais para o bem-estar e a dignidade de suas famílias.

Há, ainda, os que dizem que nossas leis trabalhistas são muito engessadas e ultrapassadas. Ora, senhoras e senhores, poucas normas legais foram tão alteradas e modernizadas ao longo do tempo como a CLT. Não ficamos estagnados na década de 40. A evolução das relações trabalhistas imprimiu suas marcas no nosso arcabouço jurídico sem, no entanto, sobrepujar direitos básicos e essenciais.

Outro ponto da reforma trabalhista que pode gerar consequências cruéis para os trabalhadores é a previsão de prevalência do negociado sobre o legislado. A lei atual já permite esse tipo de tratativa, desde que seja benéfica para o trabalhador. Pela proposta do Governo, os acordos fechados em circunstâncias em que a classe patronal esteja mais representada do que a dos trabalhadores poderão valer mais do

que qualquer lei, mesmo que violem direitos consagrados.

Não podemos deixar que tema tão importante para a população seja tratado sem a devida atenção de todos os segmentos da sociedade. É inaceitável que deliberemos sobre essa reforma sem levar em conta o que pensam e querem os maiores afetados pelas eventuais mudanças.

O que está em curso no Brasil é uma afronta às maiores conquistas que obtivemos na nossa história republicana. Querem desmontar, de uma só vez, a estrutura protetora que é a CLT, legada por Getúlio Vargas; as sólidas bases da democracia, cunhadas na nossa Constituição por Ulysses Guimarães; e o aparato garantidor de assistência social e de diminuição das desigualdades, construído pelo Presidente Lula.

Resistiremos e lutaremos, com todas as nossas forças, para que o povo brasileiro não seja vítima de mais um golpe.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui repudiar a tramitação do projeto da terceirização, assim como a proposta de reforma trabalhista apresentada a esta Casa. Querem escravizar o futuro do nosso País. Os direitos dos trabalhadores estão sendo atacados pelo Governo do PMDB/PSDB e por esta Casa de Leis. Direitos, como férias, 13º salário, licença-maternidade, carteira assinada, FGTS, hora extra, entre outros, estão na mira dessas propostas. O Brasil diz "não" à terceirização e à reforma trabalhista, assim como ao desmonte da Previdência.

Eu rogo a V.Exa., portanto, que receba como lido este pronunciamento e dê divulgação nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.



039.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

21/03/2017-15:36

Publ.: DCD -  
22/03/2017 -

LUIZ SÉRGIO-PT -RJ

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

QUESTÃO DE  
ORDEM  
QUESTÃO DE  
ORDEM

---

### *Sumário*

Questão de ordem sobre reclamação de autoria do Deputado Benito Gama com pedido de consideração do parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público sobre o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, como não escrito. Pedido à Presidência de consideração do parecer como válido e regimental.

---

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem, com base nos arts. 190, I, e 17, I, "q", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A motivação da presente questão de ordem decorre da Reclamação, protocolada na Mesa pelo Deputado Benito Gama, que solicita que o parecer oferecido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, seja considerado como não escrito, por não ter separado a votação em grupos.

Ressalto que o Relator da Comissão de Trabalho proferiu seu parecer pelo acolhimento integral do substitutivo do Senado Federal. A votação na Comissão se deu em globo, em um só ato, conforme o inciso I do mesmo art. 190.

Conforme expresso no próprio art. 190, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o que deve ser feito em grupo é a votação das emendas, de acordo com o parecer do Relator, e não a menção a elas no parecer da Comissão.

Uma vez no Plenário, a organização da votação, conforme o parecer adotado pelas Comissões, é papel do Presidente da Casa, e da sua equipe de assessoramento, conforme previsto no art. 17, I, "q", do Regimento, segundo o qual é atribuição do Presidente estabelecer o ponto da questão, da proposição, que será objeto da votação.

Portanto, venho solicitar que a Presidência desta Casa dê a correta interpretação às previsões mandamentais contidas nos arts. 190, I, e 17, I, "q", para que o parecer da Comissão de Trabalho, de



Administração e Serviço Público seja considerado válido e regimental.

Esta é a questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Deputado Luiz Sérgio, vou recolher a questão de ordem e encaminhar à Mesa para deliberação.

---

Documento 21/339

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-15:38
Publ.: DCD - 22/03/2017 -		ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Relevância da questão de ordem do Deputado Luiz Sérgio sobre pedido à Presidência de consideração do parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público sobre o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, como válido e regimental. Pedido à Mesa Diretora de manifestação, na resposta à questão de ordem, sobre a permanência no Senado Federal do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

---

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acabo de ler o texto. Creio que a questão de ordem apresentada é da maior relevância.

Deputado Luiz Sérgio, eu pediria licença para acrescentar à questão de ordem de V.Exa. a seguinte indagação: por que o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que a Câmara aprovou, encontra-se no Senado sem tramitação?

Ou seja, uma coisa é o PL 4.302/98, que V.Exa. transformou no foco da questão de ordem, o que eu considero pertinente. Mas há uma outra questão: por que nós na Câmara teremos que votar um texto mais

antigo, que está aqui na Câmara e já foi votado pelo Senado, sem que aquela Casa dê tramitação ao projeto mais recente que lá chegou?

Eu diria que esse é um assunto conexo com a questão de ordem. Eu pediria à Mesa que o considerasse. Obrigado.

---

Documento 22/339

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 15:38
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	LUIZ SÉRGIO-PT -RJ PELA ORDEM DISCURSO

---

***Sumário***

Pedido à Presidência de incorporação das sugestões do Deputado Esperidião Amin à questão de ordem apresentada pelo orador.

---

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - À questão de ordem que estou formulando à Mesa oficialmente eu incorporo as sugestões do Deputado Esperidião Amin, transformando-as em uma única questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - V.Exas. serão atendidos, Deputados Luiz Sérgio e Esperidião Amin. Está recolhida essa questão de ordem.

---

Documento 23/339

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 15:42
------------	--	----------------------



Publ.: DCD - 22/03/2017 -

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

CAETANO-PT -BA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Contrariedade à reforma da Previdência Social. Necessidade de aprofundamento das investigações relacionadas à Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. Rejeição à proposta do Governo Federal de reforma trabalhista. Repúdio a proposição sobre terceirização de mão de obra. Visita ao Município de Santo Estêvão, Estado da Bahia, para inauguração do sistema de abastecimento de água da municipalidade.

---

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa conversa de que a reforma da Previdência vai aquecer o mercado de trabalho, vai gerar emprego, vai gerar renda é conversa para boi dormir.

Aliás, falando em boi dormir, está aí a Operação Carne Fraca, mostrando que é preciso ir a fundo para apurar o que está acontecendo. Seria importante que houvesse uma CPI para apurar isso, assim como a CPI da Previdência.

Previdência não dá prejuízo em lugar nenhum do Brasil. Eu fui Prefeito da cidade de Camaçari e construí lá a previdência municipal. No primeiro ano de governo, havia 7 milhões no caixa do ISSM - Instituto de Seguridade do Servidor Municipal, e o deixei com quase 150 milhões, em 8 anos.

Não tem que haver prejuízo na Previdência, o que há é má gestão. Aliás, má gestão é o que mais existe no Governo Temer! Olhem o escândalo agora aí. O Presidente está numa fase miserável. Inclusive, foi a uma churrascaria comer carne importada! O tiro está saindo pela culatra a todo instante.

Povo brasileiro, está dando certo a mobilização contra a reforma da Previdência. Vamos ter que barrar no Congresso Nacional essa reforma. Essa matéria sobre a terceirização da mão de obra é uma imoralidade contra os trabalhadores. A reforma trabalhista é outra porrada nos sindicatos e na organização dos trabalhadores. Então, nós temos que barrar essas propostas! Nós temos que nos mobilizar de norte a sul, de leste a oeste neste País. O povo tem que tomar as ruas, tem que se manifestar, procurar seus Deputados, não aceitar que os seus Deputados votem contra o povo, votem contra a sociedade brasileira.

Eu voto contra a reforma trabalhista! Sou contra essa terceirização imoral que querem aprovar nesta Casa! Sou contra a reforma da Previdência! Quero deixar bem clara aqui a minha posição desde este instante.

Sr. Presidente, agora registro que estive com o Governador Rui Costa, visitamos a belíssima cidade de Santo Estevão. O Prefeito Rogério, o Presidente da Câmara de Vereadores, George, o Vice-Prefeito e toda a sociedade nos receberam muito bem. Inauguramos o sistema de água do Município.

O Governador se comprometeu em fazer a pista que liga Santo Estevão a Ipecaetá. Estavam presentes a Prefeita de Ipecaetá, os Vereadores daquela região, a comunidade. Foi uma festa belíssima.

Parabenizo o Governador Rui Costa, parabenizo o Prefeito Rogério, de Santo Estevão, que está nesta Casa hoje, juntamente com o Vice-Prefeito. Estão em Brasília na busca de melhorias para o sistema de saúde e para a rede de esgoto do Município de Santo Estevão, no Recôncavo Baiano, Estado da Bahia.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado Caetano.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos assistem e nos acompanham pela *TV Câmara*, hoje ocupo este espaço para falar sobre mais um ataque à classe trabalhadora, que está sendo articulado pelo Governo ilegítimo de Michel Temer.

A mobilização popular deu resultado, nobres colegas. Depois do que se viu no dia 15 de março, Temer e seus aliados estão com medo de não conseguir aprovar o desmonte da Previdência. Sabendo disso, eles puxam da manga mais um projeto (de 1998) que é uma verdadeira catástrofe para a classe trabalhadora: a terceirização completa! Trata-se, povo brasileiro, de mais uma retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Que ninguém se engane com esse discurso de modernidade que os defensores da terceirização pregam. Um estudo realizado pelo DIEESE e pela CUT em 2015 registrou a elevada precarização que sempre



acompanha a terceirização. Terceirizar significa tirar deveres dos empregadores e direitos dos trabalhadores. Menores salários, menos direitos, mais horas de trabalho, mais calotes. Com jornadas maiores e ritmo de trabalho exaustivo, a terceirização acaba, na verdade, por reduzir o número de postos de trabalho. Rapidamente, podemos citar oito pecados da terceirização no Brasil:

- 1) fecha empresas e não paga verbas rescisórias;
- 2) submete trabalhadores a jornadas mais longas;
- 3) paga 24,7% a menos aos trabalhadores e trabalhadoras;
- 4) faz com que os terceirizados permaneçam, em média, apenas 2,7 anos nos empregos;
- 5) impede a geração de novas vagas;
- 6) aumenta a rotatividade da mão de obra;
- 7) não gera emprego;
- 8) aumenta o lucro das empresas - é esse interesse que impulsiona o projeto.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não podemos aceitar esse golpe contra a Constituição e os direitos dos trabalhadores. Vamos mais uma vez nos levantar contra essa aberração que os golpistas querem aprovar nesta Casa.

Não à terceirização! Não à reforma trabalhista!

Não ao desmonte da Previdência!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que nos assistem e nos acompanham pela *TV Câmara*, hoje ocupo este espaço para falar sobre uma grande agenda que realizamos no final da semana passada, no Município de Santo Estevão, na Bahia, onde estive junto com o Prefeito Rogério dos Santos Costa, com o Governador Rui Costa, ambos do PT, com o Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, Cássio Peixoto, e com outras

lideranças.

O Governador Rui Costa inaugurou um novo sistema integrado de abastecimento de água. Desenvolvido com investimento de R\$ 28,4 milhões, o empreendimento vai atender 116 mil baianos dos Municípios de Santo Estêvão, Anguera, Ipecaetá e Santa Preta, na região do Portal do Sertão, que passam a ter acesso a água tratada.

Água é sinônimo de vida e de saúde. Não faz sentido investir em posto de saúde e não investir em abastecimento e esgoto. Por isso, o Governo Wagner criou o programa Água para Todos e fez o maior investimento em abastecimento da história da Bahia. E o Governo Rui, agora, está dando prosseguimento a esse programa.

O novo sistema tem quatro estações elevatórias, uma adutora de água bruta e outra de água tratada, uma estação de tratamento de água e outra de lodo, dois reservatórios e uma rede de distribuição de quase 15 quilômetros, alcançando 1.345 novas ligações domiciliares. Com ele, a capacidade de vazão é ampliada de 120 mil para 240 mil litros por segundo.

Ainda em Santo Estêvão, o Governador visitou duas estações de tratamento que serão administradas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA: uma de água e outra de esgoto. O sistema de esgotamento deverá ser inaugurado em 60 dias. Rui garantiu que voltará ao Município para a inauguração da obra, que custou R\$ 19 milhões.

A EMBASA agora vai começar a fazer a ligação nas casas, e Santo Estêvão vai chegar a ser uma das cidades com maior cobertura de esgotamento do Brasil. No início, serão 50% de cobertura, mas a capacidade do sistema é para uma cobertura de 100%.

Ainda em relação a essa agenda, foram entregues pelo Governador três viaturas - duas para a Polícia Civil e uma para a Polícia Militar -, que servirão as cidades de Irará, Conceição do Jacuípe e Terra Nova.

Além disso, Sr. Presidente, aproveitei a oportunidade para levar até o Governador Rui uma demanda da Prefeita Sueder Silva, do Município de Ipecaetá. A Prefeita e a comunidade destacam a importância da recuperação da BA-120, que liga o Município de Santo Estêvão ao Município de Ipecaetá. Tenho certeza de que essa demanda será atendida pelo Governador Rui Costa.

Sr. Presidente, deixo registrada aqui mais essa grande obra do Governador Rui Costa, que vem dando continuidade ao trabalho do



então Governador Jaques Wagner e vem trabalhando para melhorar a qualidade de vida do povo baiano.

Parabéns, Rui! Conte conosco!

---

Documento 24/339

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-15:46
Publ.: DCD - 22/03/2017 -		PEDRO UCZAI-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Participação do orador no ato de entrega, no Senado Federal, do requerimento de criação de CPI sobre a situação financeira da Previdência Social.  
Necessidade de rejeição de proposta sobre terceirização de mão de obra.

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr.** Presidente, Srs. Parlamentares, inicia-se uma nova trajetória para se demonstrar que a reforma da Previdência, que tira direitos de agricultores, de professores, de trabalhadores brasileiros, não é necessária. A CPI sobre o tema no Senado vai dar essa contribuição à democracia brasileira. Estive lá também, para acompanhar a entrega do requerimento, com as assinaturas, à Secretaria-Geral no Senado.

E hoje não podemos permitir que esta Casa, a Câmara dos Deputados, desmonte os direitos trabalhistas que foram conquistados ao longo de quase 1 século neste País. O Ministério do Trabalho foi criado em 1930; o salário mínimo, em 1940; a CLT, em 1943; e a Constituição de 1988 consolidou os direitos trabalhistas.

Terceirização, precarização, negociado sobre o legislado, trabalho temporário. Temos que barrar esse pacote da maldade hoje na Câmara dos Deputados. Não vamos cometer esse crime contra os

trabalhadores brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado.

---

Documento 25/339

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 15:50
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	ASSIS CARVALHO-PT -PI PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Solidariedade ao blogueiro Eduardo Guimarães, alvo de mandado de condução coercitiva. Congratulação ao Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, por atuação pelo reconhecimento do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como responsável pelo projeto de transposição de águas do Rio São Francisco. Prejuízos decorrentes de investigação sobre a produção e comercialização de carnes no Brasil. Contrariedade a proposta sobre terceirização de mão de obra. Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer.

---

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero externar a minha solidariedade ao blogueiro Eduardo Guimarães, que, com o restabelecimento da Lei da Censura, foi sequestrado nessa madrugada. Lamentavelmente, só quem pode ter conhecimento prévio de algumas operações no Brasil é a Globo. Qualquer outro comunicador, se tiver conhecimento prévio, sofre esse tipo de ameaça. É a democracia brasileira que está ameaçada.

Sr. Presidente, eu quero agora saudar e louvar o grande Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho. Realiza um forte enfrentamento, atua para não permitir que uma mentira repetida se torne verdade. Ele mostrou na Paraíba quem foi o Presidente do Brasil que, sensível ao sofrimento do povo nordestino, fez o sertão virar mar e levou água, desenvolvimento e vida para o Nordeste.

Aqueles que nunca tiveram sensibilidade lutam agora desesperadamente para ser o pai de uma criança que não foi gerada naturalmente por quem quer reivindicar essa paternidade.

Viva Lula! Viva o povo brasileiro e o povo nordestino, que reconhece quem realmente tem lutado pelo Nordeste!

Sr. Presidente, eu também não posso deixar de externar o meu repúdio a esse *show* pirotécnico - isso virou rotina no Brasil - que desemprega milhões de pessoas. Eu me refiro a esse episódio dos frigoríficos. É inaceitável que, com a investigação neste momento de 21 dos 4.850 frigoríficos do País, se coloque esse fato para o Brasil inteiro, quebrando toda uma cadeia produtiva. Quem tem interesse nesse tipo de episódio que desemprega o povo brasileiro?

*Show* pirotécnico já virou rotina no nosso País, como o do episódio da PETROBRAS, o das prisões irregulares e coercitivas, que no dia a dia rasga a Constituição brasileira. Eu tenho que me opor a tudo o que fere a nossa Constituição.

Neste momento é o povo brasileiro que paga caro por esse tipo de comportamento. Naturalmente, quem comete erro deve ser julgado e condenado. Mas não se pode condenar empregados humildes, uma cadeia produtiva, pequenos produtores que deixam de vender o seu boi, a sua galinha por causa desse tipo de comportamento, que está criminalizando o Brasil perante o mundo. Se o mundo não importa a carne brasileira, é o produtor brasileiro que passa a sofrer bastante com isso.

Sr. Presidente, não posso deixar de registrar a nossa luta contra essa proposição que ousa revogar a Lei Áurea e escravizar todo o povo brasileiro. É um pacote de maldades essa absurda proposta de Lei da Terceirização.

É também um absurdo a reforma trabalhista e a reforma que trata de roubar de todos os brasileiros e brasileiras o direito à aposentadoria.

Estamos aqui, Sr. Presidente, exatamente para dizer que vamos nos opor a esses absurdos. Com eles, ousam aprofundar o golpe que já fizeram contra a Presidente Dilma. Agora intensificam esse golpe ao maltratarem brasileiros e brasileiras.

Vamos continuar lutando contra os absurdos que estão sendo feitos nesta Nação tão querida chamada Brasil.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado pelos

meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado Assis Carvalho. O pedido de V.Exa. será atendido.

---

Documento 26/339

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 15:54
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	NELSON PELLEGRINO-PT -BA BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre trabalho temporário nas empresas urbanas e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nunca se atentou tanto contra os direitos dos trabalhadores neste País como agora no Governo golpista do Presidente Michel Temer. Hoje, pautado pelo Presidente Rodrigo Maia, está na Ordem do Dia o projeto que modifica a terceirização no Brasil e a sua forma de contratação e também modifica as regras em relação ao trabalho temporário.

Quero falar sobre algumas medidas absurdas, no tocante ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, por exemplo, que está em pauta e regulamenta a terceirização de forma ampla e irrestrita nas esferas públicas e também no setor privado.

A matéria não trata da atividade-fim e não proíbe a contratação para esse tipo de atividade. Assim, deixa em aberto o objeto para serem contratados serviços determinados e específicos.

Esse projeto permite a quarteirização: uma empresa terceirizada pode contratar outra. Ele também permite a chamada "pejotização", ou seja, a contratação de uma pessoa física, que assim se constitui para ser contratada sem os devidos encargos.

Esse projeto acaba com o princípio da solidariedade. Quando o empregador faz um contrato, ele tem o tomador principal. Se o empregador principal não honra com as obrigações trabalhistas, cabe ao tomador principal fazê-lo. Ao acabar com a solidariedade e estabelecer o princípio da subsidiariedade, muitas empresas vão sumir do mercado, como somem, e depois, quando forem reclamar contra a empresa principal tomadora, o direito já estará prescrito. Isso é um absurdo! O princípio da solidariedade é fundamental nesse ramo.

Por último, esse projeto tem a pérola de estabelecer uma anistia para todos aqueles que violaram direitos trabalhistas. Em relação ao processo da modificação dos trabalhos temporários, ele permite que os serviços não sejam mais extraordinários para serem contratados. A demanda pode ou não ser previsível. O objeto não seria mais por excesso de serviço, mas por demanda complementar. Ou seja, liberam geral a contratação de qualquer trabalhador, ampliam o prazo de 90 para 180 dias, permitem a substituição no caso de greve - a jurisprudência tem proibido reiteradas vezes a substituição no período de greve -, alteram mais uma vez a questão da responsabilidade solidária, acabando com ela, e abrem caminho para o chamado "negociado sobre o legislado".

Está sendo feita uma minirreforma trabalhista com a votação dessas duas matérias para precarizar os direitos dos trabalhadores. É um absurdo fazer isso neste País que tem 13 milhões de desempregados! Essas medidas, longe do que está sendo preconizado, não vão aumentar a formalização, a contratação, o nível de emprego no Brasil e, sim, precarizar ainda mais as relações trabalhistas.

Somam-se a isso os ataques à Justiça do Trabalho. Portanto, quer se desmontar toda uma legislação construída no Brasil ao longo dos anos. Queremos repudiar essa tentativa. Estaremos aqui no plenário resistindo.

Quero lembrar que, no ano que vem, há eleições. Os que participarem dessa maldade não pensem que o povo e os trabalhadores brasileiros esquecerão. O povo e os eleitores se lembrarão de quem votar a favor desse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado.

---

Documento 27/339

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 16:26
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	GIVALDO VIEIRA-PT -ES PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. GIVALDO VIEIRA** (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Brasil se surpreende com mais uma novidade vinda deste Governo que usurpou o poder através do golpe e tem nesta Casa aqueles que lideram a segunda etapa do golpe, que consiste em passar o trator em cima dos direitos do povo brasileiro. O Presidente marca para esta semana a votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que trata da terceirização ampla e irrestrita.

Esse projeto é de 1998. Passou por aqui no ano de 2000, foi ao Senado e voltou em 2002. De tão ruim que é o projeto, o Presidente Lula, quando chegou ao poder, mandou um comunicado para a Câmara pedindo a retirada do projeto, que foi originalmente enviado pelo Governo Fernando Henrique.

A Câmara não se manifestou sobre o pedido de retirada do Presidente Lula, e agora, surpreendentemente, vão até quase os arquivos da Casa, a um projeto parado, um projeto ofensivo aos trabalhadores, para resgatá-lo e colocá-lo rapidamente na Ordem do Dia, como se fosse uma prioridade para o Brasil.

Esse projeto vai fazer com que o trabalho no Brasil seja precarizado. O trabalhador não terá mais a oportunidade de fazer uma carreira numa empresa, porque a ampla maioria será de funcionários terceirizados. O projeto permite a quarteirização, o projeto permite que o trabalhador seja contratado como pessoa jurídica - é a chamada pejetização. Esse projeto retira a responsabilidade solidária da empresa contratante.



Vai haver um sem-número de calotes nos trabalhadores Brasil afora e não vai haver por parte do contratante a responsabilização.

Vejam: esse projeto propõe a anistia de débitos, penalidades e multas impostas com base na legislação vigente. Isso vai permitir anistiar aqueles condenados em casos de trabalho escravo, por exemplo, além de toda sorte de malfeitos que esse projeto traz em seu bojo. É mais um item do pacote de maldades deste Governo.

Querem retirar os direitos dos aposentados, retirar os direitos dos trabalhadores, atacar os mais pobres, impedir que se aposente no Brasil e fazer retroceder o Brasil ao tempo da escravidão, quando o trabalho não tinha valor.

Vamos votar contrariamente a esse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado.

---

Documento 28/339

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Críticas ao Governo Federal pelas propostas de reformas trabalhista e previdenciária, em prejuízo do trabalhador brasileiro. Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está anunciado para hoje, pelo Presidente desta Casa, o início do debate sobre a

terceirização.

O que é importante nós levarmos em consideração? O Governo golpista Michel Temer tem uma estratégia preestabelecida. Primeiro, foi a proposta de emenda à Constituição que congela os gastos com o serviço público pelos próximos 20 anos. Isso tem uma consequência dura para a educação no Brasil, para a saúde, para o trabalhador e para o próprio salário mínimo. Essa foi uma medida já aprovada nesta Casa. Depois, mandam uma reforma trabalhista justamente para que o trabalhador, que hoje trabalha 8 horas por dia, trabalhe 12 horas por dia com um salário menor.

Como se não bastasse isso, vem a reforma da Previdência. Para quê? Para acabar com a Previdência pública e torná-la privada literalmente. Ou seja, fazem com que os bancos privados apresentem ao País um conjunto de iniciativas para tirar a Previdência pública da população brasileira.

E vão iniciar agora a votação e os debates pela terceirização, que é nada mais do que destruir o serviço público brasileiro, destruir - isso digo com toda a convicção - todo o serviço, o trabalho que nós temos em nosso País de carteira assinada e diminuir o salário da população trabalhadora.

Eu dou um exemplo concreto. Basta um servidor público ver no seu Estado ou no seu Município como que se dá a terceirização nos governos estaduais e municipais.

Como é que se dá? Quantos meses a pessoa fica na empresa terceirizada para poder receber? Qual é o salário que recebe? Ficam sem carteira assinada, sem plano de saúde, sem férias, sem garantia nenhuma! É isso que o Governo golpista quer fazer.

Isso eles dizem que é a modernização da relação do trabalho. Ou seja, querem, de todas as formas, destruir tudo o que existe do ponto de vista da CLT, tudo do ponto de vista da carteira assinada, da garantia do trabalhador.

Para quem rasgou a Constituição Federal, rompendo com a democracia, isso não é nada. Nós só temos uma saída: a sociedade brasileira se organizar, ir para a rua, pressionar. E "fora, Temer!" Não há outro jeito. Nós só temos essa saída para poder fazer com que os nossos direitos sejam respeitados no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 29/339

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 16:44
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	REGINALDO LOPES-PT -MG BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio ao projeto de terceirização do trabalho.

---

**O SR. REGINALDO LOPES** (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero manifestar minha indignação em relação a esse projeto de terceirização. Nós acumulamos um debate muito polêmico durante vários anos, para submeter este Plenário a um projeto antigo, ainda da época do Fernando Henrique Cardoso.

Neste momento de dificuldades econômicas, o que esta pauta do Governo ilegítimo do Temer está propondo ao brasileiro é subemprego em vida e aposentadoria em morte.

Eu acho que esta combinação de desmonte da Previdência com reforma trabalhista mais terceirização é uma vergonha, porque compromete nosso pacto civilizatório e compromete nossa Constituição de 1988.

Portanto, este Governo, em minha opinião, não tem nenhuma legitimidade, e este Parlamento também tem quase nenhuma legitimidade para apreciar essas matérias.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado.

Documento 30/339

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-16:50
Publ.: DCD - 22/03/2017 -	HILDO ROCHA-PMDB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Incongruência entre a importância de operação policial para investigação de fraudes na produção e comercialização de carnes e a forma de divulgação da operação pela Polícia Federal. Congratulação ao Presidente da República, Michel Temer, pela agilidade na condução do caso. Apoio à votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

**O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.)** - Deputado Capitão Augusto, que preside esta sessão, Sras. e Srs. Deputados, fomos abalados no último final de semana por uma gigantesca operação policial que fez busca e apreensão em algumas plantas de frigoríferos, prendeu alguns executivos do ramo e levou ao conhecimento da população que estaria ocorrendo um escândalo no segmento de carne em nosso País. Isso realmente amedrontou a população, que ficou apavorada com tudo o que foi divulgado.

Logicamente, a ação da Polícia Federal é importante. Essa operação deveria ter sido feita, mas não com tal visibilidade. Escandalizaram um fato tão pequeno diante do volume tão grande de frigoríferos no País. Além disso, as informações não foram muito bem dadas, o que criou uma série de versões que não condizem com a verdade, com o que ocorre nas plantas industriais dos frigoríferos em nosso País.

A reação do Governo do Presidente Michel Temer foi eficiente e rápida, o que amenizou a situação criada. Obviamente, repito, a operação foi importante, até mesmo para que nós soubéssemos o que ocorre em alguns frigoríferos do nosso País, mas tal fato ocorreu num pequeno número de frigoríferos. Também havia poucos servidores públicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento envolvidos. O

Presidente Michel Temer determinou que fossem exonerados aqueles que ocupavam cargos de confiança e que fossem afastados os demais para a abertura de processo administrativo. Portanto, quero parabenizar o Presidente Michel Temer pela agilidade em resolver o grave problema ocorrido neste final de semana em nosso País.

Sr. Presidente, ouvi alguns oradores que me antecederam falarem sobre o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que será discutido hoje. Este PL foi devidamente discutido por vários anos, o substitutivo já foi aprovado no Senado e hoje será apreciado na Câmara.

Este substitutivo do Senado não terceiriza o serviço público, diferentemente do que dizem, pelo contrário: ele garante os direitos que os trabalhadores hoje não têm. Se os trabalhadores terceirizados hoje não recebem seus salários em dia, o motivo é a falta de uma legislação própria para esses serviços terceirizados.

É bom que se deixe claro a veracidade do que ocorre nesta Casa Legislativa, do que aqui tramita, para não trazerem inverdades.

O que nós vamos votar hoje é o substitutivo do Senado que trata da regulamentação do serviço terceirizado, algo que já ocorre no mundo inteiro.

Hoje em dia, para se produzir qualquer aparelho desses, na quarta revolução em que vivemos, é necessário que haja várias indústrias. No momento em que estivermos discutindo este assunto, o PL 4.302, eu vou apresentar mais detalhes com relação ao tema.

Inclusive, esta matéria já foi aprovada no Senado e com o voto de alguns partidos que hoje se posicionam contrários à regulamentação da terceirização.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi eficiente e enérgica a reação do Sr. Presidente da República em relação à operação deflagrada pela Polícia Federal contra frigoríficos, que teve como foco a venda ilegal de carnes.

A ação do Governo Federal foi oportuna e eficaz para evitar a generalização do fato e o comprometimento da imagem do País e das

nossas exportações.

É importante destacar que a operação policial é positiva. O que precisava ser feito, e foi, é o esclarecimento à população, pois como afirmou o Presidente Michel Temer e autoridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: *"Temos 99,5% do setor absolutamente em dia, oferecendo produtos saudáveis, dentro dos prazos estabelecidos de conformidade e validades"*.

As falhas que foram detectadas na operação precisam ser abolidas, os agentes envolvidos, punidos, pois conforme constatei são exceções pontuais envolvendo algumas marcas e um universo pequeno de servidores que praticavam as ilicitudes.

Como afirmou o Governo Federal, a maioria dos agentes do Ministério da Agricultura está cumprindo o seu dever e a imagem da proteína brasileira é impecável no exterior, em razão disso, somos os maiores exportadores de carne do mundo.

Portanto, foi um absurdo nivelar tudo, generalizar da forma como foi feito, causando assombro na população, que no Brasil toda a produção e comercialização de carne não atende às regras de segurança alimentar. Quando é justamente o contrário: somos o País que tem a melhor biossegurança e, como explicou o Presidente Michel Temer, além da nossa inspeção, somos ainda submetidos à inspeção dos técnicos de países importadores, que nos visitam periódica e continuamente.

Cumprimento o Sr. Presidente da República pela pronta resposta, tão necessária e importante, comportamento de uma autoridade que tem compromisso e responsabilidade. Era o que o País aguardava.

Os acontecimentos ocorridos farão com que o Governo aprimore ainda mais o sistema de vigilância sanitária do País. Os mercados lá fora já receberam a segurança nos esclarecimentos por parte das nossas autoridades.

Os estragos iniciais foi resultado de desinformação e de equívocos, que requer cuidados a partir de agora em relação a episódios como esse. O Presidente da República já transmitiu tranquilidade aos países compradores de nossos produtos.

Muito obrigado.



Documento 31/339

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-16:54
Publ.: DCD - 22/03/2017 -		PAULÃO-PT -AL
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Transcurso do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Contrariedade a projeto de lei sobre terceirização de mão de obra. Expectativa de retirada de pauta da proposta de reforma da Previdência.

**O SR. PAULÃO (PT-AL.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria prestar solidariedade à Deputada Benedita da Silva, que em seu discurso fez referência ao dia 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, que tem como marco a cidade de Joanesburgo,

Mas o debate que trago a este Parlamento é a respeito do projeto açodado e irresponsável que o Presidente da Casa quer colocar em pauta hoje e amanhã, o da terceirização. Vindo do Senado, é o projeto original da época do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando o Presidente Lula assumiu, logicamente, não quis dar tramitação à matéria e a arquivou. Depois veio outro projeto, mais leve. E agora esse projeto volta a ser o original, o mesmo da época de Fernando Henrique Cardoso.

Esse projeto quebra todas as relações, inclusive nos campos público e privado. O que estava tramitando nesta Casa preservava as atividades-fim. O atual afeta as atividades-fim e as atividades-meio.

Além disso, como foi dito aqui por oradores que me antecederam, o projeto perdoa todas as punições que foram imputadas aos maus empresários, para não se generalizar, inclusive os acusados de prática de trabalho escravo ou análogo a este.

Em Alagoas, nós temos um caso interessante, em que um grande

empresário do ramo da construção civil, da Construtora Lima Araújo, está respondendo a vários processos em que é acusado de prática de trabalho escravo e até hoje não pagou. Quando houve as manifestações relativas ao golpe, ele foi um dos precursores e saiu nas ruas, não só participando, mas financiando. É muita cara de pau!

Sr. Presidente, se houver a aprovação da terceirização, essa fatura do Governo ilegítimo de Temer, não precisa nem de reforma trabalhista.

Quanto à reforma da Previdência, V.Exas. já perceberam que há mobilização popular, a matéria caiu na vontade do povo, e esta Casa não irá votar. O que está em jogo agora é a terceirização. Sendo votada, nem a reforma trabalhista será necessária. Então, isso é muito grave.

Espero que tenha sensibilidade o Presidente Rodrigo Maia, que ouça as Lideranças e não coloque a matéria da terceirização em pauta, porque se trata de um desmonte da relação capital/trabalho, principalmente no que se refere aos trabalhadores, que são a parte hipossuficiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 32/339

039.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

21/03/2017-17:00

Publ.: DCD -  
22/03/2017 -

SILVIO TORRES-PSDB -SP

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Esclarecimentos sobre o teor de projeto de lei em votação na Casa sobre terceirização de mão de obra. Defesa do parecer do Deputado Laercio Oliveira, Relator do projeto.

---

**O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós reiniciamos hoje um debate sobre a**

terceirização no Brasil.

Tivemos, no ano passado, um amplo debate sobre esse tema, debate esse que envolveu a sociedade - aliás, ele já vem envolvendo a sociedade há anos -, e chegamos ao projeto de lei que foi enviado ao Senado. E, lá, o Senador Renan Calheiros engavetou o projeto, de que, desde então, não temos notícias. Enquanto isso, 10 milhões de trabalhadores terceirizados ou mais, sem nenhuma garantia, trabalham precariamente, sem direitos, sem amparo, ao deus-dará, ou melhor, por conta da lei da sobrevivência do mercado.

Hoje, nós começamos a discutir, eu volto a dizer, outro projeto, um de 1998, que, aprovado na Câmara em 2002, seguiu para o Senado, onde foi aprovado, voltou para a Câmara e ficou engavetado na CCJ durante todo esse tempo.

Em boa hora, o Presidente da Câmara nomeou o Deputado Laercio Oliveira para ser o Relator desse projeto, e o Deputado fez um excelente trabalho, de modo criterioso, rigoroso, resgatando as teses anteriores que davam a liberdade de o trabalhador poder escolher a sua forma de trabalho, o que não tira nenhum direito.

Ao contrário do que tentam passar aqui, o trabalhador é protegido e tem os mesmos direitos que o trabalhador da empresa não terceirizada garantidos. Isso vai contribuir para destravar o desemprego neste País. Há 13 milhões de trabalhadores desempregados, uma herança dos Governos Lula e Dilma.

Agora, aqueles que deixaram o País nesta situação querem impedir que o País avance, que as relações se modernizem e que, finalmente, possa se dar alguma esperança de recuperação.

Então, neste momento, venho aqui fazer a defesa do projeto do Deputado Laercio Oliveira. Peço a todos que não se iludam com as mentiras. O que está na lei, o que está escrito no projeto, é o que atende aos interesses...

*(Desligamento automático do microfone.)*

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-17:10
Publ.: DCD - 22/03/2017 -		BOHN GASS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### **Sumário**

Expectativa de punição dos culpados por irregularidades na fiscalização sanitária de produtos agropecuários, no âmbito da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. Defesa de adoção de medidas pelo Governo Federal para minimização dos efeitos da exposição do caso pela Polícia Federal. Atribuição, pelo povo nordestino, da autoria das obras de transposição de águas do Rio São Francisco aos ex-Presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Críticas à inclusão na pauta de votações da Casa de projeto sobre terceirização de mão de obra.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje são três os temas inescapáveis de que quero tratar nesta tribuna.

O primeiro é a tal Operação Carne Fraca. Houve fraude e corrupção. Então, que todos os culpados sejam presos e punidos! Ao Governo cabe agir imediatamente para dar a real dimensão dessa fraude, porque não resta dúvida de que ela não envolve o setor inteiro, como a Polícia Federal fez parecer.

Com razão, o setor de carnes está reclamando do espetáculo da Polícia Federal. Isso causou enormes prejuízos à indústria e ainda pode causar também um grave problema social, já que o setor emprega milhões de trabalhadores.

Nós da Esquerda há tempos vínhamos chamando atenção para os danos desses *showzinhos* de setores da Polícia Federal, com amplificação da mídia nacional. Espero que a reação dos poderosos, dos donos dos grandes frigoríficos, sirva para impor limites, não às investigações, mas à disseminação de convicções sem provas, às interpretações levianas e às conduções precipitadas.

O segundo tema que trago aqui é a inauguração popular de obras da transposição de águas do Rio São Francisco. Uma multidão foi à Paraíba espontaneamente para receber Lula e Dilma. As imagens não

deixam dúvida: o povo foi agradecer aos únicos governantes que tiveram a coragem de levar água a uma população que vivia condenada à aridez do solo e à sede. Foi lindo, uma lição aos golpistas.

Não adianta Temer tentar roubar a paternidade da obra. O povo brasileiro sabe que quem fez essa transposição de águas foram Lula e Dilma. E o Lula mesmo disse: *"Fui o único que precisou carregar água na cabeça, como nordestino, sofrendo com a sede."*

Para encerrar, devo dizer que a ação golpista segue nesta Casa, e a inclusão na pauta de um velho projeto sobre terceirização é mais uma ação premeditada deste Governo covarde, incapaz de enfrentar os ricos e que, de novo, vai tentar sacrificar direitos de quem trabalha. Esse projeto acaba com a CLT, reduz salários e joga a massa trabalhadora num mundo de desassistência, de acidentes, de mortes. É um crime! Mas, podem ter certeza, a história mostrará quem são os cúmplices desse verdadeiro assassinato dos direitos legítimos do povo trabalhador.

Nós faremos o bom combate contra esse projeto de terceirização.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado. Vamos divulgar seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, se assim V.Exa. permitir.

---

Documento 34/339

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 17:14
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PEDRO UCZAI-PT -SC PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não bastasse a iniciativa de desmontar e destruir a previdência pública, os direitos dos aposentados, dos agricultores, professores e trabalhadores deste País, está na pauta de hoje o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que desmonta, destrói uma tradição histórica dos trabalhadores brasileiros. Ele não só atinge o trabalho temporário, que será permitido por 180 dias, mais 90 dias, como também, se houver negociação entre o trabalhador e o patrão, poderá ser prorrogado ainda mais.

Ou seja, o trabalho temporário vai ser consecutivo, ou não, e, ao longo de todo o processo produtivo, haverá um pingue-pongue de trabalhador de uma empresa para outra, destruindo direitos trabalhistas, destruindo direitos sociais, destruindo qualquer possibilidade de efetivamente contar 49 anos de contribuição para fins de se aposentar.

O que vai ser feito hoje aqui, o negociado sobre o legislado, desmonta a força dos trabalhadores, a sua história e a sua identidade.

A terceirização na área fim, na área privada, na área pública - e o trabalho temporário inclusive na área rural -, desmonta todo o processo de produção econômica neste País a partir dos interesses dos trabalhadores.

Quando se vai desresponsabilizando o Estado brasileiro de mediar as tensões e os conflitos entre capital e trabalho, fica por conta do próprio mercado permitir não só a terceirização, mas também a quarteirização - e não me venham com o discurso de que isso vai gerar emprego ou melhorar a vida dos trabalhadores. Um patrão paga mil reais. Quanto vai se pagar se forem dois patrões, se ambos precisam ter rentabilidade e lucro? A renda do trabalhador vai diminuir!

E quando for possível ter três patrões, quarteirizando o serviço? Esse projeto, que vai ser votado aqui, esse crime contra os trabalhadores, permite que uma empresa terceirizada contrate, de uma quarta empresa, o serviço, o trabalho temporário. Isso vai se tornar definitivo para as áreas meio e fim.

Portanto, o que está em debate hoje aqui é um crime contra a legislação trabalhista, um crime contra os trabalhadores do campo e da cidade, um crime contra as conquistas históricas, que estão sendo desmontadas no dia de hoje.

Não à reforma trabalhista! Não ao PL 4.302! Ressuscitaram um defunto



aqui nesta Casa - é um projeto de 1998, não tem cabimento! -, sem debate, sem discussão. Eu ouvi um Deputado na tribuna, há pouco, dizendo que houve amplo debate. Onde? Com quem? Quando do Projeto de Lei nº 4.330, que está no Senado, houve diálogo e discussão com as centrais sindicais, que agora apresentaram um parecer, através do Senador Paim - houve diálogo e discussão -, mas aqui, ressuscitaram um projeto, lá de 1998, cuja retirada de pauta foi solicitada em 2003 pelo então Presidente Lula, porque era um famigerado projeto.

Agora, incorpora-se o negociado sobre o legislado, a terceirização na área fim, além dos trabalhos temporários, o que aprofunda o bico, aprofunda a total precarização das relações trabalhistas.

O trabalhador, se este projeto for votado hoje, não vai se aposentar neste País, porque nunca terá condições de contribuir por 49 anos para obter, na aposentadoria, o benefício integral.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

---

Documento 35/339

---

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 17:18
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ESPERIDIÃO AMIN-PP -SC BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Esclarecimento ao Deputado Pedro Uczai sobre questão de ordem formulada pelo Deputado Luiz Sérgio e complementada pelo orador.

---

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já foi apresentada uma questão de ordem pelo Deputado Luiz Sérgio.

Chamo a atenção do Deputado Pedro Uczai, porque o assunto é a

propósito do que ele falou.

Já foi apresentada uma questão de ordem pelo Deputado Luiz Sérgio, a qual eu acrescentei um pequeno adendo, exatamente a respeito do Projeto de Lei nº 4.330, de 2016, que está no Senado Federal, e ninguém sabe o que aconteceu com ele. Enquanto isso nós temos, na pauta, para eventual votação o Projeto de Lei nº 4.302, de 2016.

Eu só queria reforçar a questão de ordem, que é do Deputado Luiz Sérgio, mas que tem um complemento, a minha sugestão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está feito o reforço.

---

Documento 36/339

---

039.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

21/03/2017-17:30

Publ.: DCD -  
22/03/2017 -

VALMIR PRASCIDELLI-PT -SP

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Alerta à população sobre perda de direitos em caso de aprovação das reformas previdenciária e trabalhista conforme proposta do Governo Federal.

---

**O SR. VALMIR PRASCIDELLI** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero usar estes poucos minutos hoje para falar principalmente com a população que nos vê pela *TV Câmara* e pelas redes sociais a respeito da atenção que ela precisa ter sobre o que está acontecendo no Parlamento, especialmente nesta Casa.

Vivemos uma conjuntura em que a economia vai mal, e o Governo tem encaminhado medidas para privilegiar o poder econômico, o capital

financeiro, em detrimento dos interesses e dos direitos dos trabalhadores.

O Governo encaminha para cá a famigerada reforma da Previdência e a famigerada reforma trabalhista. A reforma da Previdência já ganhou os quatro cantos do Brasil. As pessoas estão entendendo que querem acabar com o sistema previdenciário nacional, querem tirar o direito de os brasileiros se aposentarem.

Mas o nosso alerta para a população, em especial para os trabalhadores, é com relação à reforma trabalhista e ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que está na pauta desta Casa hoje, que diz respeito à terceirização. Com a aprovação desse projeto, querem, na realidade, de modo enviesado, acabar com o direito das pessoas à aposentadoria.

A palavra bonita é "*pejotização*": transformar o trabalhador em pessoa jurídica. Aqueles que acham que isso é coisa moderna têm que saber que isso vai retirar o seu direito, vai diminuir o seu salário, vai inviabilizar o seu direito à aposentadoria, porque você não pagará mais a Previdência.

Mais do que isso: querem fazer a reforma trabalhista através de um projeto que vai ser aprovado nesta Casa açodadamente, sem o debate necessário; querem diminuir o salário dos trabalhadores; e querem dizer, com isso, que vão recuperar a economia. É uma falácia! Não há recuperação da economia retirando-se direitos, retirando-se salário das pessoas. Não há recuperação da economia inviabilizando as condições de trabalho de cada cidadão, de cada cidadã.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso pronunciamento - repito, nesses poucos minutos - é para que as pessoas fiquem atentas ao prejuízo que esse tipo de projeto causará a todos os trabalhadores brasileiros.

Nós votaremos contrariamente a esses projetos e contrariamente a eles mobilizaremos toda a população.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 37/339

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 17:36
Publ.: DCD - 22/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALIEL MACHADO-REDE -PR BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Regozijo pelo depósito em contas de Municípios do Estado do Paraná de recursos financeiros oriundos de emenda parlamentar de autoria do orador. Apoio ao Movimento Tarifa Zero, do Município paranaense de Mandaguari, de reivindicação de fim de cobrança de pedágio em rodovias da região. Repúdio às propostas do Governo Federal de reforma previdenciária e trabalhista.

**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje eu quero dar uma boa notícia para os Municípios da Região de Campos Gerais, no Paraná, a cidade de Palmas e de Ivaí. Uma para área da agricultura e a outra para área da saúde, elas receberam hoje - está depositado nas contas - recurso de emenda de nossa autoria. Isso está beneficiando as cidades, principalmente Piraí do Sul, uma das cidades mais carentes do Paraná, com um povo trabalhador, um povo pujante.

Quando eu a estive visitando, no último sábado, caminhei com os nossos companheiros Zé Sandrini, Lourdes, Dr. Serginho, Douglas. E hoje foi depositado na conta do Município mais de 300 mil reais para a área da saúde. O dinheiro está na conta para ajudar os Municípios.

Então, temos aqui a luta pelos direitos sem nos vendermos, sem nos entregarmos a este Governo, mas atendendo aos interesses dos Municípios que representamos.

Gostaria de citar agora o Movimento Tarifa Zero, que está sendo feito no Paraná, numa das cidades mais importantes, Mandaguari, ali próxima de Maringá e de outros Municípios, por causa da venda do direito público de ir e vir, através das praças de pedágios.

Para poderem trabalhar nas cidades ao lado, que são maiores, os moradores têm que pagar pedágio, como também os estudantes, para poderem ir à universidade, para poderem ir à escola. Isso é um grande absurdo. E a população, num grande apoio popular, está se mobilizando e cobrando. A população está querendo seu direito de ir e

vir.

Não somos contra o pedágio, mas ele tem que ser justo. Ele não pode ser da maneira que é no Estado do Paraná. É um verdadeiro roubo o que acontece lá. Já está provado por investigações, e essas cidades não podem ser prejudicadas.

Fica aqui o nosso parabéns a Mandaguari e a todas as cidades que estão participando desse movimento.

Quero registrar minha preocupação com o que está acontecendo nesta Casa. As articulações para retirar direitos não podem e não devem deixar de entender a vontade da população, o interesse popular. Nós não estávamos falando apenas da reforma da Previdência. Tão maléfica quanto a reforma da Previdência é essa reforma trabalhista, que retira direitos. É essa reforma que pretende fazer terceirização, que tira a possibilidade de direitos trabalhistas conquistados a duras penas.

Então, a todo dia, em cada sala daquele corredor se discute uma retirada de direitos, e a população está sofrendo com isso, em favor das grandes corporações, em favor da cobrança da fatura do povo mais pobre, porque agora eu não vejo aquele pato amarelo na rua.

Nós não podemos aceitar isso e vamos continuar denunciando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Aliel Machado.

---

Documento 38/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-15:48
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		PAULO PIMENTA-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Contrariedade ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto é um projeto que já estava morto. Este projeto é um cadáver que cheira mal, já estava podre. Tanto é verdade, Sr. Presidente, que o Deputado Sandro Mabel, em 2004, apareceu com o Projeto nº 4.330, que era uma nova versão do Projeto nº 4.302, de 1998.

Tentar votar este projeto neste momento é um golpe. Há uma reforma trabalhista tramitando na Casa. É um projeto que pretende atingir a livre organização dos trabalhadores, o movimento sindical, a sua capacidade de luta e de resistência.

Este projeto é para pagar a conta da FIESP, a conta do golpe. (*Manifestação nas galerias.*) E é por isso que V.Exa. deve tirar este projeto da pauta. Não ao PL 4.302!

Documento 39/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:34
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ARNALDO JORDY-PPS -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Posicionamento contrário a projeto de lei sobre terceirização de mão de obra, ante a possível precarização de direitos trabalhistas.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo só para fazer um chamamento e para entendermos melhor a natureza deste debate que está sendo feito aqui sobre a



terceirização.

Não é verdade que aqui se esteja fazendo um debate entre quem admite terceirizar e quem não admite terceirizar. Esse debate já foi feito em 2015. Esta Casa, inclusive, já encaminhou a aprovação de uma matéria que admite a terceirização em atividade meio e em algumas atividades fins.

Não há porque uma universidade se preocupar diretamente com problema de limpeza, de vigilância. Isso pode ser praticado por outro ente empresarial que não está na atividade finalística da universidade. Isso foi pacificado nesta Casa, mesmo com a controvérsia da matéria.

É estranho que haja agora, depois de essa matéria estar sendo apreciada no Senado, depois da discussão da reforma da legislação trabalhista - na minha opinião, ela precisa ser atualizada; nós vamos debater o mérito disso -, de repente, seja descavado um projeto de 2002, atropelando esse debate de forma extemporânea, ao nosso ver.

O que acontece com o problema da responsabilidade da empresa contratante, se é solidária ou subsidiária? O que isso representa objetivamente? Representa que, se alguém que é contratado por uma terceirizada, e essa terceirizada quebra, ele não pode acionar o ente originário. Ele tem que esgotar a demanda judicial com essa que precarizou para poder fazer a escolha que, na responsabilidade solidaria, é possível. Isso evidentemente vai precarizar direitos na ponta.

A empresa multinacional que terceiriza o trabalho de confecções no Brasil, com a denúncia de trabalho escravo, se acha isenta de qualquer responsabilidade. Não, a legislação, a jurisprudência, o *modus operandi* jurídico no Brasil já implica, já impõe a sua responsabilidade. Nós estamos acabando com isso, por meio desse projeto.

Portanto, acho que nós precisamos ter mais cautela. Não se está discutindo aqui a possibilidade de terceirizar. Isso já está legislado nesta Casa. Em 2015 nós aprovamos isso, e temos agora que concluir a votação no Senado.

Por isso, a nossa posição, a posição da bancada do PPS é contrária ao mérito desta matéria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 40/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:32
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à proposição relativa à terceirização dos contratos de trabalho.  
Obstrução da votação da matéria pela oradora.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu registrarei presença, como é regimental, mas V.Exa. sabe que eu participo de um movimento forte de obstrução à votação deste projeto de lei, que é uma verdadeira múmia saída dos armários mais terríveis desta Câmara dos Deputados.

Essa é uma matéria que vem do período do Governo Fernando Henrique Cardoso, é uma matéria que vem do auge do projeto neoliberal.

Como é triste ver o Brasil, que se desenvolveu e viveu oportunidades, agora, após o golpe que foi desferido aqui neste plenário em nome da ganância pelo poder por Michel Temer, ter retrocessos em todas as áreas.

Eu me dirijo a todos os trabalhadores e trabalhadoras, aos meus colegas professores, professoras, trabalhadores em educação, aos que trabalham aqui na Câmara dos Deputados, todos e todas que estão aqui.

A precarização das relações de trabalho que existe hoje naquelas áreas em que a terceirização prevalece será imposta, neste momento de desemprego, para todo brasileiro e toda brasileira.

Chega a ser cínico ouvir determinados colegas aqui, que usam a palavra dizendo que um trabalhador, Deputado Prascidelli, agradeceu por conseguir trabalho em uma empresa terceirizada. É cínico dizer

isso, quando, na verdade, a pessoa individualmente abre mão tantas e tantas vezes do seu direito, porque não está encontrando o que era o seu direito: um trabalho formal, adequado, protegido, com a carteira assinada.

Além de tudo, querem fazer o quê? Querem estabelecer 49 anos de contribuições e 65 anos de idade para a aposentadoria. É um golpe atrás do outro nos trabalhadores e trabalhadoras, e quem votar a favor disso não vai voltar a ser Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada Maria do Rosário. Eu agradeço pela sua presença.

---

Documento 41/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:24
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação à Presidência de retirada de pauta da proposição.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, com certeza está, porque a Casa é presidencialista, e V.Exa. conduz muito bem a sessão.

Sr. Presidente, V.Exa. tem tido uma postura de muito diálogo quando preside os trabalhos. E é visível que os Parlamentares dos diversos partidos não querem votar esse projeto hoje. Então, apresento uma sugestão a V.Exa.: faça história e cancele esse item da pauta, porque é melhor para o Brasil e é melhor para todos nós aqui. Isso é para fazermos o quê? Dialogarmos até a próxima semana, começarmos a discutir e a procurar todo o mundo.

Na vida pública, Sr. Presidente, há momentos em que precisamos ousar. Penso que V.Exa. poderia agora anunciar uma posição ousada, sem desrespeitar ninguém, olhando para o Brasil, olhando para o futuro, e dar um tempo para discutirmos melhor esta matéria. Tenho certeza de que V.Exa., se tomar essa decisão, receberá o reconhecimento do Brasil inteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 42/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:22
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	VALDIR COLATTO-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Preocupação com prejuízos ao agronegócio brasileiro em face de denúncia contra o setor de frigoríficos. Defesa da terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar aqui a nossa preocupação, que se agrava, dia a dia, com a questão dos frigoríficos, da nossa carne, dessa denúncia vazia e sem fundamento técnico que foi feita e que se generalizou para toda a produção do agronegócio.

Quero ainda dizer que nós estamos tendo grandes prejuízos. O Brasil exportava 60 milhões de dólares por dia, mas ontem passou a exportar só 74 mil dólares!

Os frangos, os suínos, Sr. Presidente, só esperam 7 dias para serem abatidos depois de prontos. Com isso, está havendo um caos nesse processo.

Os funcionários do IBAMA instalaram um processo de interdição de

frigoríficos em fazendas no Estado do Pará, porque dizem que há gado em áreas desmatadas. Isso é um absurdo!

Em Santa Catarina, estão fechando o Porto de Itajaí com greve. A CUT e aqueles desocupados que querem acabar com o Brasil estão por trás disso, com certeza.

Sr. Presidente, quem está por trás disso? Isso é coisa planejada, montada para acabar com a única área que está dando certo no Brasil.

Mas espero que amanhã essas pessoas não se arrependam, porque vai faltar comida na mesa, com certeza. Aí o brasileiro saberá cobrar de quem é a responsabilidade por criar essa parafernália do setor agropecuário. Se acabarem com esse setor, acabam com a economia do Brasil. E eu acho que é isso que as pessoas querem.

"Quanto pior, melhor" não é o caminho. Nós precisamos denunciar isso à Nação brasileira, porque há muita gente trabalhando contra o Brasil, contra o produtor, contra quem emprega, quem trabalha.

Por isso, com certeza, nós temos que fazer com que o trabalhador tenha a opção de buscar o seu emprego, seja o emprego normal - CLT, seja a terceirização. Esse é o caminho para o Brasil fazer com que os trabalhadores voltem ao trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 43/339

---

043.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-16:20

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

ASSIS MELO-PCDOB -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Críticas ao Deputado Laercio Oliveira, Relator de projeto de lei sobre

terceirização de mão de obra, por desconhecimento da realidade do sistema capitalista brasileiro. Defesa de manutenção dos direitos trabalhistas.

---

**O SR. ASSIS MELO** (PCdoB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, volto a falar sobre a questão da terceirização. O Relator, o Deputado Laercio Oliveira, que é do segmento empresarial, do setor de serviços, é quem, na verdade, vai se beneficiar com essa terceirização.

No meu entendimento, ele desconhece a realidade do sistema capitalista no País, ele desconhece a tecnologia hoje existente. O trabalho terceirizado é o trabalho mais precarizado. Como liberar a terceirização vai qualificar o trabalho?

Sinceramente, o Relator Laercio diz uma coisa e faz outra! Não há como liberar a terceirização indiscriminada, valorizar trabalho e garantir o desenvolvimento do próprio capital.

Por isso, nós insistimos em dizer: não acabem com o direito dos trabalhadores, porque isso não é desenvolvimento, e, sim, precarização e retrocesso dos direitos trabalhistas.

---

Documento 44/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:20
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Agradecimento à Presidência pelo adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna hoje agradecer a V.Exa. o adiamento da votação do projeto de terceirização.

No nosso entendimento, a matéria necessita um pouco mais de negociação junto aos partidos que compõem a base do Governo do Presidente Michel Temer.

Nós, os partidos que dão sustentação política ao Governo Michel Temer, temos que conhecer a fundo o texto apresentado pelo novo Relator. Precisamos discutir com a maioria da bancada os temas que afetam os trabalhadores brasileiros.

Por todos esses motivos, deixo aqui minha satisfação com o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, e, se necessário for, deixaremos a votação para a próxima terça-feira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato)** - Muito obrigado.

---

Documento 45/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	LAERCIO OLIVEIRA-SD -SE PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Solicitação aos Deputados da bancada governista de comparecimento ao





plenário. Importância de proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho para a garantia de segurança jurídicas aos trabalhadores. Defesa da aprovação da matéria.

---

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um apelo aos Deputados da bancada do Governo para que venham, por gentileza, rapidamente ao plenário. Temos uma votação para realizar e precisamos da presença de todos os Deputados da base do Governo. Conto com a presença de todos, para que reiniciemos os trabalhos.

Sr. Presidente, eu tenho acompanhado esta discussão e ouvi um relato sobre as mulheres, no sentido de que elas serão as mais prejudicadas com a terceirização de serviços. Deixe-me apresentar um dado a todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. No setor de asseio e conservação, nas empresas de todo o País, há preponderância de mão de obra terceirizada. São mais de 2 milhões de trabalhadores terceirizados, e a metade deles são mulheres. Sem as empresas de prestação de serviço, essas mulheres dificilmente teriam uma colocação em um emprego formal. Por quê? Porque para esse tipo de atividade, quase sempre, não é exigido um nível alto de escolaridade.

E, hoje, Sr. Presidente, para quem não tem escolaridade, fica difícil o emprego formal no mercado de trabalho. O que nós estamos fazendo aqui? Nós estamos aprovando uma lei que vai exatamente formalizar esse tipo de atividade. A terceirização serve para trazer segurança jurídica para essa relação. *(Apupos nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Depois vocês vão reclamar, vão dizer que nós somos ditadores. Eu já pedi a vocês para fazerem gestos com o braço, vocês são fortes. Vamos respeitar os oradores, senão vou pedir para as galerias serem esvaziadas.

Recuperem o tempo do Deputado Laercio Oliveira.

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** - Outro assunto que foi apontado aqui, Presidente, diz respeito aos acidentes de trabalho com os terceirizados. Ora, vou trazer um exemplo, e isso serve como informação para todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. O acidente de trabalho numa empresa de energia elétrica acontece porque todo o trabalho na linha de produção é exercido por trabalhadores terceirizados. Logo, o acidente só acontece com um terceirizado, porque só ele está trabalhando na linha viva. O dado trazido, baseado em uma pesquisa, não procede, porque não traz essa

explicação.

E, finalmente, eu continuo aguardando algum Parlamentar se manifestar aqui para me dizer, com o projeto que nós estamos aprovando hoje, o que o trabalhador perde. Até agora, ninguém me disse. Estou esperando.

---

Documento 46/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:06
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ALFREDO KAEFER-PSL -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de aprovação de projeto de lei sobre terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. ALFREDO KAEFER** (Bloco/PSL-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falarei sobre a terceirização. O Brasil está longe de mudar de um capitalismo de Estado para um capitalismo de mercado, mas há avanços. E a terceirização, que, na prática, ocorre na maioria dos lugares do mundo, torna-se realidade aqui. Aliás, já é realidade; apenas precisa ser normatizada.

Não há atividade econômica empresarial que não conte com a terceirização. O que acontece é que muitas terceirizações são feitas via mercado, via fornecimento, via elaboração de produtos de terceiros, e não de forma direta. Nós precisamos, sim, aprovar o projeto de lei que trata da terceirização.

E eu digo aos Deputados que se preocupam com as eleições do próximo ano - em especial ao Deputado Laercio Oliveira, Relator dessa importante matéria - que, certamente, muitos irão angariar votos daqueles desempregados de hoje, os quais vão parabenizar os

Deputados e dizer o seguinte: "*Graças à aprovação da terceirização, eu arrumei uma vaga de trabalho, consegui o meu santo e sagrado emprego para o sustento da minha família*".

O sujeito que está desempregado não quer saber qual o nome do patrão dele, não quer saber se o emprego dele é direto ou indireto; ele quer saber mesmo é de ter o emprego. O maior concorrente do salário e da renda não é a terceirização, mas a crise econômica, que nós temos que debelar, e um dos fatores é a volta do emprego, dando-se liberdade a todos os trabalhadores, tanto em atividades-meio como em atividades-fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 47/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:00
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Relação entre a proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho e a retirada de direitos dos trabalhadores.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) -**  
Obrigada, Sr. Presidente.

Eu me inscrevi para destacar a relação direta que há entre terceirização e precarização do trabalho.

Nós vamos votar aqui, se for aprovada esta matéria, a retirada dos direitos fundamentais de pessoas que labutam ao longo de toda a sua vida. E destaco isso sublinhando o seguinte aspecto: das ações judiciais na Justiça do Trabalho brasileira, grande parte são relativas a

empresas terceirizadas, que fecham suas portas e abandonam os trabalhadores.

Essa matéria não resolve isso. Pelo contrário, ela vai ampliar o problema ao fazer com que em toda atividade produtiva possa haver terceirização.

Destaco ainda que, no Brasil de hoje, já há cerca de 12,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e que 4 a cada 5 acidentes de trabalho - alguns resultando em morte - ocorre com trabalhadores e trabalhadoras de empresas terceirizadas e postos em condição precária de trabalho. Esses trabalhadores, portanto, são os mais sujeitos a serem afastados por acidentes de trabalho. A rotatividade é ainda maior entre aqueles que estão na produção.

Volto a dizer que as mulheres serão as mais atingidas, porque recebem menor remuneração, exercem trabalhos menos valorizados e têm mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

Obrigada.

---

Documento 48/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 15:56
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	CAETANO-PT -BA PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio a argumentação do Governo Michel Temer a favor das reformas tributária, previdenciária e trabalhista, em contradição com a realidade. Contrariedade ao projeto de lei sobre terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas concluir meu raciocínio.

Povo brasileiro, não acredite em nada que o Governo Temer diz! Eles dizem que estão retomando a economia. O Meirelles todos os dias vem à mídia e diz que agora a coisa está melhorando. Mas, hoje à tarde, aparece o Governo na imprensa nacional e diz que a previsão de crescimento do PIB para 2017, que era de 1%, agora caiu para 0,5%.

Então, quando eles dizem que a terceirização é boa, sabe-se que não presta. Quando eles dizem que é preciso fazer a reforma tributária, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária para gerar emprego e renda, sabe-se que é mentira. Quando eles vão à televisão e dizem que a Previdência é deficitária, estão mentindo, porque nos últimos 10 anos a Previdência foi superavitária.

Não à terceirização!

---

Documento 49/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-15:54
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		LAERCIO OLIVEIRA-SD -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Expectativa de melhora dos índices de emprego no Brasil em caso de aprovação de projeto de lei sobre terceirização de mão de obra.

---

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu ouvi aqui no começo da tarde de hoje ameaças, principalmente da Oposição, dizendo: *"Olhem, cuidado com 2018! O ano de 2018 vai chegar! E é muito importante estarem atentos. Os Deputados irão votar aqui esse projeto"*. Essa ameaça, pelo contrário, beneficia a Situação e prejudica a Oposição.

Por quê? Com a aprovação desse projeto e a consequente modernização da lei de terceirização e do trabalho temporário, nós

teremos um novo ambiente de emprego no País, porque isso vai trazer geração de emprego. Quando chegar 2018, nas eleições, o ambiente de trabalho no Brasil será muito melhor do que é hoje.

Por isso, vamos avançar para votar, para vencer e para concluir esse assunto hoje.

Obrigado.

---

Documento 50/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-15:54
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		AFONSO MOTTA-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Correção de argumento do Deputado Hildo Rocha em discurso sobre manifestações de Parlamentares contrários a projeto de lei sobre terceirização de mão de obra, com votação contrária a proposição sobre pequenas e microempresas.

---

**O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,** quero apenas fazer uma correção. O querido Deputado Hildo Rocha, a quem tenho o maior respeito, generalizou ao dizer que os que hoje se opõem a este projeto são os mesmos que votaram contra a pequena e a microempresa.

O PDT, que hoje vota contra esta proposta, deu uma contribuição muito importante na aprovação do conjunto de regulamentos que beneficiaram a pequena e a microempresa. Eu, inclusive, tive uma grande participação em nome da bancada.

Então, não é verdade o que disse S.Exa.; não são todos. Nós estamos colocando aqui que esse debate não é só sobre a terceirização, mas também sobre as relações sociais. Eu duvido que haja um Parlamentar que abra mão de proteger as relações sociais entre capital e trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 51/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-15:52
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Razões da obstrução, pelo PSOL, da votação da proposição relativa à terceirização de mão de obra.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo ilegítimo mudou a sua tática. Eles sentiram que não iam conseguir aprovar a reforma da Previdência, pelas mobilizações populares em todo o Brasil, e começaram a fazer uma alteração de pauta, para ver se isso cola.

Ocorre que a própria base do Governo ilegítimo está, na verdade, constrangida com essa matéria - não quer votar isso! -, porque isso não é garantir direito de trabalhador terceirizado; é terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho, precarizando as relações de trabalho e precarizando direitos.

É exatamente por esse motivo que nós da bancada do PSOL vamos obstruir, junto com os demais partidos de oposição, até a hora que for necessária para que essa matéria não seja votada e aprovada.

Não à terceirização e à precarização!

---

Documento 52/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 15:52
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	





### *Sumário*

Responsabilidade dos Líderes dos partidos da base governista de garantia de quórum para votação da matéria em pauta, de interesse do Governo Federal.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu marquei a presença, mas queria pedir aos Líderes do Governo Temer que deem o quórum aqui, porque quem quer votar esse projeto da precarização das condições de trabalho são eles. Nós não podemos dar quórum para eles votarem! Nós somos contra esse projeto! (*Manifestação nas galerias.*)

Parece que o Líder do Governo não consegue chamar a base do Governo, e quer que a Oposição dê o quórum para eles votarem. É inacreditável o que está acontecendo aqui no plenário! (*Manifestação nas galerias.*)

**O SR. ARTHUR LIRA** - Não, não quero que V.Exa. dê quórum, não. Eu quero que V.Exa. não fale se não der presença, somente. Eu não quero que V.Exa. dê quórum, não.

Documento 53/339

043.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-15:50

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

MAURO PEREIRA-PMDB -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Manifestação favorável ao projeto de lei sobre terceirização das relações de trabalho.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, eu gostaria de dizer o seguinte: na época que nós estamos vivendo, o que mais acontece é a terceirização. Na



construção de um edifício, tudo é terceirizado, desde a chegada do concreto, a colocação dos ferros, das janelas, do sistema elétrico, da rede de gás e da rede de água quente. Hoje as especialidades na medicina são diversas. Em oficina mecânica é a mesma coisa.

Aqui nós estamos é regulamentando a terceirização, dando mais uma opção para que o trabalhador possa trabalhar com dignidade. *(Apupos nas galerias.)*

Agora, eu concordo com o pessoal da CUT e da CTB e de outras entidades sindicais. Eles estão preocupados mesmo é com o ganho que podem perder, porque, no momento que a pessoa puder trabalhar, o que eles vão... *(Apupos nas galerias.)*

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ALEXANDRE LEITE** - Sr. Presidente, retome a ordem das galerias ou as esvazie.

---

Documento 54/339

---

043.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-15:46

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

HILDO ROCHA-PMDB -MA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Incoerência de discursos contrários à proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, podemos observar que as vozes que se levantam contra a terceirização hoje são as mesmas vozes que se levantaram contra a legislação da criação das microempresas no passado. E hoje podemos observar que 27% do PIB brasileiro procedem das pequenas e microempresas e que 52% dos trabalhadores com carteira assinada estão nas microempresas.

Então, essa não é uma defesa do trabalhador. Trata-se da defesa das centrais sindicais, que pensam que, no momento em que houver o trabalho terceirizado, esses trabalhadores irão contribuir para outro

sindicato. A contribuição não vai mais ser para o sindicato dos metalúrgicos; vai ser lá para o sindicato dos trabalhadores em pinos. Eles estão preocupados é com o rendimento anual das centrais sindicais. Isso não tem nada a ver com defesa do trabalhador, até porque, quando estiveram no Governo, o que fizeram foi aumentar a quantidade de desempregados, e hoje nós temos 13 milhões de desempregados no nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 55/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-15:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		CAETANO-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Preocupação com a precarização das condições de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, em caso de aprovação de proposta relativa à terceirização da mão de obra. Continuidade da obstrução da votação de matéria relativa ao tema. Atuação do Governo Michel Temer contra a classe trabalhadora.

---

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Juiz do Trabalho Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho - ALJT, disse que a terceirização das atividades-fim elevará, no Brasil, o número de trabalhadores terceirizados de 13 milhões para 52 milhões. As empresas ficarão sem empregados.

Eu quero deixar claro o que todos já estão sabendo: a terceirização é a precarização da mão de obra do trabalhador. (*Palmas nas galerias.*)

Nós vamos ficar aqui resistindo e obstruindo esta sessão, porque entendemos que hoje não deve ser votado este projeto. É preciso aprofundar sua discussão. É preciso deixar claro para o Brasil que o Governo Temer quer acabar com a classe trabalhadora, quer aumentar

o desemprego, a fome e a miséria neste País. (*Palmas nas galerias.*)

---

Documento 56/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-15:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação aos Parlamentares da Oposição de não registro de presença com vistas à obstrução da votação de projeto de lei sobre terceirização de mão de obra.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, quero orientar a Oposição a não marcar presença, porque será um grande prejuízo para os trabalhadores brasileiros se a base do Governo ilegítimo de Temer conseguir aprovar esse projeto de precarização das condições de trabalho. (*Palmas.*)

Eu dizia antes e digo ao Presidente Rodrigo Maia, que agora não está na Presidência, se nós colocarmos um intermediário a contratar um trabalhador, esse intermediário não vai trabalhar de graça, Deputado Caetano. Se esse intermediário quer ganhar uma parte daquele contrato que é feito pelo trabalhador, isso vai diminuir o salário do trabalhador. Isso é evidente. É uma regra básica do capitalismo. Se há um intermediário que está cobrando para contratar aquela mão de obra, ele vai diminuir o salário do trabalhador.

A outra questão é a seguinte: será que alguns dos Deputados que estão querendo apoiar esse projeto preferem, por exemplo, se o seu filho estivesse trabalhando numa empresa com carteira assinada e contrato direto, que ele seja demitido da empresa com contrato direto e passe para uma terceirizada? Jamais o emprego na terceirizada é

melhor do que...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Peço só um minutinho. O Deputado Henrique Fontana usou o Regimento Interno, está coberto de razão, não marque presença quem quiser obstrução. Agora, nós temos duas opções: ou o Deputado marca presença e fala ou o Deputado fala e vai marcar presença.

**O SR. ARTHUR LIRA** - O Deputado Henrique Fontana tem que marcar a presença dele.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - O Presidente tem toda a razão, eu vou ter que marcar presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Então, nós já vamos colocar V.Exa...

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Aproveito para pedir ao pessoal que a registre bem devagarinho, inclusive alguns da base do Governo que sabem que votar um projeto como esse é muito negativo. Não deem presença agora. Nós podemos ganhar um tempo e não ter essa votação hoje, que é o melhor para o Brasil, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. tem razão, concordo com V.Exa., mas nós temos que fazer um acordo. O Deputado fala e marca presença ou marca presença e fala. Está combinado? Assim todo mundo é educado com todo mundo.

---

Documento 57/339

---

043.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-16:40

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE  
VOTAÇÃO  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Encaminhamento de votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto

de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, nós estamos aqui pedindo votos para retirar de pauta uma lei que, se aprovada, gerará o maior ataque aos direitos do trabalhador das últimas décadas no País.

Nós estamos aqui disputando aquilo que foi conquistado, com muitas e muitas décadas de luta, para civilizar e qualificar as relações entre o capital e o trabalho no País. Nós estamos aqui para evitar que aumente o trabalho escravo, para evitar que as pessoas acordem um dia de manhã, Deputado Daniel, e sejam informadas de que aquela empresa terceirizada, por meio da qual elas haviam sido contratadas, fechou as portas, não há ninguém para responder, e elas não terão para quem reclamar os seus direitos trabalhistas legítimos.

E o Governo usa aquela tribuna para mentir descaradamente. O Governo diz que esse projeto seria para gerar empregos. Mas desde quando precarizar um emprego direto, trocá-lo por um emprego terceirizado, gera um emprego novo? Não gera nenhum emprego. Esse projeto só transforma empregos de maior solidez, empregos de maior qualidade, em empregos precarizados, com salários menores, com direitos que não serão recolhidos, e é por isso que nós devermos acordar.

Eu só vejo algumas entidades empresarias atrasadas - esta é a verdade - que querem ampliar a precarização do trabalhador que constitui o comprador dos seus produtos.

Sr. Presidente, preciso dizer desta tribuna, até anotei para não esquecer: algum Deputado aqui subiria num avião se todos os pilotos da TAM, da Gol, da Azul fossem terceirizados pela empresa de contratação de mão de obra de pilotos São José não sei das quantas? É óbvio que não! Isso mostra que esse trabalho precarizado não serve para aquilo de que precisamos.

Nós precisamos de um país que respeite os seus trabalhadores, que valorize uma carteira assinada. Vão dizer no Japão, por exemplo, à Mitsubishi que não contrate o trabalhador diretamente e terceirize tudo, vão montar o Frigorífico JBS, da marca Friboi, só com terceirizados e, assim, o produto vai melhorar que vamos consumir. Isso é uma piada!

Este projeto prejudica os trabalhadores, prejudica a economia brasileira, prejudica a imagem do nosso País no exterior, incentiva o

trabalho escravo, corta direitos que tornaram mais civilizadas as relações de trabalho.

Pelo amor de Deus, retirem este projeto e vamos debater na Comissão da Antirreforma Trabalhista.

---

Documento 58/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		MAURO PEREIRA-PMDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB orienta o voto "não", porque nós temos a convicção e a certeza, ao contrário do que a Oposição fala, PT e PCdoB, de que esse projeto regulamenta a terceirização. Ele aumenta o direito dos trabalhadores terceirizados. E os empreendedores vão ser solidários ao projeto.

Uma coisa é certa: quem vai perder realmente são os sindicatos, a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB.

Nós orientamos o voto "não".

---

Documento 59/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD -		SÁGUAS MORAES-PT -MT



23/03/2017 -

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse projeto estava enterrado. O Governo, não satisfeito com o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, aprovado por esta Casa contra o nosso voto, que trata da terceirização, da precarização do trabalho e está no Senado, resolveu desenterrar mais esse defunto.

Esse projeto é pior do que aquele que foi votado aqui, porque, além de tratar da terceirização, da precarização do trabalho, trata da prorrogação dos contratos temporários de 90 dias para 180 dias com mais 90 dias.

Nós não podemos admitir que o trabalhador brasileiro, após conquistar vários avanços, tenha a sua condição de trabalho precarizada neste momento.

Documento 60/339

043.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-16:40

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

AFONSO MOTTA-PDT -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.



**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que há um lado interessante. Já foram usados aqui todos os argumentos. A nossa bancada do PDT se posiciona contra esse projeto. Mas o fato de esse substitutivo vir do Senado Federal - é claro que ele tem um patrocínio aqui, conforme o relatório - causa mais uma perplexidade nessa relação entre a Câmara Federal e o Senado Federal.

Essa não é a primeira vez que tomamos decisões que chegam à Casa Revisora e voltam muito piores. Há pouco, nós tivemos que lidar aqui, na questão da repatriação, com a inclusão dos parentes dos políticos, que nós suprimimos aqui. E foi uma luta para se aprovar essa matéria na revisão lá no Senado, porque queriam reintroduzir essa cláusula. Agora, mais uma vez, pioraram a matéria.

---

Documento 61/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto "sim". É fundamental que esse projeto seja retirado de pauta. É uma grande e grosseira mentira afirmar que esse projeto, se aprovado, gerará empregos. Os trabalhadores não são analfabetos; sabem ler! Quem lê esse projeto percebe claramente que ele prejudica os trabalhadores. Essa experiência já foi feita em outros países: México, Argentina, Espanha. Não deu certo! Só maltratou os trabalhadores. Por que repeti-la agora?

Há outras razões, Sr. Presidente. Nós tratamos desse assunto, aqui, durante os últimos 2 anos, no Projeto de Lei nº 4.330, que está no

Senado. Agora, estamos debatendo numa Comissão Especial a reforma trabalhista, que pode tratar desse tema. O Governo está tratando com as centrais através do Ministério do Trabalho.

Trazer um projeto que estava arquivado há 20 anos é um absurdo.

---

Documento 62/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ARNALDO JORDY-PPS -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós voltamos a insistir na necessidade de adiar este debate e aprofundar esta discussão. Recentemente, esta Casa apreciou este tema. Esta matéria está tramitando no Senado da República, e nós permitimos a terceirização para a atividade meio, aquela em que não há objetivo finalístico.

O que nós não podemos aceitar - o que agrava neste projeto - é retirar do contratante a responsabilidade solidária em substituição à responsabilidade subsidiária. Isso fragiliza aqueles que podem responder pelas coisas a que nós assistimos na precarização do mercado do trabalho e da atividade do trabalho.

Permitir, neste projeto, que o mesmo grupo seja prestador do serviço terceiro, o que havia sido vetado naquele projeto anterior, é a mesma coisa que autorizar a fraude, é a mesma coisa que estimular a fraude.

---

Documento 63/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para deixar claro, nós temos de votar esta matéria no que diz respeito ao requerimento de retirada de pauta.

Quem é contra a votação deste projeto, como nós do PSOL, tem que votar "sim" à retirada de pauta, porque o voto "sim" ou "não" à matéria, de qualquer maneira, leva à sanção presidencial.

Então, regimentalmente, quem é contra a precarização das relações de trabalho, contra a terceirização total e irrestrita, que tira os direitos dos trabalhadores brasileiros, contra essa escalada que retira direitos nas mais variadas reformas, que são na verdade desmontes, seja da Previdência, seja da CLT, das relações do mundo do trabalho, vota "sim", pela retirada de pauta, para que esta matéria não seja votada.

O PSOL vota "sim".

Documento 64/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para nós da Rede, é uma precipitação votar esta matéria. Há aspectos que não estão examinados, inclusive prejuízos eventuais a consumidores, riscos pessoais àqueles que viajam de avião ou ônibus. Tudo precisa ser criteriosamente avaliado.

Portanto, não se justifica essa pressa. Podemos chegar a um termo mais adequado aos interesses dos trabalhadores e dos consumidores de um modo geral.

Então, votamos "sim" à retirada de pauta.

---

Documento 65/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sempre fui contra a precarização dos serviços e terceirização das relações de trabalho.

Como Deputado Estadual, lutei junto com o SINDIELETRO contra a terceirização na CEMIG, que, por falta de preparo, já levou à morte dezenas de trabalhadores.

Tenho claro também o posicionamento que eu registrei, inclusive, em

cartório, antes de ser candidato a Deputado Federal, de que eu não voto em prejuízo ao conjunto dos trabalhadores, não voto contra os trabalhadores, contra os servidores públicos, nem por aumento de imposto. Foi dessa maneira que eu votei no ajuste fiscal em 2015 e mantenho a mesma coerência.

Por isso, o PMB vai encaminhar "sim", pela retirada de pauta. Quero deixar o nosso posicionamento contra a terceirização. Somos contra também a reforma da Previdência.

Este é o posicionamento do PMB: contra a terceirização e a reforma da Previdência.

---

Documento 66/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade, eu quero me dirigir aos Líderes do PP, do PMDB, do PSDB e do DEM. É evidente que esta discussão sobre esta matéria nós temos que fazer, Deputado Arthur Lira.

O que eu quero ponderar a V.Exa. é que isso não é um problema de Governo e Oposição. Deveria ser uma questão que envolvesse todo o Parlamento.

Ouviu, Deputado Laercio Oliveira, V.Exa. que foi Relator? V.Exa. me conhece porque eu já fui Líder do Governo aqui. Quantas vezes nós negociávamos aqui? Por que tem que votar hoje e não pode esperar a tramitação do PL 4.330, que vem do Senado, para aperfeiçoarmos,

discutirmos, sentarmos e dialogarmos?

Não é razoável isso para o Parlamento, Presidente Rodrigo Maia. Eu sei que V.Exa. sabe, porque eu já fiz todos os apelos a V.Exa. Cheguei a dizer que V.Exa. tem se comportado na Câmara como Presidente, com diálogo e com transparência na relação conosco da Oposição.

Precisávamos agora dar uma demonstração de diálogo, não forçar a barra para votar isso. Há vários Deputados dos partidos da chamada base que querem discutir a matéria. Portanto, o apelo que eu faço a V.Exa. é que se retire esta matéria de pauta para que nós possamos abrir formalmente o diálogo com todos os Líderes para discutir em outro momento o PL 4.330, que é o que votamos aqui e que foi para o Senado.

Por isso, a Minoria encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

---

Documento 67/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	JOÃO DANIEL-PT -SE PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do Dia Mundial da Água. Crítica ao Governo Federal pela imposição, ao Governo do Estado de Sergipe, de privatização da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO. Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Cumprimentos aos profissionais rodoviários de Brasília, Distrito Federal, em greve contra o projeto de lei em apreciação.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido meu discurso sobre o Dia Mundial da Água.

Parabenizo as manifestações realizadas em todo o Brasil, em especial em Sergipe. Parabenizo também todos os funcionários da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe - SINDISAN e dos movimentos sociais que lutam em defesa dessa empresa pública, cuja privatização nós lamentamos que o Governo



Federal queira impor. É uma empresa fundamental para a saúde pública do povo sergipano. Água é vida! Saneamento é saúde!

Parabéns! Com certeza, vamos estar ao lado dos que lutam em defesa da DESO contra sua privatização, junto com os movimentos sociais, o movimento sindical e todos aqueles que querem uma empresa pública forte. A DESO é uma empresa fundamental para Sergipe.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero parabenizar os rodoviários de Brasília, que iniciaram uma greve contra este projeto nocivo, que só quer levar mais lucro, mais dinheiro para os patrões, que quer ver os trabalhadores como escravos. *(Palmas nas galerias.)* Parabéns às categorias e às centrais sindicais que estão nas ruas, nestas galerias, na defesa dos direitos da classe trabalhadora!

Não a este projeto! Pela sua retirada de pauta! Pela defesa das conquistas históricas do povo brasileiro e da classe trabalhadora! *(Palmas.)*

Parabéns, rodoviários do Brasil inteiro, em especial de Brasília, que fecham neste momento a rodoviária da cidade!

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje é o Dia Mundial da Água. Comemorado pela primeira vez em 22 de março 1993, foi criado pela ONU, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992.

Na ocasião de sua criação a ONU também emitiu a Declaração Universal dos Direitos da Água, estabelecendo, entre outras coisas, que a *"água faz parte do patrimônio do planeta"* e que *"sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras"*.

Portanto, neste dia cabem algumas reflexões.

Primeira, como estamos cuidando desse patrimônio, como estamos cuidando dos nossos mananciais e como estamos promovendo ações de recuperação e revitalização dos nossos rios.

Depois, cabe pensarmos em como garantir a universalização dos



serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto para toda a população.

Na contramão dessa preocupação desse propósito, o Brasil assiste hoje a uma nova retomada de privatizações, fruto de um pretenso ajuste fiscal do Governo golpista Temer, que vem acabando com todo o patrimônio público construído por décadas.

Voltando à era das privatizações do Governo FHC, está sendo também incluída na agenda neoliberal a venda das empresas de saneamento.

Em Sergipe, essa onda também atinge a nossa Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO que, sob a mesma batuta e com o apoio do BNDES, está sendo posta à venda.

Todos sabem da experiência de privatizações do setor no Brasil. Algumas empresas vendidas a estatais estrangeiras redundam em aumento de tarifa, precarizam as condições de trabalho e impõem a queda na qualidade dos serviços, além, claro, de comprometer a universalização do atendimento, uma vez que a lógica que passa a prevalecer é a do lucro, em detrimento do aspecto social que deve nortear esses serviços.

Privatizar a DESO é impor um grave prejuízo aos sergipanos. Por isso, fazemos coro com os funcionários daquela empresa e com o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe - SINDISAN contra essa privatização e pela integridade dos serviços e o respeito a todo o povo de Sergipe.

A DESO atua em 73 dos Municípios, inclusive Aracaju, e todos sabem que, sendo privatizada, quem a comprar só irá operar aqueles que operem com lucro.

Na defesa da DESO e também em comemoração ao Dia Mundial da Água foi feita uma concentração hoje pela manhã com os trabalhadores da empresa, com apoio da categoria dos professores e dos movimentos sociais, que fizeram uma caminhada até o prédio da Assembleia Legislativa de Sergipe, onde entregaram aos Deputados um manifesto contra a privatização, construído pelo SINDSAN, com o apoio de 30 entidades.

Comemoremos o dia mundial da água abraçando também essa causa.

Documento 68/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	MARCON-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresa urbanas.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vejo este projeto, que faz aniversário de 20 anos logo ali na frente nesta Câmara, nós não podemos tirar da geladeira. Precisamos arquivar de uma vez por todas.

Outra questão, o que mais me dá nojo são os representantes dos empresários que estão aqui. Não falo dos empresários, mas dos representantes dos empresários, que são financiados para estar aqui e votar contra os trabalhadores neste projeto da terceirização.

Temos várias experiências negativas de que as empresas terceirizadas não terminam seu trabalho e vão cobrar depois daqueles que estão executando. Por isso eu vejo que tem que se retirar este projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 69/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PAULO PIMENTA-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

### ***Sumário***

Pedido à Presidência de retirada de pauta do projeto de lei em apreciação. Expectativa de reação do povo brasileiro às propostas de reformas trabalhista e previdenciária do Governo Michel Temer.

**O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Aproveito que chegou à Mesa o Presidente Rodrigo Maia: vamos retirar esse projeto da pauta, Presidente! Esse projeto vai provocar o caos no País. Já não basta a reforma da previdência? Brasília está parada. Os rodoviários pararam. A rodoviária está parada. Os acessos à rodoviária estão parados. O Brasil inteiro vai parar! Este Governo golpista sem legitimidade não pode achar que vai destruir a previdência e os direitos trabalhistas e regulamentar a terceirização dessa forma sem reação. Retire esse projeto da pauta, Presidente! V.Exa. está levando este País ao caos. Faço esse apelo a V.Exa.

Documento 70/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LUIZ COUTO-PT -PB PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresa urbanas.

**O SR. LUIZ COUTO (PT-PB.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este PL 4.302 esteve ano passado na Comissão de Justiça, e nós obstruímos e não votamos, porque ele é um prejuízo para as relações de trabalho. Isso vai impedir que o terceirizado possa se aposentar. É uma maldade, é uma crueldade que estão fazendo com o trabalhador, com a trabalhadora. Por isso, nós não podemos votar este projeto. Ele tem que ser retirado de pauta. Temos que esperar que o projeto que está no Senado seja votado, resultado de uma ampla discussão aqui. A votação não pode acontecer.

Nesse sentido, votaremos contra esse projeto. Não o votamos na Comissão de Justiça e, se lá estive agora, se a Comissão estivesse funcionando, nós iríamos votar contra.

Documento 71/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DÉCIO LIMA-PT -SC PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador contrário às propostas de reformas previdenciária e trabalhista do Governo Michel Temer e ao projeto de lei em apreciação.  
Razões da ação reformista do Estado implementada pelo Governo Federal.

---

**O SR. DÉCIO LIMA** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto da terceirização que hoje está na pauta desta Casa é um ataque frontal às conquistas dos trabalhadores; conquistas que levaram décadas; conquistas que têm um marco regulatório na Consolidação das Leis do Trabalho; conquistas que permitiram aos trabalhadores do campo e da cidade se organizarem em seus movimentos, nas suas entidades e nas suas centrais.

O mundo todo discute o contrário, discute a melhoria da distribuição da renda, o enriquecimento de valores da classe trabalhadora, e não o que nós estamos fazendo aqui, um verdadeiro retrocesso. Levar o País a uma agenda de subdesenvolvimento é o que representa a terceirização.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manifesto aqui meu voto contrário à terceirização e à precarização do trabalho. Repudio que em pleno século XXI, época em que a lógica seria pelo avanço do Estado Democrático de Direito, tenhamos que conviver com tamanhos retrocessos apresentados pelo Governo Michel Temer, do PMDB e PSDB.

Muitos de nós achávamos que a democracia já estava consolidada, que as garantias de proteção social e dos trabalhadores estavam firmadas, no entanto, em 1 ano retrocedemos 50 anos. Como bem disse nossa Presidente legítima Dilma Rousseff, todo dia é dia de lutar pela democracia.

Sou contrário ao desmonte da aposentadoria, contrário à reforma

trabalhista e voto "não" à terceirização.

Eu rogo a V.Exa., portanto, que dê divulgação a este pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Michel, ilegítimo, inseguro e subalterno, tem o perfil adequado para as intenções do conglomerado de forças que impetrou a quebra da normalidade democrática em nosso País.

De fato, os grupos de justiceiros acometidos de surto messiânico, de corruptos em busca de valhacouto, de membros de partidos obcecados pelo poder a qualquer custo e ainda de determinada elite equivocada e de mente colonizada que se mancomunaram para impetrar verdadeiros crimes de lesa-pátria se comprazem a cada episódio tragicômico apresentado pelo Governo Federal.

A última patacoada, a Operação Carne Fraca, em evidência em todos os meios de comunicação, até no exterior - e na vergonha nacional -, vai muito além de mais uma midiática operação da Política Federal, ultrapassa a questão dos prejuízos bilionários na dimensão econômica, transcende a agressão quase irreparável à imagem do País e serve como uma luva aos interesses do acima mencionado conglomerado de forças espúrias.

Ao mesmo tempo em que, nas rodas de conversa, nas entrevistas, nas reportagens, nos artigos e em outras manifestações, a mídia fala do absurdo e canhestro churrasco de carne importada do caricato Presidente Michel Temer, oferecido a convivas para "resgatar" a credibilidade da nossa pecuária, na Câmara corre com celeridade e sem pudor mais uma tentativa de ataque aos direitos do trabalhador. Trata-se da terceirização ampla geral e irrestrita, ataque frontal à CLT já tentado no passado, mediante o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, no Governo FHC, com o apoio do PMDB e do PSDB.

A coisa toda, em outro período obscuro da nossa história, inspirou o genial Chico Buarque, que na canção *Vai Passar* alertava: *"Dormia a nossa pátria-mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações"*.

Para que o "vai passar" se concretize, para que o vilipêndio à Nação seja barrado, não podemos nos distrair ou ser ingênuos. A operação de

desmonte do Estado Democrático de Direito, os ataques ao patrimônio nacional e aos mais diferentes interesses do trabalhador foram muito bem arquitetados e vêm sendo implementados com rapidez, para serem consumados antes que o País acorde, e com eficácia, amarrados em emendas à Constituição, de modo a não serem facilmente desfeitos, quando o País voltar à normalidade democrática.

São muitas as frentes de luta. Assim, por exemplo, enquanto estamos engajados na defesa das aposentadorias, eles agem nas Comissões do Congresso, procurando evitar o Plenário, para remendar a legislação trabalhista; enquanto os setores progressistas buscam motivar o povo para as manifestações, eles vão tentar evitar eleições diretas.

Não tenham dúvida de que, sistematicamente derrotados nas urnas, os partidos que se associaram à quebra da normalidade democrática, em especial o PMDB e o PSDB, não terão pejo em modificar a legislação eleitoral para adequá-la à sua feição e aos seus interesses.

As ações do conglomerado ilegítimo que governa direta e indiretamente o País são praticadas com base na lógica que Max Weber designava como *Zweckrationalität*, ou racionalidade das consequências, ou ainda razão objetiva, típica do mercado, onde quem pode tem, e quem não pode fica sem. E por isso são tão ardilosas. Referem-se, portanto, a uma crença - quase uma religião - de que o mercado e sua lógica são a melhor forma de perceber e de agir no mundo. Sequer percebem que se trata de postura absolutamente responsável pela crua realidade mundial na qual 1% da população detém 50% da riqueza produzida.

---

Documento 72/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALAN RICK-PRB -AC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de votação, pelo Senado Federal, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, sobre o contrato de prestação de serviços a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Participação em seminário realizado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Governo de Israel, sobre o



Dia Mundial da Água, com a presença do Diretor do Programa Nacional de Água e Energia Renovável de Israel, Oded Distel.

---

**O SR. ALAN RICK** (PRB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a terceirização é uma realidade mundial e brasileira e atende a 15 milhões de trabalhadores no País. Isso é fato. O setor produtivo, o setor industrial e o setor comercial querem a regulamentação da terceirização.

No entanto, o texto do PL 4.302 não é o texto que esta Casa aprovou em 2015. O que aconteceu? O texto aprovado aqui foi para o Senado, os Senadores sentaram em cima, votaram o que eles quiseram e jogaram a batata quente para a Câmara. Deixo aqui o meu repúdio a isso, Sr. Presidente.

Sobre este texto, é de suma importância debatê-lo melhor e, se possível, recuperar o texto do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que está no Senado. Podem votá-lo lá, em regime de urgência, e mandá-lo para cá.

Quero também registrar a nossa participação no seminário do Dia Mundial da Água no Ministério do Meio Ambiente e a nossa parceria com o Governo de Israel na vinda do Dr. Oded Distel, Diretor do Programa Nacional de Água e Energia Renovável de Israel.

---

Documento 73/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	BOHN GASS-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação à Presidência de retirada de pauta do projeto em apreciação. Alerta sobre impossibilidade de obtenção do direito à aposentadoria por trabalhadores terceirizados, em caso de aprovação do projeto de lei sobre a terceirização e da proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, além de também fazer um apelo para que este projeto seja retirado da pauta, quero chamar a atenção para um tema de que pouco se falou aqui, o vínculo do projeto de terceirização com a proposta de reforma previdenciária. Sobre isso quero dizer o seguinte: terceirizado não vai se aposentar.

Quem está contratado de forma permanente hoje já vai ter que comprovar 49 anos de trabalho para se aposentar. Mas normalmente não se tem 49 anos seguidos de carteira assinada. A pessoa pode ficar desempregada por 3 meses, por 6 meses. Então, o trabalhador terá que ter 60 anos, ao menos, de atividade, para chegar aos 49 anos de contribuição.

Mas para o terceirizado é pior. O terceirizado vai ser contratado por 3 meses e ficar 9 meses desempregado. Aí é contratado por 4 meses e fica outro tempo desempregado. Então, o terceirizado não vai se aposentar.

---

Documento 74/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LAERCIO OLIVEIRA-SD -SE ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresa urbanas.

---

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o sempre Líder José Guimarães fez uma intervenção aqui e disse que nós poderíamos discutir um pouco mais e retirar de pauta este projeto. Nós ficamos 18 anos discutindo este projeto. Então, respeitosamente, eu quero dizer ao Líder que esta é hora de nós o votarmos.

Uma população de mais de 20 milhões de brasileiros desempregados está esperando a aprovação deste projeto hoje para que renasça nela a esperança do emprego. Quando a terceirização virar lei, vai ser bom para esses desempregados e também para os terceirizados. Por quê? Porque até hoje eles não têm uma lei que regulamente sua atividade.

Ninguém perguntou a um terceirizado se ele gostaria que houvesse uma lei que regesse o seu tipo de serviço.

É por isso que nós vamos votar o projeto e aprová-lo hoje, Sr. Presidente.

---

Documento 75/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALFREDO KAEFER-PSL -PR ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Regulamentação do trabalho temporário.

---

**O SR. ALFREDO KAEFER** (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a história circunstancialmente está escrevendo certo por linhas tortas.

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que foi ao Senado Federal. O Senador Paulo Paim, do PT, quis fazer o serviço a favor da classe dele e se sentou em cima do projeto. Graças a essa circunstância, nós recuperamos aqui um projeto de 1998 ou 1999, terminativo, e vamos colocar a terceirização para funcionar.

Na verdade, trata-se de uma regulamentação do setor. Não existe nenhuma atividade econômica que funcione sem a terceirização, de forma direta ou indireta. E nós teremos a chance, a oportunidade, agora sim, de possibilitar a existência de terceirizados em todas as áreas devidamente...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 76/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
------------	--	----------------------

---

### *Sumário*

Esclarecimento a respeito dos textos aprovados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal referente ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui falar em nome do PDT, mas também em nome de todos aqueles que verdadeiramente não querem o fim dos direitos dos trabalhadores no Brasil.

Sabemos muito bem a tentativa do atual Governo de rasgar por completo a CLT, de acabar com o direito dos aposentados e pensionistas do Brasil, sem critérios. Lucros de bancos? Não, esses são imexíveis. Mas direitos de quem já não tem, aí sim, pode-se tirar à vontade. Para mim isso está muito claro.

Eu quero responder ao meu querido amigo e irmão Relator desta matéria, o Deputado Laercio Oliveira, que, por diversas vezes, veio ao microfone dizer que desafiava algum Parlamentar a mostrar onde o trabalhador estava sendo prejudicado.

Pois bem, vamos lá! Este projeto foi votado na Câmara no ano 2000 e voltou do Senado em 2002, muito pior do que era. No texto aprovado na Câmara, a responsabilidade era solidária. O Senado mudou para responsabilidade subsidiária, tanto no contrato temporário quanto no contrato de terceirização.

O que é responsabilidade subsidiária? Vou explicar para o telespectador que talvez não entenda essa denominação.

Se a empresa contratante não assumir solidariamente a responsabilidade pelo trabalhador, e a empresa contratada, que, diga-se de passagem, pode ter um capital social de 100 mil até 250 mil reais, vier a quebrar, o trabalhador que vá atrás de seus direitos. E a possibilidade neste projeto não é apenas de terceirização; é de "quarteirização" e de uma sucessão infindável de empresas: uma terceirizada pode contratar outra, que pode contratar outra, que pode contratar outra. O trabalhador lá na ponta que está prestando serviços a uma empresa não sabe a quem recorrer, se aquela empresa que

efetivamente o contratou vier a quebrar. Isso é responsabilidade subsidiária. Isso é "quarteirização".

O contrato temporário de serviços hoje é permitido por até 3 meses. Estamos estendendo esse prazo para 6 meses, prorrogáveis por mais 3 meses. E, se a convenção coletiva de trabalho assim o permitir, pode se dar por prazo indeterminado. Isso é o fim do contrato permanente de trabalho!

Terceirização de atividade-fim. Minha gente, nós estamos acabando com a carteira de trabalho no Brasil! Nós vamos possibilitar a pejetização, que é a prática de se demitir um trabalhador e depois contratá-lo como empresa, como microempreendedor individual, sem pagar a ele direitos como 13º salário, FGTS, nada. É isso que nós queremos?

Este projeto que foi aprovado em 2015 na Câmara dos Deputados era ruim, mas, pelo menos, impunha um espaço de tempo para que a empresa que demitiu pudesse recontratar. Agora, não, a pejetização é indiscriminada.

E há mais: é permitido contratar trabalhadores de forma temporária no caso de greve, se assim uma lei estabelecer. Ora, do jeito como estamos aqui, vai ser muito fácil aprovarmos um projeto de lei para permitir o que antes era vedado expressamente. Agora abrimos um espaço também para a lei determinar em que condições, no caso de greve, se pode contratar trabalhador para substituir aquele que estiver exercendo o direito sagrado de greve que tem o trabalhador brasileiro.

E não para por aí. Poderemos também ter trabalho temporário na zona rural. Vamos ter anistia de penalidades. Enfim, são inúmeras as razões que nós do PDT, nós que defendemos os direitos dos trabalhadores e dos aposentados, temos para vir aqui denunciar mais esta grande manobra.

Depois dessa terceirização indiscriminada, do contrato temporário sem critérios, certamente vamos votar aqui a reforma trabalhista. Enquanto isso, a reforma previdenciária segue a passos largos, para também acabar com direitos dos aposentados no Brasil.

Quero fazer um apelo aqui, não à bancada de defesa dos direitos dos trabalhadores - esta está mobilizada -, mas à bancada que defende o setor patronal consciente, a economia produtiva: vamos brigar contra os bancos! Vamos brigar contra quem já suga a economia produtiva com juros extorsivos, e não tirar direitos de quem já tem pouco e de

quem verdadeiramente constrói a riqueza do Brasil.

Por isso, o PDT está junto contra a terceirização!

---

Documento 77/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Agradecimento às representações partidárias pela presença em ato de comemoração pelo transcurso do 95º aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil. Posicionamento contrário do PCdoB à aprovação da matéria em discussão.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em primeiro lugar, eu quero agradecer às representações partidárias a presença no ato que comemorou os 95 anos do PCdoB.

No evento, a Deputada Luciana Santos, nossa Presidenta nacional, fez um pronunciamento sobre a linha de ação do nosso partido, que tem com muita clareza a busca pela retomada da democracia no Brasil, pela garantia dos direitos que estão sendo neste momento agredidos através das reformas ultraliberais do Governo usurpador do Sr. Michel Temer e, acima de tudo, pelo reconhecimento e valoração do voto popular, por meio de diretas já.

Quero agradecer ao Presidente da Casa e aos demais Líderes partidários a presença nesse momento tão importante para o nosso partido, o mais antigo em exercício no Brasil.

Sobre o projeto em tela, Sr. Presidente, estivemos trabalhando até agora com o Deputado Daniel Almeida e com o Deputado Assis sobre este projeto.

Vamos às considerações preliminares.

O Senado da República não analisou o projeto e joga para a Câmara dos Deputados o trabalho sujo. A que trabalho sujo eu me refiro? Refiro-me a um projeto com 18 anos na Casa, um projeto anacrônico.

Quando foi utilizado o termo "terceirização", medida de precarização da mão de obra na Europa, no auge do neoliberalismo, só prejuízos levou aos trabalhadores e à economia dos países europeus.

Eu quero dizer que o PL 4.330, a que somos contrários e a que votamos contra, era um projeto menos nocivo, menos cruel do que este que desengavetaram de última hora para impedir a mobilização dos trabalhadores brasileiros neste momento.

Em primeiro lugar, este projeto garante terceirização para a atividade-fim e é omissivo em relação ao setor público, possibilitando que também seja ampliada a terceirização que já existe no setor público para atingir a atividade-fim das carreiras públicas.

Em segundo lugar, este projeto troca o conceito de trabalho temporário, que hoje é compreendido para a exigência do acréscimo extraordinário de serviço, pelo conceito de demanda complementar de serviços, ou seja, usa um sofisma. É um sofisma! Com uma terminologia abrangente abre-se a possibilidade para tudo virar trabalho, lamentavelmente, precário, considerado extraordinário, temporário.

Por último, Sr. Presidente, no minuto que me resta, quero dizer que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE, em seu relatório de 2015, alertou para o fato de que, entre 1995 e 2013, mais da metade de todos os empregos criados nos países-membros da Organização eram temporários, em regime parcial. Ainda se constatou que os trabalhadores pouco qualificados com trabalho temporário, em particular, têm rendimentos muito mais baixos e mais instáveis do que os trabalhadores permanentes.

É isso que querem votar aqui. A vocês que nos veem pela *TV Câmara*, a você, povo brasileiro, trabalhador brasileiro que nos acompanha nas redes sociais quero dizer que é isso que o Governo quer aprovar na noite de hoje. Ele quer virar a noite para aprovar a redução do emprego permanente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peço que encerre, Deputada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Finalizo, Sr. Presidente, pedindo que não votemos esta matéria hoje e que exijamos do Senado que ele aprecie o que está em pauta, para que nós possamos discutir melhor e não



prejudicar a vida dos nossos trabalhadores.

Muito obrigado.

---

Documento 78/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Dificuldade do Governo Federal para aprovação da reforma previdenciária. Posicionamento do PSOL pela obstrução na votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos os que acompanham a sessão aqui das galerias e todos os que acompanham a sessão de casa, a votação desta matéria é mais um item de uma estratégia que quer retirar direitos da forma mais rápida possível.

Porém o Governo Federal, o governo ilegítimo de Temer, já viu que a reforma da previdência não será aprovada. Ontem eles deram a primeira marcha a ré, pela pressão, pela mobilização dos trabalhadores em todo o Brasil, no dia 15 de março. Sabendo o Governo que não tinha maioria para aprovar esta matéria no plenário da Câmara dos Deputados, recuou. E vai recuar mais, porque não tem legitimidade para colocar em votação esse tipo de matéria.

O Governo quer terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho e privilegiar a pejetização. E não é nem terceirização, mas "quarteirização". É isso que esta proposta permite.

Nós não podemos aceitar isso como fato consumado. Os Deputados que estão me ouvindo neste momento sabem o desgaste por que passaram nos seus Municípios, quando votaram o projeto de terceirização no período de Eduardo Cunha. A pressão agora vai ser maior, porque os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras já estão mobilizados em relação à reforma da previdência e, logicamente, vão

exercer a pressão legítima sobre os seus representantes nos Municípios brasileiros.

Aqui estamos vendo que o quórum está demorando a ser alcançado, demonstrando claramente que mesmo os Parlamentares da base do Governo estão constrangidos. Isso ficou claro na reunião do Colégio de Líderes. Não há por que esta matéria ser votada no dia de hoje.

Por isso, a bancada do PSOL está em obstrução. Vamos manter a obstrução até que a matéria seja retirada da pauta. Nós não aceitamos a retirada de direitos históricos dos trabalhadores. E o que este projeto faz, de maneira danosa, é exatamente isso. Não se trata de regularizar direito de quem já é terceirizado. Trata-se de terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho.

Nós votamos "não".

---

Documento 79/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	JORGE SOLLA-PT -BA DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Sem revisão do orador.)** - É importante entendermos o que está em jogo com esta votação. Essa turma do golpe, que derrubou uma Presidente honesta para botar um Governo corrupto, preparou a destruição da base econômica deste País.

Eles destruíram a economia deste País, arrasaram a economia deste País, desempregaram milhões de trabalhadores e agora estão trabalhando para pagar a conta do golpe, para pagar quem financiou o golpe.

E têm que pagar três contas. A primeira eles já entregaram: aprovaram a emenda constitucional que vai congelar o financiamento das políticas

sociais por 20 anos, para garantir o pagamento dos banqueiros, para garantir mais lucros para a FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, para garantir o pagamento dos rentistas.

A segunda conta que quem financiou o golpe está cobrando dos golpistas, e eles estão suando para pagar, é destruir a previdência pública para aumentar o mercado da previdência privada, para dar mais lucro às seguradoras, para dar mais lucro aos setores que atuam nessa área. Essa conta vocês não vão conseguir pagar. Não vão entregar o que prometeram, porque o povo brasileiro já disse que não vai permitir isso.

A terceira conta que eles têm que pagar é destruir os direitos trabalhistas, arrasar a garantia que os trabalhadores brasileiros têm de não serem demitidos de qualquer jeito, de qualquer forma, sem receber compensações. Querem acabar com a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, querem acabar com os direitos dos trabalhadores. Para quê? E ainda vêm para cá mentir. Vejam que absurdo: estão dizendo que querem acabar com os direitos dos trabalhadores para aumentar os postos de trabalho, como se a destruição dos direitos dos trabalhadores fosse aumentar o número de postos de trabalho. Isso é mentira! Eles querem é fazer com que a mão de obra do trabalhador seja mais barata ainda neste País, para garantir mais lucro aos empresários.

Eu vou fazer um desafio aqui. Está cheio de representantes dos empresários neste plenário. São muito poucos os representantes dos trabalhadores aqui. Eu desafio os representantes dos empresários, inclusive quem é dono de empresa de terceirização aqui, a daqui 1 ano aumentarem os postos de trabalho. Vocês não vão fazer isso, não. Vocês vão é terceirizar a contratação terceirizada, para ganharem mais em cima dos trabalhadores. Vocês vão é quarteirizar a contratação de trabalhadores de limpeza, para garantir mais lucros.

Vocês não estão aqui representando os trabalhadores, não. Vocês estão representando os empresários que deram o golpe e querem acabar o direito dos trabalhadores.

**Sumário**

Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, é importante analisar bem esse projeto.

Primeiro, já existe um projeto de terceirização no Senado, que está aguardando a votação dos Senadores. E esse projeto poderia muito bem ser emendado no Senado, se os Senadores votassem o projeto de terceirização já aprovada na Câmara.

Segundo, é importante resguardar direitos, desde que haja trabalho. Com 3 milhões de desempregados, quem vai resguardar os direitos dos desempregados e dos trabalhadores terceirizados no interior?

Portanto, é de suma importância que seja acelerada, com esse projeto, a criação de novos empregos, para que o trabalhador tenha emprego para ter a garantia de seus direitos.

Sr. Presidente, não adianta nada ter direitos, mas não ter emprego. Que direito é que se vai garantir? Por isso é que nós somos favoráveis ao projeto da terceirização.

Documento 81/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	WADIH DAMOUS-PT -RJ DISCUSSÃO DISCURSO

**Sumário**

Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Sem revisão do orador.)** - Sr.

Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esse projeto de lei, que estabelece a terceirização da relação de emprego ampla, geral e irrestrita, é parte da estratégia que alguns autores chamam de capitalismo do desastre.

Primeiro, dá-se um golpe, atenta-se contra as instituições do Estado Democrático de Direito. Depois, se implementa um programa de desmanche de direitos neoliberal. É disso que trata este projeto.

Aprovar este projeto hoje vai significar um crime contra a classe trabalhadora brasileira. O emprego, como nós o conhecemos hoje, deixa de existir; o empregado não vai mais saber quem é o seu empregador.

Nós já sabemos, com a experiência - ainda que limitada - da terceirização ao longo dos anos, que os trabalhadores terceirizados ganham menos do que os trabalhadores contratados. Normalmente, segundo cálculos do DIEESE - Departamento intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, ganham pelo menos 24% menos em relação ao trabalhador contratado.

Normalmente, os trabalhadores temporários são as maiores vítimas de acidente do trabalho no Brasil, basta pegar os dados da PETROBRAS. Ao longo de 20 anos, 30 anos, 80% dos trabalhadores acidentados que prestam serviços à PETROBRAS são trabalhadores terceirizados.

E mais: este projeto contém imoralidades, estabelece anistia a empresas acusadas da prática de trabalho escravo por conta da terceirização da atividade-fim. Porque até a atividade-fim, neste projeto maldito, poderá ser terceirizada.

Então, Sr. Presidente, faça um favor ao Brasil, faça um favor à classe trabalhadora: retire este projeto, vamos debater melhor esse assunto. Este projeto, juntamente com outros projetos em curso nesta Casa, como o de reforma trabalhista, vai trazer miséria, vai trazer tensão social, vai trazer convulsão, vai levar à miséria e à barbárie milhões de trabalhadores brasileiros!

Não cometamos esse crime contra a classe trabalhadora brasileira, Sr. Presidente. É isso que querem os trabalhadores.

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	CARLOS MANATO-SD -ES DISCUSSÃO DISCURSO

### *Sumário*

Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. CARLOS MANATO** (SD-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria está aqui desde 1998, mas em 2003 o Presidente Lula a retirou. Ela tem sido debatida nos últimos anos com todos os segmentos - empresários e trabalhadores.

Num País em que há 12 milhões de desempregados, não podemos abrir mão de ter regras mais flexíveis e de ter a terceirização. Nos países de primeiro mundo, Sr. Presidente, não se usa os termos "primário", "terciário", "atividade-meio", "atividade-fim". Estamos numa fase de modernização. A Federação apoia, os trabalhadores apoiam, e há muita gente apoiando este projeto.

Então, nós somos favoráveis à matéria e achamos que ela deve ser aprovada hoje, Sr. Presidente. Estamos juntos e, com certeza, vamos aprová-la.

Documento 83/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LEO DE BRITO-PT -AC DISCUSSÃO DISCURSO

### *Sumário*

Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esses dias eu estava conversando



com alguns Deputados que fazem parte da base governista e estava difícil de eles compreenderem. Nós votamos aqui, naquele momento, o PL 4.330, que tratava das terceirizações. Por que um projeto desse, de 1998, vem novamente à pauta? Com todas as modificações que nós fizemos naquele momento aqui no plenário, o projeto saiu razoavelmente bom.

Agora, o que os Deputados da base governista têm que entender, os que estão querendo votar agora o Projeto de Lei nº 4.302, é que este é muito pior do que aquele que foi aprovado aqui e que agora está em apreciação no Senado.

Nós estamos falando em terceirização de atividade-meio e atividade-fim. Estamos falando que até motorista de ônibus, piloto de avião, professor, médico, cirurgião que vai fazer cirurgias nos filhos de vocês, nas pessoas que estão doentes, em vocês que estão aqui, poderão ser terceirizados. Nós estamos falando de uma lacuna que há neste projeto que permite inclusive que haja terceirização indiscriminada e irrestrita no serviço público, o que vai fazer com que sejam feitos menos concursos públicos.

Vai haver uma terceirização geral. Esse projeto não tem nenhum freio nem mesmo em relação ao serviço público. Nós estamos falando nesse projeto da ampliação do contrato de trabalho temporário por até 9 meses, o que vai ser a regra agora, precarizando também os direitos ao se contratarem trabalhadores temporários e não trabalhadores por tempo indeterminado.

Nós estamos falando de quarteirização. Uma empresa contrata outra empresa terceirizada, que contrata outra, que pode contratar outra, que pode contratar outra, indefinidamente.

Então, são muitas coisas, a "pejotização", a dificuldade que os trabalhadores vão ter de se sindicalizar.

E é um ataque aos direitos sim, Sr. Relator, porque nós estamos falando de precarização de direitos em relação aos acidentes de trabalho, que são maiores nas empresas terceirizadas, das mortes por acidente de trabalho, da remuneração inferior, do nível de rotatividade. Todas essas são perdas da classe trabalhadora.

O Governo Temer hoje já é conhecido como um governo inimigo do trabalhador. Espero que os Srs. Deputados também não sejam reconhecidos do mesmo jeito.



---

Documento 84/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos agora num momento definitivo que sugere uma modificação na legislação trabalhista capaz de recuperar a autoestima do povo brasileiro, principalmente no que diz respeito ao emprego, e de estimular quem produz a estar presente para poder enfrentar uma legislação que não seja opressora como esta que nós temos hoje.

O mundo mudou. O Brasil também precisa mudar. Da mesma forma, precisa acompanhar a nova realidade. É isso que não está acontecendo com aqueles que, até o presente momento, nesses últimos 13 anos, dominaram este País e não se preocuparam com esses quase 13 milhões de terceirizados, que estão aí sem regulamentação de suas atividades. E pior, vêm aqui pedindo tempo para estudar, vêm aqui pedindo tempo para avaliar uma coisa que eles sabem que existe há muitos anos e com a qual não se preocuparam, vêm agora dar sua presença para resolver esse problema dos trabalhadores terceirizados.

É imprescindível também modernizar essa legislação para que nós possamos iniciar um processo de recuperação dos empregos. Aliás, esse processo já se iniciou; de maneira acanhada ainda, mas já se iniciou, com uma mudança do rumo da economia que seja capaz de garantir o seu crescimento com mais empregos. Essa legislação vai ajudar nessa direção.

Regulamentar a terceirização é colocar o País em pé de igualdade com o cenário internacional. O Brasil é um dos poucos países que está atrasado, é arcaico; na verdade, precisamos, sim, modernizar essa

legislação - é preciso evoluir nas relações de trabalho.

Por isso, Sr. Presidente, esta lei que vamos votar daqui a pouco, com certeza, haverá de contribuir, e muito, com aquilo que não fizeram nesses últimos 13 anos, mas que faz este Governo de transição do Presidente Michel Temer, para que possamos efetivamente dar seguimento ao crescimento econômico no nosso País.

Vamos aprovar essa legislação, vamos dar aos trabalhadores terceirizados uma regulamentação digna, porque ela não vai retirar direito, como dizem aqueles que são contra essa proposta.

Nós haveremos de estar juntos, de mãos dadas, com os trabalhadores brasileiros, com esses 13 milhões de desempregados, que precisam de uma alternativa de emprego. Este é o momento, esta é a forma que nós entendemos que seja a melhor para...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 85/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		HENRIQUE FONTANA-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encaminhamento de votação do requerimento de encerramento da discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós somos contra este projeto.

Eu ouvi há pouco a fala de um dos Líderes da base do Governo ilegítimo e golpista de Temer, e ele dizia o seguinte: "*Quem se preocupa com os 13 milhões de terceirizados hoje?*" Eu respondo: este projeto não se preocupa em melhorar a vida dos 13 milhões de terceirizados hoje. O que ele quer é pegar os 40 milhões que ainda têm

um trabalho direto, formal, em que conhecem o seu empregador, com salários e condições de trabalho melhores, e, num ambiente de recessão, Deputado Chico, fazer com que eles sejam demitidos, obrigando-os a virarem terceirizados, com condições de trabalho absolutamente precarizadas. Este projeto é contra todos os trabalhadores.

Perguntem a um terceirizado que presta serviço na nossa Câmara se ele prefere trabalhar como terceirizado ou se ele gostaria de ser um trabalhador efetivo da Câmara. Pergunte ao terceirizado que sobe de elevador conosco quanto é o salário dele, Deputado Ninho. E, depois, pergunte ao Presidente Rodrigo Maia quanto a Câmara paga à empresa que quer terceirizar o trabalho dele. Vão botar um intermediário para ganhar o dinheiro que deveria servir para valorizar o salário do trabalhador. É muita mentira! É muita manipulação! É muito ataque ao mundo do trabalho!

Pelo amor de Deus! Os trabalhadores não são o problema das condições econômicas do Brasil. O trabalhador é a solução para economia brasileira. Mas eu estou vendo que alguns querem defender o capitalismo do século passado aqui, o capitalismo que levava as pessoas a condições de quase escravidão e precarização do trabalho.

Pergunto aos Deputados que querem votar daqui a pouco: V.Exas. querem que seus filhos trabalhem em uma empresa terceirizada ou querem que seus filhos trabalhem em um emprego formal, com carteira assinada e com todos os direitos garantidos?

Eu peço só 1 minuto para concluir, Sr. Presidente.

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 86/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		JULIO LOPES-PP -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

**Sumário**

Encaminhamento de votação do requerimento de encerramento da discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. JULIO LOPES** (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer uma reflexão a esta Casa, que diz respeito a 47% da população trabalhadora que não estão nem aí para o que estamos discutindo aqui nesta Casa.

São brasileiros e brasileiras que trabalham na informalidade, dentro dos quase 17% da economia brasileira que são informais. É uma economia, Deputado Silvio, maior que a da Argentina e que funciona totalmente à parte do Congresso Nacional, à parte dos discursos do Deputado Fontana, à parte dos discursos de qualquer Deputado.

Na realidade, esses brasileiros estão se virando, tentando e conquistando o seu dia a dia a duras penas, fora da proteção do Ministério do Trabalho, fora da proteção da Previdência Social. São autônomos: lutam nas ruas todos os dias para sobreviver. E estão fora da jurisdição da Previdência Social e do Ministério do Trabalho.

É com esses brasileiros que nós temos que nos preocupar. E é exatamente por isso, Sr. Presidente, que estamos tratando do projeto de lei sobre a terceirização, que permite que se flexibilize um pouco a enrijecida e antiquada legislação trabalhista que temos, que onera o posto do trabalho em 28% do custo direto do trabalhador, que não flexibiliza a negociação entre empregados e empregadores, que custa demais ao trabalho formal, que expulsa da legalidade e da formalidade metade da população brasileira trabalhadora.

Temos que fazer um convite para que esses brasileiros venham ser formalizados, para que esses brasileiros venham contribuir para a Previdência Social, para que esses brasileiros sejam finalmente incluídos no Ministério do Trabalho e tenham os instrumentos de proteção social que os demais brasileiros trabalhadores têm.

E, para isso, o Presidente Temer teve a coragem, e nós estamos aqui com essa coragem, de enfrentar o tema da terceirização, que é absolutamente fundamental para o avanço do emprego formal no Brasil, para criarmos uma nova perspectiva de empregabilidade e de prosperidade para o País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lembrem-se de que 47% dos trabalhadores brasileiros não gozam dos benefícios nem dos auspícios

daquilo que aqui é discutido, falado ou lembrado.

Tenham uma boa tarde.

---

Documento 87/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de encerramento da discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT vota "não".

E por que nós votamos "não"? Encerrar a discussão aqui é o maior símbolo de que essa discussão está sendo encerrada para o povo trabalhador lá fora, que está sendo feito de pato, como a FIESP anunciou para o Brasil. Nós não podemos aceitar a votação de um projeto sobre terceirizações que retira o décimo terceiro salário, as férias, o descanso remunerado, que impossibilita direitos, porque ninguém se responsabilizará!

O povo não é pato. É isso o que nós queremos simbolizar. O povo não vai pagar o pato, que V.Exas., do Governo Temer, querem impor à população.

O Governo Temer tenha vergonha e venha a este plenário para debater!

---

Documento 88/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de encerramento da discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encerrar a discussão é mais uma demonstração clara de que ao atual Governo e à sua base não interessa discutir projetos que - todos eles sabem - são extremamente prejudiciais ao trabalhador no Brasil.

A CLT foi duramente golpeada dentro desse projeto e será mais ainda na reforma trabalhista. Aliás, golpe é algo que está muito comum no Brasil, mas nós resistiremos.

Nós temos absoluta convicção de que cabe à população brasileira se mobilizar, porque a probabilidade deste projeto ser aprovado hoje é muito grande, apesar de termos inclusive entrado com mandado de segurança questionando o regime de urgência deste projeto, uma vez que só foi aprovado no ano 2000 e, portanto, não valeria sua tramitação.

O PDT não tem dúvida: o PDT é contra o encerramento da discussão, o PDT quer discutir a matéria para o bem do Brasil.

Documento 89/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA
CÂMARA DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de encerramento da discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro quero anunciar que aqui no nosso plenário encontra-se o Governador do Maranhão, o ex-Deputado Flávio Dino, que muito colaborou para a afirmação das políticas públicas. S.Exa. está redimindo o Maranhão das escolas de palha e, sem dúvida, honra o Brasil e o PCdoB.

Segundo, Sr. Presidente, sob o argumento de criar mais empregos, faz-se uma mentira quando se quer fazer do trabalho temporário a regra do jogo, para contratar de forma precária, instável e passageira os trabalhadores brasileiros.

O Sr. Temer, advogado constitucionalista, quer acabar com a CLT e com a Justiça do Trabalho. Nós não vamos permitir isso.

Queremos discutir o assunto. O PCdoB vota "não".

---

Documento 90/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de encerramento da discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.



**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está aqui um pouco afogado por essa conjunção de patos da FIESP - o pato corrupto, o pato golpista, o pato nutrido pela exploração do trabalhador, o pato antipato, com todo respeito aos patinhos do País.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - "Sim", "sim", "sim".

**O SR. CHICO ALENCAR** - Manifestamo-nos com um "não" ao encerramento do debate. Há mais de 20 Parlamentares inscritos, e há aqueles que querem dar um golpe nos direitos dos trabalhadores, terceirizando generalizadamente uma relação que tem que ser primordial, não terceirizada e nem "quarteirizada".

Nós queremos continuar debatendo a matéria, portanto, nosso voto é "não".

Paulo Skaf, que vergonha esse pato!

Documento 91/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de encerramento da discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É importante dizer para os partidos agora, Sr. Presidente, que o voto "não" da Minoria é para homenagear aquele que foi o criador do pato, o Skaf, em São Paulo. O pato aqui é uma manifestação daqueles que inventaram o pato e estão pagando o pato

nas costas dos trabalhadores. Por isso, nós encaminhamos o voto "não".

Não à terceirização.

---

Documento 92/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ALIEL MACHADO-REDE -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de encerramento da discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede faz o encaminhamento pelo voto "não". Essa é uma maneira que nós temos de defender dentro da sociedade e dentro do Congresso...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos deixar os Parlamentares usarem a palavra. Por favor, vamos respeitar a palavra do Parlamentar.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - "Sim", "sim", "sim".

*(Manifestação no plenário.)*

Com a palavra o Deputado Aliel.

**O SR. ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente, nós defendemos "não" ao encerramento da discussão, pois entendemos que existem muitas dúvidas ainda. Muitos Parlamentares não entenderam o que significa a precarização do trabalhador. Basta nós olharmos para a Casa em que atuamos. Pergunte aos funcionários terceirizados aqui nesta Casa o quanto eles ganham e o quanto a empresa lucra em cima deles. Nós temos que defender o trabalhador brasileiro, e não vamos aceitar a

precarização do trabalho. A Rede faz o encaminhamento "não" e solicita decência desses Parlamentares, defendendo "não" à terceirização.

---

Documento 93/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		BOHN GASS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encaminhamento de votação do requerimento de quebra de interstício para votação nominal do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, nós somos a favor da quebra do interstício.

Eu vou usar a tribuna. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, neste momento de gravidade por que nós estamos passando, o Temer mandou um projeto para esta Casa ressuscitando o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, da época de Fernando Henrique Cardoso. Infelizmente, com a reforma trabalhista e com a reforma previdenciária, estão sendo rasgados dois legados importantes neste País. O primeiro legado é de Getúlio Vargas: a CLT. O segundo legado é de Ulysses Guimarães: a Constituição de 1988.

Sim, o que o Temer está fazendo, junto com o PSDB e com os demais partidos, é impor nessa votação de hoje que o terceirizado, na atividade fim, receba menos salário.

Vai haver mais acidente de trabalho, vai haver mais mortes causadas pela terceirização.

Nós estamos numa situação em que os trabalhadores vão, sim, pagar o pato daqueles empresários que financiaram o golpe neste País. Não era para afastar uma Presidenta honesta, como a Presidenta Dilma. O

golpe foi votado para maquiar uma estrutura neste País, para não se investigar mais a corrupção, para entregar as nossas empresas e para prejudicar os trabalhadores. Não é por nada que o desemprego está crescendo, não é por nada que a vida do trabalhador brasileiro está cada vez mais difícil e não é por nada que há cortes nos investimentos do País.

Por isso que nós estamos aqui, juntos com as centrais sindicais, com as pastorais do País, pedindo que este projeto não seja votado no dia de hoje, porque quem vai pagar o pato serão os trabalhadores e quem vai ficar cada vez mais rico é quem vai contratar, de forma fragilizada ou até mesmo análoga à escravidão, os trabalhadores do País.

Nós queremos que haja mais discussão, que a votação seja feita ponto por ponto e não, de supetão, a fim de não retirar direitos do povo trabalhador.

---

Documento 94/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	CARLOS ZARATTINI-PT -SP COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Esclarecimento da presença do pato inflável, símbolo de protesto, no plenário. Apoiamento do Governo Federal na aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, cuja matéria é contrária aos direitos dos trabalhadores brasileiros. Posicionamento contrário à aprovação da referida proposição.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, trouxemos aqui hoje o pato devorador de direitos, o pato da FIESP, o pato que está promovendo essa verdadeira destruição das leis do trabalho em nosso País, o pato da FIESP, dos patrões, que está acabando com os direitos dos trabalhadores, que quer promover a terceirização, o aumento do trabalho temporário, o trabalho parcial, a flexibilização de direitos na reforma trabalhista. *(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*



**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Sim, sim, sim! Vamos votar!

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Srs. Deputados, eu queria falar aqui sobre uma questão importante. O Governo quer votar a qualquer custo esse Projeto de Lei nº 4.302 porque ele é muito mais rigoroso, é muito mais pernicioso aos direitos dos trabalhadores do que o Projeto de Lei nº 4.330, que foi votado nesta Casa há 2 anos.

Todos nós aqui votamos o PL 4.330, um projeto que foi encaminhado ao Senado, onde está sendo discutido na CCJ e pode ser votado a qualquer momento. Mas o Governo quer que os Deputados da base votem num projeto que foi feito em 1998, foi examinado nesta Casa em 1999, foi votado no Senado em 2002. É um projeto do século passado, é um projeto antiquado.

Aí o Governo propõe que os trabalhadores, através de suas centrais sindicais, façam um acordo: aprova-se aqui tudo de ruim que existe no PL 4.302; depois se vota o PL 4.330 no Senado; e aí as centrais sindicais fazem uma proposta de veto sobre o PL 4.330.

A Central Única dos Trabalhadores não aceitou esse acordo. A Central de Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil - CTB não aceitou esse acordo. Por quê? Porque esse acordo significa negociar os direitos dos trabalhadores, que são inegociáveis!

Nós aqui queremos dizer da nossa oposição radical a esse projeto.  
*(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar, vamos votar!

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Queremos dizer claramente que nós do PT condenamos essa votação. E queremos dizer aos Srs. Deputados dos partidos da base que essa votação é muito perigosa para os direitos dos trabalhadores. O movimento sindical - digo aos senhores - não vai aceitar isso, porque não vai gerar nenhum emprego. O que gera emprego na economia é aumentar o salário mínimo, o que gera emprego é aumentar as aposentadorias, o que gera emprego é aumentar o crédito para as pequenas e microempresas.

É isso o que gera emprego, não esse projeto que vai, ao contrário, reduzir a renda do trabalhador, o qual vai consumir menos. E, com o trabalhador consumindo menos, vai se gerar mais desemprego em nosso País. Os únicos que vão ganhar vão ser os grandes empresários, que vão ter aumentada a sua taxa de lucro. Esses, sim, serão beneficiados.

Por isso, Srs. Deputados, ponham a mão na consciência. Vamos votar corretamente. Não vamos votar contra o trabalhador aqui nesta Casa, porque votar contra o trabalhador é votar contra o eleitor. E o eleitor, no ano que vem, vai dar o troco

Esse não é um projeto de modernização da economia. Esse é um projeto de retirada de direitos. É por isso que estamos aqui com os patos da FIESP, que, nesse caso, estão devorando o emprego do trabalhador, a jornada de trabalho, a garantia de direitos, a negociação coletiva dos sindicatos.

É preciso que aquilo que o trabalhador conquistou através das suas campanhas salariais seja garantido, seja mantido. Precisamos melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, e não piorar a qualidade de vida, e não deteriorar as condições de trabalho.

Quero dizer às Sras. Deputadas, que tanto lutam pelos direitos das mulheres, que esse projeto vai fazer com que as mulheres sejam ainda mais discriminadas. Quero saber o que vai acontecer quando uma mulher jovem se casar e, recém-casada, provavelmente engravidar. O que vai acontecer? Essa mulher será contratada temporariamente ou será contratada através de uma empresa terceirizada.

Esse projeto reduz os direitos das mulheres que conquistamos em nosso País. Esse projeto, ao permitir a terceirização, reduz esses direitos que são fundamentais.

Os empresários não aceitam o afastamento da mulher por licença-maternidade. Eles vão ter oportunidade, com esse tipo de jornada parcial, com a contratação temporária e a terceirização, de afastar a mulher jovem do mercado de trabalho - porque a mulher de mais idade já está afastada mesmo, pelo desemprego.

Por isso, temos que impedir que esse projeto seja aprovado. As mulheres do Brasil têm que abrir os olhos para o que está sendo votado aqui. E, mais do que isso, estamos na última votação desse projeto, que vai para a sanção presidencial. Quero saber se alguém aqui acredita que Michel Temer e Meirelles - esses dois golpistas que comandam o País - vão ter dó, vão ter pena do trabalhador e da trabalhadora e vão vetar algum artigo que prejudique o povo.

Nenhum artigo será vetado. O que eles farão é exatamente garantir que os empresários possam, em condições legais, explorar os trabalhadores mais do que já os exploram.

Metade do povo brasileiro não tem carteira registrada. O Governo

proibiu que fosse divulgada a lista de empresas acusadas de trabalho escravo. É isso que fazem neste País: extinguem o direito dos trabalhadores. (*Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!*)

---

Documento 95/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada do requerimento de adiamento da votação por uma sessão do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL apoia o adiamento da votação por uma sessão.

Em primeiro lugar, generalizar as possibilidades da terceirização é uma agressão à própria relação capital e trabalho. A classe trabalhadora neste País, herdeira de um regime cruel de escravidão, tem lutado, ao longo do século XX, para ter seus direitos mínimos garantidos.

É um absurdo que este Governo, que já é retrógrado nas suas práticas políticas, esteja com que cada Ministério, como acontece com o Ministério da Agricultura, tenha as suas superintendências e delegacias regionais a soldo da política mais atrasada e, como se vê, corrompida. Por isso, o Ministro da Agricultura agora anda sumido, é um Ministro fantasma.

O nosso voto é...

*(Desligamento automático do microfone.)*



Documento 96/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JONY MARCOS-PRB -SE ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto diante de desistência, pelo Governo Federal, de envio de milho para alimentação do rebanho nordestino. Orientação da respectiva bancada do requerimento de adiamento da votação por uma sessão do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. JONY MARCOS** (PRB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, antes de enunciar o voto, preciso dar um recado. Estive agora com o Ministro Blairo Maggi, quando terminou a audiência lá no Senado. O Governo Federal havia anunciado, no dia 15 de fevereiro, que iria enviar para o Nordeste do Brasil 200 mil toneladas de milho, para salvar o nosso rebanho de gado leiteiro e gado de corte. E o Ministro Blairo Maggi acabou de me dizer agora que o Governo recuou, que o Ministro Meirelles não vai pagar essa conta.

Estão tirando onda com o povo do Nordeste, Sr. Presidente. Preciso mandar esse recado! Para que fazer evento no Palácio do Planalto? Para que chamar os Governadores do Nordeste? Para que chamar os Deputados e Senadores e anunciar esse envio de 200 mil toneladas de milho?

O nosso povo lá do Nordeste está aguardando o milho subsidiado da CONAB, que vai sair lá do Mato Grosso e irá até o Nordeste, para salvar o nosso rebanho de gado.

Presidente Temer, Ministro Meirelles, não mintam para o povo do Nordeste! Cumpram a promessa que os senhores fizeram e mandem o milho, porque o povo está morrendo, o gado está morrendo! E nós estamos revoltados!

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

O PRB vota "não".

Documento 97/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOSÉ CARLOS ALELUIA-DEM -BA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

### ***Sumário***

Parabeniza o Relator, Deputado Laercio Oliveira, pelo relatório apresentado ao Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos promovendo uma batalha do nada. Não existe, em nenhum lugar civilizado do planeta, esta criação absurda do nosso Tribunal Superior do Trabalho, tentando definir, na vida moderna, algo da época pré-industrial.

Sr. Relator Laercio Oliveira, parabéns pelo seu relatório. V.Exa. prestou mais um serviço ao Brasil, mesmo com essa nossa Oposição, que concorda com isso. Eles concordam com a terceirização. (*Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!*)

Nenhum deles foi à tribuna para dizer ou negar que o Governador da Bahia não tenha terceirizado, com uma grande empresa especializada em radiologia, todo o serviço de radiologia dos hospitais públicos da Bahia. Isso é ou não atividade-fim?

Estamos votando isso para corrigir um erro do Tribunal Superior do Trabalho. Esta é uma batalha que não retira nenhum direito dos trabalhadores, mas que vai permitir que as empresas brasileiras possam reduzir a sua incapacidade produtiva, possam voltar a competir, possam voltar a ter especialidades.

Eu ouvi aqui absurdos ditos por companheiros da Oposição. Quiseram dizer que terceirização não especializa. Como, Deputado Simão, terceirização não especializa? Será que, se V.Exa. tiver uma terra de mil hectares e quiser plantar soja, V.Exa. vai ter que ter uma empresa de aviões ou um avião parado, para pulverizar a sua lavoura, vai ter que ter uma colheitadeira que funciona 1 mês por ano?

Ora companheiros, V.Exas. sabem, V.Exas. não têm dúvidas de que

este projeto é bom para o Brasil, é bom para o trabalhador, é bom para o emprego. *(Manifestação nas galerias: Mentira! Mentira!)*

O que V.Exas. estão querendo é ter uma oportunidade de levantar uma bandeira. Levantem a bandeira contra o desemprego. V.Exas. entregaram o Brasil com 13 milhões de desempregados. *(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*

E agora estão aqui... *(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado.

**O SR. ALEXANDRE LEITE** (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peça para esvaziar as galerias. Já deu, não é? Peça para esvaziarem as galerias.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peça para esvaziarem as galerias, por favor. *(Manifestação nas galerias.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado José Carlos Aleluia está com a palavra.

**O SR. ALEXANDRE LEITE** - Muito bem, Sr. Presidente!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Na hora em que o Deputado está falando, eles têm que ficar em silêncio, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Como esvaziar as galerias, Sr. Presidente?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Isso é desrespeito! Se fosse com V.Exa., V.Exa. não iria gostar! Ele tem direito de falar, como V.Exa. tem direito de criticar.

**O SR. PAULO PIMENTA** - Deputado Rodrigo Maia, vamos combinar, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu estou pedindo aqui, há meia hora, para o pessoal ficar em silêncio.

**O SR. PAULO PIMENTA** - Vamos combinar, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nós abrimos a galeria para quê?

**O SR. PAULO PIMENTA** - V.Exa. dá licença de eu falar?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, as galerias nem estão abertas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eles têm que respeitar o Deputado. Se o Deputado parou de falar, podem vaiar, podem aplaudir. Agora, quando o Deputado fala, vão ouvir, vão ouvir.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - As galerias nem estão abertas, Sr. Presidente. Elas nem estão abertas.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- - Então, durante a fala, vamos ouvir. Durante a fala, não incomodem!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O PCdoB quer orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu só peço que ouçam! Depois que o Deputado falar, se não gostaram, podem vaiar. Não tem problema, ninguém tem medo de vaia.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O PCdoB pede a palavra para orientar.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Quero dizer que encontrei um Deputado do PT e perguntei: "*Você não vai reclamar do Governador da Bahia, que terceirizou atividade-fim num hospital?*"

Deputada Yeda, pergunto a V.Exa., que já foi Governadora: radiologia é ou não atividade-fim de um hospital público?

Por que eles ficam contra o que fazem? Nunca vi alguém ficar contra o que pratica. Se você não concorda com algo, não o pratique!

Nenhum Deputado veio à tribuna, nem mesmo aqueles da área de saúde, para dizer que o Governador da Bahia estava errado. Ele não está errado. Nesse ponto, foi uma das únicas coisas que ele fez de certo no Governo.

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada do requerimento de adiamento da votação por uma sessão do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em nome da Minoria, quero me referir à seguinte questão: pode ser - até não creio - que, na decisão dessa matéria, sejamos minoria aqui dentro, mas tenho certeza absoluta de que a maioria do povo brasileiro, que estará sendo roubada nos seus direitos se essa matéria vier a ser aprovada, está totalmente contra esse projeto de lei das terceirizações.

**O SR. NILSON LEITÃO** - O direito perdido foi o desemprego.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Não se gerará um só emprego. É mentira de V.Exas. do Governo Temer quando dizem que se gerarão empregos. É mentira de V.Exas. quando dizem que se assegurarão direitos.

Portanto, em nome dos partidos que compõem a Minoria aqui dentro - mas que já são maioria contra o Temer lá fora -, quero dizer a vocês que essa matéria jamais deveria ter sido tirada do fundo de uma gaveta, para ser colocada em votação como agora está sendo.

Os partidos que se opõem ao Governo Temer sabem que a sintonia é fundamental para o Brasil se desenvolver e para gerar empregos é garantir direitos aos trabalhadores e trabalhadoras. Se a pessoa não tiver um salário digno, Deputada Erundina, se ela não tiver mais direitos, este País também vai parar.

Eles estão quebrando a Previdência, não pelas contas falsas que o Governo Temer faz como propaganda, mas pelo desemprego que este Governo está impondo ao diminuir e acabar com investimentos públicos no Brasil, por um modelo de Estado predatório e contra o

povo. O Estado não pode ser contra o povo.

A Minoria...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 99/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada do requerimento de adiamento da votação por uma sessão do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está em obstrução, Sr. Presidente, porque, em primeiro lugar, as galerias não estão abertas. Há uma representação desesperada pelo inusitado, pela surpresa, pelo golpe de se trazer esse projeto hoje para apreciação da Casa.

Gás lacrimogêneo, gás de efeito moral foi o que os trabalhadores tomaram lá na rua.

A Espanha chegou a 34% de empregos temporários, precarizou e, lamentavelmente, diminuiu salários.

O Brasil quer aprovar um projeto anacrônico? Não, o Brasil não quer. Quem quer isso é o Governo Temer, submetido às corporações mundiais, submetido para vender o patrimônio nacional, submetido para cavalgar a galope, tirando um direito por dia dos trabalhadores brasileiros.

Estamos em obstrução.

Documento 100/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	MAURO PEREIRA-PMDB -RS PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dizer que vamos votar o projeto de terceirização para regulamentar os 13 milhões de pessoas que já trabalham nessas empresas e, ao mesmo tempo, facilitar a geração de empregos - emprego justos, empregos com todos os direitos garantidos.

Precisamos ter um país competitivo, para que possa competir hoje com o Paraguai, que está levando as nossas indústrias.

Agora, uma coisa é certa: se aprovarmos a terceirização, talvez na próxima votação, a CUT não tenha mais dinheiro para vir aqui fazer bagunça, para fazer o que está fazendo agora em Brasília. Hoje a CUT está recebendo. Mas, com certeza, no futuro, só vai contribuir quem quiser. Aí, sim, vai ficar complicado para as centrais sindicais.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Apupos e manifestação nas galerias: Golpista! Golpista! Golpista!*)

Documento 101/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	HENRIQUE FONTANA-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO



### *Sumário*

Indignação com a votação simbólica do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o primeiro desafio que faço à base deste Governo ilegítimo é para que ela assuma o que defende ao microfone. Se ela quer elogiar tanto este projeto que vai precarizar as condições de trabalho no Brasil, assumo que vai votar nominalmente.

Há uma manobra aqui no plenário, Sr. Presidente, porque eles são covardes e querem votar esta matéria sem colocar a digital.

Desafio o Líder deste Governo ilegítimo para que pelo menos tenha honradez e assumo o compromisso de que cada Deputado vai colocar a sua digital, que faremos uma votação nominal e que S.Exas. não serão covardes para se esconder, sem votação nominal.

---

Documento 102/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada do requerimento de adiamento da votação por uma sessão do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho um compromisso público registrado em cartório: não voto contra o trabalhador, não voto contra o servidor público, não voto contra o aposentado, não voto o aumento de impostos para as pessoas mais pobres. Em 2015, no ajuste fiscal, eu

votei desse jeito.

Há uma incoerência: aqueles que hoje estão contra a terceirização eram favoráveis a ela antes, aqueles que eram contra a reforma da Previdência são favoráveis a ela hoje, e vice-versa. Há uma incoerência total.

Eu mantenho a mesma linha: fui contra o ajuste fiscal, votei contra a terceirização, vou votar contra a reforma da Previdência e sou contra qualquer projeto que mexa nos direitos dos trabalhadores. O meu posicionamento vai ser o mesmo.

Por isso, o PMB vota "sim", pelo adiamento da votação. Esse é o nosso posicionamento. O nosso posicionamento de antes e de agora é o mesmo: em defesa dos trabalhadores.

---

Documento 103/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		SÁGUAS MORAES-PT -MT
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encaminhamento de votação em globo dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, nós havíamos apresentado um requerimento de votação em globo e, depois, foi feito outro requerimento em cima dele, que, de certa forma, prejudicou o nosso requerimento.

De qualquer modo, estamos aqui para dizer que não concordamos com a votação desse Projeto de Lei nº 4.302, que trata da terceirização. Sem dúvida nenhuma, ele vai precarizar as relações de trabalho no Brasil. Nós já travamos um embate aqui na apreciação do PL 4.330, que tratava exclusivamente da terceirização.

O PL 4.302, que hoje está sendo votado, já havia sido apresentado em 1998 e votado em 2000. O Presidente Lula pediu a retirada dele em 2002. Agora ele foi ressuscitado, porque o Governo, de fato, não quer somente o PL 4.330, que trata da terceirização, como também tratar da contratação temporária, que é permitida por 90 dias. Neste projeto, a contratação temporária é de 180 dias, podendo ser prorrogada por até 90 dias.

Pergunto: quais garantias terá o trabalhador brasileiro? Com a aprovação desse projeto da terceirização, que vai precarizar a relação de trabalho, ainda mais que ele poderá ser contratado temporariamente, não haverá garantia de férias, não haverá garantia ao 13º salário, não haverá direito à greve.

O trabalhador brasileiro estará à mercê das negociações com os patrões e também estará à mercê dos interesses das empresas terceirizadas que atuarão junto às grandes empresas deste País.

Hoje, não pode haver terceirização da atividade-fim. Eu duvido muito que nós teremos condições de melhorar as condições do trabalhador que trabalha na atividade-fim, porque as empresas terceirizadas terão de obter lucro, e o lucro será em cima do trabalhador. O trabalhador terá menos capacitação e será trocado a qualquer momento.

Com certeza, os produtos brasileiros perderão a qualidade, perderão os trabalhadores brasileiros que não terão suas garantias de contratos com as empresas que oferecem o serviço, e, sim, com a empresa terceirizada, que poderá vir à falência a qualquer instante.

---

Documento 104/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALESSANDRO MOLON-REDE -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encaminhamento de votação em globo dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas manifestar o nosso repúdio a esta proposta, que vai agravar ainda mais a crise pela qual passam os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras.

Quem nos assiste de casa não se engane! Esta proposta tem por objetivo permitir a contratação mais barata dos trabalhadores, precarizando e negando os seus direitos.

O próximo passo é obrigar o trabalhador e a trabalhadora a se transformarem em pessoas jurídicas, sendo contratados como se fossem empresas, perdendo direito a férias remuneradas, a 13º salário e a licença-maternidade, por exemplo.

Por isso, digamos "não" a este projeto nesta noite e rejeitemos a proposta de terceirização, em respeito aos direitos trabalhistas conquistados depois de décadas de lutas dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos sindicatos, das centrais sindicais, dos movimentos de greve e de tantas outras formas de manifestação.

Digamos "não" à terceirização! Adiemos a votação, para fazermos este debate de forma mais transparente e ouvindo a sociedade brasileira.

---

Documento 105/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	AGUINALDO RIBEIRO-PP -PB ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa do parecer do Relator, Deputado Laercio Oliveira, apresentado ao Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas. Concordância com acordo proposto pelo Líder do PT, Deputado Carlos Zarattini, e o Líder da Minoria, Deputado José Guimarães, de retirada da obstrução em contrapartida a votação nominal da matéria.

---

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de iniciar a nossa fala com toda a tranquilidade e serenidade que devemos



ter para os debates que virão.

É necessário que façamos uma reflexão de que vivemos numa crise política. Talvez nós próprios tenhamos sido contribuintes desta crise política, inclusive diante da imagem que a sociedade hoje tem da política.

Eu vim aqui nesta tarde para fazer a defesa do parecer do Deputado Laercio Oliveira. Nós podemos discordar de uma matéria como essa porque cada um tem uma compreensão. Só não podemos discordar de que o Brasil mudou, avançou, e que a nossa legislação é arcaica, a qual impede que o Brasil seja competitivo e não condiz com a realidade de um País que representa uma economia de oitavo mundo. Isso não quer dizer tirar emprego de quem quer que seja. Do contrário, quer apontar para o caminho da modernidade.

Temos a convicção de que este momento de crise que atinge a todos nós - a crise política não é do Governo, não é da Oposição, é da política - é um momento de responsabilidade e de resgate.

Por essa razão, de forma muito serena, a minha missão será a de promover o debate, não o ideológico, mas o debate feito com responsabilidade para decidir o que é melhor neste período de transição que estamos vivendo. Este importante momento pode retratar ainda mais a atual agudização da crise política, econômica e social, ou pode apontar para um caminho de resgate que todos nós queremos para o nosso País.

Essa é a nossa primeira compreensão, com respeito ao contraditório, com respeito às opiniões, na defesa da democracia. Para tanto, é preciso que saibamos ouvir, respeitar as opiniões, os contraditórios. Que possamos discordar e, ainda assim, convivermos como Nação. Esse é o sentido democrático.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, diferentemente de outros entendimentos que ouvimos aqui, hoje é o momento em que haveremos de avançar, com a compreensão de que estamos fazendo o melhor para o País, ao colocar as nossas digitais, sem nenhum temor, nesta importante votação. E as colocaremos porque estamos convictos da importância de se aprovar esse projeto que vai gerar mais empregos.

A terceirização não vai tirar emprego de ninguém. Basta olhar os exemplos que aconteceram no mundo todo. Podemos até lembrar, por exemplo, a Revolução Industrial, quando chegaram as máquinas e muitos disseram que elas iriam roubar os empregos das pessoas. Do

contrário, o mundo mudou, as pessoas se adaptaram, e novas oportunidades de trabalho foram geradas.

Já existe um estudo de ciência para o mundo de amanhã, numa universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, apontando que 40 profissões, nos próximos anos, não existirão mais. Por quê? Porque as mudanças no mundo estão ocorrendo. Nós não tínhamos o Uber. Hoje nós temos *startups*. Precisamos modernizar a relação de trabalho, e é isso que nós estamos tentando fazer.

Queremos avançar numa relação que não tire emprego de ninguém, que preserve os empregos e que também não enfraqueça os sindicatos. Essa é a compreensão neste instante. Os sindicatos também vão se modernizar, vão se adaptar à nova realidade em que vivemos. Por isso, tenho convicção de colocar a nossa digital a favor desse projeto, sem aceitar qualquer tipo de provocação.

Finalizando, Sr. Presidente, celebro a proposição aqui feita e a considero importante para reforçar a democracia. O Líder do PT, o Deputado Carlos Zarattini, e o Líder da Minoria, o Deputado José Guimarães, propuseram um entendimento, com o qual concordamos. Retiramos a obstrução e passamos à votação nominal do mérito da matéria principal, colocando as nossas posições, sem nenhum temor, com muita convicção, e votaremos os destaques de forma simbólica.

Essa foi a proposta acordada e celebrada por nós, dentro da relação que quero ter enquanto estiver nesta Liderança, com muito respeito, sabendo ouvir e discutir. Acho que é o respeito que fortalece a democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 106/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	MARCOS MONTES-PSD -MG ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao Deputado Aguinaldo Ribeiro pelo uso da Liderança para a

formulação de proposta de acordo de procedimento para a votação da matéria.

---

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Líder Aguinaldo Ribeiro e o Líder José Guimarães. Acho que estamos inaugurando uma nova fase de discussão dos projetos hoje, com cada um defendendo as suas convicções.

É claro que o PT e os partidos da Oposição defendem as suas convicções, mas o Líder Aguinaldo Ribeiro, também defendendo as suas convicções, veio à tribuna e propôs aceitar o acordo, para cada um colocar sua digital.

Quem sabe, Sr. Presidente, hoje, nós estejamos inaugurando uma nova fase de discussão de matérias importantes neste País.

Parabéns, Líder Aguinaldo Ribeiro!

---

Documento 107/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de realização de acordo para votação nominal do mérito da matéria.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós conversamos com o Líder Aguinaldo Ribeiro, com V.Exa.; consultamos o PT, o PCdoB, o PDT, o Deputado Alessandro Molon; e estamos conversando com o PSOL. É fundamental que a votação do mérito da matéria seja nominal.

O acordo, nos termos colocados pelo Líder do Governo, Deputado Aguinaldo Ribeiro, é que V.Exa., de ofício, determine a realização de votação nominal para o texto principal, e que nós debatamos os destaques, um a um, sem obstrução, sem votação nominal. Será feita



votação nominal para o texto principal, que é o mais importante.

---

Documento 108/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas. Defesa de votação nominal da matéria.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, parece-me que não está muito compreendido por algumas pessoas a dimensão do que nós estamos fazendo hoje neste plenário. A situação, em minha opinião, é dramática. Nós não estamos discutindo algo secundário, mas algo que mexe com a maioria dos trabalhadores brasileiros.

O atropelo pode não estar na fala, mas a pauta é um atropelo, sim. Essa matéria tramitou em regime de urgência no ano 2000. Já se passaram três legislaturas, e nós nunca nos negamos a discutir a regulação dos 12 milhões de trabalhadores terceirizados. Essa sempre foi uma posição nossa - dos partidos que hoje compõem a Oposição. Regulamentar a atividade terceirizada que já é exercida por 12 milhões de pessoas sempre foi um desejo dos trabalhadores e nosso. No entanto, não é isso que estamos fazendo aqui.

Nós estamos aproveitando, neste plenário, Deputado Aguinaldo, que é Líder do Governo, uma situação de um projeto que já foi embora, pois nós já pautamos esta matéria aqui. Agora estamos votando outro projeto, que não voltará para o Senado, que agravou muito o texto do primeiro projeto votado por esta Câmara, o PL 4.330. Nós estamos votando outro projeto que simplesmente aniquila as relações de trabalho do povo trabalhador com o patronato.

V.Exa. disse que estamos na transição. Quem está na transição não toma medidas estruturantes dessa forma.

A economia brasileira está parada, está estagnada! Ontem consultei todos os dados oficiais: não há curva de crescimento na indústria, não há curva de crescimento no comércio, não há curva de crescimento na área de serviços. A economia está andando para trás.

Vocês já têm 1 ano de Governo pós-*impeachment*! Este é um Governo que já perdeu oito Ministros por delação premiada, por corrupção, um Governo que não tem credibilidade, legitimidade e autoridade política para enfrentar uma pauta desta forma, uma pauta sem nenhum apoio da sociedade brasileira. Este Governo tem menos de 10% de popularidade!

É bom que a sociedade e os trabalhadores saibam que nós estamos aqui votando um projeto que amplia a terceirização de forma generalizada, inclusive para a atividade-fim, e não faz diferença entre setor privado e setor público.

O que é isso? Nós vamos agora contratar todos os profissionais da ponta do serviço público por terceirização? É assim que vocês querem fortalecer a previdência pública, sem ninguém mais contribuindo para o regime próprio dos servidores? Vocês querem terceirizar para a atividade-fim em todas as áreas de trabalho, de economia e de serviço público!

Agora, o mais grave ainda é que, na verdade, vocês vão contratar todo mundo por contrato temporário. Contrato temporário vira atividade complementar. Amplia-se o tempo de contrato de 3 para 9 meses. Se um mesmo empresário tiver duas empresas, ele fica jogando o trabalhador de uma empresa para outra, Deputado Vicentinho, sem férias, sem nenhuma rescisão, sem nenhuma verba indenizatória de rescisão e nem multa de Fundo de Garantia. Ele não tem nada!

Vocês estão hoje desmontando as conquistas do mundo do trabalho, conquistas de respeito a um trabalho descente que não querem mais. Quando digo vocês, refiro-me à base do Governo, ou pelo menos parte dela. Este Governo está fazendo tudo para desmontar todos os direitos conquistados pelo povo durante os últimos 100 anos.

Nós já tivemos uma elite de casa grande e de senzala por muito tempo, mas ela permanece. A casa grande permanece nas relações de trabalho. Vocês querem voltar com o trabalho escravo! Ontem, a ONU condenou este Governo por suspender a divulgação da lista suja do trabalho escravo. Vocês querem que o trabalho escravo volte no Brasil, que se trabalhe por salário baixo, que se trabalhe sem direitos, que se trabalhe sem férias, que não tenha multa do FGTS na demissão e que não tenha nenhuma verba indenizatória na rescisão, e o trabalhador

fique pulando, a cada 9 meses, de uma empresa para outra, sem direito nenhum.

Não é possível que em pleno século XXI, com uma economia estagnada, com dificuldade de emprego, no desespero, antiteticamente, vocês propõem aos trabalhadores que aceitem subemprego, que aceitem trabalho escravo, que aceitem submissão aos interesses de um patronato míope, aético, e que não tem nenhum respeito pelo trabalho no Brasil.

Não podemos aceitar tranquilamente uma situação como essa, porque não é aceitável. Estamos enfrentando hoje duas grandes reformas: trabalhista e previdenciária. Nenhuma delas se sustenta nos argumentos do Governo, nenhuma! Nenhuma delas, porque o problema não está na Previdência, está na economia.

A reforma trabalhista quer desmontar a força do movimento sindical nas relações com o patrão. É o negociado sobre o legislado. Acaba a Consolidação das Leis do Trabalho. Vocês acham que estão em mundo? Em que mundo os Deputados aqui acham que estão? Em que situação? Nós não estamos no século XIX, nem no início do século XX. As relações de trabalho foram construídas com muita luta neste País!

Não é possível admitir que a essa altura do campeonato um Governo ilegítimo e uma base parlamentar que não se preocupa em representar os trabalhadores brasileiros estabeleçam essas regras, de contrato temporário, de terceirização para todas as atividades-meio e atividades-fim, na atividade privada e na atividade pública, e, simplesmente, saiam sorrindo pelas ruas, achando que não haverá reação, mas haverá.

As manifestações de rua estão crescendo, estão crescendo contra a reforma da Previdência e contra todo o ataque dos direitos construídos com muito suor, luta, lágrima e sangue neste País. Não é possível que em uma penada, numa única votação, a gente destrua 100 anos, 50 anos, 30 anos de luta, em particular, o pacto constitucional de 1988.

Sr. Presidente, neste momento, como representante da Minoria, quero deixar claro que vamos resistir sempre, toda a vez que este Governo e sua base atentarem contra o direito do povo trabalhador, particularmente o de menor renda, particularmente aquele que acaba se submetendo a esse tipo de relação de trabalho.

Nós vamos resistir, nós vamos obstruir, nós vamos denunciar, nós vamos nos mobilizar, até que essa Minoria vire maioria e consigamos impedir o desastre, o ataque, as agressões e a violação dos direitos

neste País.

Trago aqui não apenas a posição do PCdoB, mas a dos partidos que compõem a Minoria e de vários outros que compõem a Oposição, que não aceitam compactuar ou serem coniventes com um processo como esse.

Sr. Presidente - V.Exa. que agora dirige os trabalhos -, é fundamental que se garanta, sim, a votação nominal no mérito. Quem tem coragem de propor aos trabalhadores 9 meses de contrato temporário, sem nada, deve, sim, colocar a sua digital aqui. Coloquem a sua digital, e respondam ao povo lá fora pela agressão, maldade e crueldade que se comete dentro deste Parlamento.

De fato, a República está muito feia, com aquele Planalto grotesco, com Alexandre de Moraes hoje no Supremo e um Parlamento que, por maioria, quer tirar direitos dos trabalhadores no Brasil. Nós não aceitamos isso! Vamos resistir! Quem tem que pagar o pato não é o trabalhador, e sim aqueles que mais ganham, o patronato brasileiro, que tem milhões de desonerações, e não contribui para a economia brasileira.

Muito obrigada.

---

Documento 109/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		CAETANO-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada de votação em globo dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT entende que, cada vez mais, o Governo Temer quer subtrair os direitos dos trabalhadores, com a desculpa de que isso vai

aquecer e melhorar a economia brasileira, gerar emprego e renda. Não é verdade! Gera-se emprego e renda investindo na produção, criando crédito para a sociedade, para a micro e a pequena empresa.

Não é dessa forma! O Governo Temer parece que está no fim da jornada. Parece fim de feira, querendo liquidar tudo a preço de banana, querendo que os trabalhadores paguem esse pato! Os trabalhadores não vão pagar esse pato!

O PT vota "não", Sr. Presidente.

---

Documento 110/339

---

043.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-16:40

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

WEVERTON ROCHA-PDT -MA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação em globo dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós iremos demarcar, mais uma vez, o nosso espaço neste momento difícil que o Brasil está vivendo. Esta Casa poderia - ainda tem a oportunidade de pedir - que o Senado Federal nos respeite e mande para cá o texto que nós enviamos, em abril de 2015, sobre a terceirização. Depois de 18 anos, resgatar um texto para votá-lo, sem que tenha havido uma profunda discussão é, no mínimo, absurdo.

Nós vamos não só votar "não", como vamos continuar em processo de obstrução. Esse passo que está sendo dado está equivocado, é um passo que está sendo dado para trás. Achar que o emprego volte a ser gerado e o Brasil volte a crescer simplesmente retirando direitos é um absurdo!

Nós do PDT encaminhamos contra.

---

Documento 111/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	LUCIANA SANTOS-PCDOB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação em globo dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. LUCIANA SANTOS** (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos diante de um retrocesso civilizacional. Este País garantiu uma conquista importante aos trabalhadores, ainda na década de 30, quando aprovou os direitos básicos para os trabalhadores terem o mínimo de condições de trabalho. Nós estamos retrocedendo à Idade Média, quando não havia nenhum direito básico garantido ao trabalhador. Ele não tinha direito à Previdência, nem a férias, nem àquilo que sempre foi o mínimo de garantia de qualidade do emprego.

Além de precarizar o trabalho, este projeto cria uma "pejotização", na medida em que o trabalhador é forçado a se tornar pessoa jurídica.

*(O microfone é desligado.)*

---

Documento 112/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP	
CÂMARA DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação em globo dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, esse projeto é mais uma crueldade do Governo golpista contra os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras.

A maldade é de tal ordem que, além de uma generalização da privatização, ele atenta contra o direito de greve, que autoriza que empregados em greve possam ser substituídos por trabalhadores temporários.

Sr. Presidente, a Câmara não pode ser conivente com tanto golpe contra os trabalhadores e as trabalhadoras. O PSOL vai entrar em obstrução e exigir que esta Casa ouça as vozes da rua, escute o que o povo está dizendo. O povo não quer essas mudanças que o Governo vem impondo, de forma autoritária, perversa e contrária às conquistas do povo brasileiro!

Era isso, Sr. Presidente.

---

Documento 113/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação em globo dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---



**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota "não".

Não votamos de acordo com a onda, não votamos de acordo com a conveniência, não votamos de acordo com quem está no Governo. Este foi o nosso posicionamento, em 2015, em relação ao ajuste fiscal.

Votamos contra a terceirização, votamos contra o ajuste fiscal, contra o fator previdenciário, e inclusive fui muito perseguido.

Agora terei o mesmo posicionamento. Votarei contra a terceirização e contra a reforma da Previdência. Não podemos admitir tanta incoerência: quem era contra agora vota a favor; quem era a favor agora vota contra.

Sr. Presidente, o nosso posicionamento é o mesmo: votar em defesa dos trabalhadores. Deixo este registro e assumo esse compromisso com os trabalhadores. Vamos continuar nessa mesma linha. Chega de incoerência!

---

Documento 114/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		LUIZ SÉRGIO-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação em globo dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está ficando claro para as trabalhadoras e para os trabalhadores brasileiros o preço e a fatura do golpe, porque toda a pauta em curso nesta Casa é contra os trabalhadores.

A reforma da Previdência é para restringir direitos. A flexibilização da CLT é para restringir direitos. A terceirização retira direitos e

desorganiza o movimento sindical.

É profundamente lamentável que a pauta aqui na Câmara dos Deputados seja única e exclusivamente para retirar direitos dos trabalhadores. Essa pauta é uma maldade contra os trabalhadores brasileiros.

Fica cada vez mais claro que o golpe tinha preço, e esse preço quem está pagando são os trabalhadores brasileiros!

Essa pauta é uma vergonha para aqueles que foram às ruas e agora estão assistindo isso de camarote.

---

Documento 115/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		LEO DE BRITO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação em globo dos destaques apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. LEO DE BRITO (PT-AC.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores encaminha o voto "sim", por entender que os trabalhadores estão sendo afetados duramente por mais esse golpe contra a classe trabalhadora.

O Partido dos Trabalhadores diz "não" a essa terceirização geral e irrestrita que atinge não só as atividades-meio, mas também as atividades-fim. "Não" a essa terceirização que atinge inclusive o serviço público e pode atingir fortemente as pessoas que querem fazer concurso! Nós sabemos que o discurso de que ela vai gerar mais empregos é uma verdadeira falácia.

Na verdade, o que nós vemos hoje é, de fato, que os empresários

serão os grandes vencedores nessa história.

---

Documento 116/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		JULIÃO AMIN-PDT -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

***Sumário***

Orientação da respectiva bancada do requerimento de admissibilidade em globo dos destaques simples apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. JULIÃO AMIN (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -** Sr. Presidente, o PDT é contra sacrificar o trabalhador brasileiro votando a favor da terceirização. De maneira nenhuma - um partido que é protagonista do direito dos trabalhadores -, podemos permitir agora que esse massacre seja feito contra a classe trabalhadora. Nós não permitimos isso e, de modo algum, concordamos com essa proposta.

Por isso, o nosso partido continua em obstrução, Sr. Presidente.

---

Documento 117/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ORLANDO SILVA-PCDOB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

***Sumário***

Orientação da respectiva bancada do requerimento de admissibilidade em

globo dos destaques simples apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, este momento é muito importante, e a Câmara dos Deputados deve estar atenta ao que se passa.

Em 2015 este Plenário votou a regulamentação do trabalho terceirizado. Nós denunciemos os abusos, conquistamos poucas vitórias - entre elas, a garantia da responsabilidade solidária das empresas que contratam a terceirização.

Neste momento, ao votar essa matéria, a Câmara dos Deputados está autorizando o Poder Executivo a decidir qual será a regra da terceirização. Ele vai pegar o que há de pior no PL 4.330 e consolidar uma norma da terceirização que vai precarizar enormemente a realidade do mundo do trabalho.

Por isso, Sr. Presidente, eu faço um apelo aos nossos colegas: digamos "não" à terceirização! "Não" à retirada dos direitos dos trabalhadores! Certamente, os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil não vão se esquecer daqueles que golpearem os seus direitos aprovando esse Projeto de Lei nº 4.302.

"Não" à terceirização!

---

Documento 118/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada do requerimento de admissibilidade em globo dos destaques simples apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, esta Casa está brincando com fogo.

Há demonstração clara de que os brasileiros não aceitarão que votemos uma reforma como a da Previdência, e V.Exas. já entenderam isso, mas esta proposta que está em votação no dia de hoje é tão prejudicial quanto a reforma da Previdência, porque aqui não estamos tratando de garantir direitos de quem já é terceirizado. Trata-se de terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho, precarizando as relações de trabalho, diminuindo rendimento, retirando direitos dos trabalhadores. E isso nós não podemos aceitar.

Quem votar a favor desse projeto com certeza vai ser cobrado nas ruas.

O PSOL está em obstrução.

---

Documento 119/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	AGUINALDO RIBEIRO-PP -PB ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Esclarecimentos ao Plenário sobre acordo de procedimento para a votação da matéria.

---

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para ficar claro para o Plenário, quero registrar que o acordo proposto nós aceitamos.

O Líder José Guimarães há pouco estava conosco. Fomos até aí para deixar claro que nós vamos votar o mérito de forma nominal. Nós vamos ter duas votações nominais em razão de termos a aprovação do substitutivo e a rejeição às emendas do texto principal do mérito. Então, nós vamos ter duas votações nominais e, posteriormente, os 7 destaques serão votados simbolicamente, sem obstrução.

Então, só para ficar claro...

(O microfone é desligado.)

---

Documento 120/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada do requerimento de admissibilidade em globo dos destaques simples apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota contra a terceirização. Vamos votar contra a reforma da Previdência.

O nosso posicionamento é o mesmo, independentemente de quem esteja no poder, de quem esteja no Governo. Não agimos de acordo com a onda, não. Em 2015 o nosso posicionamento foi esse e, inclusive, fui muito perseguido no meu partido, e votei de acordo com os trabalhadores. Agora vou votar do mesmo jeito, da mesma maneira.

O que muito nos estranha é a incoerência total. Aqueles que votavam a favor, porque estavam no Governo, hoje votam contra; aqueles que eram contra hoje estão no Governo e votam a favor. Isso é incoerência total!

A nossa linha é a mesma: em defesa dos trabalhadores, em defesa dos servidores, contra a terceirização e a precarização dos serviços.

---

Documento 121/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
------------	--	------------------

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada do requerimento de admissibilidade em globo dos destaques simples apresentados ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Brasileiros e brasileiras, esta votação de hoje é uma marca profunda do que está significando para o nosso País o golpe parlamentar organizado para levar Temer ao Governo. Nós estamos aqui presenciando o maior ataque das últimas décadas contra a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Essa terceirização é a precarização que quer colocar milhões de trabalhadores que hoje têm um emprego direto nas empresas, com todas as garantias legais, na disputa por um emprego terceirizado, precário e com perda de direitos.

Nós vamos resistir. O voto da Minoria é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? "Não" ou "sim", Deputado?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente, a este requerimento, votamos "sim" e votamos "não" ao projeto que precariza e rasga parte da Consolidação das Leis Trabalhistas do Brasil.

---

Documento 122/339

---

043.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

22/03/2017-  
16:40

Publ.: DCD - 23/03/2017 -

CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*



Solicitação ao Relator, Deputado Laercio Oliveira, do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, de esclarecimentos acerca do requerimento em votação.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parece-me que o que estamos votando é a questão da anistia às multas dos empresários por terem terceirizado irregularmente, por terem feito trabalho temporário irregularmente. Parece-me que o Relator propôs a retirada desse dispositivo que foi acrescentado pelo Senado.

Então, eu gostaria do esclarecimento do Relator, porque nós não vamos votar a favor de anistia a quem prejudicou o trabalhador brasileiro! (*Manifestação no plenário.*)

---

Documento 123/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		HILDO ROCHA-PMDB -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada de votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela rejeição, ressaltados os destaques.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota "não", por entender que esta matéria já está amadurecida. O Relator retirou a parte ruim que foi construída pelo Senado. Não haverá anistia.

E agora, sim, vamos acabar com a precarização que existe hoje no País.

Agora, finalmente, os terceirizados vão ter uma legislação, que está sendo construída aqui na Câmara no dia de hoje.

Por isso o PMDB vota "não".

---

Documento 124/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		CARLOS ZARATTINI-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

***Sumário***

Orientação da respectiva bancada de votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela rejeição, ressaltados os destaques.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como eu disse aqui, nós somos totalmente contrários a essa anistia a quem prejudicou o trabalhador, a quem utilizou...

**O SR. ARTHUR LIRA** - Não há anistia. Não há anistia.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - A base vota "não". A base todinha vota "não".

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - ... de quem utilizou esse subterfúgio para prejudicar o trabalhador.

Por isso nós vamos concordar com o Relator. Não obstante isso, como nós rejeitamos esse projeto como um todo, nós vamos marcar "obstrução".

---

Documento 125/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
------------	--	------------------



Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

WEVERTON ROCHA-PDT -MA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

---

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vai marcar "obstrução" e registra novamente neste plenário o atentado que está sendo feito aqui contra o trabalhador brasileiro.

É um desrespeito total, Sr. Presidente. É um desrespeito total à base do Governo, a este Plenário e a esta própria Legislatura.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar, Sr. Presidente!

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Como é que está instalada uma Comissão para tratar da reforma trabalhista aqui dentro da Casa, e aí vem, de uma hora para outra, açodadamente, um texto para cá, para se aprovar não apenas uma terceirização, e sim uma reforma trabalhista?

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Não tem que enrolar. Vamos votar!

**O SR. WEVERTON ROCHA** - O que está aí no texto vai simplesmente atropelar de vez os nossos trabalhadores brasileiros.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Chega de enrolar! Vamos votar!

**O SR. WEVERTON ROCHA** - É um absurdo a forma como está sendo tocada essa votação. Temos que aqui resistir e dizer: lamentável!

Nós não olhamos mais o pato instalado lá na porta da FIESP, e muito menos na porta do Congresso. Sabem por quê? Porque o pato agora foi para a casa do trabalhador. É ele quem vai pagar a conta.

Documento 126/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada de votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro é necessário dizer que a base do Governo está perdida. Não sabe o que está votando, nem o grau de prejuízo que está impondo com este projeto ao mundo do trabalho no Brasil. Ela está indo na contramão do mundo inteiro. A Espanha, em 2002, voltou a privilegiar o emprego fixo em contrapartida ao temporário.

Nós somos contra a anistia aos devedores de débitos trabalhistas. Nós somos contra o projeto. Por isso vamos obstruir, porque é o ruim contra o péssimo. Vamos obstruir.

O PCdoB está em obstrução.

Documento 127/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada de votação dos dispositivos do Substitutivo

do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, é muito importante acompanhar o que está acontecendo na Câmara dos Deputados neste momento. O Governo e a turma de Temer quiseram colocar goela abaixo da população brasileira uma reforma da Previdência. Sentiram que não iriam conseguir, e agora estão tentando aprovar um projeto que é tão danoso quanto a reforma da Previdência, aproveitando-se de que a maioria dos brasileiros ainda não teve acesso a este texto.

É a precarização das relações de trabalho. É terceirizar, é quarteirizar. É terceirizar tudo aquilo que seja possível.

O PSOL continua em obstrução, porque não quer votar esta matéria.

Obstrução!

---

Documento 128/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		SILVIO COSTA-PTDOB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

***Sumário***

Orientação da respectiva bancada de votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de a Minoria declarar o voto, quero dizer que este é um momento histórico.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar, Sr. Presidente.

**O SR. SILVIO COSTA** - Eu me lembro de que, no episódio em que derrubaram a Presidente Dilma, aquele pato de São Paulo, o Skaf, Presidente da FIESP, que é um ditador, que mudou o regimento da FIESP para favorecer o seu poder, pagou jornais do Brasil inteiro para ameaçar Deputados que eram contra o *impeachment*.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Chega, Deputado Silvio Costa! Vamos votar!

**O SR. SILVIO COSTA** - Agora ele está na lista da Odebrecht. Ele recebeu propina da Odebrecht. Ele era paladino da ética. Esse Skaf agora vai ter que mostrar ao Brasil quem pagou aqueles anúncios contra os Deputados.

Paulo Skaf, explique-se. Você não tinha moral para agredir a Presidente Dilma.

A Minoria opta pela obstrução.

---

Documento 129/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada de votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB entra em obstrução. Nosso posicionamento é totalmente claro. Nós somos contra a terceirização e a precarização do trabalho.

Já está mais do que comprovado que grande parte das mortes - vou dar o exemplo da CEMIG, em Minas Gerais - é de trabalhadores terceirizados.

Esse projeto é nocivo ao conjunto dos trabalhadores brasileiros. Da mesma forma, a reforma da Previdência.

O nosso posicionamento é único. Nós tivemos esse mesmo posicionamento em 2015 e, independentemente de Governo, estamos mantendo a coerência agora. O Plenário mudou: quem era contra hoje é a favor; quem era a favor é contra. Isso é falta de coerência. O nosso posicionamento é o mesmo: contra a terceirização e contra a reforma da Previdência.

---

Documento 130/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		PAULO PIMENTA-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada de votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

---

**O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)**  
- O PT está em obstrução, Sr. Presidente, porque não aceita votar esse projeto que retira direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Esse projeto, Sr. Presidente, já estava morto. Esse projeto jamais poderia ter sido ressuscitado, é um projeto que tira direitos de trabalhadores e de trabalhadoras. Nós temos uma reforma trabalhista sendo debatida nesta Casa, e, durante a discussão da reforma trabalhista, surge um projeto que já nem existia mais. É colocado na pauta esse projeto de 1998, da época do Governo Fernando Henrique, que pretende precarizar as relações de trabalho, que prejudica a classe trabalhadora e que tira trabalhadores e trabalhadoras dos seus



empregos.

É por isto que nós estamos aqui: para derrotar este projeto e para derrotar este Governo golpista de Michel Temer.

---

Documento 131/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	NILSON LEITÃO-PSDB -MT ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, fico um pouco preocupado, mas, ao mesmo tempo, feliz. Fico preocupado porque continua o mesmo discurso atrasado, do retrocesso, que levará o Brasil ao caos em que se encontrou há pouco tempo.

Fico feliz de ver a alegria dos meus colegas petistas que puderam voltar aos seus *status quo*, puderam voltar ao seu início, ao seu começo. Nos piquetes, criaram sindicatos, falaram que defendiam o trabalhador. Ficaram 13 anos no mandato, mas o que deram ao trabalhador no final? Deram milhões de desempregos. Não foram 1 nem 2 milhões, foram mais de 15 milhões de desempregados. Este foi o presente que o PT, que diz que defende o trabalhador, deu em seu mandato.

Deu também ao trabalhador uma inflação de dois dígitos, mais de 10%, comendo o dinheiro do trabalhador todo o dia, todo o mês, toda a hora. Se alguém enganou o trabalhador brasileiro neste País foi justamente o Partido dos Trabalhadores.

Olhem só o que este Partido fez com o nosso País e com a classe trabalhadora. Agora se sente novamente com brilho nos olhos, com sangue nos olhos e diz: "*Vamos agora gritar contra essa lei*".



Vamos gritar contra essa lei? A Lei da Terceirização? A Lei da Terceirização é ruim mesmo, é ruim para a Venezuela, é ruim para a Bolívia, mas a Colômbia tem, o Peru tem, a Alemanha tem, a Bulgária tem, a Romênia tem. Os países que ajudam a bancar muitas ONGs que sustentam a fala dos trabalhadores que estão aqui, que são deste partido, têm a terceirização.

Vocês usam dinheiro de muitos países dentro das ONGs que vocês também ocupam. Aí, serve para vocês.

A terceirização não está diminuindo a qualidade do trabalhador. Está dando alternativa ao emprego de um país. Há mais de 10 milhões de empregados na área rural trabalhando na informalidade, porque não existe uma lei brasileira que consiga encaixá-los naquele perfil, principalmente aqueles sazonais, aqueles que trabalham por um período. E isso afeta também a Previdência, porque eles também não recolhem imposto, porque eles estão na informalidade. Trabalham 4 meses em uma propriedade, 3 meses em outra propriedade, 2 meses em outra propriedade.

O que é importante esta noite é separar o joio do trigo, é perceber que o que o Partido dos Trabalhadores está fazendo aqui hoje é novamente um grande palanque, como fez quando era Oposição, como continuou fazendo quando era Governo. Mas não fez a modernização de que o Brasil precisava.

Nós vamos enfrentar, sim, esse palanque fajuto, barato, que vai servir, sim, para uma coisa, para ressuscitar vários Deputados que estavam encerrando suas carreiras, graças ao *impeachment*, que estavam afundando junto com a história do PT e que estão ressuscitando para poderem falar ao público que usaram como escada para chegarem aonde chegaram, mas, depois, deram uma banana a esses trabalhadores durante todo esse tempo.

A única coisa que mantiveram foram alguns currais, como estão aí, alguns que recebem dinheiro público ou recebem dinheiro de trabalhadores, para se manterem fazendo piquete. Mas não melhorou a vida deles, não melhorou a vida deles.

Acabaram de usar a palavra covarde contra nós que estamos votando a favor da terceirização. Covardes são aqueles que enganaram o pequeno, a minoria e tornaram sua vida muito pior quando tiveram a oportunidade de governar este País.

A maior covardia é o desemprego. E eles no Governo conseguiram bater o recorde de desemprego da história do Brasil. Bateram o

recorde da inflação e dos juros na nossa história recente. Faliram o País. E agora querem aqui apontar o dedo para quem?

A terceirização é benéfica, é necessária. Ela é uma alternativa para empregar, para qualificar, acima de tudo, para incluir. É mais do que um projeto, é uma inclusão social no momento que o Brasil atravessa de crise de desemprego.

Não continuem mentindo para a população brasileira. Eu sempre digo que, se fosse separar em itens, o maior problema do PT no Governo pode ter sido a corrupção, que perde para a mentira. Mentiram, mentiram, mentiram. E agora estão do outro lado do balcão, mentindo para a sociedade brasileira. Mas ela já não acredita mais. Estão falando para eles mesmos. O máximo que estão alcançando é um público já convertido. Não enganam mais a sociedade brasileira, que acreditou neles no passado. Essa não enganam mais. A terceirização é uma necessidade, e eles sabem disso.

Muitos Ministros que estavam no Governo Dilma eram a favor da terceirização. Mas eles não querem discutir o projeto. Não querem fazer palanque para tentar se salvar, em 2018, do naufrágio no qual afundaram em 2016.

*(Manifestação nas galerias.)*

---

Documento 132/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DAMIÃO FELICIANO-PDT -PB ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que retira direitos dos trabalhadores brasileiros.

---

**O SR. DAMIÃO FELICIANO** (PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria afirmar que o direito do trabalhador não pode ser manchado.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, questão de ordem!

**O SR. DAMIÃO FELICIANO** - O direito do trabalhador é uma conquista de muito tempo, de muitos anos.

**O SR. NILSON LEITÃO** - Só quero lembrar que essa boiazinha aí é para salvar o PT do naufrágio em 2018!

*(Manifestação nas galerias: Golpista! Golpista! Golpista!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Nilson, o Deputado está falando.

Está com a palavra o Deputado Damião Feliciano.

**O SR. DAMIÃO FELICIANO** - Nós não podemos, Sr. Presidente, neste plenário, deixar que as conquistas do trabalhador, de tanto tempo, possam ser hoje retiradas.

Nós do PDT somos favoráveis a que o trabalhador continue com os direitos que foram adquiridos. Nós devemos sim trabalhar para que este Parlamento possa dar uma resposta direta ao trabalhador brasileiro.

Nós somos contra qualquer coisa que massacre o trabalhador. Nós somos contra aquilo que tira direito do trabalhador brasileiro. Nós sabemos que isso é uma conquista. Tantas coisas que foram...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, peço um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peço que conclua, Deputado Damião.

**O SR. DAMIÃO FELICIANO** - Por isso, nós do PDT votamos a favor do trabalhador, contra a reforma que aí está.



Publ.: DCD - 23/03/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

SILVIO COSTA-PTDOB -PE  
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Desdobramentos políticos para o orador de votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998.

---

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acabei de ficar numa situação regimental inusitada. No meu partido não cabe obstrução, e eu faço oposição a este Governo. Se eu registrar "não", eu estarei concordando com este Governo, com o qual não vou concordar nunca; se eu registrar "sim", eu estarei concordando com a anistia. Situação inusitada!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, não, este texto não tem nada a ver com anistia.

**O SR. SILVIO COSTA** - O texto passado tem. É o passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, não, não, este texto trata do § 2º...

**O SR. SILVIO COSTA** - É o texto passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, não, não. Diz o texto que *"o contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços"*. Esse é o texto da Câmara.

**O SR. SILVIO COSTA** - Qual é o texto que fala da anistia?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O texto que fala da anistia vai ser o próximo, certamente.

**O SR. SILVIO COSTA** - Então, a assessoria aqui cometeu um gol contra...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Desculpe-me, a anistia foi declarada inconstitucional pelo Relator.

**O SR. SILVIO COSTA** - Ah! Muito bem. O.k.

Documento 134/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Obstrução da votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, pela oradora.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, por um erro, eu acabei registrando o voto "sim", e é impossível passar do "sim" para "obstrução".

Então, eu gostaria que ficasse registrado na ata que estou em obstrução, junto com o meu partido, apesar do equívoco que cometi no momento de digitar.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Ficará registrado que a Deputada Maria do Rosário está em obstrução.

*(Pausa prolongada.)*

Documento 135/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	MAURO PEREIRA-PMDB -RS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

### *Sumário*

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998. Atuação do Governo Temer favorável à reabilitação da economia nacional. Esforço de autoridades para recuperação da imagem no exterior do agronegócio brasileiro. Relevância

do setor para o País.

---

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, colegas Deputados e Deputadas, a verdade é uma só. Em nosso País, estamos vivendo um momento em que os nossos concorrentes são, sem sombra de dúvida, os melhores do mundo. Hoje, é normal os nossos empresários estarem debatendo, discutindo e disputando o mercado com a China, com a Alemanha, com os Estados Unidos e com outros países. Tudo isso é uma realidade. Os nossos empresários, os nossos empreendedores estão vivendo este momento difícil da economia porque o Governo Michel Temer, nós assumimos o País em plena recessão, infelizmente, que ainda continua, com mais de 12 milhões de desempregados. Além disso, a legislação não facilita em nada o dia a dia do trabalhador e muito menos o do empregador.

Nós, como Deputados, temos a responsabilidade de fazer com que esses 13 milhões de desempregados tenham uma esperança. É lógico que nós precisamos sim votar com consciência. Precisamos votar pelo bem do nosso País, para fazer com que o Brasil gere empregos. Para gerar empregos, nós teremos que dar segurança jurídica aos empreendedores.

A Justiça do Trabalho está abarrotada de processos. Ela não dá conta de julgar tantos processos. Por que existem tantos processos? Porque a legislação é falha no que se refere à terceirização. Hoje, quando a empresa terceirizada não paga os direitos dos trabalhadores, é normal que a empresa que contratou essa terceirizada lave as mãos.

O que nós vamos fazer aqui é dar àquele que entrar para trabalhar numa empresa terceirizada a tranquilidade, a certeza de que ele vai receber o seu salário, vai receber os seus direitos. Por que ele vai ter essa certeza? Porque o empreendedor, o contratante, caso haja algum problema com essa terceirizada, vai ser sim solidário em relação a esses problemas.

Há diversas pessoas que trabalham durante a semana e, no final de semana, trabalham também especialmente na área de bares, restaurantes, comércio e serviços. Vão poder fazer seu trabalho com dignidade.

Se nós formos observar um edifício que está sendo construído, se formos observar o que acontece nesse prédio até ele ficar pronto, vamos ver que tudo é praticamente terceirizado. Isso acontece na hora da colocação do concreto, na hora da colocação das barras de ferro,



na hora da instalação das janelas, na hora da instalação hidráulica, na hora da instalação elétrica, na hora da colocação do reboco, na hora da realização da pintura. Em relação a tudo isso existe terceirização.

O que nós vamos fazer aqui é regulamentar, vamos dar segurança aos os trabalhadores e tranquilidade a quem quer gerar emprego.

Nós temos hoje um inimigo, no bom sentido. É o Paraguai. Na minha cidade de Caxias do Sul, por exemplo, no interior do Estado, paraguaios estão oferecendo terrenos em seu país, estão oferecendo legislação boa, para levar as indústrias para o Paraguai. Nós estamos perdendo milhares de empregos. Estão indo para o Paraguai. Não podemos deixar que isso aconteça.

O Governo Michel Temer, um governo de coalizão, um governo de diversos partidos, um governo democrático, já começou sim a recuperar a economia. Em 8 meses de governo, nós deixamos de ser um País desacreditado. Estava sem crédito nenhum. Hoje, já observamos redução da inflação, redução dos juros, e os empreendedores estão de olho no nosso País.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que amanhã, depois que aprovarmos essa terceirização, os números da Bolsa de Valores vão subir. (*Manifestações nas galerias.*) Sim, os investidores precisam ter segurança jurídica. É isso que nós vamos fazer, é isso que nós estamos oferecendo para o mundo.

Nós estamos oferecendo para o mundo um País para frente, com uma legislação boa, que vai facilitar a geração de empregos. Nós temos que achar a solução para os 13 milhões de desempregados deixados aí pelo Governo Dilma e pelos partidos que o apoiaram, e a solução está na legislação. É isso que nós Deputados comprometidos com o País, que querem o melhor para o seu povo, que querem que as coisas realmente aconteçam, estamos fazendo aqui hoje.

Nós vamos votar "sim", vamos aprovar o projeto, porque nós somos brasileiros e queremos o melhor para o nosso povo.

Nós queremos empregos. Temos que empregar as pessoas que estão desempregadas. Temos que consertar aquilo que o PT estragou. O PT acabou com as finanças públicas deste País, acabou com nosso sonho. Agora nós estamos retomando o crescimento. Vamos retomá-lo porque contamos sim Deputados e Deputadas comprometidos com o nosso País. (*Manifestação nas galerias.*)

Eu quero, Sr. Presidente, por fim, parabenizar os servidores do

Ministério da Agricultura, o Presidente Michel Temer, V.Exa., todo o grupo. Por quê? Porque nós estamos numa missão muito importante. O Ministro Blairo Maggi quer recuperar a imagem que foi, infelizmente, arranhada por esse problema que ocorreu com a carne. (*Manifestação nas galerias.*)

Nós temos que valorizar os nossos Ministros, o Ministro Blairo Maggi, o Ministro Osmar Serraglio. Por quê? Porque, no Brasil, o setor do agronegócio gera 6 milhões de empregos. De domingo para cá, houve um momento muito triste. E nós temos que dizer aos nossos Ministros e aos mais de 11 mil fiscais sanitários do Ministério da Agricultura que continuem fazendo o trabalho deles.

Juntamente com o Ministério Público e com a Polícia Federal, nós vamos sim recuperar a imagem do nosso País e fazer com que as exportações sejam retomadas, para gerar os empregos nos Estados exportadores.

Parabéns a todos os Deputados e Deputadas que gostam do povo brasileiro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Manifestação nas galerias: Golpista! Golpista!*)

---

Documento 136/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero deixar registrado que, na nossa perspectiva, nenhum novo emprego será gerado, nenhum novo posto de trabalho será gerado com a aprovação desse projeto.

O que ocorre é que aquele trabalhador que está, neste momento, empregado na indústria, no comércio, na construção civil, que luta para manter o seu emprego, provavelmente, vai perdê-lo e, talvez, vir a ser recontratado com menos ou com nenhum direito trabalhista.

Um colega me perguntou por que ou como esse projeto acaba com o 13º. Trata-se, de um lado, da terceirização na atividade-fim e, de outro, Deputados, da "pejotização". A pessoa jurídica, que agora será contratada como tal, não terá 13º. Deixa de haver uma relação trabalhista nos marcos da legislação trabalhista. A regulação passa a ser feita por uma legislação civil de contratos. Não haverá férias ou 13º; não haverá proteção ao trabalho insalubre ou ao trabalho noturno. Tudo isso deixa de existir para um profissional contratado como pessoa jurídica. O terceirizado estará sendo massacrado.

Por isso, não embarque nessa canoa. Isso não gera emprego.

---

Documento 137/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	RONALDO FONSECA-PROS -DF ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Justificativa de posicionamento do orador na votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. RONALDO FONSECA** (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero apenas justificar o meu voto. Eu estou votando "abstenção", porque entendo que, se eu votar "não", estarei rejeitando o que veio do Senado. Mas nós vamos ter a oportunidade de votar novamente quando discutirmos o voto do Relator. De qualquer forma, votando "não" agora ou também votando "não" depois, no parecer do Relator, nós estamos voltando com o texto que foi aprovado aqui. E não é o texto do PL 4.330. O PL 4.330, no art. 2º, diz que as disposições da lei não se aplicam aos contratos de terceirização no âmbito da administração pública. É isso o que eu quero, por isso votei o PL 4.330.

Por não ter essa opção, eu quero justificar o meu voto e vou votar pela abstenção, porque, aí sim, eu não vou prejudicar os concursos públicos, não vou prejudicar a terceirização no concurso público.

---

Documento 138/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JÔ MORAES-PCDOB -MG ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação de esclarecimento do Relator, Deputado Laercio Oliveira, da redação final do parecer apresentado ao Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu considero fundamental o esclarecimento do Relator quanto à redação final, porque, até do ponto de vista da técnica legislativa, o resultante dessa alteração - de que V.Exa. inclusive disse a respeito, e ele considera - é a multa. E é bom que este parágrafo que o Relator está resgatando, que diz respeito a assumir a possibilidade da atividade-fim, desconstruir inteiramente toda a estrutura produtiva, se relacione ao item que se refere à multa contratual. V.Exa. diz que ele não acatou isso e considerou inconstitucional.

Então, eu acho que nós estamos cometendo um crime contra os direitos dos trabalhadores, desorganizando a técnica de produção, e, sobretudo, criando uma confusão legal que, graças a Deus, levaremos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 139/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -	22/03/2017-
------------	--------------------------------------	-------------

Publ.: DCD - 23/03/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

CD  
ROGÉRIO MARINHO-PSDB -RN  
ORDEM DO DIA

16:40  
PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante informar àqueles que estão assistindo a esta votação que foram ditas aqui várias coisas que não tem nenhum respaldo na legalidade. Eu fiz em vários momentos aqui um questionamento ao Plenário, e àqueles que são contrários a essa lei: em que país há essa distinção entre atividade-fim e atividade-meio?

Quando se fala em voltar ao passado e voltar a uma era tenebrosa, na verdade, nós, hoje, estamos dando um passo na direção contrária, na direção da luz, na direção da civilização, na direção de termos finalmente condições ideais para termos produtividade e crescimento econômico. Então, é importante dizer que aqueles que estão querendo desinformar com mentiras reiteradas precisam entender que a verdade é esta.

Documento 140/339

043.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 22/03/2017-16:40

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ARNALDO JORDY-PPS -PA  
ORDEM DO DIA  
ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação dos dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação de 2015, ficou muito nítido aqui o debate. Nós aprovamos, no § 2º do art. 1º, a vedação da lei aos contratos de terceirização no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O Senado retirou isso e, portanto, permitiu que essa terceirização seja feita em relação àquilo que nós tínhamos votado contra nesta Casa. Portanto, votar nesse texto significa revogar o que nós tínhamos aprovado aqui. O nosso posicionamento é contrário.

Então, nesta votação, o PPS libera a bancada e orienta a obstrução, porque há voto divergente na bancada. Abstenção.

---

Documento 141/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALESSANDRO MOLON-REDE -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Repúdio à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero justificar meu voto pela obstrução.

A medida que se quer aprovar aqui na Casa, de liberar a terceirização, ao contrário do que foi dito há pouco por um colega, não é moderna. Essa é uma medida que vai fazer com que as pessoas trabalhem em condições que, felizmente, nós superamos há décadas no Brasil. O próximo passo, depois da terceirização, é obrigar as pessoas a se transformarem em empresas, em pessoas jurídicas. É a chamada "pejotização", que não dá direito a férias, a 13º salário, a licença-maternidade, entre outras coisas.

Portanto, não é uma medida que leva o Brasil para o futuro. Ao contrário, é uma medida que leva o Brasil para o passado, porque vai retirar de nós direitos duramente conquistados, depois de décadas de lutas.

Por isso, obstruo agora e vou votar contra o texto principal.

"Não" à terceirização, Sr. Presidente.

*(Manifestação nas galerias: Não, não, não, não à terceirização! Não, não, não, não à terceirização!)*

---

Documento 142/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JOSÉ AIRTON CIRILO-PT -CE ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria também manifestar a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores contra esta matéria.

Esta matéria, com a importância que tem para os trabalhadores, para o setor público, para o setor privado, necessariamente tinha que ter um debate muito mais profundo, mais qualificado, envolvendo todos os segmentos da sociedade para se construir uma proposta de consenso, uma proposta que tivesse o conteúdo que ela exige.

Nós discordamos que esta matéria seja aprovada hoje, porque, da forma que está apresentada, é extremamente prejudicial aos trabalhadores, mesmo aos trabalhadores do setor público. Esta matéria não define inclusive o papel dos trabalhadores nas atividades-fins. Precisamos regulamentá-la, porque, caso contrário, tudo pode ser feito da forma como a matéria está sendo votada.

Por isso, nós vamos ser contra e acompanhar a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.



---

Documento 143/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	VALDIR COLATTO-PMDB -SC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero informar aos colegas Deputados que a terceirização na agricultura já é uma realidade. Na região do Centro-Oeste, do Mato Grosso, ninguém compra uma máquina de 1 milhão de reais para colher em 50, 100 hectares, contratam os serviços. Isso é regra geral na agricultura.

Em Santa Catarina também, os pequenos agricultores não compram um trator para trabalhar em 10, 12 hectares, eles terceirizam para preparar o feno, para plantar, para colher. Isso já é uma realidade.

Não vamos tirar das pessoas essa possibilidade de trabalhar, de gerar emprego e de resolver um problema, porque na safra muitas vezes é necessário contratar pessoas sem condições de atender às regras trabalhistas, já que vão trabalhar apenas por uma ou duas semanas, nas colheitas da maçã, de batata, de alho, de cebola, de uva. Há falta de trabalhadores, inclusive, na vinicultura.

Esses dias eu falava com os agricultores em Pinheiro Preto e perguntei aos vinicultores qual era o problema que eles tinham. Eles me diziam: *"Falta mão de obra, não há gente para trabalhar. E aqui, a cada semana, você resolve a colheita de um agricultor. Como é que se vai assinar a carteira dessas pessoas?"*

Então a terceirização na agricultura já é uma realidade e precisa ser implantada definitivamente.

Não é verdade que não se preservam os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores que vão ser contratados pelas

empresas. Inclusive, o tomador do serviço tem um compromisso. Se o trabalhador não receber e se não forem atendidas as questões trabalhistas e previdenciárias, quem toma o serviço é solidário e vai ter que pagar também.

Então, a área da agricultura já deu um passo à frente, e os agricultores já estão trabalhando. É preciso que os Parlamentares percebam a realidade do Brasil e aprovelem esse projeto, para que o nosso País possa andar e ter a opção de...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 144/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é verdade - queremos repetir isso aqui mais uma vez - que esse projeto gera qualquer emprego em nosso País. Essa informação é absolutamente mentirosa.

O que vai acontecer, com a aprovação desse projeto, é não se acrescentar absolutamente nenhuma garantia para os 12 milhões de trabalhadores, que já são terceirizados e são vítimas de perda de direitos permanentemente. Nada acontecerá, em termos de vantagem, para esses que já são terceirizados, e ainda se vai estender a terceirização para trinta e poucos milhões que hoje têm emprego formal. Vão levar esses para o ambiente da precarização, da terceirização, da perda de direitos, da perda de remuneração, de se submeter a condições degradantes, de acidentes de trabalho, o que tem sido, Sr. Presidente, a prática dessas empresas de terceirização.

Além disso, o projeto acrescenta o trabalho temporário. Ninguém está contra o trabalho temporário. Ele já existe. Está previsto na CLT. Mas o

trabalho temporário é apenas para preencher atividades eventuais, trabalhos eventuais. O que o projeto pretende é estender esse conceito, alterar esse conceito para complementar atividades. Aí ninguém mais vai contratar pessoas não seja por trabalho temporário. Além do mais, o projeto estende esse tempo, que seria eventual, para 9 meses.

Gente, isso é uma crueldade! Ficam aqui falando que isso é modernização. Isso é retrocesso, é pré-Constituição, é pré-CLT, é voltar ao século XIX.

---

Documento 145/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fico impressionado! Não existe responsabilidade ao falar. Foi dito aqui que os direitos vão acabar com a terceirização. Nós vamos consertar a precarização que existe.

Eu tenho aqui dados do IBGE 2003 a 2012 que demonstram...

Sr. Presidente, eles podem interromper assim? *(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização! Não, não, não à escravidão!)*

---

Documento 146/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	AFONSO FLORENCE-PT -BA	

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que assiste a esta sessão, nós estamos vivendo um momento muito grave na política brasileira, em que o Governo e a base que o sustenta não têm legitimidade.

A terceirização vai propiciar a precarização do trabalho e a queda na qualidade dos serviços públicos e privados.

Imaginem o paciente voltar ao hospital, e o médico não ser do hospital, ser de uma empresa terceirizada! O pai e a mãe de uma criança ou um estudante universitário vão à escola, e o professor não é da escola, é de uma empresa terceirizada!

Esse projeto, resgatado de FHC, só podia vir de um Governo golpista e da base que o sustenta, que estão dando um golpe no povo brasileiro.

O PT vota "não"!

Documento 147/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho

temporário de empresas urbanas, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

---

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aonde vamos parar? É golpe em cima de golpe, com a retirada de direitos dos trabalhadores. Enquanto isso não se discute nada da dívida pública brasileira. Só quem paga a conta é o trabalhador, o aposentado e, acima de tudo, o mais humilde.

Esta Casa, que representa o povo brasileiro, ao votar, na sua grande maioria, contra a CLT e a favor da precarização dos direitos dos trabalhadores, está traindo o povo que elegeu a cada um de nós.

Nós do PDT temos nossas convicções, até porque é da era Vargas, é do trabalhismo a Consolidação das Leis do Trabalho.

Não temos dúvida: somos contra este projeto, que é da época de Fernando Henrique Cardoso e vai macular esta Legislatura.

O PDT vota "não".

---

Documento 148/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

**Sumário**

Orientação da respectiva bancada de votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vai votar "não".

É importante registrar que é clara a maldade e a crueldade com que alguns Parlamentares estão votando aqui esta matéria. É muito cruel o trabalhador brasileiro assistir a alguns Deputados que dizem que este projeto vai ajudar a legalizar os trabalhadores que têm serviço terceirizado. Pelo contrário: a terceirização vai ser ampla, geral e irrestrita. Ela restringe aquilo que é fundamental, que é o direito do trabalhador ao 13º salário, àquela carteirinha profissional. Eu me lembro do meu primeiro emprego com a carteirinha profissional: foi a maior coisa que tive na vida. E este projeto vai aniquilar, vai tirar o simbolismo disso.

É por isso que votamos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que isso é importante para aqueles que estão nos assistindo neste momento.

O Governo sabe que não tem voto para aprovar a perversidade da reforma da Previdência. E esta votação agora é para entregar alguma coisa, porque a reforma da Previdência já está derrotada - não há os 308 votos.

O crime que está sendo cometido hoje, inclusive esse pato do Paulo Skaf, lá de São Paulo, que foi o patrocinador do golpe, nós vamos devolver com a rejeição da reforma da Previdência.

Não à terceirização, Sr. Presidente!

---

Documento 149/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada de votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho

temporário de empresas urbanas, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

---

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que este projeto faz é facilitar a contratação de forma temporária, através da terceirização. O que o projeto faz é facilitar a quarteirização e a pejetização.

No mundo do faz de conta dos discursos da base governista, eles vão querer convencer o povo de que o salário do trabalhador vai aumentar com a terceirização. É óbvio que o servidor contratado terceirizado ou temporariamente tem menos direito e uma menor remuneração. Portanto, é prejudicial ao trabalhador.

Essa é a porta que irá levar os trabalhadores formais para a informalidade, para os contratos precários. E o texto do Senado é bem pior do que o texto aprovado na Câmara.

Por isso, o PCdoB vota "não".

---

Documento 150/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

***Sumário***

Orientação da respectiva bancada de votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL pede muita atenção para esse painel dos Deputados da Câmara do Brasil, neste momento. Nós vamos ver inscritos ali, com seus votos, aqueles que ainda têm saudade do tempo não muito



distante da escravidão, onde o trabalhador era chamado de "peça de ébano" ou de "fôlego vivo", máquina.

Quem aprova essa ampliação generalizada da terceirização está exatamente coisificando o trabalhador.

O Deputado Henrique Fontana questiona, com muita razão, se o terceirizado daqui, da própria Câmara, está contente com a situação dele. Nenhum! Isso significa insegurança jurídica, direitos a menos, sofrimento, superexploração.

Portanto, o nosso voto, com muita convicção, é "não".

---

Documento 151/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	JOÃO DERLY-REDE -RS COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. JOÃO DERLY** (Rede-RS. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trago a nota técnica da Rede Sustentabilidade referente à regulamentação da terceirização.

A nota diz que a regulamentação da terceirização é uma necessidade frente ao número elevado de disputas judiciais que prejudica trabalhadores e empresários, mas é preciso assegurar o equilíbrio entre os objetivos de ganhos de eficiência nas empresas e a proteção ao trabalho, para que a terceirização não seja usada como forma de precarização das condições de trabalho e meio de se afastar das obrigações trabalhistas.

A legislação trabalhista hoje não oferece esse equilíbrio. Ela é tão complexa quanto a nossa sociedade. Conglomerados econômicos que competem no mercado internacional convivem com pequenos e microempresários que possuem baixa produtividade e uma grande

informalidade nas relações de trabalho.

Trabalhadores treinados e capacitados estão lado a lado. Há uma maioria que sofre com as consequências das desigualdades sociais e do sistema educacional fracassado.

Há um limite entre a necessidade de especialização das empresas e o desejo de se desobrigar de suas responsabilidades com o trabalhador na terceirização da atividade-fim.

O texto aprovado pelo Senado ultrapassa este limite e abrange grandes brechas, para que a terceirização seja utilizada como forma permanente de substituição de pessoal, não de maneira transitória ou para suprir demanda complementar de serviço, como propõe o projeto, mas como estratégia para driblar a intrincada legislação trabalhista.

O DIEESE apresentou um estudo em que um trabalhador terceirizado trabalha 3 horas a mais por semana e ganha 27% a menos do que um trabalhador direto. Além disso, possui alta rotatividade e é mais vulnerável a acidentes de trabalho.

O trabalho terceirizado na área rural é ainda mais precário, sendo frequentemente alvo de denúncias de condições similares ao trabalho escravo.

O projeto antes concedia anistia a multas por descumprimento da lei vigente, o que foi retirado pelo Relator.

A terceirização também não é a garantia de aumento de emprego, já que as empresas terceirizadas não têm atividade própria. E o projeto prevê um aumento do prazo de contrato temporário, de 90 dias para 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias.

A terceirização irrestrita vai prejudicar os trabalhadores e aprofundar a insegurança jurídica sobre o tema.

Nós da Rede dizemos não à terceirização, não à reforma da Previdência. Antes de discutir essa reforma proposta pelo Governo Temer, deveríamos discutir, por exemplo, a Desvinculação de Receitas da União - DRU, que aumentamos de 20% para 30% em 2017, o que causou prejuízo, um abocanhamento enorme, desde 2013, em torno de 63 bilhões de reais. Além disso, há as desonerações fiscais, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a dívida ativa da Previdência, a dívida ativa da União, as receitas não consideradas. O Governo ainda infla as despesas da Seguridade Social, e o

desemprego recorde contribui para a queda da arrecadação.

Diante de todos esses ataques aos trabalhadores e a todas as pessoas necessitadas, nós seremos contra a terceirização e contra a reforma da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 152/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	WELITON PRADO-PMB -MG ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas, Posicionamento contrário do PMB à aprovação de proposta de reforma da Previdência. Congratulações aos integrantes do Ministério Público do Trabalho do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, Paulo Veloso e Eliaquim, por excelência nos serviços prestados.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB é contra a terceirização e é contra a reforma da Previdência.

A terceirização precariza a relação de trabalho. Podem ver que a maioria dos acidentes de trabalho ocorre com os terceirizados, e a jornada de trabalho deles é maior. Com isso, diminui-se o emprego. Mas, pelo contrário, neste momento de crise, o que nós temos que fazer é aquecer a economia, gerar emprego, gerar renda.

Eu queria parabenizar de forma especial o Dr. Paulo Veloso e o Dr. Eliaquim, do Ministério Público do Trabalho, em Uberlândia, que representam bem o servidor público, pelo trabalho prestado. O próprio nome servidor público já diz que serve bem ao público.

Eu tenho certeza de que, se este projeto passar, infelizmente, vai ferir

de morte o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

**O SR. NILSON LEITÃO** - Vamos abrir o painel, Sr. Presidente!

**O SR. WELITON PRADO** - Por isso, o PMB tem um posicionamento objetivo: é contra a terceirização, é contra a precarização e é a favor dos trabalhadores.

---

Documento 153/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	CARLOS ZARATTINI-PT -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a votação é a do projeto como um todo. Esta votação, pelo que eu estou entendendo, e isso é importante que os Deputados saibam, significa a votação principal deste projeto.

Quem votar "sim", votará favoravelmente à terceirização indiscriminada e ao trabalho temporário de 9 meses. É importante destacarmos isso, porque esta é a principal votação da noite. Depois teremos os destaques.

---

Documento 154/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

***Sumário***

Convocação, pela Liderança do PMDB, dos Deputados para presença em plenário para votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança convoca todos os Deputados que estão nas Comissões e nos seus gabinetes para votarem este projeto.

Este projeto é extraordinário. Ele será um instrumento poderoso para aumentar o emprego já neste ano. Ele dá segurança ao trabalhador e ao empresário.

Esta vai ser a primeira votação decisiva para continuar a recuperação econômica do País, porque a Oposição arrebentou com a economia, principalmente nos últimos 3 anos.

Venham, Deputados! Vamos demonstrar ao Brasil que nós queremos enfrentar com coragem o desemprego.

---

Documento 155/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORLANDO SILVA-PCDOB -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um apelo aos colegas Deputados que neste momento fazem a votação da terceirização para que ponham a mão na consciência. Nós não podemos admitir a retirada de direito dos trabalhadores.

O trabalho temporário prevê menos direitos, sim. É um crime que se faz contra os trabalhadores do Brasil ao se generalizar o trabalho temporário. Aquilo que deveria ser eventual não pode virar regra para

todos os trabalhadores do Brasil.

Um Deputado vir até aqui dizer que isso vai gerar emprego é muita cara de pau! É falta de respeito com os trabalhadores brasileiros, que já enfrentam o desemprego e agora vão enfrentar a precarização.

Por isso eu alerto cada Deputado, cada Deputada: pelo seu voto neste momento, V.Exas. serão cobrados nas ruas e nas urnas.

A partir de agora a mobilização vai aumentar, e uma grande greve vai derrotar isso.

---

Documento 156/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	NILSON LEITÃO-PSDB -MT ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tem que se explicar ao Plenário que os Deputados que foram Governo até há pouco tempo, muitos aqui, não entendem direito de trabalho mesmo, se elegeram usando os trabalhadores. Eles entendem muito de "terceirização", porque terceirizam o seu trabalho exatamente usando os trabalhadores como escada. É por isso que não entendem a terceirização. Se tivessem essa sensibilidade, perceberiam que muitos trabalhadores estão na informalidade por falta dessa nova regra.

É normal ver o grito da CUT e de outros, porque a própria CUT é terceirizada do PT.

*(Manifestação no plenário: Saia, ô fascista! Golpista!)*

Documento 157/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	NELSON PELLEGRINO-PT -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Repúdio à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria esclarecer ao Plenário uma coisa muito importante, com todo o respeito.

O Deputado Mauro Lopes foi à tribuna - eu já falei com ele também - dizendo que esse projeto, no texto original, contempla o princípio da solidariedade. Não é verdade! Eu acabei de conversar com o Relator. O Relator não acatou o princípio da solidariedade. O projeto modifica, inclusive, projeto aprovado nesta Casa. Esta Casa aprovou o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, com o princípio da solidariedade. O que significa isso? O trabalhador, se a empresa não pagar, pode reclamar contra aquele que tomou o serviço dele e contra o tomador principal. O Relator não acata isso. O princípio da subsidiariedade significa que o empregado tem que reclamar primeiro contra aquele que o contratou. Se aquele que o contratou não tiver dinheiro, ele vai atrás do outro, quando a prescrição já aconteceu. Então, é muito importante restabelecer neste Plenário o princípio da solidariedade.

Esse projeto vai criar muito emprego precário no Brasil.

Documento 158/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DELEGADO EDSON MOREIRA-PR -MG ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Posicionamento favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que



dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu queria entender uma coisa. Há 11 gatos-pingados aqui fazendo barulho. Os caras não trabalham, são cupins do Estado. Saquearam os cofres públicos, estão sem cargo agora, e têm que arrumar cargo no Senado para eles. As Lideranças do PT vêm aqui atrapalhar o nosso trabalho. Um bando de desocupado, Sr. Presidente!

---

Documento 159/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PAULO PIMENTA-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

**Sumário**

Repúdio à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

---

**O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, nesta noite está sendo paga mais uma fatura do golpe, a fatura do pato da FIESP. Para apoiar o golpe, a FIESP exigia que o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras fosse atingido. É um escândalo! O projeto é de 1998. Durante 15 anos esteve adormecido nas gavetas. No momento em que esta Casa discute uma reforma trabalhista e em que a base do Governo está perdendo o debate, esse projeto surge do nada.

A FIESP, o pato exigiu, e os golpistas estão pagando a fatura!

Nós vamos continuar na luta até derrotar esse golpe e tudo que ele representa, Presidente Rodrigo Maia.

---

Documento 160/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ROGÉRIO MARINHO-PSDB -RN ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Posicionamento favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário de empresas urbanas.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado.

Vejam, é importante que a população que está nos ouvindo agora saiba que este grupo que hoje faz oposição ao projeto foi o mesmo que usou e abusou da terceirização. É uma hipocrisia sem limites.

Na PETROBRAS, a cada quatro funcionários, três são terceirizados. Na Caixa Econômica Federal também. Vários órgãos estatais, vários órgãos do Governo utilizaram-se da terceirização. O problema é que eles o fazem de maneira malfeita e envergonhada, porque se utilizam de uma estrutura que o próprio capitalismo impõe, a necessidade de especialização. Não sabem fazer, fazem malfeito; geram uma distorção na economia; conseguem confundir a cabeça das pessoas; e agora ficam esperneando de maneira absolutamente aleatória, quando, na verdade, estamos preservando...

*(Desligamento automático do microfone.)*

Documento 161/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	VICENTINHO-PT -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Saudação à delegação da Central Única dos Trabalhadores - CUT presente na Câmara dos Deputados. Importância de votação nominal da matéria para o conhecimento da classe trabalhadora sobre os Deputados apoiadores da

terceirização de contratos de trabalho. Defesa de interesses de grupos econômicos pelo Deputado Laercio Oliveira.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de saudar a delegação da Central Única dos Trabalhadores que está aqui, corajosos companheiros, e de dizer que, diante deste crime que estão cometendo hoje contra a classe trabalhadora, é muito importante que a votação nominal chegue a cada brasileiro. As pessoas precisam saber quem votou a favor do projeto, porque, quando chega a época das eleições, todo mundo diz que adora os trabalhadores, mas depois, quando já estão aqui dentro, traem a classe trabalhadora pelos interesses econômicos.

E são interesses econômicos mesmo: o Deputado Laercio Oliveira é um grande empresário, é uma figura simpática, mas o danado é interesseiro. O que ele está fazendo aqui é atendendo aos seus interesses e aos interesses de seus grupos econômicos. Sabem muito bem que prejudicar os trabalhadores é prejudicar a economia.

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 162/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ROBERTO DE LUCENA-PV -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Registro de voto contrário à proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar o meu voto e expor a minha posição. Respeito a orientação do meu partido, o Partido Verde, mas voto "não" ao relatório apresentado esta noite. Sou contra o projeto de terceirização tal como está sendo votado, por compreender que ele precariza o direito dos trabalhadores.

Sr. Presidente, eu tenho percorrido o País e o exterior. Em muitos lugares, no exterior, eu tenho visto o que nós veremos futuramente no Brasil, se aprovado o projeto que esta Casa vota no momento.

Mais uma vez, declaro o voto que já dei e que é contrário à aprovação da terceirização, tal como está colocada nesta noite.

Obrigado.

---

Documento 163/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ASSIS MELO-PCDOB -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Voto contrário da bancada do PCdoB a proposição supressora de direitos da classe trabalhadora.

---

**O SR. ASSIS MELO** (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, eu só quero mais uma vez chamar a atenção dos trabalhadores e das trabalhadoras para o fato de que estão aprovando, ou tentando aprovar, o que, no meu entendimento, será um dos maiores crimes já cometidos contra os eles.

Mas os trabalhadores não vão baixar a cabeça. Sr. Presidente. Eles vão levantar a cabeça e irão às ruas, não só para resgatar e garantir os seus direitos, mas também para acabar com esse Governo golpista e ilegítimo, o Governo Temer.

*(Manifestação nas galerias.)*

Nós do PCdoB votamos "não", chamando os trabalhadores a se manterem unidos, junto às centrais sindicais, para barrarmos essa ofensiva conservadora contra os trabalhadores e as trabalhadoras e contra a Nação, Sr. Presidente.

Documento 164/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	AFONSO HAMM-PP -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Discordância da terceirização de contratos de trabalho da atividade-fim das empresas. Registro de voto contrário à matéria.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sempre me posicionei pelos avanços na relação entre capital e trabalho que aumentassem a capacidade competitiva. No entanto, eu quero deixar bem claro que não concordo com a terceirização da atividade-fim.

Na votação do projeto antigo que enviamos ao Senado eu votei "não", porque não concordo que a atividade-fim seja posicionada, trazendo prejuízo às empresas e à relação entre capital e trabalho.

Portanto, meu voto é distinto do pensamento de muitos, mas reflete a minha posição, que gostaria que ficasse registrada.

Muito obrigado.

Documento 165/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALIEL MACHADO-REDE -PR ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Registro de voto contrário à proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho, em face da retirada de direitos dos trabalhadores.

**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também eu gostaria de registrar o meu voto "não" a esta matéria, por entender que seu objetivo principal é precarizar o trabalho, é dar oportunidade de se retirarem direitos conquistados.

Nós, preocupados com isso, já sabíamos que estava sendo organizado, pelo grupo que defende o Governo, todo e qualquer tipo de reforma para se retirarem direitos: a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, a terceirização, todas essas medidas retiram direitos. Basta olharmos os corredores da Casa para vermos que os funcionários da Casa que são terceirizados são discriminados.

Esta proposta traz a terceirização no serviço-fim. Ela é contra o trabalhador. Não podemos aceitar isso. Lembro que a digital de cada Deputado ficará registrada na votação desta noite.

Eu deixo declarado aqui o meu voto "não".

---

Documento 166/339

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	MARCO MAIA-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. MARCO MAIA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria expressar a minha posição contrária a esse projeto, que traz a terceirização na atividade-fim e, ao mesmo tempo, cria a figura do PJ, da pessoa jurídica. Na prática, isso significa, para milhões de trabalhadores, o fim do décimo terceiro, das férias, do descanso semanal remunerado, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Por muito tempo eu combati aquela postagem na Internet que dizia que a Câmara dos Deputados, em algum momento da sua história, votou contra os direitos dos trabalhadores, contra o Fundo de Garantia,

contra o 13º salário, contra as férias dos trabalhadores.

Agora, se esse projeto for votado desta forma, se nós votarmos a reforma da Previdência, se nós votarmos a reforma trabalhista, aquilo que, no passado, era uma mentira vai se transformar em realidade.

O meu voto é contra este projeto.

---

Documento 167/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	CAIO NARCIO-PSDB -MG PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Dever da Câmara dos Deputados de colaboração com a geração de empregos no Brasil.

---

**O SR. CAIO NARCIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que precariza o trabalho e o trabalhador é o desemprego. Hoje, há 15 milhões de desempregados no País. O que esta Casa tem a fazer é ajudar a empregar essas pessoas, e não ficar com um discurso que não resolve o problema do desemprego. O que precariza é a demagogia!

*(Manifestação nas galerias: Golpista! Golpista! Golpista!)*

**O SR. CAIO NARCIO** - A necessidade que nós temos é a de fazer o Brasil se desenvolver, e fazê-lo se desenvolver é facilitar que as pessoas sejam empregadas, e não dificultar que elas sejam empregadas. O que estão defendendo aqui, Sr. Presidente, dificulta que a população volte a ter emprego. Ora, se não há emprego, não há a precarização do emprego. Repito: há 15 milhões de desempregados no País!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, eu peço 1 minuto de seu tempo para fazer um apelo aos partidos de oposição: quando o próximo Deputado da base falar, se as galerias voltarem a se manifestar, na próxima matéria relevante a ser votada no plenário, eu



não vou autorizar a abertura das galerias

Podem vaiar depois, podem vaiar antes, mas não durante a fala do Parlamentar.

*(Manifestação nas galerias: Golpista! Golpista! Golpista!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Muito bem. Não haverá a abertura das galerias na próxima votação. Podem vaiar à vontade agora.

Continue, por favor, Deputado Caio Narcio. Eu o interrompi.

**O SR. CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, concluo dizendo que nosso dever principal nesta Casa é conseguir que haja emprego para as pessoas que estão precisando. Repito: quem precariza o emprego é o desemprego, que é o que nós temos que enfrentar. Esse é o nosso dever de casa, isso é o que esta Casa tem que fazer.

---

Documento 168/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	MARCON-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Retirada de direitos trabalhistas pelo Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, em votação. Contrariedade à matéria.

---

**O SR. MARCON** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou contra esse projeto de lei, porque sua aprovação vai gerar mais desemprego. Esse Governo golpista sem voto já tem 12 milhões de brasileiros desempregados.

Qualquer empresário inteligente, esperto quer um trabalhador qualificado. Esse projeto é um golpe contra os trabalhadores que se prepararam para trabalhar.

Muitos dos Deputados que hoje estão aqui - a maioria deles é a favor

do projeto - tiveram suas campanhas financiadas por empresários. Esse projeto de lei é contra os direitos dos trabalhadores, é um crime contra o povo brasileiro. O povo vai nos cobrar nas ruas. Nós precisamos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 169/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALCEU MOREIRA-PMDB -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Incoerência de discursos de Deputados petistas contra empresários. Declaração de voto favorável ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998.

---

**O SR. ALCEU MOREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu muito ouvi Deputados dizerem que são contra os empregadores, os empresários, mas vamos dar uma olhadinha na prestação de contas das campanhas desses Parlamentares e ver quem afinal financiou sua campanha.

O financiamento mais polpudo veio de onde? Ou será que o rapaz da Odebrecht que dava carona para o Lula é um trabalhador? Será que ele, o "Lularápio", que andava por aí com os grandes empresários, é representante dos trabalhadores?

Nós queremos uma economia moderna, dinâmica. Nós queremos que as pessoas tenham direito ao trabalho e ao emprego. O PT deixou 12 milhões de desempregados. São 12 milhões de pessoas que não têm dignidade e que não têm como colocar na mesa pão para seus filhos - não há café nem pão para seus filhos.

Nós queremos um País moderno. Por isso, votamos "sim", votamos contra o atraso. Nós não queremos o Brasil transformado numa Cuba, numa Venezuela. Nós somos um Brasil para frente.

*(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*

---

Documento 170/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	LUIZ SÉRGIO-PT -RJ PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inconsistência do argumento sobre a criação de empregos no Brasil para o apoio a projeto de lei relativo à terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é verdade que esse projeto de lei vá criar um único emprego no Brasil. É verdade que o desemprego precariza a relação do trabalho, mas é também verdade que essa terceirização vai precarizar ainda mais a relação de trabalho.

Esse projeto é uma pauta daqueles que financiaram o golpe no Brasil e que estão impondo uma reforma da Previdência que restringe e retira direitos. Estão impondo a flexibilização da CLT, o que vai comprometer direitos históricos conquistados pelos trabalhadores.

Hoje, está em questão esse projeto da terceirização, na verdade uma porteira aberta, o início da exclusão de direitos históricos dos trabalhadores, como férias, 13º salário, final de semana remunerado.

É profundamente lamentável que esta Casa...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 171/339

---

043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	GIVALDO VIEIRA-PT -ES PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Razões do voto contrário à proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho.

---

#### **O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.)**

- Sr. Presidente, eu falo ao brasileiro que hoje trabalha em uma empresa terceirizada e que sabe que ganha menos do que aquele que trabalha para a empresa que contrata o serviço. Ele sabe que o seu trabalho é precário, que as condições são piores e que há rotatividade e desemprego constante.

Dirijo-me agora ao trabalhador que está empregado numa empresa que contrata terceirizados e que vê os trabalhadores das terceirizadas que trabalham para sua empresa. Eles ganham menos, e é para a mesma situação que você vai ser empurrado: você vai ganhar menos, vai ser demitido constantemente e não vai mais fazer carreira na iniciativa privada.

Agora há pouco o Deputado Alceu Moreira criticou o Lula. Lula deu ao trabalhador emprego e dignidade. Este Governo e sua turma estão querendo tirar os direitos dos trabalhadores.

Meu voto é "não", Sr. Presidente.

---

Documento 172/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	WEVERTON ROCHA-PDT -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento de votação do requerimento de destaque para votação em separado do §1º do art. 2º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---



**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o rolo compressor está ligado. Eu nem comecei a defesa e já começaram a indicar. Aí colocam o resultado e vai todo mundo para casa. Não é assim que funciona? E vêm dizer, no grito - alto - que não estamos retirando direitos e que não estamos rasgando a CLT. É muita cara de pau sim! E não venham querer dizer e apontar o dedo para o passado, porque é importante lembrar que este projeto que V.Exas. acabaram de votar estava, há 18 anos, adormecido lá no Senado Federal. De lá para cá, houve um tempo. Nesse tempo, lembrem-se dos mais de 12 milhões de empregos que foram gerados neste País. Virem dizer que o remédio para gerar emprego no País é retirar direitos do trabalhador é sim cara de pau! É um atentado ao trabalhador brasileiro!

No mínimo, aqui nós poderíamos colocar a mão na consciência e dizer que esse Governo e a forma como está sendo conduzido este processo... E não se trata apenas da reforma trabalhista, porque, senhores, não é preciso haver Comissão. Olhem lá! Os Deputados que estão na Comissão Especial da Reforma Trabalhista deviam pedir para sair, porque para nada ela vai servir. Sabem por quê? Porque a reforma trabalhista foi feita agora, de supetão, no açodamento. Simplesmente, chegaram e disseram: *"É um bom texto. Vamos adaptá-lo e terminar de rasgá-lo"*.

Senhores, não dá para pensar e imaginar que, em pleno século XXI, iríamos utilizar países não só da Europa ou da América do Sul como referência na questão do trato do empregado com o empregador. Vejam quantos Ministros tem o Tribunal Superior do Trabalho! Dos 26, 19 são contrários a estas propostas retrógradas que estão aqui. Vejam o posicionamento das associações e das entidades, não só as de classe, mas todas que formam opinião de verdade neste País.

Não houve aprofundamento, não houve debate, não houve discussão. Isso, no mínimo, é um retrocesso, um passo atrás. Nós nunca dissemos que não devíamos discutir. Temos que discutir. Mas atropelar as coisas e achar que, no açodamento, de uma hora para outra, se retira e se vota um projeto e é assim mesmo só porque a área econômica mandou para cá dizendo que é bom... Nem tudo que se manda para cá é bom, senhores.

Peço aos Deputados da base do Governo que se lembrem de que o Sr. Henrique Meirelles, que está na Fazenda, não sabe o que é povo, não sabe e não vive, no dia a dia, a luta na comunidade de V.Exas. Ele não tem o *feeling* de V.Exas. V.Exas. tinham que falar com ele e impor o limite desta Casa. Qual é o limite? O respeito.

O PDT votou "sim" à terceirização em 2015. O projeto está lá dormindo no Senado. Por que não trouxeram esse texto para cá? Nós aprofundamos o debate acerca desse texto que está lá. Sabe por que não o trouxeram? Porque o Senado faz o que quer. Está pautando a Câmara, e, infelizmente, tem gente que está achando bonito.

Vamos encaminhar contra esta reforma e contra todos os projetos que pretendem retirar direitos. Continuaremos resistentes, dizendo "não" a qualquer tipo de retrocesso.

---

Documento 173/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PAULO TEIXEIRA-PT -SP COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Repúdio a retirada dos direitos dos trabalhadores com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro que assiste a esta sessão, depois de rasgar a Constituição num crime que foi cometido e presidido por Eduardo Cunha, que tirou o Governo eleito pelo povo, hoje esta Casa rasgou a CLT.

Esta Casa rasgou a CLT porque aprovou aqui um projeto que estava dormindo nesta Casa, nem aprovou o projeto de terceirização que foi aprovado nesta Casa e está no Senado. Hoje, aqui, a CLT foi rasgada por uma maioria que é subserviente ao poder econômico, que aprovou o projeto de terceirização indiscriminado, que permitirá a terceirização em todas as áreas econômicas de uma empresa e que gerará perda de direitos para os trabalhadores. Os trabalhadores poderão ser contratados como pessoa jurídica e, ao serem contratados como pessoa jurídica, não receberão mais férias, descanso remunerado, FGTS, não terão vínculos previdenciários. É o que foi aprovado hoje à tarde. Isso resultará na perda de empregos registrados. Os trabalhadores registrados perderão seus empregos e serão

substituídos por trabalhadores terceirizados e "pejotizados", e os salários que foram conquistados ao longo de anos de luta sindical serão rebaixados, porque o trabalhador, que tem direitos, será substituído por outro sem os mesmos direitos. Essa é a barbárie que foi aprovada aqui.

Nós estamos numa luta civilizatória de integração dos trabalhadores e de conquistas de direitos. A elite, o capital, quer diminuir o custo do trabalho. O que o capital conquistou hoje à noite aqui foi a diminuição do custo do trabalho. Não estamos nos aproximando dos países civilizados. Estamos nos aproximando daqueles países que degradam a força do trabalho e a mão de obra. Nesta noite, a massa salarial vai perder e o capital vai ganhar em virtude do voto da subserviência ao capital daqueles que concordaram em votar com o que quis o Ministério da Fazenda, os bancos e o grande segmento econômico que concentra renda neste País.

Isso ocorrerá não só pela terceirização, mas também por trabalhos temporários alongados. O que acontecerá é que os empregadores preferirão contratar trabalhadores temporários a fazer o vínculo empregatício. Não que nós não precisássemos discutir a legislação trabalhista. Há um grupo de trabalho, há uma Comissão Especial discutindo a legislação trabalhista, mas essa Comissão Especial sofreu um golpe nesta noite: numa canetada irregular que tem que ser questionada na Justiça, este projeto foi aprovado aqui.

Foi anotado muito bem pelo Deputado Henrique Fontana o cometimento de um crime contra os trabalhadores, uma violência contra a classe trabalhadora nesta noite. Mas o resultado final da votação demonstrou que o Governo não tem votos para aprovar uma mudança na Previdência. Esta reforma não é uma reforma, é a destruição da previdência pública, o favorecimento do capital privado, que quer operar nas previdências privadas. Esse projeto não terá sucesso nesta Casa.

Assim, esse Governo golpista ofereceu para o poder econômico a destruição da CLT nesta noite. Os trabalhadores do Brasil têm que entender o que aconteceu nesta noite. Os trabalhadores têm que saber o que aconteceu nesta noite. E a resposta a este projeto, além da mobilização judicial, tem que ser uma greve neste País contra a destruição da CLT e contra a tentativa de destruir a Previdência Social brasileira.

O que eles querem não são ajustes, não é reforma, não é melhora, o que eles querem é operar contra o povo mais humilde do Brasil, na reforma da Previdência, contra a trabalhadora rural, contra o





trabalhador rural, contra a trabalhadora urbana, contra o idoso, que tem 70 anos de idade e que vai ter seu benefício desvinculado da melhoria do salário mínimo - e, ele que tem o benefício hoje com 65 anos de idade só poderá tê-lo aos 70 anos, caso esta reforma prospere. Esses que são os destinatários do pagamento do pato.

Paulo Skaf, para derrubar o Governo, tinha um pato na frente da FIESP. Ele dizia: "*Nós não vamos pagar o pato*". Isto é, os empresários brasileiros que não pagam impostos, cujos patrimônios estão nas empresas - não pagam imposto de renda -, diziam: "*Nós não queremos pagar o pato*". E nesta noite eles enfiaram esse pato goela abaixo dos trabalhadores. Quem está pagando o pato deste chamado ajuste brasileiro não são as grandes fortunas, não são aqueles que estão entrando na lista dos mais ricos do mundo na revista *Forbes*, não são aqueles que aumentaram a desigualdade social, como hoje está na publicação do IDH; quem está pagando o pato não são aqueles mais ricos que deveriam pagar mais impostos, impostos sobre grandes heranças, impostos sobre lucros no sistema financeiro, dividendo. Não são eles. Quem está pagando o pato é o trabalhador, que acorda de madrugada, pega transporte coletivo, mora na periferia, ganha salário baixo. Ele é o destinatário deste chamado ajuste - desajuste, injusto!

E aqueles que votaram esta noite nessa proposta, consciente ou inconscientemente, pagarão caro nas suas trajetórias políticas. As suas caras estarão em cartazes em todo o País. Pagarão caro nas eleições do ano que vem (*palmas*), porque assinaram embaixo de uma grande injustiça contra a classe trabalhadora. Que as reformas fossem feitas nas Comissões destinadas a essa finalidade, porque lá há discussão, há audiências públicas, não num golpe regimental que foi dado para rasgar a CLT.

V.Exas., esta noite, indicaram o rumo para o Brasil. Não é o rumo civilizatório. V.Exas. indicaram para o Brasil, esta noite, a barbárie, a retirada de direitos, a concentração de renda na sociedade brasileira, a injustiça, mas principalmente a subserviência ao poder econômico e a justificativa de um golpe que foi dado na democracia brasileira.

Vejam o que V.Exas. fizeram: rasgaram a carteira de trabalho dos mais humildes para permitir a concentração de renda dos mais poderosos deste País. Nós lamentamos...

*(Desligamento automático do microfone)*

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Esclarecimentos à Presidência e ao Plenário sobre posicionamento do PSOL frente à proposta do Líder do Governo de votação nominal da matéria, ante a impossibilidade regimental de apresentação, pela legenda, de pedido de verificação da votação.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma recapitulação do que aconteceu aqui, para que isso não seja um gerador de precedentes...

*(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Eu quero fazer uma recapitulação do que aconteceu aqui para que isso não seja um gerador de precedentes. Eu nem vou utilizar a tribuna para dialogar olhando para V.Exa. O Líder do Governo subiu àquela tribuna e fez a proposta de que houvesse votação nominal no texto principal e que às outras matérias, então, não fossem solicitadas ou feito pedido de verificação.

*(Manifestação nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Isso.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - É sabido por todos que o PSOL não tem número para fazer pedido de verificação de votação nominal. Tanto é que, depois da fala do Líder do Governo naquela tribuna, o PSOL, por várias votações, continuou indicando obstrução no painel. Não houve uma modificação do comportamento do PSOL em relação à obstrução das matérias, à exceção da última, a que nós queríamos deixar clara a diferenciação da nossa posição para aqueles Parlamentares que votam "sim".

V.Exa. ainda indicou da Mesa que haveria a votação de prorrogação dos trabalhos de uma CPI a que o PSOL tem posição claramente contrária, a CPI FUNAI e INCRA.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas nessa não há acordo.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - É exatamente por esse motivo e também pelo PSOL não ter feito o acordo anterior, já que nós não temos número para pedir verificação, que eu me dirigi a este microfone para solicitar novo painel. Os microfones estavam desligados. Eu me dirigi a V.Exa. na frente do plenário e, quando me dirigi à frente, V.Exa. disse que o acordo já estava firmado, e não houve declaração da sua parte.

O PSOL não pode ser cobrado aqui pela realização de acordo, inclusive para um item que ele não tem número para pedido de verificação. Eu não tenho que vir ao microfone todas as vezes para fazer uma declaração. Simplesmente o não assentimento já é uma demonstração clara de que não há da nossa parte a aceitação.

Quero deixar isso claro. Não quero aqui que isso se torne uma questão pessoal, porque não é.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Claro.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Foi uma tentativa clara de fazer o nosso direito ser respeitado. V.Exa. voltou atrás, teve a oportunidade de pedir que se pedisse novamente o painel, e a partir desse momento nós temos um esclarecimento dos fatos. Mas que as coisas possam caminhar da maneira adequada.

Esta foi a nossa posição: na garantia do direito regimental da bancada do PSOL.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está esclarecido.

Eu peço desculpas a V.Exa. por qualquer problema de comunicação da minha parte: eu recuei.

### *Sumário*

Pesar pela aprovação de projeto de lei sobre terceirização de mão de obra. Voto contrário do PMB à matéria. Contrariedade à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária. Defesa de realização de auditoria da dívida pública e de taxação de grandes fortunas. Cumprimento a sindicatos e trabalhadores em mobilização contra a proposta de reforma previdenciária.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje a noite é triste para o conjunto dos trabalhadores brasileiros: foi aprovada a precarização, foi aprovada a terceirização, com o voto contrário do PMB. A terceirização significa jornada de trabalho maior, significa salários menores, significa menos direitos.

E V.Exas. podem ver que a maioria dos acidentes hoje ocorrem com funcionários terceirizados. Vou dar um exemplo de Minas Gerais, com relação à CEMIG: quantos acidentes acontecem com funcionários efetivos e quantos acidentes acontecem com funcionários terceirizados? O número de acidentes com funcionários terceirizados é muito maior. Além de aumentar a jornada de trabalho, os salários são menores. A jornada de trabalho aumenta e o número de acidentes também.

O nosso posicionamento é claro. Em 2015, votamos contra o ajuste fiscal e o projeto que tramitou na Casa. Votamos contra a terceirização, votamos contra o fator previdenciário. Agora, temos a mesma postura, votamos contra a terceirização.

Em relação à reforma da Previdência, nosso posicionamento também é objetivo. É um absurdo, é uma lástima o que o Governo quer fazer com o conjunto dos trabalhadores brasileiros, jogando toda a culpa de todos os problemas do Brasil nas costas dos mais pobres, nas costas das mulheres, nas costas dos trabalhadores rurais, mexendo em benefícios sociais, mexendo em benefícios já garantidos para os servidores públicos, que verão da noite para o dia o pesadelo de perderem seus direitos.

O Governo está beneficiando o setor financeiro, beneficiando os bancos. O Governo poderia muito bem realizar a auditoria da dívida pública, poderia taxar as grandes fortunas, poderia taxar os bancos, poderia cobrar das empresas que devem milhões e milhões - mais de 1,5 trilhão de dívidas o Governo tem para receber -, poderia prorrogar esse prazo para, em vez de vencer em 5 anos, vencer em 10 anos, e



poderia solucionar o problema da Previdência Social. Poderia acabar com a desvinculação, com a DRU, poderia acabar com o conjunto das desonerações que jogou mais uma vez nas costas dos trabalhadores.

Não, o Governo preferiu o caminho maldoso de penalizar o trabalhador brasileiro com uma reforma da Previdência totalmente injusta. Peguem um jovem que termina a graduação. Ele vai entrar no mercado de trabalho com 28 anos e, se para se aposentar integralmente vai ter que ter 49 anos de contribuição, ele vai se aposentar com quase 80 anos de idade. E a expectativa de vida no Brasil não é essa. Em muitas regiões, é bem menor. Então, 90% das pessoas do País não vão se aposentar porque já vão ter morrido.

E há mais uma injustiça, que é a reforma trabalhista. O Governo encaminha o negociado sobre o legislado. A terceirização é um exemplo disso também. Vai haver contrato com pessoas jurídicas. Não vai haver mais contribuição previdenciária. Como vão pagar quem já se aposentou? A reforma da Previdência não é reforma da Previdência, porque poderiam fazer uma reforma para combater o abuso, as irregularidades, os altos salários, as sonegações, os erros e as irregularidades da Previdência. Mas não é esse o objetivo do Governo, não é fazer reforma. O objetivo é acabar com a Previdência Social.

E, aprovando a reforma trabalhista, a terceirização, com a reforma da Previdência, o jovem não vai querer contribuir. Quem vai querer contribuir sabendo que não vai conseguir se aposentar, sabendo que a possibilidade de morrer antes é muito grande, porque é alta a idade de aposentadoria? Se não vai haver quem contribua, quem já está aposentado não vai receber. Isso acaba com a Previdência Social, não tenho dúvida nenhuma. A reforma da Previdência não é reforma da Previdência, é o fim da Previdência Social, beneficiando os bancos, beneficiando o sistema financeiro.

É uma grande injustiça do Governo, que teria mil e um mecanismos, mas ele quis o caminho mais fácil - ou o mais difícil, que penaliza os trabalhadores, as mulheres, os benefícios sociais.

Eu queria parabenizar todos os sindicatos, todas as entidades, todas as pessoas que estão se mobilizando de Norte a Sul do País. Estou percorrendo todas as regiões do Estado de Minas Gerais. Esta semana houve na Assembleia Legislativa uma grande mobilização. Os servidores não abaixam a cabeça, não aceitam de maneira nenhuma esta reforma que vai ferir de morte o conjunto dos trabalhadores brasileiros em seus direitos. A mobilização no Brasil é muito grande. A população tanto do pequeno Município quanto do grande está se mobilizando e dizendo "não" ao fim da Previdência Social, porque não

aceita que mexam nos seus direitos.

O nosso posicionamento vai ser o mesmo. Inclusive, quando eu saí da Assembleia Legislativa, antes de ser candidato a Deputado Federal, registrei em cartório, para deixar claro meu posicionamento: não voto contra o servidor público, não voto contra o aposentado, não voto a favor de aumento de imposto que penalize as pessoas mais pobres. É dessa maneira que estou me posicionando nas votações aqui na Câmara dos Deputados.

Sem luta, não há vitória! Por isso, quero conclamar toda a população brasileira a continuar na luta contra a reforma da Previdência. Não vamos deixar acabarem com o direito dos trabalhadores.

---

Documento 176/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Repúdio a retirada dos direitos dos trabalhadores com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de fato, estamos vivendo uma noite lamentável para o mundo do trabalho.

Quero dizer que nós avisamos à Nação brasileira de que esse consórcio oposicionista, de que esse megaconsórcio oposicionista formado pelos derrotados na eleição - em quatro eleições! -, aliado com o que havia de pior no capital nacional, com a mídia corporativa, levaria inexoravelmente à derrubada de direitos que levamos mais de 1 século para conquistar e que foram consolidados nos Governos aliançados de Lula e de Dilma. De maneira abrupta, de maneira misteriosa, o maestro Eduardo Cunha fez uma parte mudar de um lado para o outro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a alma, o cofre e o cérebro do golpe estão fora do Brasil, e estão aí a vender os interesses nacionais,



as terras brasileiras. No último leilão do pré-sal não havia uma empresa brasileira. As empreiteiras, ao serem absolutamente extirpadas por ações de alguns executivos, ladearam-se às empresas estrangeiras.

Agora, vem o ataque direto e frontal aos direitos dos trabalhadores. Nesta medida de hoje não se trata de ser contra ou a favor de geração de emprego. É mentira! O que V.Exas. estão fazendo hoje é a abertura total de todos os direitos consolidados. É a quebra da espinha dorsal da CLT. É o início da derrocada da Justiça do Trabalho. É o impedimento ao direito de greve! É impedimento ao direito de greve, porque, salvo o que a lei disser, poderão ser substituídos por trabalhadores temporários aqueles que realizarem greve. E que lei de greve nós temos? A lei que V.Exas. ditaram de maneira articulada com alguns setores do Judiciário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação brasileira vai se levantar, não vai ficar calada. Ela está olhando, olho no olho, o movimento de cada um de nós, o movimento acelerado de V.Exas., porque têm dúvida sobre quanto tempo o Governo Temer ficará de pé. Já são oito ministros investigados. Já são quarenta e tantas citações do nome do próprio golpista.

Essa aceleração é para ajoelhar-se diante do mercado, não do mercado interessado em fazer crescer o Brasil, mas do genuflexo, do ajoelhado diante dos interesses internacionais.

Por isso, o PCdoB votou "não" com toda a sua força, porque é o trabalho que sustenta o desenvolvimento nacional. E, neste momento, V.Exas. viraram as costas para o trabalho e para o trabalhador e responderão, diante da Nação brasileira, pela atrocidade cometida nesta noite.

Muito obrigada.

---

Documento 177/339

---

044.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-20:46

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

VALMIR PRASCIDELLI-PT -SP

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

---



### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque em separado do §1º do art. 2º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa., ao pautar esse projeto hoje, sem dúvida nenhuma coloca uma mancha irremovível em seu currículo. Os trabalhadores cobrarão, certamente, cada Deputado que votou favoravelmente a esse projeto de 20 anos, desengavetado nesta Casa, que retira direito dos trabalhadores.

Ao aprovarmos esse destaque - e por isto precisamos aprovar -, nós queremos evitar, inclusive, um mal maior, que é acabar com o direito de greve que os trabalhadores sagradamente têm. Por isto a bancada do PT votou contrariamente a esse projeto: porque não concorda com o fim dos direitos dos trabalhadores, com a retirada dos direitos dos trabalhadores e com o fim do direito de greve. Ao aprovarmos esse texto da forma como está, é isso, na prática, que vai acontecer.

A bancada do PT vota "não".

---

Documento 178/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque em separado do §1º do art. 2º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ.** Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - O que a emenda do PDT e esse destaque querem fazer é simplesmente garantir a continuidade do direito de greve. Então, é claro que a posição da bancada do PSOL é "não", para que o destaque seja acolhido.

Nós consideramos que a votação no dia de hoje na Câmara dos Deputados foi um enorme equívoco - a terceirização total e irrestrita de todas as atividades do mundo do trabalho. Porém, foi um indicativo também de que o Governo ilegítimo de Temer não tem voto para aprovar o desmonte da Previdência. E não tem mesmo!

O Governo ilegítimo não vai conseguir aprovar esse desmonte.

A bancada do PSOL, nesta votação, vota "não", mas continua em obstrução.

---

Documento 179/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque em separado do §1º do art. 2º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o silêncio deste Plenário, quando V.Exa. anunciou o resultado, mostra a vergonha que alguns sentiram em rasgar a CLT do nosso País.

Um dos poucos lugares onde o Governo ilegítimo de Temer tem maioria hoje é aqui dentro deste plenário. Lá na rua, na sociedade real, esse Governo é cada vez mais impopular, mais ilegítimo.

Este Congresso, com esta votação, vira as costas cada vez mais para

o povo brasileiro. As eleições virão, e este Governo e estas votações antitrabalho, antinacionais e protetoras da corrupção terão resposta nas urnas!

---

Documento 180/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	ALIEL MACHADO-REDE -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio a retirada dos direitos dos trabalhadores com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nestes poucos minutos após a aprovação da matéria, milhares e milhares de pessoas estão questionando e debatendo sobre o assunto no Brasil inteiro.

Amanhã, em todos os ônibus que carregam os trabalhadores para suas fábricas, nas filas nas portas de fábrica, nas instituições e nas universidades, as pessoas estarão debatendo este assunto e este grave golpe dado na população brasileira e nos trabalhadores.

As pessoas estão cientes. A Internet dá oportunidade para o debate. O Ministério do Trabalho, que é a instituição que defende o trabalhador, já se posicionou contrariamente, e as nossas digitais ficaram cravadas no direito do trabalhador. Isso será denunciado.

Mas fica o alento: temos outras propostas contra o povo às quais seremos contrários.

---

Documento 181/339

---

044.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/03/2017-  
CD 20:46

Publ.: DCD - 23/03/2017 - FABIO GARCIA-PSB -MT  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Posicionamento favorável ao mérito do projeto de lei relativo à terceirização de contratos de trabalho. Importância da matéria para a geração de empregos no Brasil.

**O SR. FABIO GARCIA** (PSB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, eu estava em uma reunião no Planalto, mas quero deixar claro e registrado o meu posicionamento junto com o meu partido, o PSB, a favor do mérito do projeto de terceirização, pela importância do emprego no nosso País, para que possamos retomar o emprego no Brasil, que tem 14 milhões de desempregados hoje. Quero deixar claro meu posicionamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 182/339

044.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 22/03/2017-20:46

Publ.: DCD - 23/03/2017 - BOHN GASS-PT -RS  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

### *Sumário*

Encaminhamento de votação do requerimento de destaque do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje à tarde eu ouvi várias vezes as pessoas falarem mentiras e pedi à assessoria que me trouxesse o gráfico sobre quem gerou desemprego.



Dizem que o Governo do PT gerou desemprego, e eu trouxe um gráfico aqui, para V.Exas. olharem.

Lá em 1995, quando os tucanos, Fernando Henrique Cardoso começou o Governo, o desemprego foi crescendo, crescendo, e passamos dos 12 milhões de desempregados.

Quando Lula, do PT, assumiu e pediu que este projeto cruel não fosse votado, o desemprego começou a cair. O desemprego caiu no primeiro Governo, caiu no segundo Governo, quando havia políticas públicas, e caiu no Governo da Presidenta Dilma.

Sabem quando o desemprego voltou a crescer? Quando Aécio Neves perdeu a eleição e disse que iria obstruir, impedir que este Governo pudesse estabelecer políticas públicas, e quando Cunha, do PMDB, trouxe as pautas-bombas.

Então, o desemprego era dos tucanos e era do PMDB, e o desemprego se chama golpe! Só há desemprego pelo golpe neste País.

Em segundo lugar, o que nós estamos votando é o contrato temporário; é o tal do contrato chamado gato. Nós vamos regularizar o gato, pessoal! Hoje, na agricultura, para um contrato temporário, tem-se que contratar diretamente o trabalhador, tem-se que pagá-lo. É isso o que acontece.

Hoje, vai-se formar uma empresa, e ela contrata, destrata, contrata, destrata, contra tudo o que diz a OIT sobre a qualidade do trabalho e sobre o respeito ao trabalhador. O que acontece? Vão pagar menos; vão precarizar o trabalho.

Nós queríamos, e a votação aqui na Câmara foi a de não incluir o rural; ficou só o urbano. E o Senado incluiu o rural. O destaque que nós estamos fazendo aqui é para retirar o rural, fazer a votação que já fizemos aqui para não precarizar esse serviço, não haver os gatos, em que se paga mal o trabalhador, flexibilizando e precarizando o trabalho.

Em terceiro, apresentamos uma emenda aqui para impedir que a empresa faça uma empresa de mão de obra, e ela contrate a sua própria empresa de mão de obra. Querem algo mais fajuto na relação de trabalho?

Então, nós queremos que esses dois temas sejam repostos. A votação, portanto, é para repor o que os Deputados já votaram contra a crueldade que o Senado impôs.

Documento 183/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ENIO VERRI-PT -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. ENIO VERRI (PT-PR.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é um dia muito triste na história do Brasil. Mais uma vez o golpe cobra a sua conta, e os trabalhadores brasileiros perdem os seus direitos.

Essa emenda apresentada pelo Deputado Bohn Gass não resolve o problema de maneira nenhuma, mas minimiza o grande impacto negativo, que foi aprovado, sobre a vida dos brasileiros, em especial sobre a dos mais pobres.

Esse projeto condena os mais pobres à eterna miséria, sem direito nenhum. Então, pelo menos esperamos que quem está no campo não seja submetido a essa injustiça que foi aprovada hoje.

O nosso voto é "não".

Documento 184/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		JÔ MORAES-PCDOB -MG
CÂMARA DOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, queria aqui lembrar que, nesta noite, nós estamos ampliando as dificuldades que 12 milhões de desempregados têm para garantir o mínimo de estabilidade às suas famílias. Nós sabemos perfeitamente que, ao permitir a ampliação do trabalho temporário, estamos tirando dos trabalhadores o acesso ao aviso prévio e ao direito da multa do FGTS, reduzindo ainda mais aquilo que já era precário para os trabalhadores.

Por isso, nesta noite, o PCdoB insiste: vamos ter o mínimo de consciência de que estamos traindo os pais de família que dependem das principais situações para sobreviverem.

O PCdoB vota "não".

Documento 185/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		CAETANO-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.



**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma vergonha - a palavra certa é "vergonha" - o que aconteceu aqui hoje, nesta noite. Foi uma facada no coração dos trabalhadores brasileiros, um tiro no coração dos trabalhadores brasileiros.

Agora nós estamos buscando amenizar essa facada, essa porrada nos trabalhadores, para poder dizer "não". Nós dizemos "não" à precarização da mão de obra no campo. Cada vez mais querem prejudicar os trabalhadores do campo e da cidade. Já querem tirar a aposentadoria dos trabalhadores rurais, da população do campo, e agora também podem terceirizar a mão de obra no campo brasileiro. Isso é um absurdo!

Nós do PT dizemos "não" a esse absurdo, Sr. Presidente.

---

Documento 186/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O que querem fazer é retirar qualquer tipo de garantia do trabalhador do campo brasileiro, daquele que, na zona rural, sustenta as cidades com a alimentação, a partir do suor do seu trabalho.

Como bem disse aqui o Deputado Caetano, já estão fazendo isso nas aposentadorias. Só quem trabalha na enxada sabe do peso e da luta que é sustentar a sua família no campo brasileiro.

Agora, além de quererem tirar a aposentadoria do trabalhador do

campo, querem precarizar ainda mais essa relação de trabalho no campo, priorizando empresas de trabalho temporário.

Exatamente por esse motivo, o PSOL defende a posição "não" na orientação, mas vamos continuar em obstrução.

---

Documento 187/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, um dos grandes desafios do Estado brasileiro é criar, estabelecer, fortalecer as políticas de valorização do trabalhador rural, políticas que incentivem a fixação do trabalhador rural no campo, políticas que desmotivem o êxito rural.

Por isso, o PDT, que se posicionou radicalmente contra esse projeto da terceirização na sua totalidade, obviamente vota contrário a este destaque, na medida em que precariza ainda mais a condição do trabalhador rural.

Portanto, o PDT, que se posiciona contra a reforma da Previdência para o trabalhador rural, obviamente valorizando e respeitando o trabalhador rural, vota "não", Sr. Presidente.

---

Documento 188/339

---



044.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-20:46

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE  
VOTAÇÃO  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento de votação de requerimento de destaque do art. 10 da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje um crime é perpetrado neste plenário contra os trabalhadores e as trabalhadoras.

Nós somos contrários ao conjunto deste projeto de terceirização. Não é nada bom, nada bom. Fazemos os destaques, no entanto, para tentar diminuir o sofrimento de um povo que, a partir de amanhã, não terá mais direitos trabalhistas assegurados. Aqueles que forem contratados como PJ, como pessoa jurídica, não terão mais 13º, férias, descanso remunerado; não terão mais direitos. Os terceirizados, em geral, entre os mais pobres, estarão à margem de qualquer direito também.

Esta medida que aqui enfrentamos e pedimos que votem "não" a ela é sobre trabalho temporário. Três temas estão aqui tirando direitos dos trabalhadores.

O primeiro impede a possibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício entre o trabalhador e a tomadora do serviço. Isso significa menos direitos.

O segundo amplia o tempo do trabalho temporário, como trabalho precário, dos atuais 3 meses para 6 meses, prorrogável por mais 3 meses. Mas há uma inovação. Uma pessoa pode trabalhar 2 meses, ser dispensada e ser chamada novamente, em 3 meses, 4 meses, para concluir o seu contrato. O trabalhador e a trabalhadora não saberão mais qual é o tempo de duração do seu contrato de trabalho.

O terceiro é o mais grave de todos. Em geral, a empresa contratante do trabalhador temporário é a mais frágil, a que subcontrata. O que ela fará? Ela será totalmente responsável pelo trabalhador. Não haverá mais uma ação solidária da empresa tomadora do serviço, que é

grande e poderosa. Então, a empresa grande e poderosa ficará à margem de responder pelos direitos trabalhistas.

Quem paga este pato é o povo, sobretudo as mulheres. Deputada Janete Capiberibe, minha querida Deputada Luiza Erundina, Deputada Benedita da Silva, minhas amigas e companheiras de luta, entre os trabalhadores terceirizados e no trabalho temporário há mais mulheres, que recebem 30% em média a menos para trabalho igual. E as mulheres negras recebem 50% a menos. Elas é que serão as mais atingidas, Sr. Presidente, por esta lei sobre terceirização e trabalho temporário.

Então, eu peço a V.Exas. que, pelo menos nesta matéria, que prejudica as mulheres, principalmente as mais pobres, votem "não". Pelo menos nesta matéria votem "não".

Muito obrigada.

---

Documento 189/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 10 da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota contra e quer restabelecer o texto. O PT vota "não", porque esta proposta é mais um ataque. Assim como no caso do trabalho terceirizado, este texto propõe que também no caso do trabalho temporário não haja solidariedade.

Quando o tomador de serviço, quando o empregador principal deixa de adimplir o direito do trabalhador, o trabalhador tem direito de fazer

reclamação contra aquele que o empregou e contra o tomador principal. E esta proposta estabelece que não vai mais ser possível fazer isso. Ele tem que fazer uma reclamação contra quem o contratou. E se quem o contratou não tiver condições, ele vai para cima de quem fez a tomada principal.

Então, na verdade, o que vai acontecer é que, quando o trabalhador for reclamar contra o tomador principal, já houve a prescrição. Portanto, esse é um grave atentado contra o direito do trabalhador.

Nós votamos "não", Sr. Presidente.

---

Documento 190/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 10 da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT, obviamente, vai manter a coerência. Essa possibilidade, a partir de acordo coletivo, de se manter *ad aeternum* uma contratação temporária é uma agressão ao direito dos trabalhadores. A palavra mais correta para este momento é "precarização".

É um absurdo, Sr. Presidente, que, no momento em que se discute em uma Comissão Especial a reforma trabalhista e em outra a reforma previdenciária, nós atropelemos essa construção e votemos medidas como esta.

Portanto, o PDT vota "não", Sr. Presidente.

Documento 191/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		JÔ MORAES-PCDOB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 10 da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esta medida que se tenta retirar do texto visa garantir o mínimo de recuperação e de respeito aos elementares direitos do trabalhador. O que nós estamos querendo com este destaque? Queremos garantir que a reconstrução temporária do mesmo empregado não se repita indefinidamente.

A contratação temporária reduz os subsídios do trabalhador, retira o aviso prévio e retira a multa do Fundo de Garantia. Se nós permitirmos que ela seja feita indefinidamente, nós vamos ter um trabalhador com menos direitos indefinidamente.

Por isso, o PCdoB vota "não".

Documento 192/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 10 da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há raio-x ali na porta. Os empregados terceirizados daqui são constrangidos, porque, em tese, eles são ladrões do patrimônio público. Toda vez que passam por aquela porta, são revistados.

Nós saímos do elevador e vemos que, depois de lavar e limpar os banheiros que nós e os servidores efetivos sujamos, os empregados terceirizados, às vezes idosos, ficam em pé, porque nem sequer têm direito a um banco comprido para descansar a coluna, a fim de impedir doenças de vários tipos.

É assim na Casa do Povo! Imaginem o que vai acontecer nas fazendas daqueles que beijam o boi, mas acham que é bom ver índios morrendo de fome ou sendo assassinados por capangas pagos por muitos que defendem esta barbárie, esta escravização!

A proposta apresentada tem o nosso "não"...

*(Desligamento automático do microfone.)*

Documento 193/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	ALESSANDRO MOLON-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 10 da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo



do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede vota "não", porque quer recuperar alguns trechos do texto da Câmara, que era menos ruim do que o aprovado pelo Senado.

Cito, por exemplo, o texto em relação a quem acionar na Justiça, no caso de não cumprimento das obrigações pelo empregador. O texto do Senado faz com que a responsabilidade do beneficiado pelo trabalho seja subsidiária, e não solidária. Nós preferimos a responsabilidade solidária, porque o terceirizado, se não receber de quem lhe deveria pagar, pode acionar a empresa que contratou a terceirizadora de mão de obra. Mais do que isso, o texto do Senado também permite a interrupção do contrato, deixando os trabalhadores à mercê do empregador, para trabalharem quando ele quiser.

Portanto, a Rede vota "não" para recuperar o texto da Câmara.

Nosso partido também lamenta e se envergonha do resultado da votação nesta noite, Sr. Presidente.

---

Documento 194/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 10 da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, colocar remendo novo em pano velho não dá certo. Esta noite a classe trabalhadora brasileira acabou de ter mais um grande prejuízo.

É uma covardia o que o Presidente Michel Temer, orientado pelo Henrique Meirelles, está fazendo com os trabalhadores brasileiros: reforma da previdência, diminuição de gastos e, agora, terceirização. Mas é claro que o texto da Câmara, no que diz respeito ao trabalho temporário, é melhor do que o do Senado.

Por isso, nós vamos votar "não" e queremos ver, nas próximas semanas, os trabalhadores brasileiros se mobilizando neste País, para que nós possamos em breve destituir este Presidente ilegítimo do Brasil, Michel Temer.

---

Documento 195/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque do art. 10 da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota "não", deixando bem claro e lamentando o posicionamento deste Plenário. É uma noite muito triste para o conjunto dos trabalhadores. A terceirização é maléfica, precariza as relações trabalhistas, aumenta a jornada de trabalho, com salários bem menores. Vai prejudicar, inclusive, milhares e milhares de estudantes que estão se preparando para prestar concurso público. E tudo isso sem falar nos acidentes de trabalho. Grande parte dos acidentes de trabalho acontecem com terceirizados, que não têm a segurança necessária. Dou como exemplo o caso dos trabalhadores da CEMIG,

que denunciamos já há muito tempo.

Então, o nosso posicionamento é contrário à terceirização e contra a reforma da previdência. Nós não podemos jogar tudo nas costas do povo mais pobre do Brasil.

---

Documento 196/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada do requerimento para votação em separado do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base continua votando "sim".

Eu estou estarecido com as mentiras repetidas, dizendo que isto vai afetar direitos dos trabalhadores. Indiquem quais! Apontem! Isso não existe! Está aí o relatório. Está aí o Relator para explicar. Não houve nenhuma pergunta. Continuam mentindo e mentindo.

Este projeto vai beneficiar o trabalhador, vai acabar, exatamente, com a precarização. A terceirização é um braço fundamental que o mundo todo já usa para aumentar a produtividade. O Brasil está com a produtividade e a competitividade baixas, e os senhores da Oposição estão olhando pelo retrovisor.

O pior, o pior é a desonestidade intelectual com o trabalhador que está acompanhando pela televisão.

Documento 197/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	VICTOR MENDES-PSD -MA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação ao Presidente da República, Michel Temer, de retirada dos trabalhadores rurais da proposta de reforma previdenciária e de revisão da regra de transição. Orientação da respectiva bancada do requerimento para votação em separado do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. VICTOR MENDES** (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de orientar a bancada, eu queria apenas fazer um apelo ao Presidente Michel Temer. Assim como ele tirou da proposta de reforma da previdência os policiais civis e os professores estaduais, que ele faça isso também com os trabalhadores rurais, que ele mantenha no texto os direitos desses trabalhadores como estão hoje, para que nós, Deputados, possamos votar a reforma da previdência com mais tranquilidade.

Eu faço esse apelo por reconhecer que, no meu Estado a expectativa de vida é de 70 anos, a menor da Federação. Assim, um trabalhador, ao se aposentar aos 65 anos, receberá por apenas 5 anos benefícios de aposentadoria.

Então, como o Presidente está revendo ponto a ponto a proposta, peço que ele tenha um olhar diferenciado para com essa categoria tão importante para o nosso Estado.

Apelo para o Presidente Michel Temer também, a fim de que reveja a regra de transição.

Neste caso em votação, o PSD vota "sim", Sr. Presidente.

---

Documento 198/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa	22/03/2017-20:46
------------	---------------------	------------------

Extraordinária - CD

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

NELSON PELLEGRINO-PT -BA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada do requerimento para votação em separado do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, este é um dos principais destaques da noite, justamente o que proíbe a terceirização das atividades finalísticas de uma empresa e também proíbe a quarteirização, que é a terceirização da terceirização.

Eu sou advogado de sindicato há 30 anos e quero dizer que está provado, estatisticamente, por meio de estudos, que a terceirização precariza as relações de trabalho, gera salários menores, significa menores direitos sociais, trabalhistas e convencionais, desorganiza a relação trabalhista e fragiliza o trabalhador. Ao contrário do que se está dizendo, este projeto é danoso para os trabalhadores brasileiros, é um crime que está sendo praticado contra eles.

Portanto, faço um apelo a este Plenário, a fim de que vote a favor deste destaque, que impede a terceirização generalizada no nosso País, o que, inclusive, desorganiza a produção também.

Documento 199/339

044.3.55.O Sessão Deliberativa 22/03/2017-20:46  
Extraordinária - CD

Publ.: DCD -  
23/03/2017 - SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada do requerimento para votação em separado do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, o PDT mantém a sua coerência e a coerência com a votação da Câmara em 2015, que rejeitou esta proposta de terceirização da atividade-fim.

Nós fazemos um apelo a este Plenário para manter a coerência com a votação de 2015 e continuar proibindo a terceirização da atividade-fim.

Temos clareza, apesar da insistência de alguns, de que esta proposta de terceirização da atividade-fim, por óbvio, precariza a condição de trabalho dos brasileiros. De repente, daqui a uns dias, será possível que alguém defenda que uma empresa de segurança comece a fazer segurança pública, terceirizando a atividade-fim da polícia também.

Portanto, o PDT, coerentemente, vota "não" neste destaque.

---

Documento 200/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

***Sumário***

Orientação da respectiva bancada do requerimento para votação em separado do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este destaque é do PCdoB e restabelece o texto da Câmara, fixando que a terceirização será em atividade diversa

da atividade da empresa contratante. Nós sabemos que isso é o âmago desse processo. Está provado que a terceirização precariza o trabalho, reduz salários e aniquila direitos. Mas o pior é que o parágrafo deste artigo diz que a terceirização, na verdade, amplia-se para uma quarta empresa. É possível sublocar e subcontratar para atividade diversa, e isso quarteiriza a atividade. Ou seja, o trabalhador não saberá para quem trabalha. O trabalhador terá...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 201/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ARNALDO JORDY-PPS -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada do requerimento para votação em separado do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vai votar "não", portanto, a favor do destaque, que resgata exatamente a proposta que foi votada nesta Casa em 2015, e o PPS votou nessa proposta. Ela admite a terceirização, não para empresa da mesma atividade econômica. Ou seja, ela pode contratar terceiros para uma atividade econômica diversa da sua própria.

Isso foi aprovado e é absolutamente admitido, mas o que quer a proposta do texto em votação é exatamente amplificar isso, inclusive para atividades-fim.

Nós somos contrários e vamos manter a coerência com a votação que a bancada realizou na discussão de 2015, resgatando o texto. Por isso, o nosso voto é "não".



---

Documento 202/339

---

044.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-20:46

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada do requerimento para votação em separado do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL chama a atenção de todos, porque este destaque do PCdoB é revelador de dois pontos dos mais cruéis do projeto já aprovado na Casa. E agora o que se vê no painel é que os destaques também não serão acolhidos por este Plenário.

Qual é o escopo desta proposta? Em primeiro lugar, evitar a terceirização ampla, geral e irrestrita. Mas o Plenário não vai acolher um destaque que limita a terceirização às empresas com atividade econômica diversa daquela da principal - ou seja, todo o mundo vai estar vulnerável à terceirização. Em segundo lugar, evitar a subcontratação, a quarteirização, que está autorizada pelo projeto.

Infelizmente, esta Casa, que não tem apreço pelo trabalhador, não vai acolher este destaque.

O nosso voto é "não".

---

Documento 203/339

---

044.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-20:46

Publ.: DCD -

WELITON PRADO-PMB -MG

23/03/2017 -

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada do requerimento para votação em separado do art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 1º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota "não".

A terceirização aniquila os direitos dos trabalhadores, aumenta a jornada de trabalho, com salários muito menores. É mais trabalho, menos direitos e salários menores. Isso nós não podemos aceitar, não podemos admitir. Somos contrários à manutenção do texto.

Recebi agora a informação de que 40 mil concurseiros, mais ou menos, estão *on-line*, acompanhando a sessão desta Casa. A população brasileira está revoltada com a terceirização, com a reforma trabalhista - o negociado sobre o legislado -, com a reforma da previdência, que acaba com os direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos pequenos produtores rurais, dos servidores públicos.

O nosso posicionamento é claro. Em defesa dos servidores públicos, não votamos projeto de aumento de imposto, mantemos a coerência com o nosso posicionamento em 2015, votamos contra a terceirização, contra o fator previdenciário e contra o ajuste fiscal. Agora, estamos votando contra a terceirização. E vamos votar contra a reforma trabalhista, em defesa dos trabalhadores do Brasil.

Documento 204/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*



Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque ao art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre a importância dos serviços terceirizados no oferecimento de postos de trabalho no Brasil.

---

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base reforça o voto "sim". Eu só vou lembrar a retrospectiva do IBGE, em uma pesquisa de emprego realizada todo mês, que diz o seguinte: *"Os serviços terceirizados representam 23% dos trabalhadores formais no Brasil"*. Essa é a atividade que mais emprega no Brasil, à frente da indústria de transformação. E mais: *"A taxa de formalização nos serviços terceirizados é a mais elevada entre as atividades avaliadas pelo IBGE na pesquisa, com 72,1% dos trabalhadores tendo carteira assinada"*, também à frente da indústria de transformação. Quer dizer, aqui vai aumentar mais, porque vai enfrentar a precarização.

Os senhores estão enganando o trabalhador. Nós estamos diminuindo a precarização, reforçando a terceirização e aumentando poderosamente o desemprego no Brasil.

---

Documento 205/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	NELSON PELLEGRINO-PT -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Crítica aos dados apresentados pelo Deputado Darcísio Perondi.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estatística pode ser manipulada. O Deputado...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - A estatística é do IBGE, do teu Governo

também. Respeite os técnicos!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - O Deputado Darcísio Perondi vai respeitar a fala dos outros? V.Exa. está um pouco exaltado, o que é natural. Quem não tem argumento quer usar da força.

Os dados estatísticos podem ser manipulados. Mas como é que se interpretam esses dados? O Deputado acabou de confessar que a atividade que tem a maior formalização é a atividade-fim, e esta emenda quer justamente evitar que a atividade-fim seja objeto de terceirização e de precarização.

Por isso, esta emenda quer restabelecer o texto original, para dizer que a atividade-fim não pode ser terceirizada. Ela é a essência da empresa. Neste País, essa é a construção jurisprudencial de proteção dos trabalhadores. Esta emenda quer restabelecer o texto original para proibir a terceirização da atividade-fim.

---

Documento 206/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	ALESSANDRO MOLON-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque ao art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fico perplexo com o fato de o representante do PMDB vir ao microfone dizer que nós estamos enganando as pessoas ao dizer que a terceirização é ruim para elas. Eu fico imaginando qual será o trabalhador que vai pedir ao seu patrão

o seguinte: "Por favor, demita-me e contrate-me por outra empresa, para eu ganhar menos". Eu fico imaginando se quem disse isso acha que alguém acredita nisso, acha que as pessoas que estão nas terceirizadas preferem estar nas terceirizadas a estar contratadas diretamente pela empresa e ganhar mais.

O povo brasileiro não é idiota! O povo brasileiro está acordando e vai cobrar a conta de quem votou a favor desse projeto.

Coerente com o seu posicionamento, a Rede vota "não", Sr. Presidente.

---

Documento 207/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque ao art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL e outros partidos aqui têm insistido em que o mais grave problema desse projeto da terceirização, que é um fato que atinge mais de 10 milhões de trabalhadores brasileiros, é que ela, relação precária de trabalho, muitas vezes de superexploração e de insegurança para o próprio trabalhador, torna-se com esse projeto uma sedução ampla, geral e irrestrita para todas as empresas.

E aqui nesse destaque isso fica também muito claro, quando se afirma que só se pode contratar a terceirizada com atividade diversa daquela da firma principal, estabelece-se um mínimo de segurança para os trabalhadores da atividade principal. Revogar isso, como o projeto faz, é abrir a possibilidade de terceirizar todo mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Deputado Chico Alencar?

**O SR. CHICO ALENCAR** - Vota "não".

---

Documento 208/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque ao art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota "não". Nosso posicionamento é objetivo. Estamos acompanhando inclusive pelo WhatsApp o conjunto da população brasileira, os concurseiros, os estudantes, a população revoltadíssima. Com certeza, com a terceirização, serão menos direitos, mais trabalho, e salários menores.

Inclusive, hoje de manhã eu conversava com alguns auditores do trabalho. Eles diziam que, no contato que eles têm nos processos, quando é contra uma empresa terceirizada, não há como pagar, porque a empresa registra praticamente sem nenhum bem, e, na hora de pagar os trabalhadores, ela quebra, decreta falência, e os trabalhadores ficam sem receber, isso sem contar com os acidentes de trabalho. Então, não há dúvida nenhuma: a terceirização é maléfica, e o nosso posicionamento é totalmente contrário.

---

Documento 209/339

---



044.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-20:46

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE  
VOTAÇÃO  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento de votação do requerimento de destaque para votação em separado do § 5º do art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) -** Deputados, Deputadas, esse destaque é o que trata da solidariedade. V.Exas. imaginem um funcionário, um trabalhador de um banco, que teve os seus direitos trabalhistas desrespeitados, e aí vai cobrar do banqueiro, que são as grandes fortunas nacionais, para que ele possa ter acesso aos seus direitos trabalhistas. Pelo texto que está sendo aprovado, quem vai ter que pagar essa conta é a empresa terceirizada.

Então, a responsabilidade pela garantia daqueles que são os passivos trabalhistas da empresa empregadora hoje não está solidária. Essa responsabilidade hoje, primeiramente, por esta legislação montada, é exatamente, repito, da empresa terceirizada. Isso é justo? Claro que não é justo. No mínimo, existe a necessidade de solidariedade entre essas duas empresas.

Eu quero repetir aqui um exemplo. Quer dizer que o dono de um grande banco nacional não vai ter mais que responder à Justiça do Trabalho quando o direito de um trabalhador for cobrado? Quem vai ter que responder por isso é a empresa terceirizada?

Sras. e Srs. Deputados, isso não é razoável. Isso é mais do que a retirada de direitos. Mesmo no caso daqueles Parlamentares que têm uma visão de mundo do ponto de vista econômico neoliberal, que aprovam a terceirização total e irrestrita, neste caso, eu imagino que, com o mínimo de justiça, diriam que essa responsabilidade tem que ser solidária. É isso o que nós estamos pedindo. Esse é o destaque do PSOL.

A bancada do PSOL gostaria muito de ter a oportunidade de pedir verificação dessa matéria. Nós achamos, inclusive, pelo placar apertado que teve aqui a última votação, que provavelmente



venceríamos nessa votação. Infelizmente nós não temos número ainda de Parlamentares para fazer pedido de verificação. Mas já ficou demonstrado, pela votação que aqui aconteceu, que o Governo ilegítimo de Temer não tem número para aprovar o desmonte da Previdência Social. E por isso eles mudaram de tática: estão colocando em primeiro lugar outras reformas, outros desmontes, porque sabem que vão perder na Previdência Social.

E podem ter certeza de que essa mobilização, por todo o Brasil, só vai aumentar depois da votação de hoje.

---

Documento 210/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque em separado do § 5º do art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT não pode jamais aceitar essa maldade contra os trabalhadores brasileiros.

Hoje, quando o trabalhador não tem o seu direito garantido pela empresa, pode reclamar ao mesmo tempo contra o tomador do seu serviço e o tomador principal, que é a empresa que terceiriza. Então, ele tem a possibilidade de fazer essa dupla reclamação. Eu digo isso com a experiência de advogado.

Na maioria das vezes, quem responde pelo crédito trabalhista é o tomador principal. Isso é uma maldade que não tem mais tamanho, é impedir que o trabalhador vá atrás dos seus direitos. Ele vai atrás do tomador principal, que às vezes é um laranja, não tem patrimônio, não tem condições financeiras de pagar os direitos. E depois que ficar

comprovado que não tem, ele pode ir atrás do tomador principal. Aí já está prescrito o crédito dele, e não pode mais reclamar. Ou então ele vai ter que esperar 5 anos para fazer isso. Essa é uma maldade que não tem mais tamanho.

Portanto, nós somos favoráveis à responsabilidade solidária.

Sr. Presidente, o PT vota "não".

---

Documento 211/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque em separado do § 5º do art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é o momento de os defensores desse projeto da terceirização serem coerentes. Nós ouvimos o tempo todo que esse é um projeto que valoriza o trabalhador. Ora, estão defendendo a terceirização para reduzir os custos da empresa. Então, o trabalhador já fica prejudicado na entrada. E quando ele sai, também fica prejudicado porque a empresa não tem responsabilidade, é apenas subsidiária.

Portanto, era o momento de os defensores desse projeto da terceirização no mínimo serem coerentes com o discurso e garantirem a responsabilidade solidária em relação aos terceirizados. Era o mínimo que os defensores da terceirização tinham que ser neste momento: coerentes com o discurso, garantindo a responsabilidade solidária e não a subsidiária.

O PDT vota "não", Sr. Presidente.

---

Documento 212/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	ALESSANDRO MOLON-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque em separado do § 5º do art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fico me perguntando se os colegas que vêm para o microfone dizer que o projeto é uma maravilha para o trabalhador vão chegar em casa e vão recomendar aos parentes que peçam demissão e que peçam para ser contratados por uma terceirizada. Eu fico imaginando um colega chegando em casa e dizendo para o filho ou para a filha: *"Olha, meu filho, eu tenho uma ótima notícia: você peça demissão e peça para ser contratado através de uma terceirizada, porque isso é uma grande notícia para você."* Eu fico me perguntando como alguém tem coragem de dizer isso, Sr. Presidente.

Nós vamos continuar coerentes com a nossa posição contra a terceirização.

Quando quem está nos ouvindo hoje sofrer os efeitos desta votação, vai se lembrar de quem votou a favor, porque esta votação retira direitos de trabalhadores, que não vão ter férias remuneradas, licença maternidade, nem 13º. Vão ter que virar pessoas jurídicas para perder direitos trabalhistas.

A Rede vota "não", Presidente.

---

Documento 213/339

---

044.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-20:46

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque em separado do § 5º do art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB, com muita consciência, vota nesse destaque, nessa emenda do PSOL, porque a intenção é recuperar a responsabilidade solidária.

A responsabilidade subsidiária faz com que a empresa-mãe não tenha responsabilidade qualquer, com uma falta de cumprimento contratual com o trabalhador.

Sr. Presidente, já acompanhei vários casos dessa natureza com terceirizados na universidade. Quando íamos procurar a empresa terceirizada, encontrávamos apenas um terreno baldio. Sumiam com os direitos dos trabalhadores. Depois, o que eles ganhavam era no máximo ser contratados pela nova empresa terceirizadora, que era incorporada.

A responsabilidade solidária é uma necessidade para haver minimamente o cumprimento contratual com os terceirizados.

Por isso, nós votamos "não" ao texto.

---

Documento 214/339

---

044.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-20:46

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque em separado do § 5º do art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda ontem, portanto há pouco mais de 24 horas, um defensor desse projeto da terceirização afirmou que eu não estava correto em dizer que ele gerava prejuízo, a exemplo da Câmara e de outras empresas que contratam empresas terceirizadas e, se houver problema ou falência da terceirizada, se responsabilizam pelos direitos dos trabalhadores.

O que nós estamos apresentando agora é a responsabilidade compartilhada, solidária, exatamente para que a empresa contratante se responsabilize pelos direitos dos trabalhadores, caso a empresa terceirizada não cumpra com eles.

Mas, pelo que eu vejo aqui, vai ser aprovado o "sim", ou seja, a manutenção desse golpe contra os direitos dos trabalhadores.

Documento 215/339

044.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

22/03/2017-20:46

Publ.: DCD -  
23/03/2017 -

WELITON PRADO-PMB -MG

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de destaque

em separado do § 5º do art. 5º da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pelo art. 2º do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota "não".

Não temos dúvida nenhuma de que este projeto é uma facada no peito do conjunto dos trabalhadores, porque, se vai aumentar a carga horária de trabalho, vai diminuir o número de empregos. Além disso, vai oferecer salários menores e gerar precarização do trabalho.

É um projeto maléfico para o conjunto dos trabalhadores, porque vai aniquilar os direitos dos trabalhadores. Este projeto, juntamente com a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, infelizmente, os trabalhadores não podem aceitar. Tem que continuar havendo mobilização de todos os sindicatos e entidades representativas dos trabalhadores.

Se houver terceirização, podem ter certeza absoluta de que, nos próximos anos, nós vamos ter que voltar a esta Casa para rever o nosso posicionamento, como outros países já estão fazendo.

O posicionamento do PMB é "não". "Não" à terceirização, "não" à reforma da Previdência!

---

Documento 216/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	AGUINALDO RIBEIRO-PP -PB ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento aos Líderes da base governista pela permanência em plenário. Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, só quero fazer um agradecimento a todos os Líderes da base e a todos os Parlamentares que ficaram até esta hora e parabenizá-los, porque temos a convicção de que avançamos para gerar mais empregos no País, empregos de qualidade, modernizando a nossa legislação e caminhando rumo ao futuro.

Documento 217/339

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LAERCIO OLIVEIRA-SD -SE ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### **Sumário**

Agradecimentos, como Relator, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho muito a agradecer. Primeiro, porque o Brasil dá um passo importante, porque é uma demonstração que o Governo Temer dá de que o Brasil definitivamente começa a avançar, começa a viver novos ares.

Quero agradecer a todos os Deputados e a todas as Deputadas que participaram dos trabalhos de hoje e cumprimentar especialmente toda a equipe da Mesa que me ajudou. Tive a honra de ser o Relator desta matéria e a equipe da Mesa sempre esteve disponível para me ajudar o tempo todo. Agradeço a todos.

Sr. Presidente, peço um pouco mais de tempo, para registrar o nomes de pessoas que tiveram uma importância enorme na construção do processo de terceirização no Brasil, que acreditavam ser possível modernizar as relações de trabalho do Brasil através de uma modalidade de contratação importante.

O meu agradecimento sincero à Dra. Celita Sousa, que escreveu vários livros sobre terceirização; ao ex-Deputado Roberto Santiago, que trabalhou muito para que este momento acontecesse; ao Dr. Ermínio Lima Neto, aqui presente, um estudioso da terceirização no Brasil, que me ajudou bastante; ao importante empresário Aldo de Ávila Júnior, que dedicou sua vida à terceirização; ao ex-Deputado Sandro Mabel,



que trabalhou pela terceirização esse tempo todo.

Finalmente, quero homenagear Marcelinho, filho de um colega nosso, o Deputado Marcelo Aro. Marcelinho nasceu ontem, mas o Deputado Marcelo Aro, com o compromisso que tem com o Brasil, veio participar da votação e voltou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 218/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ZECA DIRCEU-PT -PR PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Pesar pela aprovação de projeto de lei sobre terceirização de mão de obra.

---

**O SR. ZECA DIRCEU (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Sr. Presidente.

Quero manifestar minha insatisfação. É lamentável a votação que tivemos aqui hoje. Com certeza foram rasgadas todas as leis trabalhistas nesta noite. Nós vamos nos deparar sim, muito brevemente, em pouco tempo, com um conjunto muito grande de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, senão todos, sem nenhum direito, sem férias, sem 13º salário, sem as licenças que hoje estão asseguradas pelas leis trabalhistas. Esta terceirização é absurda, é equivocada e é desumana.

Saio esta noite derrotado, mas com a minha consciência tranquila. Num futuro muito breve, vão cobrar daqueles que aqui hoje votaram a favor da terceirização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 219/339

---

044.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 20:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	HILDO ROCHA-PMDB -MA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, para modernização da legislação trabalhista brasileira e para criação de empregos no País. Transcurso do 99º aniversário de fundação do Município de Balsas, Estado do Maranhão.

---

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Carlos Manato, que preside esta sessão.

Sras. e Srs. Deputados, nesta noite a Câmara, ao votar o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, preenche uma grande lacuna na nossa legislação. Nós estamos criando agora uma legislação que não havia no nosso País para o serviço terceirizado. O Senado já tinha votado, já tinha feito a sua parte. Faltava a Câmara também fazer o seu trabalho.

Uns concordam com a legislação para tirar do trabalho precarizado que hoje existe nas empresas terceirizadas os que vivem nele, porque agora há legislação, não será tirado nenhum direito; outros são contra a legislação que vem proteger os trabalhadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje nós vivemos a quarta revolução industrial. A primeira foi com a lenha, quando se descobriu a máquina a vapor. Hoje nós fazemos a quarta revolução industrial, quando justamente aprovamos a produção com cooperação, levando em consideração a interligação que existe entre as pessoas. Isso é comprovado. Países desenvolvidos já adotam o serviço terceirizado há mais de 20 anos.

Eu dou um exemplo bastante clássico, o aparelho de telefonia celular, produto do serviço de terceirização. É um produto moderno, é um produto da quarta revolução industrial: neste aparelho (*mostra aparelho celular*), uma indústria fabrica o *chip* da máquina de calcular, outra indústria fabrica o *chip* da máquina fotográfica, outra indústria fabrica a tela, outra indústria fabrica o chassi, que é a carcaça, outra indústria fabrica o *chip* do processador. Senhores, isso é modernidade!

Nós podemos questionar: muito bem, nós consumimos muitos aparelhos de telefonia celular. Grande parte dos brasileiros tem



aparelhos celulares, alguns até mais de um. E nós procuramos onde são feitos esses aparelhos que nós usamos aqui. Eu posso dizer isso aos senhores. Sabem quantas indústrias de celulares, quantas marcas de celulares têm na Índia? Eu anotei aqui, 56 indústrias; na China são 16 indústrias; na França também são 16 indústrias; na Alemanha são nove; nos Estados Unidos da América do Norte são oito; e no Brasil é só uma. Só uma! Justamente porque faltava esta lei para proteger o serviço mais moderno, a forma de produção mais atualizada - essa que acabei de relatar -, que todos os senhores conhecem.

Eu vejo aqui uma incoerência muito grande dos Deputados que dizem que a terceirização precariza o trabalhador. No entanto, todos que aqui falaram usam um aparelho destes. Ora, se se precariza o trabalho através da terceirização - isto aqui (*mostra aparelho celular*) só é feito através da terceirização -, eles estão, ao comprar, fomentando a terceirização, fomentado esse tipo de trabalho que eles dizem que é precário. Isso é muita incoerência.

Aqui ouvi um partido dizer que é contra. Mas, quando eles ocupam um Governo, como é o caso do meu Maranhão, são os que mais gastam com serviço terceirizado. Sr. Presidente, de 2014 até agora, início de 2017, quem mais contratou serviço terceirizado foi justamente um Governo estadual administrado pelo PCdoB. Eles aumentaram em quase 30% os contratos de serviço terceirizado.

Aqui nós não votamos serviço terceirizado para a administração pública. O que nós votamos hoje, diferentemente do que disseram alguns que mentiram ou são desinformados, a terceirização que nós votamos na noite de hoje é para a iniciativa privada, até porque a própria Constituição Federal já proíbe que professores, para lecionarem no serviço público, seja no ente municipal, seja no ente estadual, seja no ente federal, têm que se submeter a concurso público. Nenhuma lei ordinária pode ser maior do que a Constituição Federal.

O que aqui se falou foi para criar uma bandeira, uma bandeira que alguns partidos perderam. Tinham a bandeira da moralidade, e a perderam com a Operação Lava-Jato; tinham a bandeira da eficiência, e a perderam com a quantidade de desempregados que conseguiram gerar em nosso País, que é de quase 13 milhões de pessoas.

Quero lembrar que, quando foi votada nesta Casa a legislação das pequenas e microempresas, esses partidos que hoje são contra o serviço terceirizado se posicionaram contra a aprovação de uma lei para criar as pequenas e microempresas no País. Diziam a mesma coisa: com as pequenas e microempresas, o trabalho seria

precarizado. Nada disso aconteceu! Nada disso aconteceu! Hoje elas empregam 52% da mão de obra do País, são responsáveis por 27% do nosso PIB. Essa é a verdade.

Quero dizer que tenho certeza de que o Presidente Michel Temer irá sancionar este projeto de lei, para que possamos abrir a possibilidade de criação de mais empregos. Há quase 13 milhões de pais e mães de família que precisam de emprego. Esta será uma grande oportunidade, tenho certeza.

Aproveito este 1 minuto que me resta para registrar o aniversário de Balsas, no Maranhão, que completa 99 anos de autonomia administrativa e política, e desejar sucesso à administração do Prefeito Dr. Erik, a todos os balsenses e ao povo que mora na cidade que é a capital do agronegócio do Nordeste, que produz a maior quantidade de soja e milho da região.

Desejo que o Município continue a progredir, embora não conte com o apoio do Governador, que estava passeando aqui no plenário e não foi ao aniversário de Balsas, uma das grandes cidades do Maranhão, em termos territoriais, com 17 mil quilômetros quadrados. Ele não foi por uma simples razão, porque não fez tudo que prometeu quando foi candidato a Governador. Nem sequer concluiu a construção do hospital regional, obra que a Governadora Roseana Sarney deixou quase 90% pronta.

Parabenizo o povo de Balsa pelo seu aniversário e por mais 1 ano de autonomia administrativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Corroboro com o que V.Exa. disse. Eu votei pela terceirização porque não pega o funcionário público. Votei consciente de que é para a iniciativa privada. Por isso votei favoravelmente.



044.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

22/03/2017-  
20:46

Publ.: DCD - 23/03/2017 -

MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Pesar pela aprovação de proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho e ao trabalho temporário. Preocupação com a precarização das condições de trabalho, especialmente para as mulheres.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS.** Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, porque, apesar de termos tido várias sessões longas, V.Exa. permanece aqui para nos dar a oportunidade de nos pronunciarmos como partidos e como Parlamentares.

Senhoras e senhores que ainda nos acompanham nesta noite, hoje tivemos um dia singular na Câmara dos Deputados, onde as posições são divergentes entre nós - e talvez o sejam entre diferentes setores na sociedade brasileira -, e a maioria do povo brasileiro, sofrido e trabalhador, terá consigo os efeitos de um projeto aqui votado que não visa ao seu interesse.

Eu quero, em nome do Partido dos Trabalhadores, lamentar a aprovação do projeto da terceirização, que retira direitos de homens e mulheres. E me pronuncio em nome do PT nesta noite para sublinhar como especialmente nós mulheres estamos mais marcadas com perdas na nossa vida, na condição de trabalhadoras, pelo Governo Temer e pelas iniciativas que têm sido tomadas aqui neste plenário.

As mulheres brasileiras não conhecem o Brasil ou a economia, como disse Michel Temer, por conferirem as compras do supermercado ou pelo trabalho diário. A mulher brasileira representa 46% da população economicamente ativa do Brasil. A mulher brasileira representa 37% dos chefes de família. E essas famílias que eu destaco são aquelas que têm apenas a mãe, a mulher, na atenção ao conjunto dos familiares, sobretudo aos filhos, no sustento da casa. As outras famílias todas também são chefiadas por mulheres, lado a lado com os homens.

No entanto, as mulheres brasileiras têm uma defasagem extrema na vida salarial, de cerca de 30% a menos, em funções iguais às desenvolvidas pelos homens. E quando nós falamos em mulheres negras, juntam-se aqui a discriminação e a violação de direitos por ser



mulher com o racismo histórico e perverso da sociedade brasileira, que faz com que as mulheres negras recebam, pelo exercício de funções iguais, 50% menos, em média, do que os homens brancos.

Senhores e senhoras, quando falamos da terceirização, em muitos setores isso é igual a trabalho precário, porque há empresas que fecham as portas, abandonam as pessoas e não garantem os créditos devidos, fazendo com que as pessoas busquem na Justiça do Trabalho, por muito tempo, reaver e garantir aquilo que lhes é devido, porque trabalharam. E nós temos que admitir que a maioria dessas pessoas são mulheres.

Até agora, as atividades de terceirização não eram autorizadas na atividade-fim. Elas eram autorizadas em serviços menos remunerados e menos valorizados, serviços em geral exercidos pelas mulheres, embora estejamos cada vez mais em igualdade com os homens, até superando-os na educação, nos diferentes níveis e modalidades, inclusive nos cursos de graduação e pós-graduação.

Nas funções de limpeza, nas funções de cuidado mais direito, de asseio, de higiene, nas funções de atenção, até nas funções de segurança, nós podemos afirmar que a maioria é de mulheres. Certamente, é um trabalho honrado e digno, mas menos remunerado no caso das mulheres.

Destaco, senhores e senhoras, que a situação agora ficará ainda mais difícil. Com a aprovação desta matéria hoje, ela não voltará ao Senado Federal. A conclusão da votação é tão perversa que a matéria vai diretamente para as mãos de Michel Temer, para que ele, sem que tenha, do meu ponto de vista, a legitimidade de ocupar a Presidência da República, assine, pelo cargo que ocupa, o projeto de lei, transformando-o em lei. E estará valendo!

O que acontecerá, então? Para a empresa talvez seja extremamente importante juntar algum recurso, pagar rescisões, demitir em massa, para contratar outros trabalhadores, agora como terceirizados ou quarteirizados, como permite a lei.

O trabalho temporário que aqui ficou aprovado - lamente-se pelo absurdo! - desresponsabiliza a empresa para a qual a pessoa presta serviço, mesmo que aquela empresa que a contratou não pague os direitos trabalhistas que devem ser assegurados.

No caso da pessoa que trabalhará como pessoa jurídica - eu imagino um jornalista, um advogado, aquele que desempenha funções com grau universitário -, ela será pressionada, nesta época de desemprego,



a abrir mão do seu contrato de trabalho e sair das suas funções, para ser recontratada pelos jornais, pelos veículos de comunicação ou por quem quer que seja, agora como pessoa jurídica.

Cada um será uma empresa própria e sairá do terreno da legislação trabalhista para o terreno da legislação civil, com um contrato entre as partes iguais. Então, essa pessoa vai trabalhar por 1 ano e não terá mais direito a férias; essa pessoa vai trabalhar por 1 ano e não terá mais direito a 13º salário, porque não estará no contrato.

Foram aprovadas hoje três formas de precarização das relações de trabalho que atingem todos e mais ainda as mulheres: a terceirização, que agora será para a atividade-fim, portanto, permitirá, sim, que o professor de uma escola não seja mais vinculado à escola e seja funcionário de uma empresa terceirizada que nenhum vínculo terá com a escola, com as crianças e com a comunidade - essa é uma forma de precarização do trabalho -; o trabalho temporário, que saiu de 3 meses para 9 meses, e a empresa que receberá a prestação de serviço não terá mais qualquer responsabilidade com esse trabalhador, mesmo que a terceirizada não pague nenhum direito; e a contratação do trabalhador como pessoa jurídica, ou seja, com contrato regido pelo Direito Civil, não mais pela legislação trabalhista. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, cabe a mim denunciar, sim, como fez a minha bancada, e resistir, sim, como fizemos aqui.

Por fim, quero dizer que a digital que os meus colegas usaram para votar esta matéria é a digital que ficará para a história como a assinatura de um crime contra as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigada, Deputado Carlos Manato.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigada, Deputada.

---

Documento 221/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-12:46
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---





### *Sumário*

Contrariedade a projeto de lei sobre terceirização do trabalho, em votação na Casa.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, colegas Parlamentares, eu me inscrevi para usar a tribuna para debater com cada um dos Colegas e com o Brasil sobre este projeto que pretendem votar hoje aqui na Casa. Chamam de "projeto das terceirizações", mas, na verdade, o nome certo dele é "projeto das precarizações", porque o que se objetiva com este projeto não é resolver e qualificar o emprego daqueles 10 milhões de brasileiros que hoje trabalham em atividades terceirizadas; o que se quer, Deputado Marcon, é deslocar os 30 a 40 milhões de brasileiros que hoje trabalham com carteira assinada diretamente pelo seu empregador e fazer deles, progressivamente, um mercado terceirizado.

Vamos falar de regras do capitalismo, meio óbvias. Por que uma empresa, por exemplo, como a Ford ou como a General Motors - para falar de indústrias automobilísticas - gostariam de terceirizar todos os seus trabalhadores? Será que seria para aumentar o salário dos trabalhadores? Evidente que não, porque se alguém, um intermediário, vai ganhar algum dinheiro em cima desta terceirização, o salário deste trabalhador vai diminuir no exato tamanho do que o terceirizador ganhar sobre essa contratação.

Os dados demonstram o número de acidentes de trabalho. O salário médio de trabalhadores contratados por empresas terceirizadas para exercer as mesmas funções é mais baixo do que aquele contratado diretamente pelo seu empregador. A ampliação da terceirização, na realidade, é a antessala daquilo que é outro desejo do Governo ilegítimo de Temer, que é fazer a antirreforma trabalhista. Nós já temos a antirreforma da Previdência, a antirreforma trabalhista e agora viria o projeto que quer autorizar a terceirização em todo e qualquer tipo de contratação - no setor público, no setor privado, no meio rural. Ou seja, é progressivamente o fim do emprego direto com carteira assinada por seu empregador. Isso enfraquece a capacidade do mundo do trabalho de lutar por melhores salários. Isso enfraquece a capacidade do trabalhador de conquistar melhores condições de trabalho. É uma espécie de caminho para o passado, como se, de fato, o problema do Brasil fosse o trabalhador. O problema do Brasil é bem outro. O trabalhador é a solução para o País e merece ter a sua condição de trabalho respeitada e preservada.

Eu sou totalmente contra esse projeto que chamam de terceirização, mas que, na realidade, é uma grande precarização do mundo do trabalho no nosso País. Hoje, durante a tarde, me esforçarei neste plenário para impedir que esse projeto seja votado.

---

Documento 222/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017		LEO DE BRITO-PT -AC
-		QUESTÃO DE ORDEM
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM

---

### ***Sumário***

Questão de ordem com vistas à apreciação da Mensagem nº 389, de 2003, encaminhada pelo ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, preliminarmente, frente ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998.

---

**O SR. LEO DE BRITO (PT-AC.** Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - "Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem, com base no art. 104 do Regimento Interno, para solicitar que a Mensagem nº 389, de 2003" - que foi encaminhada pelo ex-Presidente Lula -, "seja apreciada preliminarmente, frente ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998.

O Regimento da Câmara dos Deputados determina, no seu art. 104, que a retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo autor ao Presidente da Câmara e, caso haja pareceres favoráveis, ou esteja pendente de parecer de alguma Comissão, o requerimento deverá ser submetido ao Plenário.

Tal entendimento já é adotado por esta Casa, conforme demonstra a Questão de Ordem nº 206, de 2003.

Em sua decisão, o ilustre Deputado João Paulo Cunha", Presidente da Câmara à época, "salienta que:

1 - O pedido de retirada de tramitação é uma faculdade do autor que pode ser exercida a qualquer momento;

2 - A não apreciação do pedido de retirada obsta o andamento dos trabalhos;

3 - Para o bom andamento do processo legislativo, faz-se necessário que a retirada do projeto seja apreciada preliminarmente, posto que, aprovado este, o restante torna-se inócuo.

Ora, ante o exposto, fica evidente que a intenção do autor deve ser respeitada. Solicito, portanto, a apreciação preliminar, pelo Plenário desta Casa, da Mensagem nº 389, de 2013, ante o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998."

Todos nós que hoje vamos apreciar este projeto já o conhecemos. Anteriormente ele era sobre trabalho temporário, em que teve depois incluída a questão das terceirizações. Trata-se de um projeto de 1998, que foi aprovado na Câmara, ao qual depois foi apresentado um substitutivo no Senado. Ele acabou não sendo aprovado à época.

O Presidente Lula, no momento em que assumiu a Presidência da República em 2003, solicitou a esta Casa que esse projeto fosse retirado, exatamente por ser um projeto nefasto, um projeto que prejudica os trabalhadores.

Sabemos como a terceirização precariza o trabalho dos trabalhadores do ponto de vista salarial. Inclusive, esse projeto traz a possibilidade de quarteirização. Há nele brechas, lacunas que permitem a terceirização tanto no setor público como no setor privado. E o Presidente Lula, ciente disso, pediu que ele fosse retirado.

Queremos, Sr. Presidente - como V.Exa. tem sido muito rigoroso na utilização do Regimento Interno -, que essa mensagem seja apreciada conforme reza o estatuto. Não tenho dúvida de que V.Exa. irá acatar a nossa questão, para que não haja nenhum tipo de problema.

V.Exa. sabe que nós do Partido dos Trabalhadores e da Oposição vamos fazer obstrução. Mas essa é uma questão de ordem muito importante do ponto de vista regimental. Portanto, gostaria que V.Exa. a apreciasse com denodo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, foi bom que V.Exa.

apresentasse a questão de ordem, porque isso acaba com aquele assunto de que o projeto é muito antigo.

O projeto é antigo. Mas o pedido do Presidente Lula é tão antigo quanto ele, é de 2003. E eu pergunto: por que será que um pedido do Presidente Lula de 13 de agosto de 2003 - que é o que V.Exa. me pede que seja atendido -, já há 14 anos parado na Casa, nunca foi atendido?

Depois disso foram Presidentes da Câmara o Deputado João Paulo Cunha, o Deputado Marco Maia, o Deputado Arlindo Chinaglia. Por que nenhum deles, Presidentes petistas da Câmara, atendeu o pleito do Presidente Lula? Porque, quando o Presidente Lula fez o pedido, essa matéria já tinha sido aprovada na Câmara dos Deputados, já não era mais uma matéria do Governo. Aprovada, ela passou a ser matéria da Câmara dos Deputados e, depois de aprovada no Senado, da Câmara e do Senado.

Por isso, indefiro a questão de ordem de V.Exa.

**O SR. LEO DE BRITO** - Eu recorro e peço o apoio de um terço do Plenário para o recurso com efeito suspensivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, essa matéria não é mais do Poder Executivo. Não há recurso nessa matéria.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma nova questão de ordem, por favor.

**O SR. LEO DE BRITO** - O recurso é sobre a decisão da questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não há como receber o recurso, Deputado, porque essa matéria precluiu.

Não há matéria a ser decidida. Eu apenas expliquei por que essa matéria não existe no ordenamento legal da Câmara dos Deputados.

**O SR. LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, estou recorrendo da questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Glauber.

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017		GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM

### **Sumário**

Questão de ordem sobre a necessidade de votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, por partes, e não em globo.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a questão de ordem é baseada no art. 130, combinado com o art. 190 do Regimento Interno.

"O art. 190, que contém as regras sobre o processamento da votação em Plenário, determina que:

*Art. 190. O substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado como série de emendas e votado em globo, exceto:"*

Aí ressalto esse "exceto", que é o inciso I:

*Art. 190.....*

*I - se qualquer Comissão, em seu parecer, se manifestar favoravelmente a uma ou mais emendas e contrariamente a outra ou outras, caso em que a votação se fará em grupos, segundo o sentido dos pareceres;*

Aí há o inciso II. Passo ao parágrafo único:

*Art. 190.....*

*.....*

*Parágrafo único. Proceder-se-á da mesma forma com relação a substitutivo do Senado a projeto da Câmara.*

"A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou, por unanimidade, em 15 de outubro de 2008, parecer sobre o

substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 4.320, de 1998, rejeitando" o § 1º do art. 2º; a parte final do inciso III; o § 5º do art. 5º-A; o § 2º do art. 19-A.

"Está claro que o substitutivo do Senado a este projeto deve ser votado por partes, conforme a manifestação da CTASP, e não em globo.

O Deputado Benito Gama, do PTB da Bahia, apresentou" - e aí se entra na questão presente - "uma reclamação contra o parecer da CTASP, aduzindo que a votação da matéria naquele colegiado desrespeitou a forma prescrita no art. 190, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno, já que não separou a votação em grupos, segundo o sentido dos pareceres, e pede que o Presidente considere como não escrito o parecer da Comissão, devolvendo-o para ser reformulado na sua conformidade."

V.Exa. acatou o pedido do Deputado Benito Gama, acolheu a reclamação e considerou não escrito o parecer ao substitutivo do Senado Federal.

Acontece que a determinação da Presidência alcançou a formulação do parecer, mas não alcançou "a votação realizada naquela ocasião na Comissão, uma vez que considerar o parecer não escrito e devolvê-lo para reformulação significa apenas que o mesmo deve ser adequado às normas regimentais, conforme determina o parágrafo único do art. 130 do Regimento:

(...)

Dessa forma, o Relator, ao proferir o parecer pela CTASP em plenário, não tem competência para alterar o que ficou decidido no mérito pelo colegiado, sendo sua manifestação apenas quanto à forma, conforme determina o Regimento."

Esta é a questão de ordem: para que a matéria seja votada em partes, e não em globo, a partir do pronunciamento do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, matéria não escrita significa que a votação foi cancelada.

O Relator da Comissão do Trabalho fará o relatório em plenário, assim que a obstrução for superada.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, recorremos da decisão de V.Exa. à Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encaminho o recurso de V.Exa.

---

Documento 224/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LEO DE BRITO-PT -AC ORDEM DO DIA	RECLAMAÇÃO DISCURSO

---

### **Sumário**

Reclamação sobre decisão da Presidência quanto à retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação.

O art. 104 do Regimento Interno reza que:

*Art. 104. A retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo Autor ao Presidente da Câmara, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário.*

Isso está sendo ferido! Estamos falando de "*qualquer fase de seu andamento*", independente de a proposição ter sido apresentada em 2003 ou em 1998. Essa situação tem de ser verificada agora, o que não está sendo feito.

Então, quero fazer essa reclamação em relação ao procedimento de V.Exa.

---

Documento 225/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	AFONSO MOTTA-PDT -RS	



---

### *Sumário*

Encaminhamento de votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, seja feito pelo processo de votação nominal.

---

**O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares,** na verdade, o substitutivo que vem do Senado, a par de renovar um debate, uma discussão que vem lá de trás, tem uma amplitude muito grande, a ponto de se dizer que vários temas que são por ele alcançados são temas da proposta do Governo Temer com relação à reforma trabalhista.

Não há, no substitutivo, só a questão da terceirização, só a questão do trabalho temporário. Há também uma proposição objetiva e clara com relação à validade do acordado sobre o legislado, a ponto de que, se ocorrer essa situação, vamos poder prorrogar o trabalho temporário, não pelos 4 meses propostos no substitutivo, mas pelo período que for acordado. Isso é quase uma violência com relação ao conceito geral do trabalho temporário

Não bastasse tudo isso, há uma proposta ampla de anistia. Há não só a terceirização, mas também a quarteirização.

Então, há um conjunto importante de temas que são alcançados pelo substitutivo, que, repito, praticamente supera o conjunto de questões que estão na ordem do dia, no debate público com relação à reforma trabalhista, essencialmente essa questão do acordado sobre o legislado. Isso realmente impõe uma votação criteriosa, uma votação nominal, uma votação em que ocorra o debate e haja o posicionamento das diferentes bancadas - é claro, com todo o respeito, com toda a serenidade.

Sabemos que o processo de obstrução é legítimo e é um direito da Oposição. E achamos que a Oposição, nesse processo, nesse debate, tem que dar a sua contribuição, porque, com certeza, o resultado, seja pelo debate, seja pela maioria - e sabemos aqui da posição da maioria da base do Governo -, sempre acaba recebendo contribuição.

Por isso, renovamos o nosso posicionamento favorável à votação nominal, como consta do requerimento firmado pela nossa bancada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 226/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	CARLOS ZARATTINI-PT -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação à Presidência de esclarecimento sobre indeferimento de recurso em questão de ordem apresentada anteriormente.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para clarear aqui: V.Exa. indeferiu o recurso?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não. Eu disse que o recurso é inexistente.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Como inexistente?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu disse que a questão de ordem do Deputado, o pedido do Deputado é inexistente porque o pedido do Presidente Lula tornou-se inexistente a partir do momento em que a matéria já foi votada nesta Casa.

Então, inexistente o pedido, por isso, eu disse que estava indeferindo. Mas não pode haver recurso de algo que não existe.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, ele não foi apreciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, isso já está superado

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Ele não foi apreciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, o pedido do Presidente Lula é de 2003.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sim, mas o projeto é de 1998. Isso não

tem nada a ver.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas o projeto já foi votado. Ele já é da Casa, não é mais do Governo.

Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, peço que seja restituído o meu minutinho ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É claro! Será restituído todo ele.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Mas está claro no Regimento que isso se dá em qualquer fase da tramitação, Sr. Presidente. Está aqui no art. 104.

V.Exa. vai judicializar esta questão. Veja bem: o Regimento é muito claro ao dizer que *"em qualquer fase do seu andamento"*...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O tempo do Deputado do PSOL está correndo.

Eu já respondi sobre isso, Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, eu não vou brigar com ele. A direção dos trabalhos garante o meu tempo.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Nós vamos judicializar essa questão, porque isso não tem sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não tem problema, Deputado. Eu discordo do seu ponto de vista.

Se V.Exa. acha que a Justiça é o melhor caminho, não tem problema. É uma decisão do PT.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Então, cabe recurso ainda, pelo art. 104.

23/03/2017 -

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE  
BANCADA  
DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, seja feito pelo processo de votação nominal.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que restitua o meu minutinho. *(Pausa.)* Obrigado.

Inicialmente, esta sessão tem que ser do bom debate e da identificação de cada posição. Por isso, é muito importante que haja o requerimento de votação nominal aprovado. Vamos votar tudo e colocar a nossa digital e a nossa convicção.

A compreensão do PSOL é de que esse projeto de terceirização é mais um que se soma na avalanche de precarização de direitos. Na profunda crise econômica em que estamos, o que se quer é botar a conta toda no bolso, na vida, na existência do trabalhador.

Portanto, o nosso voto é favorável, é "sim". Estamos num processo de obstrução, em defesa desses trabalhadores. Esse projeto é extremamente cruel e tem, inclusive, essa anistia.

E olhe Sr. Presidente, as galerias deviam estar abertas, para a sessão ser plenamente democrática.

Documento 228/339

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	HERÁCLITO FORTES-PSB -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, seja feito pelo processo de votação nominal.

---

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB quer confirmar o que já está no painel sem a manifestação do partido.

Vamos votar "não", votando pela modernização desse sistema arcaico, que precisa se adaptar aos novos tempos. Não existe lógica para que se vote contra a terceirização.

A terceirização é um bem para o País e irá nos oxigenar. Temos urgência na sua aprovação.

---

Documento 229/339

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		BOHN GASS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

***Sumário***

Orientação da respectiva bancada de votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, seja feito pelo processo de votação nominal.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é bom que o Brasil saiba que, se esta Câmara votar o PL 4.302, estará rasgando a CLT. Todos serão terceirizados na atividade-fim. Isso será um caos para o Brasil. Eu não quero que, na Presidência de V.Exa., Deputado Rodrigo Maia, se rasgue esse direito.

Mais do que isso, aqui se está desrespeitando o art. 104, porque, se foi indeferido o pedido que o nobre Deputado Leo de Brito apresentou, cabe recurso ao Plenário. E V.Exa., para cumprir o Regimento, deveria submetê-lo ao Plenário.

V.Exa. precisa olhar o art. 104, repito, para não rasgar também o Regimento. Já querem rasgar a Constituição e a CLT, para prejudicar os trabalhadores. Mas não espero que se rasgue o Regimento.

Então, mais uma vez, pela bancada do PT, queremos que acate esse recurso que foi solicitado ao Plenário.

O PT vota "sim".

---

Documento 230/339

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, seja feito pelo processo de votação nominal.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim" e considera que não é correta a tramitação dessa matéria do jeito que está sendo feita.

Aqui os temas densos, complexos passam por longos processos de debate, de discussão e de formação de opinião. O tema terceirização foi debatido aqui durante os últimos 2 anos. Foi aprovado aqui um projeto que foi para o Senado. Já o Senado não votou a matéria e mandou para cá um projeto que está parado há 20 anos. É um atropelo.

Há uma Comissão Especial tratando de reforma política, que trata do mesmo tema. Portanto, se queremos garantir e valorizar o debate, façamos esse debate na Comissão Especial que está tratando da questão.

E o projeto, no conteúdo, é uma tragédia para os trabalhadores.

Por isso, votamos "sim".

---

Documento 231/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada de votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, seja feito pelo processo de votação nominal.

---

**O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota "sim" Sr. Presidente.**

Como temos colocado, não dá para jogar todos os problemas do País nas costas dos servidores e dos trabalhadores.

Já vimos acompanhando essa situação de precarização do trabalho há muito tempo, desde quando eu era Deputado Estadual, inclusive junto ao sindicato do setor elétrico, em relação à CEMIG, quando muitos trabalhadores perderam a vida por falta de preparo.

Então, a terceirização precariza as relações de trabalho. Nesse sentido, o PMB vota "sim".

---

Documento 232/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		ROGÉRIO MARINHO-PSDB -RN
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---



### *Sumário*

Solicitação aos partidos da base governista de comparecimento ao plenário. Importância da matéria em votação para a modernização de legislação brasileira.

---

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo a todos os partidos da base no sentido de que compareçam ao plenário para vencermos a obstrução e votarmos este importante projeto.

Este projeto coloca o Brasil na modernidade. Ele nos retira das trevas, ele nos retira desta situação anacrônica que só existe aqui de legislação atrasada e de discurso ultrapassado. São quase 15 milhões de terceirizados no País, pessoas que precisam de segurança jurídica.

A especialização, hoje, é uma realidade. Nós não podemos viver no atraso, e temos que refutar esse discurso populista e oportunista de quem não quer que o País saia do buraco em que eles mesmos o colocaram.

Pedimos que a base esteja presente, para vencermos a obstrução e votarmos esta lei, que é importante para o País.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 233/339

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	RODRIGO MAIA (PRESIDENTE)-DEM -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

---

### *Sumário*

Esclarecimento ao Deputado Carlos Zarattini sobre a impossibilidade regimental de acolhimento de recurso em face da votação de substitutivo do Senado Federal.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Quero esclarecer ao Líder Carlos Zarattini que qualquer outra questão de ordem que se faça eu posso vir a deferir, e o Plenário pode decidir, mas eu não posso acolher o recurso apresentado, porque nós estamos votando o substitutivo do Senado Federal, e não o projeto original do Governo. Quer dizer, não há mais o projeto do Governo, o que há é o substitutivo da Câmara que depois foi para o Senado.

Tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

---

Documento 234/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	BOHN GASS-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Contestação à informação da Presidência sobre a votação de substitutivo do Senado Federal.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto, o pedido do Presidente Lula é originário do Executivo, à época. Ele foi votado na Câmara em 2000 - alcança o pedido do Lula -, foi para o Senado e foi votado em 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Isso.

**O SR. BOHN GASS** - Então ele é originário do Governo. Ele foi votado na Câmara e, depois, foi para o Senado. O Senado o mudou, em 2002. Lula o assinou em 2003. O que Lula disse? "*Solicito a V.Exa. confirmar com exposição de motivos do Sr. Ministro a retirada do Projeto de Lei nº 4.302, de 2004*".

Então, Sr. Presidente, sua interpretação não confere, uma vez que o pedido de Lula foi feito em 19 de agosto de 2003, e o Senado havia votado o projeto em 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É exatamente isso.

**O SR. BOHN GASS** - V.Exa. disse que, pelo fato de o Senado ter votado, não poderia o Presidente retirar o projeto, o que é claro, já que o Presidente era o autor do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu disse que a partir do momento em que a Câmara e o Senado votam uma proposição, essa proposição deixa de ser do Governo e passa a ser do Congresso Nacional - só isso.

---

Documento 235/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	AFONSO FLORENCE-PT -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário a proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, quero dizer que somos contrários a esse projeto de terceirização que aparece de última hora na pauta para ser votado, num ambiente em que o Governo não tem quaisquer condições de colocar em votação a reforma da Previdência, na semana em que a carne podre veio à tona.

Ficou nítido que o Governo Temer tem responsabilidade direta em mais um dos grandes malfeitos ocorridos no País.

Precarizar o trabalho, terceirizar atividade-fim não é modernizar a legislação. Modernizar a legislação é garantir direitos previdenciários, salários dignos, empregos, renda, enfim, o oposto o projeto de recessão que o Governo Temer está executando.

Por isso, nós somos contra a terceirização...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, solicito o registro de meu pronunciamento nos Anais da Casa e sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 236/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ROGÉRIO MARINHO-PSDB -RN ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação aos Deputados da base governista de comparecimento ao plenário. Importância de aprovação do projeto em pauta para a garantia de direitos a trabalhadores.

---

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante que os integrantes da base do Governo venham ao plenário para vencer a obstrução, para vencer esse discurso equivocado. Nós estamos falando de quase 15 milhões de trabalhadores brasileiros que têm, sim, os seus direitos respeitados, até porque o Brasil tem uma Constituição em cujo art. 7º, que tem mais de 30 parágrafos, estão os direitos individuais do trabalhador, absolutamente intactos, incólumes. Então, por favor, não vamos desinformar a população brasileira.

Nós estamos falando de uma situação em que 75% das empresas brasileiras já terceirizam alguma atividade de sua produção. Na Europa, são 80% das empresas. É bom lembrar que, no Brasil, mais de 14 milhões de pessoas estão no limbo jurídico.

Vamos vencer a obstrução e votar o projeto, que é importante para o Brasil.

---

Documento 237/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
------------	--	----------------------

Publ.: DCD - 23/03/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

CAETANO-PT -BA  
PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Contestação a informações de Deputados governistas sobre proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho. Manutenção da obstrução das votações. Conclamação dos trabalhadores para mobilização pela rejeição da matéria e das propostas de reformas previdenciária e trabalhista pela Casa.

---

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que é um equívoco da bancada do governo estar aqui dizendo que é atrasada a nossa argumentação. Atrasado e equivocado é querer rasgar a CLT, é querer tirar direitos adquiridos da classe trabalhadora, trazendo esse projeto de terceirização, de precarização da mão de obra em nosso País, com a justificativa de que isso é o que acontece em outros países.

Nós temos que importar de outros países aquilo que é bom, não aquilo que é ruim, e isso é um lixo. Essa legislação é contra os trabalhadores e é um lixo!

Nós não permitiremos sua aprovação. Nós vamos continuar fazendo obstrução, reagindo, conclamando os trabalhadores brasileiros a se mobilizar para impedir que esta Casa aprove esse projeto de terceirização, assim como a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, também contrárias ao trabalhador brasileiro.

---

Documento 238/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	SILVIO COSTA-PTDOB -PE PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Crítica à declaração do Relator da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, Deputado Rogério Marinho, sobre a inutilidade do colegiado. Caráter antirregimental da votação da matéria em pauta.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a minha questão é regimental. Lamentavelmente, o Presidente Rodrigo Maia não está na mesa.

Fico impressionado com o Relator da Comissão, o Deputado Rogério Marinho. Vejam bem, nós todos aqui temos que zelar pelo Regimento da Casa. O Presidente criou uma Comissão para discutir a reforma trabalhista, o Projeto nº 4.330, de 2004, está no Senado, e, de repente, quer apresentar um requerimento de urgência para discutir uma coisa pontual. Ora, não é assim. É preciso respeitar o Regimento da Casa ou, então, encerrar a Comissão.

S.Exa. disse que a Comissão não vale nada. Ou seja, estão perdendo tempo e gastando dinheiro público. Não dá para ser dessa forma! Acho que baixou o espírito do ex-Presidente da Casa no competente Deputado Rodrigo Maia, que tem conduzido a Casa ouvindo as Lideranças. Não sei por que agora essa ânsia de atropelar o Regimento. É para dar satisfação a quem?

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** - Sr. Presidente, eu fui citado.

**O SR. SILVIO COSTA** - A reforma da Previdência, graças a Deus, já está derrotada. O "competente" Temer - competente entre aspas: macaco em casa de louça, que todas as vezes que fala atrapalha o Brasil - retirou ontem os servidores dos Estados e Municípios...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Sr. Deputado, vamos entrar no tema, por favor. Vamos entrar no tema.

**O SR. SILVIO COSTA** - Deixe-me concluir.

O tema é o seguinte: é preciso respeitar o Regimento da Casa. Não dá para votar esse projeto empurrando-o goela abaixo. Não vão nos empurrar nada goela abaixo aqui. Não podem votar da forma como V.Exas. querem!

---

**Sumário**

Esclarecimentos ao Deputado Silvio Costa sobre a importância da matéria em pauta para a garantia de direitos a trabalhadores terceirizados.

---

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero apenas, de forma muito serena, dizer ao bravo Parlamentar Silvio Costa que, na verdade, essa discussão é extemporânea, equivocada, absolutamente anacrônica.

Deputado Silvio Costa, eu falei sobre o que acontece em outros países porque é importante que não se desinforme a população. Essa expressão "terceirização" na atividade-fim e meio só existe no Brasil - tragam-me, por favor, um exemplo disso em qualquer outro lugar do mundo. Terceirização ou especialização não existe. Existe uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho que fala sobre o tema.

Agora, ou nós enfrentamos a situação de que 15 milhões de trabalhadores se encontram no limbo jurídico, no vácuo, na insegurança, e justamente evitamos a precarização dos direitos desses trabalhadores, ou nós vamos continuar com...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 240/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017		BOHN GASS-PT -RS
-		QUESTÃO DE ORDEM
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM

---

**Sumário**

Questão de ordem sobre pedido de retirada do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, em votação.

---



**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entramos aqui com o pedido porque, pelo art. 104, é claro, é claríssimo que, em qualquer fase do andamento, há condições de sustar o projeto. Há um pedido feito em 2003 pelo Presidente Lula, que era contrário a sua apreciação.

O que diz o art. 118? Gostaria que V.Exa. prestasse bastante atenção, porque há agora um elemento novo.

O Presidente indeferiu o pedido sob a alegação de que, pelo fato de ter havido um substitutivo no Senado, esse ponto estaria superado. O problema é que ele se esqueceu do art. 118.

Para o art. 118, supressivas ou substitutivas, todas são emendas. Diz ele: *"Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra"*. A palavrinha "acessória" não substitui a principalidade do projeto solicitado pelo Executivo, e o Executivo, à época sob a Presidência de Lula, solicitou a retirada.

Então, ao solicitar a retirada - repito agora, indo do art. 118 para o art. 104: *"a retirada da proposição em qualquer fase"*. Ora, em qualquer fase é hoje! Então, se o Presidente fez uma interpretação equivocada porque ele disse que a votação no Senado seria superior, esqueceu-se do Regimento, desculpe-me. O art. 118 diz que ela não é superior, é acessória.

Nós voltamos a insistir em que esta Mesa, antes de qualquer debate sobre esse projeto nocivo para os trabalhadores e para o País, permita-nos apreciar a propositura da Presidência, que é a autora - portanto, o projeto é acessório -, permita-nos apreciar o pedido que Lula fez à época de retirada.

A verdade é que nós já estamos rasgando a CLT! Quero dizer aos colegas Deputados que afirmam que o Brasil tem que legislar para os 12 milhões de terceirizados que o problema é que o projeto não trata disso. O projeto não quer criar legislação para os 12 milhões de terceirizados, o projeto quer fazer com que outros 43 milhões virem terceirizados.

É esse debate que nós faremos, mas, antes de fazê-lo, nós precisamos cumprir o Regimento.

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	OSR. JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação à Presidência de deferimento de questão de ordem da Liderança do PT para retirada de pauta da matéria e abertura de diálogo com as Lideranças partidárias e sindicais acerca do tema da terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. até que tem se conduzido bem quando preside os trabalhos, não só agora, como na gestão anterior: calmo, paciente, cumpridor do Regimento.

O que foi levantado e que eu peço a V.Exa. considere? Não se trata de nada que vá tirar atribuição do Presidente que já não está presidindo esta sessão.

Nós temos dois fatos supervenientes. O primeiro é a solicitação da Presidência da República. Ou os atos do ex-Presidente não valem nada? Esse projeto foi apresentado na época do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não aceitou votá-lo. Depois, Lula pediu sua retirada. Aliado a isso, como segundo fato, há a tramitação no Senado do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004.

O que é razoável, Sr. Presidente, que V.Exa. faça, respeitando, evidentemente, as atribuições do Presidente Rodrigo Maia? Deferir a questão de ordem levantada pelo Líder Carlos Zarattini e abrir o diálogo, pelo menos enquanto nós esperamos a votação do PL que está no Senado Federal e que nós já votamos. Não há incompatibilidade nisso, Sr. Presidente; não há.

Portanto, para o bom andamento dos trabalhos e para o bom cumprimento das regras regimentais, nós estamos fazendo um apelo a V.Exa. Aqui não estamos em ringue de briga de galo; estamos discutindo vidas!

O PSDB sabe que Fernando Henrique Cardoso não permitiu que se votasse esse defunto velho, e agora V.Exas. vão se abraçar a esse defunto que há anos repousa nas gavetas da Câmara? Isso não pode!

Portanto, solicito a V.Exa. que considere isso tudo. Vamos abrir um

diálogo de alto nível, com todos os Líderes, vamos conversar com as centrais sindicais para ver se encontramos outro entendimento que não seja o de aprovar o projeto de qualquer jeito, porque estamos mexendo com coisa séria.

Para terminar, lembro que dizem aqui que há 15 milhões de trabalhadores terceirizados que precisam ser regulamentados. É claro que precisam ser regulamentados, mas não desse jeito, levando todos eles para a atividade-fim!

Sr. Presidente, esse é o melhor encaminhamento que V.Exa. poder dar à questão. Rogo a V.Exa. que dê comando à questão de ordem levantada pela Liderança do PT.

---

Documento 242/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Contradita à questão de ordem do Deputado Bohn Gass.

---

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vou contraditar, sim, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero deixar claro que essa matéria é vencida. A questão de ordem apresentada é absolutamente vencida. Ela havia sido apresentada, nos mesmos termos, poucos minutos antes, e foi indeferida, não foi acolhida pelo Presidente, que deu as justificativas plausíveis.

O mérito do que nós estamos debatendo salta aos olhos, é algo que só o PT não quer enxergar. O PT gerou milhões de desempregados no Brasil, o PT colocou o País no caos absoluto e praticamente quebrou este País, e agora faz de tudo para que nós não saíamos desta situação terrível em que nos encontramos.

Hoje é fato que existem mais de 12 milhões, provavelmente mais de 14

milhões de trabalhadores terceirizados no Brasil. Eles precisam de segurança jurídica, isto é, os trabalhadores precisam de garantias e os empregadores de segurança.

O Brasil é o país com maior número de ações trabalhistas do planeta, e isso não beneficia em nada o trabalhador, isso é na verdade um pesadelo que gera desemprego: são milhões e milhões de desempregados.

Ora, se não fizermos aqui uma reforma trabalhista séria, se nós não votarmos esse projeto que regulariza de vez a questão da terceirização - projeto que, aliás, foi votado e aprovado aqui... Tentar obstruir, tentar ressuscitar Lula, que hoje tem é que responder pelos crimes que cometeu, trazer agora com essa cantilena para impedir que o País recupere o desenvolvimento e volte a gerar empregos é mostrar falta de qualquer compromisso com o Brasil.

Mas é esse o estilo do PT. Como eu já dizia, o PT sabe mesmo é fazer oposição: foi um desastre no Governo e agora, como oposição, tentam impedir o País de funcionar. Nós não vamos aceitar isso.

Venham todos para o plenário e vamos votar!

---

Documento 243/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	NELSON PELLEGRINO-PT -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à apreciação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer ao Deputado que se pronunciou anteriormente que S.Exa. deveria pedir demissão da Comissão da Reforma Trabalhista, porque é seu Presidente. Essa matéria atropela totalmente o que está sendo discutido naquela Comissão. É uma minirreforma ou até uma macrorreforma, maior ainda

do que a da Comissão que S.Exa. está presidindo.

Segundo, Sr. Presidente, não é verdade que não existem normas para regular o trabalho terceirizado e o trabalho temporário no Brasil. Existe jurisprudência e há decisões dos Tribunais Superiores e dos tribunais regionais que regulamentam essa realidade. Os Projetos de Lei nºs 4.302, de 1998, e 4.330, de 2004, vão de encontro a toda a prática do dia a dia da Justiça do Trabalho, das decisões por ela tomada.

Então, ninguém é contra a que se regulamente a terceirização e que se aprimore a legislação, mas não indo de encontro a tudo o que foi construído até agora no Brasil.

Essa proposta, como já foi dito aqui, não se propõe a resolver o problema dos 12 milhões de trabalhadores que estão no mercado terceirizado temporário de trabalho, mas fazer com que os 40 milhões de empregados que estão protegidos por lei fiquem desprotegidos por esse sistema que se quer criar.

Portanto, é de muita prudência que esta Casa não vote esse projeto hoje e espere aquele que virá da Comissão da Reforma Trabalhista. Matéria sobre o assunto já foi votada e está no Senado. Não entendo o porquê desse açodamento de entregar o serviço ao mercado.

Agora, quem quebrou o Brasil foi o golpe, permitam-me dizer isso.

---

Documento 244/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PEPE VARGAS-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solicitação à Presidência da Câmara dos Deputados de posicionamento a respeito da questão de ordem relacionada a tramitação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -**  
Sr. Presidente, em primeiro lugar, ressalto que aqui foi apresentada



uma questão de ordem distinta das anteriores. Então, a Mesa tem que decidir. V.Exa. pode até não decidir de pronto, para buscar o melhor entendimento. A questão de ordem diz claramente que uma emenda substitutiva, mesmo que seja global, é matéria acessória à principal. Portanto, não é matéria superior e não é outra matéria. Foi solicitada a retirada, por parte do Poder Executivo à época, dessa matéria e ela não foi retirada. Quero solicitar a V.Exa., que tem conduzido com serenidade os trabalhos, que, de acordo com o Regimento Interno, avalie isso.

Em segundo lugar, já há uma lei que trata de prestação de serviços a terceiros no País. Mas o que o Governo quer fazer é mudar essa lei, permitindo inclusive a terceirização das atividades finalísticas de uma empresa, com o objetivo de baixar salários, precarizar a condição dos trabalhadores. Mas nós, que estamos participando de discussões na Comissão Especial da Reforma da Previdência, sabemos que essa medida vai inclusive diminuir a arrecadação previdenciária.

De mais a mais, nessa proposta está embutida uma anistia a todos aqueles prestadores de serviços a terceiros que não cumpriram a lei, não recolheram tributos, não recolheram impostos. Eles serão anistiados. É isso o que se quer votar aqui, o que não podemos permitir.

---

Documento 245/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	JOÃO DANIEL-PT -SE PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fazemos um apelo para a retirada de pauta desse projeto. Esse projeto não foi aprovado no Governo Fernando Henrique Cardoso, sendo engavetado, na época, por pressão do movimento sindical e da classe trabalhadora.

Há um pedido do Presidente Lula para que esse projeto não vá para a votação. Esse projeto, se aprovado, ameaça os 40 milhões de brasileiros e brasileiras que têm hoje os seus direitos trabalhistas respeitados. Esse projeto não vai gerar um emprego a mais. Esse projeto só precariza a condição dos trabalhadores que estão empregados com carteira assinada.

Esse é um apelo da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, da Central Única dos Trabalhadores e da União Geral dos Trabalhadores do nosso Estado de Sergipe, que neste momento acompanham esta votação e consideram que o projeto destrói aquilo que foi conquistado pelo povo brasileiro.

Esse projeto não gera emprego, enfraquece o movimento sindical e retira direitos já conquistados pela classe trabalhadora. Por isso, peço a retirada de pauta, Sr. Presidente!

---

Documento 246/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ASSIS MELO-PCDOB -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, nobres Deputados, aos que dizem que não há regulamentação sobre terceirização, é importante esclarecer que foi votado aqui, em abril de 2015, o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004.

O projeto que está em discussão sai das entranhas, do ninho do PSDB, para prejudicar os trabalhadores e o Estado. Esse projeto, na verdade, é um atentado contra os trabalhadores.

E nós queremos, sim, saber qual é o Deputado que vai colocar as digitais contra os direitos dos trabalhadores. Porque eles querem, sim, liberar a empresa da maleta, porque grande parte das empresas



terceirizadas vive com uma maleta só, contrata os trabalhadores e vão embora.

E aí, como fica? Na realidade, acaba a responsabilidade social da empresa contratante. Há um projeto no Senado, de teor similar, que foi votado por esta Casa. Por que o Senado não quer apreciá-lo? Por que quer impor aos Deputados que se comprometam com esse Governo, que não tem legitimidade?

Por isso, vamos votar "não", porque essa é uma traição à Nação e aos trabalhadores.

---

Documento 247/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALCEU MOREIRA-PMDB -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ALCEU MOREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero deixar um abraço ao meu querido colega, o Deputado Federal Giovani Feltes, agora Secretário da Fazenda do Estado, que está nos acompanhando no plenário.

Segundo, nós temos uma legislação trabalhista que, se fosse por essa questão magnífica que esses gênios do PT falavam há pouco, nós não teríamos 2 milhões de desempregados.

Vocês devem fazer esse discurso bonito para um pai que levantou hoje de manhã e não tinha um pedaço de pão para dar para o filho comer porque não tinha emprego. Perguntem para esse que vocês desempregaram com a falência do País e pela má gestão se ele quer ou não um emprego terceirizado. Ele quer um pão para comer!

A economia moderna exige cada dia mais especialização. A

especialidade, a otimização, a capacidade de concretizar e a relação capital-trabalho não são as mesmas da década de 40 - certamente não. A terceirização está longe de precarizar qualquer coisa; na verdade, é uma afirmação da relação capital-trabalho e da abertura de novas oportunidades em vários campos. Ela é a otimização qualificada do processo.

O discurso bonito deste País lindo que vocês fizeram deixou 12 milhões de desempregados, e os parasitas da CUT estão aí aplaudindo, só que nunca se fala dos que não têm emprego e dos que estão com os filhos passando fome.

---

Documento 248/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LEO DE BRITO-PT -AC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é fundamental que o Regimento seja cumprido nesta situação. Nós fizemos um apelo, no início, para que a mensagem presidencial do ex-Presidente Lula seja apreciada por este Plenário, e estamos reforçando esse pedido.

Foi dito anteriormente pelos colegas que o art. 118 considera que emenda é proposição apresentada como acessória de outra. Portanto, a emenda substitutiva do Senado não retira a autoria do Poder Executivo do projeto.

E reforço ainda mais o que diz o art. 102, § 2º, do Regimento Interno:

*Art. 102. ....*

*§ 2º As atribuições ou prerrogativas regimentais conferidas ao Autor serão exercidas em plenário (...).*

Então, nós não podemos retirar essas prerrogativas do Poder Executivo. Temos que fazer essa apreciação, sim, sob pena de estarmos passando por cima do Regimento.

Por isso é que o Presidente Lula, naquele momento - e aí eu dialogo com os Deputados -, não precisou retirar nenhum direito do trabalhador para criar 22 milhões de empregos neste País, não precisou aprovar o projeto, que até hoje não foi apreciado. Foi pedida, na ocasião, a retirada do Projeto de Lei nº 4.302, extinguindo direito dos trabalhadores, a fim de gerar muitos empregos, aumentar a massa salarial de trabalhadores, fazer uma política de fortalecimento e de ganho real do salário mínimo.

---

Documento 249/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	MAURO PEREIRA-PMDB -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Presença no plenário do Sr. Giovani Feltes, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Defesa de aprovação de projeto de lei sobre terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, antes, eu quero dizer que nós estamos recebendo no plenário o Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, Giovani Feltes, que também está preocupado com a questão financeira do nosso Estado e com um projeto fiscal que a Casa vai votar na semana que vem.

Sr. Presidente, nós vamos aprovar o projeto de lei neste plenário, porque os Deputados querem mais emprego e dignidade para o povo brasileiro, que eles representam. A principal condição na vida de uma pessoa é a dignidade. E emprego representa dignidade. É para isso que nós estamos aqui.

A votação de um projeto desses é mais uma opção de geração de emprego. Isso não significa que o empresário não vai poder continuar

contratando da forma como já vem fazendo, mas, sim, que ele terá mais uma opção.

Nós já fizemos essa experiência, Sr. Presidente, há 2 meses. Os salões de beleza, manicures e pedicures já estão trabalhando no regime de terceirização. E isso está dando muito certo, é o que está acontecendo. Então, é para isso que nós estamos aqui.

Eu gostaria de pedir aos meus colegas, Sras. e Srs. Deputados do PMDB e Deputados dos demais partidos da base, que venham ao plenário para votar a matéria, porque nós estamos fazendo uma votação para o bem do nosso País, para o bem das pessoas, para a geração de empregos, para a volta de 13 milhões de desempregados ao mercado de trabalho.

Essa é mais uma opção para os empreendedores e para aquela pessoa que está desempregada, para que ela possa dizer: *"Eu vou trabalhar amanhã, semana que vem. Eu vou trazer comida para dentro de casa"*.

É para isso que nós estamos aqui. É para isso que nós devemos aprovar esse projeto.

---

Documento 250/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é uma vergonha que este projeto tenha sido retirado da última gaveta da Câmara dos Deputados e trazido ao plenário para prejudicar os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras.

De que trata essa terceirização? Todos nós conhecemos pessoas que trabalharam em empresas terceirizadas que, ao final, fecharam as portas e deixaram esses trabalhadores sem receber as verbas rescisórias e os direitos assegurados.

As mulheres, sobretudo, pagarão um preço muito alto se esta matéria for aprovada, porque a terceirização, a precarização do trabalho fará com que elas não tenham os direitos trabalhistas assegurados.

Este projeto traz também em seu bojo a chamada pejetização, a transformação do cidadão, o trabalhador e a trabalhadora, em pessoa jurídica. Dessa forma, ele não terá mais férias, décimo terceiro, garantias diante de uma doença ocupacional, garantias diante de trabalho insalubre ou perigoso que ele realizar. Trata-se, portanto, de retirada de direitos que atinge todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras brasileiras.

E por que os meus adversários favoráveis à matéria, neste plenário, dizem que as empresas maiores estão felizes? Porque elas querem deixar de pagar direitos trabalhistas, rasgando a Constituição Federal e a CLT. Isso é impossível!

Nós resistiremos e não permitiremos esta votação!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.

---

Documento 251/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	WALDENOR PEREIRA-PT -BA PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. WALDENOR PEREIRA** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prezados colegas Parlamentares, o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, representa uma afronta aos interesses dos

trabalhadores brasileiros. É um projeto muito pior do que o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, e mais ainda do que o próprio projeto de lei que trata da reforma trabalhista.

Trata-se de projeto que representa um tiro no coração dos trabalhadores brasileiros e rasga a Consolidação das Leis do Trabalho. Ele traz no seu bojo as principais matérias objeto de debate na Comissão Especial da Reforma Trabalhista, como, por exemplo, a prevalência do acordado sobre o legislado, a contratação de trabalhadores temporários e extraordinários e a inclusão do setor público no processo de terceirização.

Por isso, nós queremos nos posicionar contra esse projeto que extemporaneamente aparece incluído na pauta da Câmara dos Deputados, inclusive, de certa forma, revelando a pouca atenção da Presidência da Casa com a própria Comissão Especial criada para tratar exatamente dessa matéria.

Nós estamos achando esse comportamento muito estranho e, efetivamente, no dia de hoje, vamos obstruir a pauta para impedir que esse projeto, que prevê inclusive quarteirização para contratação de mão de obra, seja apreciado e votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

---

Documento 252/339

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos que refletir cada vez mais sobre algumas questões na política.

Vejam bem todas as pessoas que estão nos assistindo e nos ouvindo neste exato momento: quando a maioria dos Deputados falar que é

algo bom para o povo, podem ter certeza de que não é, porque a maioria aqui vem legislar a favor do patrão, dos ricos deste Brasil, contra a classe trabalhadora.

Eles vêm dizer que a terceirização é um sistema moderno? Isso é enganação! Por que não dizem a verdade, que a terceirização é para aumentar, cada vez mais, o lucro do patrão no Brasil? Os patrões não têm dó do trabalhador. Imaginem se a maioria dos Deputados vai legislar a favor de trabalhador! Não vai!

Nós só temos uma saída, que é a luta nas ruas, com o povo fazendo pressão. Querem ver uma situação, um exemplo concreto? O agronegócio. Diziam que era algo moderno, bom, que construiu o Brasil, e agora escutas da Polícia Federal revelam que até papelão dentro da carne tem! Que coisa boa é essa para o povo?

Então, quero afirmar que a terceirização nada mais é do que a precarização do trabalho, com menor salário, e significa, de uma vez por todas, voltar ao passado, colocar as pessoas em uma relação de submissão do empregado não à legislação, mas às regras do patrão, que tem o poder, porque dispõe do emprego e do dinheiro para oferecer.

Quero concluir dizendo que a maioria dos Deputados aqui, quando diz ao povo brasileiro, aos trabalhadores, às organizações: *"Estou fazendo uma coisa boa para vocês..."*

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 253/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ASSIS CARVALHO-PT -PI ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---



**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito me chama a atenção quando determinados membros partidários, cujo partido está com a moral totalmente mergulhada na lama, vêm falar aqui do Presidente Lula.

É verdade que o Presidente Lula incomoda mesmo, porque é querido pelo povo brasileiro. O Presidente Lula incluiu no mercado de trabalho mais de 20 milhões de trabalhadores, quando Presidente, sem retirar direito deles. Agora, vir para cá e dizer que hoje a situação do desemprego é culpa do Governo do PT, digo que não é! A culpa é do golpe. São pessoas, inclusive, que chamam o trabalhador de vagabundo e vêm aqui dizer que querem proteger esses trabalhadores. São pessoas que sequer votaram no Presidente que está aí, porque não confiam nele.

Então, Sr. Presidente, nós somos contra esse projeto, porque precariza a vida dos homens e das mulheres deste País.

---

Documento 254/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ZÉ GERALDO-PT -PA PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no Brasil nós já temos um grande número de trabalhadores terceirizados. No setor elétrico, são mais de 50%. Prestem atenção, os terceirizados trabalham mais, ganham menos e se acidentam mais. Essa é a realidade.

Eu queria aproveitar este momento e dizer para todos os trabalhadores brasileiros que Michel Temer se aproveitou da crise da carne para aplicar um golpe nos servidores públicos estaduais e municipais no tocante à reforma da Previdência. S.Exa. anunciou ontem, de última hora, que a reforma ficará restrita aos servidores federais; portanto, a batata quente vai passar para os Governadores de Estado e para as

Assembleias Legislativas. Esse Governo já sabe que a reforma não será aprovada como está e faz uma tentativa de tirar uma categoria significativa deste País, os servidores dos Estados, para que os Governadores e as Assembleias Legislativas tratem da Previdência em outro debate. Na verdade, esse debate tem que ser tratado aqui, porque constitucionalmente a Previdência engloba as esferas federal, estadual e municipal.

Sr. Presidente, solicito a divulgação de minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 255/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	JORGE SOLLA-PT -BA PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Sr. Presidente.

Está ficando cada dia mais claro que esse Governo golpista é também o Governo da mentira. É uma mentira atrás da outra! A base do Governo também vem ao microfone dizer mais mentiras ainda.

Dizer que esse projeto é para regularizar o trabalho de quem é terceirizado hoje é mentira! Dizer que esse projeto é para criar mais postos de trabalho, mais emprego é mentira! Dizer que esse projeto é para dar garantias aos trabalhadores é mentira! Eles representam empresários que querem aumentar a margem de lucro.

Esse projeto, Deputado Zé Geraldo, serve para desregularizar de vez o trabalho e terceirizar tudo, de forma ampla, geral e irrestrita. A matéria acaba com qualquer controle sobre o processo de terceirização, com qualquer restrição, com qualquer processo de fiscalização. Esse projeto é para rasgar a CLT!

**O SR. ALIEL MACHADO** - Presidente, orientação pela Rede...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Rede já votou "sim".

**O SR. JORGE SOLLÁ** - Ele é igual ao projeto que está na Comissão Especial da Reforma Trabalhista. Como eles estão vendo que vão perder aquele debate, tiraram da gaveta um projeto de 1998, de Fernando Henrique, dos tucanos, que é quem mais sabe atentar contra os direitos dos trabalhadores.

Só que eles continuam mentindo. Antecipo logo aqui que é mentira o que Temer disse ontem em relação a poder excluir os trabalhadores dos Estados e Municípios do projeto do fim da previdência pública. A Constituição não permite que servidores federais, estaduais e municipais sejam tratados de forma diferente no que diz respeito às diretrizes gerais da previdência pública. Essa é mais uma mentira do Governo, que, além de ser golpista, mente para a população, mente para esta Casa, mente a todo momento.

---

Documento 256/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Frente Povo sem Medo, de cuja fundação participei e da qual me sinto parte ativa.

Parabenizo também os artistas brasileiros, em especial a minha querida conterrânea Dira Paes. Ela, Bete Mendes, Wagner Moura, Osmar Prado e tantos outros grandes artistas brasileiros emprestaram a fama e o talento para combater esse projeto esdrúxulo, essa perversidade de permitir terceirização e quarteirização até de

atividades-fim na economia brasileira.

Não é admissível que V.Exa., Sr. Presidente, como economista, não assuma uma posição contrária a esse projeto e ainda tente impedir que ele seja retirado de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peço a V.Exa. que encerre, Deputado.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - É hora de olharmos para o povo brasileiro.

Então, parabéns à Frente Povo sem Medo! No dia 30 de março, o povo brasileiro estará nas ruas para dizer não à reforma da Previdência, à reforma trabalhista e a esse projeto de terceirização, quarterização, ou seja, de precarização do trabalho. Esse projeto vai criar uma verdadeira insegurança jurídica para os trabalhadores e, claro, uma segurança jurídica para as grandes empresas, que vão poder aumentar os seus polpudos lucros, para, quem sabe, seguir aqui a máxima de quem defende tão veementemente esse projeto, aqueles que dizem que não se pode garantir a aposentadoria porque aposentado é vagabundo remunerado.

Quando nós vemos os escândalos da carne pobre, começamos a entender por que querem escravizar o nosso povo.

---

Documento 257/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que escravizou o nosso povo foram os 12 anos de um descalabro fiscal, de uma ganância sem precedentes, o

que levou o Brasil, nos últimos 3 anos, à pior depressão da sua história desde 1900. Isso, sim, é querer escravizar o povo.

Os senhores deixaram uma inflação alta e um desemprego impressionante. Isso, sim, é não ter noção de que tudo custa. Houve uma irresponsabilidade sem precedentes.

O País fará, sim, as reformas - e as fará hoje. Daremos aos trabalhadores e aos empresários a votação da terceirização.

Nós vamos acabar, sim, com a precarização, que explora o trabalhador, que dá uma insegurança extrema ao empresário. Vamos fazer o que os senhores, em 13 anos, não tiveram coragem.

Agora, vamos confirmar o relatório do Deputado Laercio Oliveira.

Vamos dar segurança ao trabalhador terceirizado. Vamos criar um fundo, arma fundamental para enfrentar o desemprego. A votação desse projeto está atrasada 20 anos, como está a reforma trabalhista e a reforma previdenciária.

O Brasil está se levantando. Nasce um novo Brasil. Esta Casa hoje vai dar aos trabalhadores e aos empresários uma arma para combater o desemprego e estimular a economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 258/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ROGÉRIO MARINHO-PSDB -RN ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu volto ao microfone, até porque nós

estamos disputando a palavra com os Deputados de Oposição. E o debate é necessário.

É importante dizer à população que nos acompanha neste momento e aos nobres pares que nós estamos falando de uma situação de catástrofe, muito bem delineada pelo Deputado Darcísio Perondi.

São 13 milhões de desempregados - não é por acaso o número 13 - e 10 milhões de subempregados, de acordo com o IBGE. No total, são 23 milhões de pessoas. E mais de 20 milhões de brasileiros, por desalento, sequer procuram emprego ou estudam. Nós estamos falando de mais de 43 milhões de brasileiros e brasileiras que precisam se incorporar ao mercado de trabalho.

Nós estamos fazendo a nossa parte, Sr. Presidente. Mas é importante que hoje comecemos a nossa reforma do trabalho, retirando esse entulho da legislação, esse óbice que impede que o Brasil tenha competitividade.

É importante também lembrar aos Srs. Deputados da Oposição que, a exemplo da China e dos países asiáticos e do Leste Europeu, nós estamos hoje com um competidor às nossas portas, que é o Paraguai. Por isso, precisamos de ambiente propício, com respeito ao direito dos trabalhadores.

Quem fala em precarização e perda de direitos está desinformando a população, porque esses direitos estão contidos na Constituição brasileira, no art. 7º, e uma lei ordinária não pode alcançá-los nem subtraí-los. O que nós estamos fazendo é modernizar uma legislação e colocá-la no mesmo nível de todos os países que dão certo no mundo. Essa distinção entre atividade-meio e atividade-fim é um anacronismo que atrapalha o Brasil e impede o nosso desenvolvimento.

---

Documento 259/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	CELSO MALDANER-PMDB -SC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o

trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, nós também queremos endossar as palavras do Relator da Reforma Trabalhista, o Deputado Rogério Marinho, nosso colega.

Nós temos que quebrar esse paradigma. Como foi bem apontado, hoje temos não só 38,7 milhões de trabalhadores registrados, mas também mais 43 milhões de trabalhadores que precisam de uma oportunidade. Nós precisamos de uma legislação que motive, que incentive o empreendedor, desde o microempresário, a gerar empregos neste País.

Está na hora de modernizarmos, e a terceirização é um caminho que vem facilitar a vida do povo brasileiro. Pedimos à Oposição que se conscientize e pense não só naqueles que estão registrados, mas também nos desempregados, situação que estamos vivenciando em nosso País.

Por isso, é muito importante aprovarmos a terceirização.

---

Documento 260/339

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estão faltando com a verdade neste plenário. Dizer que a terceirização irá resolver o problema do desemprego neste País é não olhar para a crise que estamos enfrentando. Deveríamos estar dando estabilidade para o



trabalhador, e estamos tirando do trabalhador os seus direitos.

Não é verdade que o art. 7º da Constituição brasileira dá direito a estabelecer terceirização. Até dá, mas é terceirização para atender situação de crise ou quando for voltada pura e simplesmente para oferecer melhorias. A terceirização para dar segurança ao empregador e deixar vulnerável o trabalhador não pode acontecer.

Nós estamos precarizando o trabalho, precarizando mão de obra, que vai ficar cada vez mais barata. O trabalhador qualificado terá que vender a sua mão de obra e, para se manter, vai ficar submetido à vontade do empregador, que terá toda a segurança jurídica, com esse projeto, para fazer o que bem quiser com o trabalhador e com a trabalhadora.

Por isso, devemos dizer não a este projeto, devemos dizer não à terceirização, porque ela é maléfica, não vai beneficiar nem trabalhadores nem trabalhadoras neste País. Pelo contrário, ela vai desempregar muito mais trabalhadores, principalmente os mais qualificados, que já estão ficando desempregados.

---

Documento 261/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante que o Brasil acompanhe este debate, porque é absolutamente mentirosa a informação de que este projeto gerará empregos.

Este projeto propõe estabelecer a terceirização de forma ampla, geral e irrestrita para o serviço público e para a área privada, permitindo que um banco funcione sem nenhum bancário, que uma escola funcione

sem nenhum professor.

Este projeto propõe ampliar a possibilidade de contratação de mão de obra temporária por 9 meses. Hoje, a legislação fala em 3 meses. Isso garantirá que os patrões possam contratar a maioria de sua mão de obra sem pagar, no final do contrato, aviso prévio e multa do FGTS. Como isso vai gerar emprego? Quem é que vai pagar a conta? Ficam dizendo que isso é modernização. Que modernização?

Este projeto foi apresentado em 1998. Diziam que havia muito desemprego no Brasil em 1998 e que deveria o projeto garantir essa modernização. Em 2003, ele não foi aprovado. A partir de 2003, quando nós encontramos o País com 12 milhões de desempregados, o desemprego foi diminuindo, porque as políticas econômicas, a dinamização da economia ofereceram mais vagas, mais oportunidades ao trabalhador. Não mudou a legislação, e o desemprego diminuiu.

Esse Governo que está aí, com as trapalhadas que faz, é que leva o desemprego a 13 milhões. Portanto, não é esse o caminho da...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 262/339

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	PAUDERNEY AVELINO-DEM -AM ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, é lamentável a desonestidade política com que o PT e os seus aliados tratam o nosso País. Até o ano passado, a então Presidente, que foi cassada, e seu partido defendiam reforma previdenciária e reforma trabalhista, inclusive com terceirização. Agora, porque ela foi cassada, deposta, e o partido saiu do Governo, estão aí falando mal tanto da reforma previdenciária quanto da reforma

trabalhista.

Nós precisamos dar ao povo brasileiro a oportunidade de ter postos de trabalho, precisamos tirar da situação de desemprego 13 milhões de pais e mães de família. E chegaram a essa situação por causa da política que o PT colocou em prática ao longo desses 13 anos. É lamentável.

Vamos votar pelo Brasil.

---

Documento 263/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ALIEL MACHADO-REDE -PR ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede faz o encaminhamento pelo voto "sim" porque aqui não há tese, aqui há dados oficiais.

Em 2014, levantamento feito pelo DIEESE demonstrou que os trabalhadores terceirizados ganham menos e trabalham mais. Votar a terceirização é votar a precarização do trabalho.

Esse é um discurso que interessa a quem? Interessa àqueles que querem proteger o empresário, em detrimento do trabalhador.

Terceirização significa, numa simples explicação, estabelecer mais um intermediário, e o trabalhador é explorado, não recebe de maneira adequada pelo trabalho que realizou. A terceirização é a precarização.

Não é retirando direitos, com a reforma previdenciária, com a reforma trabalhista, com a terceirização, com a mudança no ensino médio, que vamos conseguir melhorar este País. É preciso que haja responsabilidade, prudência. É preciso que se acabe com a corrupção.

A Rede vota...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 264/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	NILSON LEITÃO-PSDB -MT ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que esses discursos ideológicos apontassem neste projeto pelo menos um item que atrapalhe a vida do trabalhador. Apenas um item! Eu quero que apontem.

A alta quantidade de desempregados no Brasil é resultado de uma soma de fatores. Primeiro, a incompetência e a inoperância do Governo que saiu.

Segundo, a informalidade no setor rural, porque é um trabalho sazonal. A terceirização vai regularizar a situação de quase 12 milhões de trabalhadores, que poderão recolher à Previdência, o que hoje não fazem porque trabalham informalmente.

Terceiro, um exemplo. No caso da construção civil hoje, ninguém constrói um prédio apenas com o trabalhador, com o operário. São todos terceirizados, cada um tem sua função, quem vai assentar as janelas, quem vai fazer o piso, quem vai levantar as paredes, quem vai instalar os elevadores.

Então há uma grande diferença...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 265/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	VALDIR COLATTO-PMDB -SC ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou favorável à terceirização. Falo aqui em nome da agricultura brasileira, que precisa da terceirização. Nas colheitas sazonais, precisa-se do trabalhador por 1 semana, por 20 dias, por 30 dias. Não há como fazer contratos assim, nem os trabalhadores querem assinar a carteira para ficarem pendentes nesse trabalho.

Também precisamos de gente especializada para operar máquinas de alto valor, de alta tecnologia. Sem a terceirização, nós não conseguimos fazer isso.

Queremos empresas especializadas, com mão de obra especializada para ser contratada nos períodos em que precisamos dela, na colheita, no plantio, naquela atividade diferenciada da agricultura.

Por isso, peço a todos os companheiros que estão aqui que votemos esta matéria sobre a terceirização, porque realmente a agricultura precisa dessa lei imediatamente.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 266/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	ARNALDO JORDY-PPS -PA	

### *Sumário*

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma ponderação para podermos tentar racionalizar um pouco mais este debate.

Em 2015, esta Casa aprovou um projeto que admitiu terceirizar uma série de atividades, inclusive atividades-meio. Essa matéria está no Senado Federal.

Está sendo discutida aqui a reforma da legislação trabalhista, num debate polêmico, controverso, como é da natureza da matéria, e aí se busca um projeto de 2002, absolutamente atípico em relação a tudo aquilo que está sendo e foi recentemente encaminhado por esta Casa e que repousa no Senado.

Nós achamos que esta matéria deveria ser melhor tratada. Não podemos aceitar de pronto, por exemplo, a responsabilidade subsidiária, no caso do contratante, em relação à solidária. Isso precariza principalmente aquilo que as estatísticas do Ministério do Trabalho estão apontando.

Portanto, no mérito, a bancada do PPS é contra esta matéria.

Documento 267/339

041.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -  
CD

22/03/2017-  
13:12

Publ.: DCD - 23/03/2017 -

JONES MARTINS-PMDB -RS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. JONES MARTINS** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu faço parte da Comissão da Reforma Trabalhista. Este projeto da terceirização vem complementar a reforma que estamos fazendo, que estamos debatendo na Comissão.

Uma coisa que há de ser dita, Sr. Presidente, é que, se o projeto do PT tivesse dado certo, talvez não precisaríamos estar discutindo isso. Se o projeto liderado pelo PT durante 13 anos tivesse dado certo, se a economia estivesse funcionando plenamente, nós não precisaríamos estar discutindo alternativas para minimizar - não é solucionar, é minimizar - o problema relativo aos 13 milhões de desempregados.

A impressão que se tem é que, para o PT, quanto mais desempregados, melhor. Quando a economia estiver pior, melhor. O cenário de desemprego e de economia fragilizada, para o PT, é o do quanto pior, melhor.

Isso se explica: o PT consegue, com isso, tutelar os seus trabalhadores. E a CUT, que é um braço do PT, acaba se fortalecendo.

---

Documento 268/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	CAETANO-PT -BA PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos dar aqui um exemplo concreto. O Relator desta matéria, o Deputado Laercio, é dono de uma empresa que terceiriza mão de obra. O que ele faz? Ele pega a empresa dele, faz um contrato com outra empresa grande e terceiriza a mão de obra, ganha com a força de trabalho do trabalhador, aluga o trabalhador para a empresa. É por isso que eles querem que isto passe aqui.



O que isso tem de moderno? Quem é que ganha com isso? Quem ganha com isso são os donos das empresas terceirizadas! Isso não vai gerar nenhum emprego! A empresa pega um trabalhador diretamente de outra empresa, demite-o, contrata um com menos experiência, com menos garantias e, conseqüentemente, pega esse recurso, que vai para a empresa que contratou. É assim que se terceiriza mão de obra, é assim que se quarteiriza mão de obra neste País. Não há nenhuma modernidade nisso!

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 269/339

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PAULÃO-PT -AL PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. PAULÃO** (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma reflexão com V.Exa. Não fique com esta marca, a de votar a terceirização. Ela é fruto de um projeto de Fernando Henrique Cardoso. Quando Lula assumiu, engavetou esse projeto. Esta Casa começou a discuti-lo, e naquele momento discutíamos as atividades-meio.

Este projeto é muito mais agressivo, porque trata também das atividades-fim e desregulamenta toda a relação entre capital e trabalho.

Eu não tenho dúvida de que nisto há um dedo de Michel Temer, porque, se ocorrer hoje a votação da terceirização, nem será mais preciso fazer a reforma trabalhista.

O que está em jogo aqui é a relação entre capital e trabalho. Vamos regredir, e com um detalhe: ninguém está discutindo o trabalho análogo à escravidão, porque a bancada do agronegócio não quer discutir. Hoje

se perdoam todas as dívidas. Isso é muito grave para a democracia.

---

Documento 270/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017- 13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	EDMAR ARRUDA-PSD -PR ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contestação de argumentos de Deputados do PT contra a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, em pauta. Importância da matéria para a geração de empregos no Brasil.

---

**O SR. EDMAR ARRUDA (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, peço para refazer meu tempo por gentileza.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, essa conversa dos Deputados da Oposição, do PT, que não tiveram competência para administrar o País, de que haverá precarização da mão de obra é porque nunca sentaram do outro lado da mesa. Como a construção civil, por exemplo, que é o meu setor, vai contratar uma empresa para colocação de gesso, se ela não for terceirizada? Como vai contratar uma empresa para fazer a parte hidráulica, se ela não for terceirizada? Como fará a parte elétrica, se ela não for terceirizada? Então, nós precisamos acabar com essa conversa da Oposição raivosa e vamos aprovar esse projeto.

Vamos vencer esta obstrução e vamos aprovar este projeto, para gerar emprego no Brasil e facilitar a relação de trabalho entre empregador e empresas terceirizadas!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 271/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária -	22/03/2017-
------------	--------------------------------------	-------------

Publ.: DCD - 23/03/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

CD  
MARCUS PESTANA-PSDB -MG  
ORDEM DO DIA

13:12  
PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Necessidade de modernização das relações de trabalho no Brasil.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fico estupefato com a vanguarda do atraso. A CLT assegurou a proteção do trabalhador em 1943. O mundo mudou, e o objetivo central do Brasil é criação de empregos.

Além do ajuste macroeconômico, nós temos que modernizar o nosso marco tributário e a organização do mercado de trabalho.

Onde está a precarização? Nenhum direito do trabalhador está sendo cancelado ou sequestrado. Em nenhum país do mundo existe diferenciação entre a atividade-meio e a atividade-fim. O tempo mudou, as formas de organizar a produção de serviços e mercadorias alteraram-se. Hoje temos, no século XXI, uma produção flexível e dinâmica. O Brasil não pode mais se render a esse anacronismo ideológico e se render ao atraso...

*(Desligamento automático do microfone.)*

Documento 272/339

041.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/03/2017-  
CD 13:12

Publ.: DCD - 23/03/2017 - HILDO ROCHA-PMDB -MA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

### *Sumário*

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, em pauta.

**O SR. HILDO ROCHA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trago ao conhecimento da população que aqui

estamos tratando da legalização do trabalho terceirizado, que já ocorre em vários setores da sociedade brasileira, em vários setores da produção.

Nós estamos, no dia de hoje, discutindo e tentando impedir os obstáculos que estão sendo criados por aqueles que estão, na verdade, defendendo as centrais sindicais. Toda essa zoada aqui é para fortalecer as centrais sindicais, e não o trabalhador brasileiro.

Portanto, temos que evitar que esses obstáculos impeçam a votação desse projeto no dia de hoje.

Vamos para a frente! Vamos votar a terceirização ainda no dia de hoje!

---

Documento 273/339

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 -		BOHN GASS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### *Sumário*

Encaminhamento de votação do requerimento de quebra do interstício para a votação nominal do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

---

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, eu quero esclarecer para o Brasil e para os Deputados que há um equívoco muito grande da Situação, do Governo. Eles dizem que querem ajudar a regularizar os 12 milhões de terceirizados que existem.

Não é disso que trata o projeto! V.Exas. estão mentindo! O projeto não trata de criar mecanismos de defesa dos 12 milhões já terceirizados. O projeto é fazer com que os 34 milhões que estão contratados diretamente também vão para a precarização. Assumam que estão mentindo! Só mentindo é que conseguem tentar aprovar um projeto.

Em segundo lugar, as terceirizadas - é o DIEESE que diz isso - pagam

27,1%, ou seja, 30% a menos de salário. A ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho afirma que a cada 10 acidentes de trabalho 8 acontecem nas terceirizadas. É claro, pois a contratação é mais frágil. O empregador, ao contratar diretamente, coloca a estrutura de proteção, dá cursos, capacitação. Porém, a terceirizada não faz isso. A terceirizada diminui o salário; na terceirizada haverá mais mortes, haverá mais acidentes. É isso o que o Governo está fazendo.

Por que o Governo está mandando esse projeto? Porque os empresários pagaram o pato na época do golpe, e a conta está sendo cobrada agora. Querem o retorno. É disso que nós estamos falando.

Quanto à situação do Temer hoje dizem: *"Ah, mas o PT foi incompetente no Governo e quebrou o País."*

Mentira! No momento em que foi feito o golpe - e eu vou trazer esses números no próximo debate aqui -, não ganhando no voto popular, o Aécio Neves disse o seguinte para o Brasil inteiro: *"Nós vamos obstruir e inviabilizar esse Governo no Congresso Nacional."*

Aí juntou-se com o PMDB - o Cunha, as pautas-bomba -, e, a partir daquele momento, empresas demitem, eles querem tirar a aposentadoria dos trabalhadores e fazer a terceirização. Ou seja, a economia do País está quebrando. Então qual é o grande responsável pela quebra do País? O golpe que se constituiu no Brasil.

É contra isso que nós estamos lutando. Por isso nós queremos que haja, sim, votação, passo a passo. E nós continuaremos em obstrução.

---

Documento 274/339

---

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:12
Publ.: DCD - 23/03/2017 -	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encaminhamento de votação do requerimento de quebra do interstício para a votação nominal do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº

4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, de mentira quem entende é o Partido dos Trabalhadores, pelos 12 anos. Fizeram algo, nós respeitamos, mas desmontaram, principalmente nos últimos anos. Então os profissionais que entendem de mentira estão em outro lugar.

Segundo: eles querem a licença de proibir o interstício para continuar fazendo o que eles sempre fizeram. Nós queremos libertar os operários da escravidão dos sindicatos. Aliás, os sindicatos melhores até estão ajudando, mas há alguns que olham para trás pelo retrovisor.

Em terceiro lugar, o Brasil é o último País que mantém a selvageria, a precarização, e nós precisamos da terceirização. E está muito clara no projeto do Laercio a responsabilidade subsidiária e muito mais. Países da Europa e países da Ásia aumentaram a produtividade, porque usaram o instrumento da terceirização.

E repito: esta é a maior e principal arma neste momento para enfrentar a tragédia do desemprego que o PT e a Oposição entregaram para nós no ano passado.

Muito obrigado.

Documento 275/339

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-09:02
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		MAURO PEREIRA-PMDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### ***Sumário***

Manifestação de pesar pelo falecimento da ex-diretora do Museu Municipal e do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, do Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Maria Clary Frigeri Horn. Aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho na empresa

de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, eu gostaria de fazer aqui uma nota de pesar. Morreu na manhã de quinta-feira, dia 16, a ex-Diretora do Museu Municipal e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Maria Clary Frigeri Horn, aos 85 anos.

Maria era professora de História e teve participação intensa na área cultural. Ela deixou os filhos Fabiana, Athos Horn Filho, Fernanda e Alexandre, além do marido, Athos, e 11 netos. Maria Frigeri Horn era minha amiga, uma pessoa que lutou muito pelo turismo de minha cidade, Caxias do Sul. Era uma pessoa sempre alegre. Aonde chegava, levava alegria e esperança.

Eu tive o maior orgulho e privilégio de ser amigo dela, assim como ela era amiga também de milhares e milhares de pessoas na cidade de Caxias do Sul.

Então, que Deus a tenha, que ela esteja em bom lugar - com certeza está. A nossa vida é isso. Que a família e os netos se unam cada vez mais, porque era do que ela gostava.

Eu gostaria também de dizer que, na noite de ontem, nós aprovamos a terceirização. É importante deixar bem claro que o que nós aprovamos aqui foi uma lei para modernizar o nosso País, para fazer com que as empresas que já estão trabalhando na área terceirizada, os servidores dessas empresas e as empresas que contratam a mão de obra terceirizada tenham segurança jurídica. Esse é o objetivo.

Nós precisamos gerar emprego. São 13 milhões os desempregados que o PT da Dilma e do Lula deixou. Nós temos que fazer com que o Brasil volte a crescer. Com os nossos concorrentes, como o Paraguai, levando indústrias e empresas para lá, agora temos uma maneira de mostrar para os empreendedores que não precisam sair do Brasil, que nós temos mão de obra boa e que pode ser contratada.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.



---

Documento 276/339

---

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-09:10
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		CHICO LOPES-PCDOB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Pesar pela aprovação de proposta sobre terceirização de mão de obra.

---

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem eu saí daqui arrasado, e acredito que uma boa parte dos Deputados também. Não é que eu seja contra a terceirização, só que eu aprendi como auditor que terceirizados são aquelas pessoas que prestam serviços que não exigem nenhum conhecimento técnico ou científico, mas que têm dignidade na sua labuta.

Ontem nós avançamos exageradamente: trabalhadores nas áreas meio e fim poderão ser terceirizados. Assim, uma pessoa que se formar em nível médio ou superior não mais terá condições de ter um emprego com dignidade e um salário que lhe confira respeitabilidade, porque vai ser terceirizada.

Eu posso trabalhar como técnico em enfermagem num hospital e não ser funcionário público. Se sou funcionário da empresa terceirizada do meu querido amigo Manato, que me empregou, quando ele não me quiser mais, eu passo na empresa, recebo as minhas contas e vou embora.

O sonho de todos nós é ser servidor público. É por isso que nós estudamos, fazemos faculdade e prestamos concurso.

Deputado Manato, nossa amizade é muito forte, mas acredito que daqui a 5 anos nós teremos como resultado pessoas sem estabilidade e sem estímulo.

Nossos filhos estão entrando nas faculdades com 16 ou 17 anos. Que prazer terão de se formar, se não terão mercado de trabalho? *"Meu filho vai ser terceirizado do Sr. Manuel, que é amigo do Deputado Federal ou do Prefeito que criou uma empresa terceirizada."*

Acho que nós cometemos um erro. Respeito a maioria, que ganhou, mas eu estou extremamente chateado...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Depois V.Exa. fala mais. Já falou por 2 minutos. Vou esperar V.Exa. depois, está bem?

---

Documento 277/339

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-09:14
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		JOÃO DANIEL-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Repúdio à aprovação de proposta relativa à terceirização de mão de obra.

---

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa este discurso que faço sobre o projeto que foi aprovado ontem - não conseguiram aprová-lo no Governo do Fernando Henrique Cardoso, quando fizeram um desmonte do Estado brasileiro e também as privatizações.

O Presidente Lula havia oficializado um pedido para que esse Projeto de Lei nº 4.302, de 1998 não tramitasse, porque ele não o sancionaria.

Aprovado ontem à noite aqui, esse projeto - que não mais irá ao

Senado - retira o sonho de milhões de brasileiros, especialmente da juventude que estuda, que luta e que sonha em ter um emprego digno, em fazer um concurso, em ser um homem, uma mulher com estabilidade.

Nós queremos manifestar o nosso repúdio. Lamentamos profundamente o voto dado aqui ontem. Alguns votaram ingenuamente, talvez enganados por essa história de que a aprovação do projeto vai gerar mais empregos.

Isso é mentira! O que vai acontecer é a precarização do trabalho; o que vai acontecer é a retirada de direitos que haviam sido conquistados ao longo do tempo. O que foi feito aqui ontem foi dar ao patrão o direito de explorar mais, de ganhar mais, de enfraquecer o sindicato, de ver o trabalhador fraco, dependendo das chamadas empresas terceirizadas.

Portanto, nós lamentamos. Temos certeza de que a classe trabalhadora ontem levou um golpe neste Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 278/339

---

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-10:18
Publ.: DCD - 24/03/2017 -	JOSÉ AIRTON CIRILO-PT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, eu queria primeiramente lamentar que esta Casa, sem um debate profundo, tenha aprovado ontem o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que trata da terceirização.

Eu entendo que essa matéria exigia uma discussão mais aprofundada para que nós pudéssemos aprovar um texto em que não trouxesse tanto prejuízo para os trabalhadores e para as trabalhadoras.

Entendo que essa matéria, pela importância que tem, por atingir tanto o setor público quanto o setor privado, por não permitir nem proibir a terceirização da atividade-fim, traz um risco muito grande para o Estado brasileiro corre.

Precisamos estar muito atentos, porque nesse processo de terceirização pode acontecer o que nós chamamos de quarteirização, que é a sublocação de uma empresa contratada.

Da forma como esse projeto foi aprovado, também pessoas físicas podem terceirizar atividades, e, com isso, haverá uma precarização muito grande das relações de trabalho.

Eu acho que isso é lamentável. Nós vamos continuar lutando para que essa matéria seja aperfeiçoada.

Aqueles que sonham em exercer uma função em carreira de Estado estão hoje muito atentos, para que não venham a ser prejudicados com a não realização de novos concursos para as funções que almejam.

---

Documento 279/339

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-10:36
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		REGINALDO LOPES-PT -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

**Sumário**

Protesto contra a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Intenção de desarticulação de mobilizações sociais de servidores públicos estaduais e municipais no anúncio de retirada das categorias do escopo da reforma da Previdência.

---

**O SR. REGINALDO LOPES** (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero apenas manifestar a minha indignação em relação à votação de ontem. Eu acho que esta Casa cometeu um grave erro. Já se havia já havia construído uma alternativa ao PL 4.302, através do PL 4.330. Apesar de eu ser contrário ao PL 4.330, esse projeto que foi votado ontem é muito agressivo, porque ele rasga toda a CLT e compromete o pacto civilizatório da nossa Constituição de 88, precariza as relações de trabalho e enfraquece a organização sindical. É um absurdo o que aconteceu na noite de ontem. Eu acho que a sociedade tem que ir às ruas se manifestar e pedir o veto a esse projeto prejudicial ao mundo do trabalho.

Por último, é necessário dialogar com os movimentos sociais dos servidores públicos estaduais e também municipais para que eles não acreditem nessa mentira de terem sido retirados da reforma da Previdência. Querem colocar essa pressão sobre os Governadores, mas, na verdade, querem desarticular a luta dos trabalhadores no Brasil, criando essa armadilha contra a resistência ao desmonte da Previdência pública. Querem destruir a Previdência pública e querem perseguir os pobres, não garantindo a eles o direito humano e sagrado à Previdência pública.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-10:38
Publ.: DCD - 24/03/2017 -	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Preocupação com a possível aprovação, pelo Congresso Nacional, de matérias sobre a limitação dos gastos públicos e a terceirização de contratos de trabalho. Contrariedade à prorrogação de prazo de funcionamento da CPI da FUNAI e INCRA. Paralisação da reforma agrária no Brasil no Governo Michel Temer.

---

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tudo o que é ruim na política nós achamos que não pode ficar pior. Em se tratando do Congresso Nacional, ou seja, da Câmara dos Deputados, isso pode acontecer.

Na aprovação da PEC que congelou os gastos públicos, nós dizíamos que ia ser difícil até haver concurso público no Brasil. Muitos acharam que isso era possível, mas não era tão ruim.

Agora, com a terceirização, de uma vez por todas acabou essa perspectiva. Este Governo trabalha para o Estado mínimo. Como ele trabalha para o Estado mínimo, não há necessidade de haver servidor público. Por isso, houve a terceirização. Terceirizar todas as áreas em todos os locais vai inviabilizar a expectativa de criação de uma carreira pública na sociedade brasileira.

O que foi aprovado ontem é uma tragédia para o povo brasileiro, para o País, para a carreira pública brasileira. Eu quero reafirmar isso, porque, do jeito como Michel Temer, golpista, governa, a situação pode ficar pior ainda justamente com a reforma da Previdência, para que a previdência pública passa a ser previdência privada.

Essa é uma grande realidade. Então, a população brasileira precisar ir às ruas, compreender que nós não podemos continuar perdendo os nossos direitos.

Se não bastasse isso, o Presidente da Casa colocou na pauta da Ordem do Dia de hoje requerimento de prorrogação do prazo de funcionamento da CPI da FUNAI e INCRA. Ela praticamente já terminou, mas eles querem alongar esse prazo para investigar eu não

sei o quê. Eles querem quebrar o sigilo bancário e fiscal de entidades ligadas à CNBB. Eles querem fazer com que essa CPI persiga organizações sociais. É por isso que se quer prorrogar o prazo da CPI da FUNAI e INCRA, votando o requerimento ainda hoje. Nós vamos fazer de tudo para isso não acontecer, porque nós não aceitaremos de forma nenhuma que se possa quebrar o sigilo bancário e fiscal de entidades ligadas à CNBB.

Por outro lado, a reforma agrária está parada. Não há recursos. E isso porque o Governo Michel Temer decidiu paralisar o processo de reforma agrária. Na Bahia, 500 famílias vivem, há praticamente 5 anos, numa área onde vêm produzindo em 700 hectares, mas a Polícia Federal foi lá para fazer o despejo das famílias e houve resistência. Em Baianópolis, também na Bahia, cinco companheiros nossos estão presos simplesmente porque estavam trabalhando para sustentar a família.

A situação no Brasil está muito delicada. Por um lado, o Governo quer diminuir cada vez mais o Estado. Por outro lado, persegue e quer destruir as organizações populares. Não podemos aceitar isso! Por fim, vem retirando os direitos da classe trabalhadora.

Essa é a situação que nós vivemos em nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 281/339

---

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-10:42
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		LUIZ COUTO-PT -PB
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Expectativa de condenação dos responsáveis pelo homicídio da líder





comunitária do Município de Manacapuru, Estado de Manaus, Dora Priante, ao ensejo do julgamento dos acusados por júri popular. Solidariedade à família do militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST Waldomiro Costa Pereira, vítima de homicídio. Recebimento, pelo orador, de requerimento da Câmara Municipal de Guarabira, Estado da Paraíba, com solicitação de voto contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social. Protesto contra a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o primeiro pronunciamento que faço é para dizer que amanhã, dia 24 de março, será realizado o júri popular do caso Dora Priante, em Manacapuru, a 84 quilômetros de Manaus.

Dora era uma líder comunitária de 54 anos quando foi sequestrada, torturada e assassinada, no dia 12 de agosto de 2015, na comunidade de Portelinha, Município de Iranduba, a 27 quilômetros de Manaus. Seu corpo foi encontrado no dia seguinte com 12 tiros e marcas de violência.

Então, pedimos que efetivamente esse caso vá a julgamento e que sejam punidos aqueles que foram responsáveis por sua morte.

O segundo registro que faço é de um requerimento encaminhado pela Câmara Municipal de Guarabira, no Estado da Paraíba, solicitando apoio contra a aprovação da PEC 287/16.

O terceiro registro que farei, Sr. Presidente, é sobre o que esta Casa fez ontem, que foi de extrema gravidade. Um projeto de 1998 foi ressuscitado - mas parece que não foi ressuscitado; parece que veio de um lugar estranho - e foi aprovado ontem.

Quero expressar minha estranheza com a demora na escolha dos Presidentes das Comissões, pois bastou votarmos o projeto que tratava da terceirização e, logo no outro dia, a escolha foi feita.

Aquele projeto deveria ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça. Aí, aproveitou-se o momento: "*Agora, vou colocar em pauta a matéria*". Vemos a rapidez nas tramitações dos projetos golpistas e que retiram direitos do povo brasileiro. Nós temos uma grande estrutura legislativa parada.

Sr. Presidente, ontem, a passos largos, foi aprovado esse projeto retrógrado, deformador e que compromete as bases das carreiras dos

trabalhadores deste País.

Ressalto, por fim, que o que ontem fizeram aqui é, efetivamente, a destruição do serviço... Agora haverá a terceirização também da atividade-fim, o que significará má qualidade dos serviços que serão oferecidos pelos entes públicos.

Eu gostaria de solicitar que todo o teor deste pronunciamento fosse considerado lido e que lhe fosse dada a devida publicidade nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 24 de março, será realizado o júri popular do caso Dora Priante, em Manacapuru, a 84 quilômetros de Manaus.

Dora Priante era uma líder comunitária de 54 anos quando foi sequestrada, torturada e assassinada, no dia 12 de agosto de 2015, na comunidade de Portelinha, Município de Iranduba, a 27 quilômetros de Manaus. Seu corpo foi encontrado no dia seguinte, com 12 tiros e marcas de violência, no quilômetro 40 da Rodovia Estadual Manoel Urbano, a AM-070.

Vejamos, Sr. Presidente: foi mais uma vítima mulher, brutalmente assassinada por criminosos em um histórico conflito agrário.

O conflito agrário no Brasil tem provocado um banho de sangue. São líderes comunitários sofrendo perseguições de grandes empresários; madeireiros ligados ao agronegócio e que expulsam moradores e pequenos agricultores que ali se estabeleceram durante anos.

Há uma chacina generalizada no meio agrário. Nós, autoridades políticas, precisamos nos posicionar diante desses fatos que mancham o progresso do Brasil.

Neste primeiro semestre apresentarei requerimentos para fortalecer ainda mais esta luta contra perseguições a líderes comunitários, índios e populares humildes e pequenos agricultores. Temos a obrigação de

colocar um ponto final nessas chacinas.

Quanto ao julgamento dos acusados de assassinar a líder comunitária Dora Priante, espero que a justiça seja feita em toda a sua plenitude jurisdicional.

Gostaria também, Sr. Presidente, ao finalizar minha fala, de registrar outro caso parecido e prestar solidariedade à família e aos amigos de Waldomiro Costa Pereira, que foi assassinado na madrugada desta segunda-feira, dia 20.

Waldomiro era um militante do MST desde 1996 e contribuiu durante um longo período com a luta pela reforma agrária. Ele também foi vítima do conflito agrário.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria que todos prestassem atenção, neste momento, ao meu pronunciamento, pois é grave o que foi aprovado nesta Casa ontem, dia 22 de março de 2017.

Primeiramente, quero expressar minha estranheza pela demora na escolha dos Presidentes das Comissões Permanentes e pela rapidez na tramitação dos projetos golpistas e que retiram direitos do povo brasileiro.

Nós temos uma grande estrutura legislativa parada, sem poder se movimentar, e, enquanto isso, quem sofre é o povo, que está indiretamente ligado a cada uma delas.

O segundo ponto de que quero tratar, Sr. Presidente, é que ontem, a passos largos, foi aprovado mais um projeto retrogrado, deformador e que compromete as bases das carreiras dos trabalhadores deste País.

O Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, vem novamente assombrar os trabalhadores. Ele tem um espinha dorsal da época do governo FHC; já foi indevidamente aprovado em 2000, aqui na Câmara; recebeu alteração no Senado e retornou à Câmara em 2002.

É importante esclarecer essas informações, pois, em 2016, ele foi ressuscitado pela base do Governo golpista para tratorar os setores privado e público, terceirizando de forma ampla e irrestrita inclusive a área-fim, o que deixará a desejar nos serviços determinados e

específicos.

Traz também a chamada "quarteirização", admitindo que uma empresa terceirizada subcontrate outras empresas para contratar, remunerar e dirigir os trabalhos específicos. Isto é um desastre trabalhista, pois acarretará menores salários e muito trabalho.

Quem já ouviu falar em pejetização? O que isso significa e de que forma está relacionado a este projeto de lei que foi aprovado pela maioria golpista? Para explicar melhor ao povo brasileiro, quero dizer que pejetização é quando os funcionários dão lugar ao prestador de serviços, e a empresa obtém o trabalho do contratado sem vínculo empregatício. Considerando a condição hipossuficiente na relação de emprego, o empregado agora é obrigado a aceitar essa condição de trabalho, sem poder negar-se a fazer isso, pois necessita do trabalho para seu sustento e de sua família. Portanto, ao final, o trabalhador não terá os mesmos benefícios a que teria direito caso fosse registrado e regido pela CLT. Falo do seguro desemprego, do FGTS, das férias, do 13º salário, das horas extras, do aviso prévio, etc. O projeto aprovado regulamenta esta atrocidade no mercado de trabalho.

Outro objetivo do projeto aprovado é dar anistia ao empregador quando cometer crimes como a utilização de trabalho análogo ao de escravo.

Temer e seus aliados demostram para que vieram: desde o golpe político, midiático e parlamentar, como aves de rapina destilam um forte sentimento antipovo, antipopular, antimassa, antidireitos - e com muitos deveres.

Não podemos deixar passar esta massa destruidora de direitos. Primeiro, retiram recursos da saúde, da educação, congelam salários, vendem a PETROBRAS, propõem reforma previdenciária desmantelando qualquer aposentado e pensionista e agora, sucateiam o trabalhador e a trabalhadora.

O pior de tudo é que o povo sofre e não tem direito de discutir essas reformas - ou deformas -, graças às quais os mais pobres ficarão cada vez mais pobres e os mais ricos serão sempre os protegidos. Um Governo que não governa com o povo não pode comandar um País que aprendeu em 13 anos o que é ser democrático e social.

Era o que tinha a dizer.

---

Documento 282/339

---

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-10:46
Publ.: DCD - 24/03/2017 -	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Anúncio da presença do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, no Município baiano de Conceição do Jacuípe com vistas à assinatura de ordens de serviços para a realização de obras. Atuação do orador em prol da recuperação de estradas baianas.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, ontem infelizmente esta Casa cometeu uma grave violação aos direitos dos trabalhadores ao aprovar o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998. Esse projeto faz com que ocorra uma terceirização indiscriminada no País, a quarteirização, extinguindo-se o princípio da solidariedade, que é a possibilidade de o empregado reclamar contra aquele que o contratou, ou seja, contra o tomador do serviço.

Eu já discorri sobre esse assunto aqui largamente. Lamento que esta Casa tenha cometido essa violência contra os trabalhadores.

Registro que amanhã o Governador Rui Costa estará no Município de Conceição do Jacuípe, onde assinará várias ordens de serviço. Uma delas diz respeito à recuperação da estrada de Serrinha até o Município de Biritinga. Nós lutamos muito pelas obras de manutenção dessa estrada.

Estive na semana passada com a Deputada Estadual Maria del Carmen e com o Secretário Marcus Cavalcanti, com quem conversei sobre várias estradas que precisam ser recuperadas no nosso Estado.

O Governador Jaques Wagner fez um grande programa de recuperação do Estado da Bahia, quando foram reparados 8 mil quilômetros de estradas. Agora o Governador Rui Costa recebeu não só recursos do Banco Mundial, mas também receberá os do Banco Europeu e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE.

Dessa forma, a estrada de Serrinha a Biritinga será recuperada, mas também pedimos a recuperação da estrada de Maragogipinho, distrito importante do Município de Aratuípe. Trata-se do principal polo cerâmico do Estado, onde são feitas peças belíssimas. Essa estrada é fundamental para escoar a produção e também para o turismo. Solicitamos também a recuperação da estrada que dá acesso ao Município de Dom Macedo Costa.

Anuncio ainda que apresentei nesta Casa um requerimento em que solicito a recuperação da BR-420, que é a estrada federal do Vale do Jequiricá, também muito importante. Temos lutado ainda para a recuperação da estrada de Nazaré até Valença e para a estrada do baixo sul.

Sr. Presidente, peço que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 283/339

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-10:48
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		PADRE JOÃO-PT -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas



empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr.** Presidente, venho mais uma vez externar nossa indignação em relação à falta de compromisso dos colegas para com as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros, que carregam o País, que garantem o bem-estar do povo, mas, a cada dia, são desrespeitados por esta Casa.

A votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que trata da terceirização, ignorou o que foi mais debatido nos Estados, quando da votação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que também não deixava de ser danoso para os trabalhadores e as trabalhadoras. A votação da noite de ontem foi pior, porque representa um ataque a todos os trabalhadores por permitir a terceirização dos serviços públicos. Haverá ainda a terceirização no meio rural - no rural! A terceirização permite contratações precárias, as quais podem prevalecer por mais de 1 ano.

Isso é um desrespeito para com os trabalhadores e trabalhadoras! Isso significa a precarização no mundo do trabalho, sim; significa a precarização de salários, porque terceiriza-se, quarteiriza-se, e vai-se passando para outras empresas, que também querem levar o delas. Essa prática faz achatar cada vez mais os salários. Foram inconsequentes.

Por que é danosa a terceirização? Porque, quando a contratação é direta, a pessoa é entrevistada para aquele fim, faz um concurso, é capacitada para aquela atividade. Na terceirização isso não ocorre, porque, de um dia para o outro, contratam-se trabalhadores e os colocam à frente dos serviços. Dessa forma, nós vamos ter mais trabalhadores mutilados e mortos nos espaços de trabalho. Essa é a realidade que os colegas Deputados trouxeram ao mudar, de forma drástica, a legislação trabalhista, precarizando o trabalho para favorecer as grandes empresas.

Se só no ano passado, em Minas Gerais, foi verificada a existência de trabalho análogo ao escravo em 11 fazendas, imaginem o que acontecerá agora, com a sanção dessa lei: trabalho análogo ao escravo no campo e na cidade, precarização. Haverá terceirização também no serviço público. Com isso, é o fim do concurso público.

Isso é um grande desrespeito para com os trabalhadores e as trabalhadoras, que sustentam este País. É importante que todos eles atendam ao chamado. A CUT já saiu na frente. Também é importante que as outras organizações e sindicatos se manifestem. Tem que



ocorrer de fato uma greve geral.

Precisamos mostrar aqui para os colegas Deputados que os trabalhadores, quando há unidade, têm força. Vamos à luta!

---

Documento 284/339

---

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017- 10:52
Publ.: DCD - 24/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LUCIANA SANTOS-PCDOB -PE BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à aprovação de projeto de lei sobre a terceirização do trabalho. Solicitação ao Governo Federal de liberação de recursos para as obras da Adutora do Agreste, no Estado de Pernambuco. Elogio ao ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pelo empenho na realização das obras de transposição de águas do Rio São Francisco.

---

**A SRA. LUCIANA SANTOS** (PCdoB-PE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assistimos na noite de ontem a um enorme revés nos direitos dos trabalhadores do nosso País.

Todos nós sabemos que, quando surgiu a terceirização, a intenção era levar especialização às empresas. No entanto, houve distorções neste processo que levaram à precarização do trabalho, à retirada de direitos, de benefícios, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, do salário mínimo, das férias, e tantas outras características que vemos como fato.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE dá números incontestáveis. O salário dos terceirizados é 25% menor do que o salário dos trabalhadores de uma maneira geral, daquele que tem carteira assinada. A carga horária chega a ser 7,5% superior. Há ainda o dobro da rotatividade, chegando



a 88%. Se generalizarmos este tipo de modalidade para a atividade-fim, comprometeremos o sentido de ser das empresas, a própria economia. Além de rebaixarmos o direito dos trabalhadores, rebaixaremos o papel das empresas.

No momento em que o Brasil precisa de competitividade, precisa de inovação, precisa se inserir nas cadeias mais dinâmicas da economia, agregar valor, fazemos exatamente o caminho contrário. Considero que isso é um retrocesso contra o qual precisamos lutar nas ruas e nas redes. Precisamos denunciar o significado desse projeto, para, nas etapas da reforma trabalhista, minimizarmos os efeitos daquilo a que assistimos ontem.

Eu também aproveito este tempo de Liderança para registrar um fato histórico, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. No domingo passado, no Nordeste, participei de um dos momentos de maior emoção da minha vida, com as águas da transposição do Rio São Francisco chegando a Monteiro, na Paraíba. Nós sabemos que vamos beneficiar milhões de nordestinos. Quatro Estados do Nordeste são beneficiados: Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

Todos nós conhecemos essa condição climática, esse fenômeno da seca, com o qual a população tem que conviver. Sabemos que faltaram disposição e vontade política para a realização de obras estruturantes a fim de amenizar os efeitos deste fenômeno.

Faço aqui uma cobrança ao Governo Federal: é preciso liberar recursos para a Adutora do Agreste, para que a transposição do rio chegue às casas das pessoas em várias cidades de Pernambuco.

Muito se fala da paternidade dessa obra, mas é preciso que se diga que ela foi idealizada no Império. O povo quem a pagou. Mas foi preciso um nordestino que tivesse disposição e vontade política, Luiz Inácio Lula da Silva, que sentiu os efeitos da seca, para tirar isso do papel.

Então, não adianta discutir paternidade. O povo sabe quem decidiu, quem teve disposição e quem fez valer a transposição, esse sonho de séculos dos nordestinos.

Um grande beijo e um grande abraço a todos!

Firmes na luta!

Documento 285/339

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017- 10:56
Publ.: DCD - 24/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VICENTINHO-PT -SP PELA ORDEM DISCURSO

### ***Sumário***

Equívoco da aprovação pela Casa do projeto de lei sobre a terceirização do trabalho.

**O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,** esta Casa acabou de aprovar o projeto de lei que oficializa a precarização dos trabalhadores brasileiros através da terceirização. É ali que há alto grau de acidentes, baixos salários, contratos e convenções rebaixados, discriminação no mundo do trabalho.

A aprovação desta proposta implica, inclusive, na não responsabilidade do contratante, isto é, da empresa que contratou o gato, a empresa terceirizada, porque a responsabilidade será solidária. Depois é que poderão ir atrás do direito dos trabalhadores, por meio dessa empresa que contratou.

Caros colegas, a terceirização, que poderia ocorrer nas áreas como cozinha, segurança, portaria, etc., agora poderá ocorrer em todas as áreas. Isso significa que poderá haver o rebaixamento salarial em todas as categorias.

Em todas as profissões poderá ocorrer o rebaixamento salarial, o rebaixamento das convenções coletivas e a precarização das condições de trabalho. Os índices já mostram que 80% dos acidentes no Brasil ocorrem nas empresas terceirizadas. E por que isso está acontecendo? Por que esta Casa aprovou isso? Para atender aos interesses dos grupos econômicos, dos empresários, em detrimento dos trabalhadores, que terão sua condição piorada.

Piorar a condição de vida dos trabalhadores é piorar a economia, é piorar o pagamento dos impostos, é piorar as relações de trabalho, é

precarizar.

Por isso, eu quero dizer que este foi um erro gravíssimo que esta Casa cometeu, ao prejudicar os trabalhadores deste Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 286/339

---

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017- 10:56
Publ.: DCD - 24/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	HENRIQUE FONTANA-PT -RS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Avaliação dos motivos da atual base governista para aprovação do impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff. Críticas à aprovação pela Casa de projeto de lei sobre a terceirização do trabalho. Descompasso entre as ações da Câmara dos Deputados e os interesses do Brasil. Inexistência de condições para a continuidade do Governo Michel Temer.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, todos os colegas e os brasileiros e brasileiras que nos acompanham nesta sessão da Câmara Federal na quinta-feira de manhã.

Sr. Presidente, em nome da Oposição, quero fazer uma análise de caráter mais geral, a nossa avaliação do que está ocorrendo hoje na política e na economia brasileira.

Em 2014, desencadeou-se um processo de intensa luta política no País, no momento em que a Oposição, à época, se negou a aceitar o resultado democrático das eleições que levaram Dilma à Presidência da República. A partir disso, iniciou-se um processo de boicote e de desestabilização do País. Houve uma intensificação da instrumentalização do debate sobre a corrupção, uma aposta em um conjunto de pautas-bombas e, Deputado Alessandro Molon, na chamada política do "quanto pior, melhor", a fim de agudizar a crise



econômica, que ocorria internacionalmente, no Brasil. Isso criou um ambiente para a grande aliança conservadora que constituiu o golpe parlamentar. No dia 17 de abril, numa sessão de triste memória, reuniu-se aqui a aliança entre o PMDB - de Eduardo Cunha, Romero Jucá, Michel Temer, Eliseu Padilha e outros -, o PSDB, o Democratas e outros partidos.

Esse golpe parlamentar quebra a espinha dorsal de credibilidade do sistema democrático de um país como o Brasil. E isto desencadeia um processo de instabilidade cada vez maior no País.

Os motivos desse golpe parlamentar são cada vez mais claros, Deputado João Daniel. Em primeiro lugar, há uma grande operação para obstruir investigações contra a corrupção e salvar a estrutura da política tradicional brasileira. Como disse o Senador Aécio Neves, num restaurante, outro dia, faz-se um chamamento para salvar a política.

O que o Senador Aécio quer dizer com "salvar a política"? Anistiar o caixa dois, anistiar o PSDB, o PMDB, o PP e os partidos da política tradicional que estão sendo investigados. Agora, começam a aparecer os flancos de corrupção com mais clareza.

A ideia qual é, Deputado Wadih Damous? *"Parem tudo! Cancelem as investigações todas."* Esta é a chamada opção "estancar a sangria", de Temer e Eduardo Cunha. O próximo grande passo dessa operação será retirar Eduardo Cunha da cadeia.

O Ministro da Justiça, nomeado na semana passada, está lá para retirar Eduardo Cunha da cadeia. Escrevam o que eu estou dizendo: ele é o Ministro de Eduardo Cunha no Ministério da Justiça.

O segundo grande motivo do golpe foi reestabelecer a política ultraliberal e a desnacionalização em nosso País. Deputado Glauber Braga, Líder do PSOL, a política de desnacionalização está a pleno curso. O polo naval brasileiro está sendo destruído. A política de conteúdo local, que garante empregos no Brasil, está sendo desativada. Os empregos dos brasileiros estão sendo exportados para a China, para Taiwan e para tantos outros lugares.

E há a terceira grande iniciativa do golpe, da qual nós vimos um capítulo duríssimo ontem à noite, Deputado Severino Ninho, de acordo com essa fúria neoliberal, que foi reestabelecida sem votos. A decisão do golpe foi o reconhecimento do PSDB, do Democratas, do PP, do PMDB, de que eles não têm condição de ganhar uma eleição presidencial. Esse é o reconhecimento que embalou o golpe

parlamentar.

Dentro dessa lógica de reestabelecer essa política ultraliberal, de concentrar renda de novo e de desativar os programas sociais e de distribuição de renda, que estavam em curso nos Governos Lula e Dilma, há uma espécie de cruzada contra os trabalhadores, uma espécie de cruzada fundamentalista contra o mundo do trabalho, uma cruzada fundamentalista contra os mais pobres.

É uma espécie de vale-tudo para atender à demanda de megaempresários, do grande interesse internacional e também nacional, Deputada Luiza Erundina, a fim de voltar a concentrar renda, penalizando os mais pobres, os mais desfavorecidos.

Ontem, o Presidente Rodrigo Maia, que quer terminar com a Justiça do Trabalho, deu a primeira paulada: trouxe para o plenário um projeto que praticamente termina com a CLT no País. Tal projeto vai levar milhões de trabalhadores que hoje têm uma carteira assinada direto com o seu empregador a serem empregados de empresas cujos donos eles nem conhecem. Não há nenhuma alternativa de proteção. Haverá salários menores, mais acidentes de trabalho, precarização e rotatividade. É o plano perfeito para reduzir os ganhos de quem trabalha e concentrar os ganhos na mão de quem detém os grandes capitais.

A Câmara dos Deputados está, cada vez mais, de costas para o Brasil, e este é o centro da minha fala. Há gente muito arrogante entre aqueles que embalaram o golpe, entre aqueles que chegaram ao poder sem votos, que está se esquecendo de que o povo brasileiro vai votar em breve. Temer chegou ao poder sem votos, de forma ilegítima, e vai sair da direção deste País melancolicamente, sem votos, como um traidor, golpista e antinacional.

Mas muitos de V.Exas. vão querer conversar com o povo brasileiro dentro de poucos meses. Na minha opinião o que o Brasil mais precisa, Deputado Luiz Couto, é antecipar as eleições presidenciais. Temer não tem a mínima condição ética, moral e política de conduzir este País até o final de 2018.

A votação de ontem é lamentável por ter rasgado a CLT, mas ela indica que não haverá a reforma da Previdência. A base do Governo Temer era o único lugar em que ele tinha maioria. Os poucos lugares em que ele tem maioria é neste Plenário e no Senado, mas, na sociedade, ele é cada vez mais minoria, cada vez mais impopular, cada vez mais indesejado pelo povo brasileiro.

E um Governo não consegue calar um povo a vida toda. O povo brasileiro vai se levantar, e este Governo haverá de terminar.

---

Documento 287/339

---

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017- 10:56
Publ.: DCD - 24/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	WELITON PRADO-PMB -MG PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de prorrogação do prazo de funcionamento da CPI FUNAI e INCRA 2, por sessenta dias a contar do término efetivo dos trabalhos. Protesto contra a aprovação pela Câmara dos Deputados de proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB entra em obstrução e protesta contra a terceirização.

Nós lamentamos a votação de ontem. A terceirização vai ser muito danosa ao conjunto dos trabalhadores, porque fulmina direitos assegurados e diminui, com certeza, a segurança do conjunto dos trabalhadores brasileiros.

A terceirização vai apenar os trabalhadores, resultando em aumento de jornada de trabalho, em salários menores e rotatividade maior. Ela vai permitir terceirizar-se não só as atividades-meio, secundárias, mas também as atividades-fim. Por exemplo, um professor ou um advogado poderão ser contratados como pessoas jurídicas por uma empresa terceirizada. Isso é um verdadeiro absurdo.

O posicionamento do PMB é claro: contra a terceirização, a precarização nas relações de trabalho e contra a reforma da Previdência.

---

Documento 288/339



045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017- 10:56
Publ.: DCD - 24/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	AUGUSTO CARVALHO-SD -DF ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Reiteração do voto contrário a proposição sobre terceirização de mão de obra.

**O SR. AUGUSTO CARVALHO** (SD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria reiterar o voto que proferi ontem na votação sobre o tema da terceirização. Votei contra o projeto por entender que era muito amplo e irrestrito e colocava em risco atividades-fim, inclusive atividades públicas.

Toda essa convicção não impediu, no entanto, que hordas fascistas de pelegos vermelhos, que já me escolheram, que já me elegeram como adversário, em razão da postura que tenho tido aqui, sempre com muita firmeza, em razão dos desmandos dos Governos anteriores do PT, procurassem antecipar o meu voto e divulgassem nas redes o meu voto favorável à terceirização.

Quebraram a cara! Eu votei contra o projeto e não vou me intimidar com esse tipo de patrulha que tenta atirar inclusive setores de trabalhadores contra a posição do meu partido e deste Parlamentar que lhes fala.

Documento 289/339

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017- 10:56
Publ.: DCD - 24/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	FABIO GARCIA-PSB -MT ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

### *Sumário*

Importância para a geração de empregos no Brasil da aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto de lei relativo à terceirização de contratos de trabalho. Sugestão ao Deputado Glauber Braga de pedido de desculpas à Líder do PSB, Deputada Tereza Cristina, por insinuação de prática de chantagem

pela Parlamentar.

---

**O SR. FABIO GARCIA** (PSB-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, obrigado a V.Exa.

Quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas presentes no plenário e cumprimentar todos os que nos veem agora *pela TV Câmara*.

Quero me referir à votação de ontem, especialmente à votação do projeto de lei que trata da terceirização.

Quero, primeiro, deixar muito claro e cristalino o meu posicionamento em conjunto com o posicionamento do meu partido favorável ao projeto de terceirização.

A existência da terceirização e da empresa terceirizada é uma realidade absoluta no nosso País, que tem mais de 12 milhões de empregados de empresas terceirizadas. Nós não podemos fingir que esta realidade não acontece no Brasil, permitindo que ela não tenha uma legislação específica, própria, que traga segurança jurídica para essa relação de trabalho. A relação de trabalho desses 12 milhões de empregados no Brasil está sendo regulada por uma súmula! Isso não é responsável com o empregado, tampouco com o empregador que nós não tenhamos uma legislação clara com relação à terceirização no nosso País.

E, mais importante ainda, nós vivemos hoje uma realidade no Brasil de quase 14 milhões de desempregados. Não há nada mais prioritário neste País do que nós construirmos um ambiente propício, favorável para que possamos retomar a geração de empregos no Brasil. Nós não podemos fazer ouvidos surdos ao setor produtivo brasileiro quando ele fala do desconforto que existe hoje para empregar no País por conta da insegurança jurídica.

Nós precisamos criar um ambiente em que estimulemos o emprego no nosso Brasil, e eu tenho certeza de que trazer segurança jurídica e modernizar a lei trabalhista são ações que trarão, sim, um estímulo para que nós possamos recuperar empregos no Brasil; para que nós possamos dar oportunidade ao jovem, de modo que, quando ele se forme, ele possa ter o seu primeiro emprego; para que aqueles que têm mais de 50 ou 60 anos possam ter garantia de emprego; para que tenhamos um País que emprega. O pleno emprego é um direito que garante a dignidade do cidadão brasileiro.



Eu quero dizer também, Sr. Presidente, que essa lei da terceirização não tira direito de nenhum trabalhador. Ela garante, na verdade, os direitos do trabalhador. E mais: ela garante que a empresa que contrata a empresa terceirizada seja subsidiariamente responsável pelo cumprimento da legislação, pelo cumprimento dos direitos. Dessa forma, o trabalhador terá a segurança de que se, na Justiça, não conseguir receber da empresa pela qual foi contratado diretamente, ele poderá recorrer subsidiariamente à empresa que terceirizou o serviço. Assim, poderá ter uma segunda chance para ver os seus direitos reconhecidos pela Justiça.

Agora, no que diz respeito à segurança jurídica e à responsabilidade que nós precisamos ter no Brasil, eu não tenho dúvida nenhuma de que este projeto que trata da terceirização é um projeto importante para o País. Afinal, ele garante segurança jurídica na relação do trabalho. É um projeto que vai dar um estímulo para que nós possamos recuperar empregos no nosso País, sair do triste índice de 14 milhões de desempregados e caminhar rumo à oportunidade a todos os brasileiros.

Então, eu quero deixar claro que o meu voto, o meu posicionamento, em conjunto com o posicionamento do meu partido, o PSB, é favorável à lei de terceirização.

Agora, para terminar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu gostaria de me dirigir à minha Líder, Deputada Tereza Cristina, pessoa por quem tenho profundo respeito e estima, para lhe dizer que ela não merece, de nenhuma forma, o tratamento que lhe foi dado aqui pelo Deputado Glauber Braga, que é, também, um amigo e companheiro a quem estimo muito.

Jamais a Deputada Tereza Cristina faria qualquer chantagem com ninguém, Deputado Glauber Braga. Ela foi ao microfone pedir desculpas a V.Exa. Na verdade, eu acho que a Deputada Tereza Cristina merece um pedido de desculpas de V.Exa., porque ela não fez chantagem com ninguém. Não é esse o tipo de posicionamento que adota a Deputada Tereza Cristina. Ela é uma Deputada que V.Exa. conhece bem e que merece o respeito de todos os Parlamentares nesta Casa.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Um abraço a todos.

Documento 290/339

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017- 10:56
Publ.: DCD - 24/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	LEONARDO MONTEIRO-PT -MG ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### *Sumário*

Pesar pela aprovação pela Casa de projeto de lei sobre terceirização do trabalho.

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, manifesto a minha decepção e a minha frustração com a aprovação ontem, pelo Plenário da Câmara, do projeto de lei sobre terceirização.

Esse projeto de lei, que estava adormecido no Senado há 18 anos - é da época do Governo Fernando Henrique Cardoso -, é um retrocesso para o nosso País, para toda a sociedade brasileira, sobretudo para a classe trabalhadora.

A terceirização das atividades-fim, sem dúvida nenhuma, significa a desorganização de todo o sistema de capital e trabalho. Estamos vendo que isso vai causar um prejuízo muito grande. Some-se a isso a possibilidade de aprovação da reforma previdenciária e da reforma trabalhista - participo da Comissão Especial que cuida desse tema.

Manifesto minha posição contrária a esse projeto de lei. A nossa expectativa é de que possamos organizar as forças da sociedade civil, do movimento sindical, da classe trabalhadora, para resistirmos a esse tipo de proposição na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

Documento 291/339

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017- 10:56
Publ.: DCD - 24/03/2017 - CÂMARA DOS	CARLOS MANATO-SD -ES ORDEM DO DIA	PELA ORDEM



### *Sumário*

Importância da aprovação de projeto de lei sobre a terceirização do trabalho.

**O SR. CARLOS MANATO** (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem aprovamos o projeto relativo à Lei da Terceirização. Quem diz que essa proposição é contra os trabalhadores realmente não conhece o projeto. É contra por quê? Por legalizar, com uma legislação específica, uma prática de mercado que já existe e que faz o que quer com os trabalhadores? Dizer isso é uma covardia contra a categoria. Hoje, há mais de 13 milhões de trabalhadores que estão sem uma lei específica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu, como médico, gostaria de lhes dizer que a terceirização do trabalho médico, que já existe nos hospitais, vai ser legalizada, e não atrapalha movimento nenhum. Hoje, as cooperativas estão com muitas dificuldades, os médicos estão com dificuldades.

A Justiça do Trabalho todo dia está sendo acionada. E nós temos certeza de que uma coisa vai mudar. A quantidade de casos na Justiça do Trabalho vai diminuir. Hoje, o terceirizado não tem proteção. A partir do início da vigência dessa lei, vai ser responsável quem contratou a empresa que contratou o terceirizado.

Diga-me, Sr. Presidente, um direito trabalhista que vai ser mudado! O trabalhador vai ter décimo terceiro, vai ter férias, vai ter todos os abonos, vai ter auxílio-alimentação, vai ter vale-transporte, vai ter tudo. Hoje nós temos um problema. Com essa nova lei, esse problema vai acabar.

Em 2015, nós aprovamos o PL 4.330/04. O que aconteceu? Naquela época, não estávamos em período eleitoral. Por isso, todo mundo votou favoravelmente. Neste ano, as eleições estão chegando, e muitos desses que votaram a favor botaram o rabinho entre as pernas para não enfrentar quem está lá fora. A mudança foi quase mínima, a lei é similar.

Quero dizer para V.Exa. que eu fico triste quando vejo um Deputado que só sabe ficar em cima do muro, só saber ir na onda. Não tem coragem de se pronunciar e de fazer defesa firme. Tenho certeza de como votei.

Isso não inclui o funcionário público. O funcionário público está fora. Muitos estão nas redes sociais fazendo críticas. Eu fiz uma pergunta a vários deles: "Você sabe o que é terceirização?" "Não, não sei. Mas sou contra!"

São 13 milhões de desempregados no País - 13 milhões! -, que agora vão poder entrar no mercado de trabalho. Nós mexemos com a iniciativa privada e com a legalização da terceirização no nosso País. Foi por isso que eu votei favoravelmente a essa matéria.

Muito obrigado.

---

Documento 292/339

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017-14:00
Publ.: DCD - 24/03/2017 -	NEWTON CARDOSO JR-PMDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Regozijo com a aprovação de projeto de lei sobre terceirização de contratos de trabalho. Expectativa de retomada dos níveis de emprego no Brasil.

---

**O SR. NEWTON CARDOSO JR (PMDB-MG. Sem revisão do orador.) -** Senhoras e senhores, prezados Parlamentares, caro Deputado Fábio Ramalho, Vice-Presidente desta Casa, meus caros colegas do PMDB, é com muita alegria que eu quero expressar, neste momento, a minha confirmação relativamente ao voto que dei favoravelmente à terceirização na votação que esta Casa realizou ontem à noite.

Esse tema, foco de discussão em tantos fóruns nas mídias digitais, assim como em fóruns de trabalhadores e de empregadores, deveria consolidar apenas uma opinião no Brasil.

Nós estamos fortalecendo, neste momento, a condição de 12 milhões de trabalhadores desempregados, pessoas que não têm condições de sustentar a própria casa. Esses 12 milhões de trabalhadores perdem a oportunidade de ter um emprego a partir do momento em que se criam dificuldades para a criação de um posto de trabalho por ser terceirizado

ou de outra forma legítima e justa.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero solicitar empenho na divulgação ampla destas minhas palavras em todas as mídias desta Casa, para que cheguem a todo o povo brasileiro e ao meu povo de Minas Gerais, especificamente. Reitero ter convicção de que, quando o texto final for aprovado por este Congresso e sancionado pelo Presidente da República, nós iniciaremos um período de retomada de empregos, legítimos, justos, gerados a partir de empreendedores sérios e que têm compromisso com o País. Por isso, eu votei a favor da terceirização.

Muito obrigado.

---

Documento 293/339

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017-14:09
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		LUIZ COUTO-PT -PB
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inconformismo com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que nós votamos ontem, só pode ser considerado como uma proposta da perversidade deste Governo golpista, usurpador e ilegítimo. É uma maldade, é uma crueldade incluir a terceirização no serviço público. O que vai acontecer? Agora se pode mandar embora a pessoa e contratar uma empresa para dar aula, com o objetivo de resolver os problemas. É uma perversidade que nós não podemos aceitar. Vamos brigar na Justiça para impedir que esse projeto de lei entre em vigor.





Parece, Sr. Presidente, que essa proposta não é aquela que veio de 1998, não. Tiraram essa do inferno. Foi o demônio que mandou para cá, para fazer maldade com todo o povo brasileiro. Uma pessoa perguntou num *blog* quem ganha com o PL 4.302/98 e respondeu que só quem ganha são os proprietários, os empresários, os golpistas e os idiotas que acreditaram que esse projeto de lei iria trazer benefícios para o povo brasileiro. Só vai haver maldades mesmo. Só vai haver maldades.

Esse já foi o pagamento do financiamento dado pelo pessoal da indústria, pelos empresários e pelo pessoal do agronegócio, que agora vão ter toda a liberdade para demitir e contratar empresas terceirizadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Daniel) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

---

Documento 294/339

---

046.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de  
Debates - CD

23/03/2017-14:12

Publ.: DCD -  
24/03/2017 -

EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Contestação a discursos de Deputados sobre a aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto de lei sobre a terceirização de contratos de trabalho.

---

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é impressionante o cinismo - desculpem-me a sinceridade - de alguns Deputados que dizem que ontem foi um dia histórico porque se aprovou aqui um projeto de terceirização a favor dos trabalhadores. Acabei de ouvir isso de um latifundiário, filho de ex-

Governador, gente rica, que está festejando por um motivo simples: não é o filho dele nem será ele que trabalhará como terceirizado.

Qualquer cidadão sabe que a CELPA, no Pará, com sua privatização, demitiu engenheiros, operários, trabalhadores da manutenção e do sistema, para citar apenas um exemplo, e contratou empresas terceirizadas. A família desses trabalhadores que levam choque e morrem não tem a quem recorrer. O trabalhador não tem a quem recorrer quando é demitido de forma arbitrária, quando é descontado em seu salário de forma arbitrária, quando trabalha além do que a lei permite. É a escravização!

No entanto, agora eles generalizaram ao permitir a quarteirização, o que significa que a empresa terceirizada pode contratar uma quarta empresa para que os trabalhadores tenham menos direitos ainda. Ora, qual é a empresa que pode terceirizar e não terceiriza? Se fosse bom, por que ela não contrata seus próprios funcionários?

Querem abrir mão das responsabilidades. É por isso que um dos problemas mais sérios é a da responsabilidade subsidiária ou solidária. Com o projeto que foi aprovado aqui, sabe o que vai ocorrer? A emenda do Senado determina que a empresa contratante só possa ser acionada pelo trabalhador após a empresa contratada demonstrar não ter capacidade para arcar com o ônus. Então, se a terceirizada entra em falência, está em dificuldade financeira e não pode, por exemplo, pagar os salários do trabalhador, ele não pode recorrer a quem contratou. Aí, vai esperar a Justiça definir que aquela empresa que o contratou diretamente, a terceirizada, não tem condições de pagar. Vão ser quantos anos à espera da morte, da fome, da desgraça?

O que se aprovou aqui foi na verdade uma volta perversa ao sistema cruel de escravização do trabalho. Por isso eu não aceito. Acho que há divergências aceitáveis, mas não dá para ser cínico e dizer que isso é bom para o trabalhador. Nenhum defensor aqui vai colocar os seus filhos numa empresa terceirizada: "*Olha, vai trabalhar numa terceirizada que é melhor*". Não vai. Vai tentar cargos públicos, altos salários ou administrar suas próprias empresas. O trabalho terceirizado veio para escravizar no campo e na cidade aqueles que garantem o lucro para o agronegócio ou para as indústrias.

Documento 295/339

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017-14:15
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		JOÃO DANIEL-PT -SE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

### *Sumário*

Notas da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA e da Central Única dos Trabalhadores - CUT de repúdio à aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre trabalho temporário nas empresas urbanas e relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, registro aqui duas notas, para que sejam transcritas nos Anais desta Casa e divulgadas pelo programa *A Voz do Brasil*: uma nota é da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; a outra, feita na manhã de hoje, é da Central Única dos Trabalhadores - CUT, que esteve aqui, neste plenário, até o fim da votação de ontem.

Como não posso ler as duas notas, leio apenas um trecho da nota da CUT, que diz:

*A CUT conclama toda a classe trabalhadora, as demais centrais sindicais, todos os setores da sociedade que compreendem que os direitos trabalhistas são parte essencial dos direitos humanos, à mais ampla mobilização para derrotar, nas ruas e locais de trabalho esse golpe desferido com a aprovação da terceirização em todas as atividades das empresas, abrindo a via para transformar empregos formais e regulamentados, em "bicos" de trabalho precário, temporário e parcial, com salários e direitos rebaixados, inclusive na administração pública.*

A CUT, a União Geral dos Trabalhadores - UGT, a Central de Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil - CTB, toda a classe trabalhadora poderá reverter isso, fazendo grandes mobilizações e lutas no Brasil inteiro, para exigir que o Presidente golpista não faça a sanção dessa lei perversa.

Portanto, quero, Sr. Presidente, que este meu pronunciamento seja registrado e divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado João Daniel.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar notas públicas da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA e da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

#### NOTAS A QUE SER REFERE O ORADOR

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, entidade que representa cerca de 4 mil juízes do Trabalho, tendo em vista a aprovação, na noite desta quarta-feira (22/3), do Projeto de Lei (PL) nº 4.302/1998, que regulamenta a terceirização nas atividades meio e fim, bem como na iniciativa privada e no serviço público, vem a público se manifestar nos seguintes termos:

- 1 - A proposta, indubitavelmente, acarretará para milhões de trabalhadores no Brasil o rebaixamento de salários e de suas condições de trabalho, instituindo como regra a precarização nas relações laborais.
- 2 - O projeto agrava o quadro em que hoje se encontram aproximadamente 12 milhões de trabalhadores terceirizados, contra 35 milhões de contratados diretamente, números que podem ser invertidos com a aprovação do texto hoje apreciado.
- 3 - Não se pode deixar de lembrar a elevada taxa de rotatividade que acomete os profissionais terceirizados, que trabalham em média 3 horas a mais que os empregados diretos, além de ficarem em média 2,7 anos no emprego intermediado, enquanto os contratados

permanentes ficam em seus postos de trabalho, em média, por 5,8 anos.

4 - O já elevado número de acidentes de trabalho no Brasil (de dez acidentes, oito acontecem com empregados terceirizados) tende a ser agravado ainda mais, gerando prejuízos para esses trabalhadores, para o Sistema Único de Saúde e para Previdência Social que, além do mais, sofrerá impactos negativos até mesmo pela redução global de recolhimentos mensais, fruto de um projeto completamente incoerente e que só gera proveito para o poder econômico

5 - A aprovação da proposta, indubitavelmente, colide com os compromissos de proteção à cidadania, à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho previsto no art. 1º da Constituição Federal que, também em seu artigo 3º, estabelece como objetivos fundamentais da República construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

6 - A Anamatra lamenta a aprovação do PL nº 4302/98, na certeza de que não se trata de matéria de interesse da população e de que a medida contribuirá apenas para o empobrecimento do país e de seus trabalhadores.

7 - Desse modo, conclama o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Michel Temer, a vetar o projeto, protegendo a dignidade e a cidadania.

Mais um golpe contra os direitos dos trabalhadores.

PL 4302 que terceiriza todas as atividades das empresas é aprovado pela maioria da Câmara dos Deputados

A Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) vem a público denunciar o golpe promovido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), com a votação a toque de caixa do PL 4302 que permite a terceirização de toda e qualquer atividade das empresas.

Um golpe, uma manobra espúria, pois tal PL 4302, proposto em 1998 no governo de Fernando Henrique Cardoso e que, depois de passar no Senado, ficou engavetado. O PL 4302 só foi ressuscitado agora, quando o PL 4330, aprovado na Câmara em abril de 2015, havia provocado um substitutivo global do senador Paulo Paim que proibia a terceirização das atividades-fim das empresas, tal como era o entendimento consagrado pela Justiça do Trabalho, e iria ser votado no Senado.

Rodrigo Maia, pressionado pela CUT e outras centrais sindicais, havia se comprometido em 13 de março passado a suspender a votação do PL 4302 por pelo menos 30 dias, para que o debate sobre a terceirização pudesse ser feito



em toda a sua dimensão. Num verdadeiro "passa moleque", o presidente da Câmara não honra o compromisso assumido com as centrais e submete a voto um PL que é, na prática, uma mini-reforma trabalhista regressiva que permite a terceirização de todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, atacando todos os seus direitos como férias, 13º Salário, jornada de trabalho, garantias de convenções e acordos coletivos.

Apoiando-se numa maioria de deputados golpistas e corruptos, atendendo à pressão de empresários que querem flexibilizar direitos e precarizar as relações de trabalho para aumentar os seus lucros, como Paulo Skaf da FIESP e seu infame "pato" usado na pressão pelo golpe do impeachment contra a presidenta Dilma, a Câmara dos Deputados acaba de cometer mais um golpe contra os direitos da classe trabalhadora, na noite deste dia 22 de março. Uma vez aprovado na Câmara, o projeto de lei vai diretamente à sanção do ilegítimo presidente Michel Temer.

A CUT não reconhece qualquer legitimidade nessa votação, feita na calada da noite e a toque de caixa, da atual Câmara dos Deputados, desmoralizada diante da opinião pública nacional e internacional pelos sucessivos atropelos de sua maioria à democracia e aos direitos da classe trabalhadora.

A CUT conclama toda a classe trabalhadora, as demais centrais sindicais, todos os setores da sociedade que compreendem que os direitos trabalhistas são parte essencial dos direitos humanos, á mais ampla mobilização para derrotar, nas ruas e locais de trabalho esse golpe desferido com a aprovação da terceirização em todas as atividades das empresas, abrindo a via para transformar empregos formais e regulamentados, em "bicos" de trabalho precário, temporário e parcial, com salários e direitos rebaixados, inclusive na administração pública.

A CUT confia na capacidade de luta de nosso povo e da classe trabalhadora, demonstrada na grande jornada de 15 de março passado contra o desmonte da Previdência e os ataques aos direitos trabalhistas. Vamos combater a terceirização ilimitada, a PEC 287 (Reforma da Previdência) e o PL 6787 (Reforma Trabalhista) que rasga a CLT.

A CUT indica a realização da Greve Geral de toda a classe trabalhadora no próximo mês de abril e convoca desde já um Dia Nacional de Mobilização em 31 de março.

Nenhum Direito a Menos

Abaixo o PL da Terceirização Ilimitada.

Retirada da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista.

Todos Juntos na Greve Geral!



Documento 296/339

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017-14:18
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		ANGELIM-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

### *Sumário*

Razões do voto contrário do orador ao projeto de lei sobre a terceirização das relações de trabalho. Repúdio à aprovação da matéria pela Câmara dos Deputados.

**O SR. ANGELIM** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem votei contra o projeto de terceirização por entender que a terceirização e a contratação de trabalhadores temporários gera uma alta rotatividade nas empresas privadas e no setor público, o que não deixa prosperar a *expertise*, ou seja, o *know-how*, os conhecimentos técnicos tão necessários. Quando uma empresa está com alta rentabilidade, com alta lucratividade, gera mais empregos temporários ou terceirizados, mas, em razão de qualquer variável, de qualquer declínio nessa rentabilidade ou de mudança nos juros, ela tende a demitir, a se livrar dessa mão de obra.

O projeto também vai reduzir drasticamente a abertura de novos concursos públicos, porque é muito mais flexível, muito mais fácil para o empregador contratar um trabalhador temporário ou terceirizado. O que vai ser, então, dos nossos jovens que saem das universidades? Eles não vão ter a oportunidade de ingressar no serviço público por mérito, por concurso público, ter ascensão profissional e ter, principalmente, a carteira de trabalho assinada.

Para os trabalhadores temporários e terceirizados vai acabar a Previdência, porque eles não vão ter a perspectiva de uma aposentadoria integral que lhes dê o direito de, como qualquer trabalhador, em qualquer parte do mundo, ter uma velhice, uma terceira idade mais segura e receber um salário digno. Essa situação nos preocupa.

É necessário fazer as reformas trabalhista e previdenciária? É, porque



a sociedade é dinâmica, muda a cada ano. Mas isso não deve penalizar o trabalhador. Há outras formas de se distribuir essa carga, sem colocá-la apenas nas costas daqueles homens e mulheres que produzem, que dedicam a vida a trabalhar.

Além disso, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE tem estudos que mostram que o trabalhador terceirizado trabalha, semanalmente, 3 horas a mais do que o trabalhador formal e recebe um salário 27% menor. Isso é muito preocupante.

Manifesto o meu repúdio, a minha contrariedade ao que aconteceu ontem nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 297/339

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017-14:24
Publ.: DCD - 24/03/2017 -	MAURO PEREIRA-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contestação a críticas de Deputados do PT contra a aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto de lei relativo à terceirização de contratos de trabalho. Importância da matéria para a retomada do crescimento econômico do Brasil.

---

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, Srs. Deputados, eu estava ouvindo os colegas, em especial os do Partido dos Trabalhadores, falando sobre a terceirização.

A terceirização já existe há muitos anos no nosso País, com normas definidas por resoluções do Tribunal Superior do Trabalho. O que nós

fizemos ontem foi votar uma lei para regulamentá-la, para dar legalidade à situação, para facilitar a vida de quem quer contratar uma empresa terceirizada e para garantir os direitos dos trabalhadores dessa empresa. Foi isso que nós aprovamos ontem.

Com isso, nós vamos beneficiar 13 milhões de trabalhadores terceirizados. Ao mesmo tempo, vamos contribuir para aumentar o número de empregos no nosso País.

Aos Deputados do PT e a outros que passaram por aqui, digo: quem acabou com a economia brasileira foi o Governo Dilma, foi o Governo Lula, que quebrou o nosso País. Por onde passa - no Rio Grande do Sul, em São Paulo -, o PT arrebenta e quebra tudo. É isso aí. O PT passou e administrou - ou desadministrou. É por isso que o remédio precisa ser forte.

É isso que o Temer está tendo que fazer. É isso que o Governador Sartori está tendo que fazer no Rio Grande do Sul. É isso que o Prefeito Doria está tendo que fazer em São Paulo. Por quê? Porque, se o PT passa em alguma administração, em seguida, é necessário que venha o remédio. É isso que nós estamos fazendo. Nós somos o remédio para salvar a economia brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

---

Documento 298/339

046.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de  
Debates - CD

23/03/2017-14:36

Publ.: DCD -  
24/03/2017 -

WALDENOR PEREIRA-PT -BA

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

***Sumário***

Protesto contra a aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº

4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. WALDENOR PEREIRA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a classe trabalhadora brasileira hoje está de luto. No dia de ontem, o Governo golpista e ilegítimo de Michel Temer, naturalmente apoiado pela sua base de sustentação neste Parlamento, assassinou a Consolidação das Leis do Trabalho nos seus 74 anos de idade.

De fato, a noite de ontem foi muito triste para a classe trabalhadora do Brasil, por causa da aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, intitulado pela minha colega Maria do Rosário como uma múmia, porque resgatado do Governo Fernando Henrique Cardoso, um projeto de 1998. O projeto é muito pior em seu conteúdo do que o Projeto de Lei nº 4.330, que já havia sido aprovado por esta Câmara Federal, naturalmente com o nosso voto contrário, e que atualmente se encontra em tramitação no Senado Federal. O projeto é muito pior também do que o Projeto de Lei nº 6.787, que está sendo alvo de composição de uma Comissão Especial, da qual sou um dos membros.

O projeto aprovado no dia de ontem, que tem como alvo principal a terceirização, aliás, a quarteirização, porque permite que empresas terceirizadas possam contratar outras terceirizadas para prestarem os serviços contratados, trata de um projeto de uma iniciativa resgatada pelo Governo ilegítimo e golpista de Michel Temer, uma verdadeira afronta, um tiro no coração dos trabalhadores brasileiros. É um projeto que incorpora a prevalência do acordado sobre o legislado. É um projeto que incorpora os contratos temporários, inclusive com prazo superior ao do próprio projeto de lei que está sendo alvo de apreciação na Comissão Especial. É um projeto que institui a chamada "pejotização", a possibilidade de pessoa física contratar outros trabalhadores, algo que deverá ser bastante utilizado, especialmente na zona rural, na agricultura familiar. Portanto, mais uma iniciativa maldosa, mais uma iniciativa perversa, nociva, que fere frontalmente os interesses dos trabalhadores do nosso País.

Nós já havíamos avisado, já havíamos chamado à atenção que o golpe se encontra em curso. Ele não se esgotou com o afastamento, com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, uma mulher honrada, honesta, sobre a qual não há nenhum ato de improbidade administrativa, nenhum crime de responsabilidade. Ela não mantém contas ocultas no exterior, não desviou recurso público.

Na verdade, a temática da corrupção representou uma cortina de

fumaça, porque aqueles que defenderam o golpe, especialmente os Parlamentares do PMDB, do DEM, do PSDB e outros aliados, não têm estatura moral para falar sobre corrupção. O núcleo duro, o núcleo principal do Governo Michel Temer, inclusive o seu Presidente, está atolado em delações que comprovam atos de corrupção praticados por essas personalidades.

Por isso, queremos mais uma vez protestar contra mais essa etapa do golpe instituído contra a democracia brasileira, com a aprovação, no dia de ontem, desse projeto de lei que, repito, representa um duro golpe, um tiro no coração dos trabalhadores do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 299/339

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017- 14:48
Publ.: DCD - 24/03/2017		SÁGUAS MORAES-PT -MT
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Descontentamento com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre trabalho temporário nas empresas urbanas e relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Inconformismo com a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI da FUNAI e INCRA 2.

---

**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, ontem nós tivemos uma noite muito ruim nesta Casa, devido à votação do projeto de lei da terceirização, o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que estava enterrado, mas foi desenterrado. Ele foi aprovado nesta Casa em 2000, foi para o Senado Federal, voltou piorado e foi arquivado.

O Presidente Lula, quando assumiu a Presidência da República, pediu



que se arquivasse esse projeto, de tão ruim que era. Foi arquivado, mas, infelizmente, não foi rasgado, não foi jogado na lata de lixo e ontem à noite voltou para análise.

O PL 4.320/98 precariza a relação de trabalho no País, tanto para a iniciativa privada quanto para o serviço público. Nós observamos que qualquer empresa que tiver essa possibilidade vai tentar maximizar seus lucros. Hoje só é permitida a terceirização para atividades-meio, ou seja, vigilância, limpeza, contabilidade, tecnologia da informação, enfim, aquelas que não estão diretamente relacionadas à atividade principal de uma determinada empresa. A partir do momento em que nós autorizamos - como esse projeto autorizou - a terceirização para todas as atividades de forma ampla e irrestrita, abrimos a possibilidade da precarização do trabalho.

Vejam bem, se uma determinada empresa, uma determinada fábrica tem dez operários e gasta 30 mil com eles, a partir de agora vai poder uma empresa terceirizada dizer que consegue ter os mesmos dez empregados por um preço menor. Começa, então, a negociação com o dono da fábrica: *"Eu faço para você - você gasta 30 mil - por 25 mil"*. O dono da fábrica aceita a proposta. Mas ele precisa ter lucro também, de 20% - ele já deu um desconto, de 30 mil passou para 25 mil -, e vai tirar mais 5 mil? Sobram 20 mil para ele contratar os mesmos dez empregados. Como é obrigado a pagar os encargos trabalhistas, com certeza vai haver redução de salário superior a 30%. Os empregados da fábrica, que já estão treinados, vão perder o emprego. Vão entrar novos empregados, nem sempre com a capacitação necessária para desempenhar aquela função e nem sempre preparados para prestar o melhor serviço. Mas a pessoa topa, por um salário menor. E essa empresa terceirizada provavelmente não vai oferecer todos os equipamentos de proteção necessários - o dono da fábrica também não -, e é obrigação dela.

Enfim, trata-se da precarização da relação de trabalho, da relação de remuneração e principalmente de negar o direito à cidadania a essas pessoas que hoje são contratadas diretamente pelo empregador. Infelizmente tivemos a aprovação do projeto, agora teremos as consequências pela frente.

Sr. Presidente, também tivemos a prorrogação dos trabalhos da CPI da FUNAI e INCRA. Vergonhosamente, essa CPI, que começou em 2015, foi prorrogada por três vezes, e encerrou sem apresentar relatório nenhum. Apresentaram um novo pedido de prorrogação este ano, que já está em curso novamente. Ou seja, ela não terá fim.

Essa CPI, Sr. Presidente, serve para sangrar os movimentos sociais,

para negar o direito à reforma agrária, para não demarcar a terra indígena, para discriminar os quilombolas. Essa é a CPI da discriminação, da perseguição e da negação dos direitos das minorias deste País. Por isso protestamos contra a sua prorrogação. Nós não podemos admitir que ela sirva de palanque eleitoral para meia dúzia de Deputados reacionários desta Casa contra os direitos dos indígenas, dos trabalhadores rurais, das minorias.

---

Documento 300/339

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017-14:54
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		CELSO PANSERA-PMDB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### **Sumário**

Manifestação de voto contrário ao projeto de lei sobre terceirização de mão de obra. Críticas à proposição.

---

**O SR. CELSO PANSERA** (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ontem votei contra o projeto da terceirização. E votei contra porque eu acho que o combate à crise econômica e ao desemprego demanda medidas de cunho macroeconômico, medidas que sejam de muita coragem para que o sistema produtivo volte a funcionar, como por exemplo a preservação do conteúdo nacional, como era feito nos últimos anos para a indústria naval e para a indústria do petróleo. Essas, sim, são medidas positivas para a retomada do crescimento econômico do País.

A outra crítica forte que eu tenho ao projeto de lei da terceirização é quanto à responsabilidade dos gestores e dos contratantes de empresas terceirizadas. O que está previsto no projeto aprovado não é a responsabilidade solidária. E, hoje em dia, os prefeitos, os governadores contratam empresas terceirizadas, e, ao fim da gestão, essas empresas abandonam o pagamento e o recolhimento dos

impostos, e o gestor que os contratou não tem responsabilidade solidária. Ele sai da gestão, o trabalhador fica sem seus direitos trabalhistas e não tem onde cobrar os direitos que deixou de receber.

Essa é uma grande falha do projeto que foi votado aqui, pois o contratante não é solidário com relação aos direitos trabalhistas que não foram recolhidos pela empresa terceirizada.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 301/339

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017- 16:42
Publ.: DCD - 24/03/2017	GIVALDO CARIMBÃO-PHS -AL	
- CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento contrário ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (Bloco/PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante o Parlamentar prestar contas aos seus eleitores, à população.

Ontem, nesta Casa, votamos o projeto da terceirização e o aprovamos. Para mim, o fim do concurso público no Brasil começou a partir de ontem, e isso foi aprovado sem o meu voto.

Imaginem uma prefeitura, que tem a secretaria de educação do Município; com a aprovação do projeto, o professor pode ser terceirizado. Até se admite a terceirização no serviço de limpeza ou de



manutenção, mas na atividade-fim? Pelo amor de Deus! Imaginem um hospital que não tem médico, todos são terceirizados; uma empresa de segurança que não tenha um segurança, todos são terceirizados. É o fim da picada para os trabalhadores brasileiros!

Eu quero deixar registrada aqui, Sr. Presidente, a minha posição. Eu votei contra o projeto, em defesa dos trabalhadores, em defesa daqueles que tanto estudam para fazer um concurso público. Ontem, com a aprovação do projeto da terceirização, chegou ao fim o concurso público. Lamentavelmente, agora se instala a terceirização.

Eu quero deixar registrado para a Nação brasileira que o meu voto foi "não".

---

Documento 302/339

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017- 17:06
Publ.: DCD - 24/03/2017		PEPE VARGAS-PT -RS
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Razões da contrariedade do orador à proposta do Governo Federal de equiparação da idade mínima para a aposentadoria de homens e mulheres.  
Defesa de aperfeiçoamento da legislação sobre a terceirização do trabalho.  
Alerta quanto aos reflexos da terceirização de mão de obra sobre a aposentadoria.

---

**O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, de antemão, agradeço ao Deputado Zé Geraldo, que está inscrito para fazer uma declaração pela Liderança do PT, e ao Deputado Mauro Pereira, que, na sequência, fará uma declaração pela Liderança do PMDB, por terem postergado as declarações, para que eu pudesse ocupar agora este espaço e fazer uma breve comunicação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu faço parte da Comissão Especial da Reforma da Previdência. Tenho participado de todas as audiências públicas. Já recebemos vários técnicos, especialistas e representantes de diversos setores do Governo.

Hoje o debate foi sobre o tema *Seguridade Social e a condição da mulher*. De acordo com as regras atuais da Previdência, as mulheres se aposentam 5 anos antes dos homens. Pela proposta encaminhada pelo Governo Temer, as mulheres, para conseguirem se aposentar, precisarão ter 65 anos de idade, da mesma forma que os homens, e pelo menos 25 anos de contribuição,.

O que ficou sobejamente demonstrado nessa audiência pública? Primeiro, que existem brutais diferenças de gênero no mercado de trabalho brasileiro. As mulheres recebem salários mais baixos, as mulheres têm empregos mais vulneráveis, a tal ponto que 56% das mulheres que estão no mercado de trabalho e se aposentam não conseguem chegar a 22 anos de contribuição. E 44% das mulheres que se aposentam não conseguem chegar a 20 anos de contribuição. Então, hoje elas se aposentam por idade aos 60 anos, tendo pelo menos 15 anos de contribuição.

Vejam bem o significado disso. No caso da aposentadoria da mulher, se passar a proposta de 65 anos de idade e 25 anos de contribuição, 44% a 56% das mulheres não conseguirão se aposentar. Eu vou repetir este número: 56% das mulheres que estão no mercado de trabalho hoje não conseguirão se aposentar, segundo os dados atualmente existentes no Brasil sobre a concessão de aposentadorias. Isso é algo brutal! Nós não podemos aceitar uma proposta desse tipo.

Considerem a combinação disso com o que foi votado ontem aqui sobre a instituição da possibilidade de uma legislação selvagem no que diz respeito a terceirização, contratos temporários. O contrato temporário será de até 270 dias. Quer dizer, o trabalhador que assina contrato temporário não tem direito a Fundo de Garantia, por exemplo. Isso é cruel. E são as mulheres que mais realizam trabalho terceirizado no Brasil. Essa decisão de ontem, portanto, vai afetar todo mundo, mas afetará principalmente as mulheres.

Ora, nós temos uma legislação que permite terceirização de serviços. Precisa ser aperfeiçoada essa legislação. Pois bem, então, aperfeiçoemos essa legislação. Agora, permitir que até as atividades-fim das empresas possam ser terceirizadas, permitir que aquele que contrata uma empresa de intermediação de mão de obra não seja mais responsável solidário quanto aos direitos do trabalhador que é contratado pela empresa prestadora de serviço resulta em que



milhares de trabalhadores poderão ter os seus direitos atingidos. Há muitas empresas aventureiras nesse mercado, que vão lá, fazem a intermediação da mão de obra, depois fecham a empresa, a empresa entra em falência, e o trabalhador não consegue garantir o seu direito. Isso vai afetar também a possibilidade de aposentadoria de muita gente.

---

Documento 303/339

---

046.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de Debates -  
CD

23/03/2017-  
17:12

Publ.: DCD - 24/03/2017

ZÉ GERALDO-PT -PA

-

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Críticas à aprovação, pela Casa, de projeto de lei sobre terceirização do trabalho. Alegação de improcedência dos argumentos do Governo Federal favoráveis à reforma previdenciária. Efeitos da Operação Lava-Jato sobre o País e o PT. Defesa de realização de reformas política e tributária.

Consequências da Operação Carne Fraca. Indagação ao Juiz Sergio Moro sobre os motivos da prisão do blogueiro Eduardo Guimarães. Responsabilização dos apoiadores do impeachment da então Presidenta da República Dilma Rousseff pela crise econômica no Brasil. Inconsistência da generalização de críticas à classe política. Preocupação com os rumos do País. Uso excessivo de agrotóxicos na agricultura.

---

**O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA e como Líder. Sem revisão do orador.) -** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos aqueles que me ouvem neste momento, gostaria de aproveitar este tempo para tecer alguns comentários sobre acontecimentos desses últimos dias, principalmente sobre o que aconteceu aqui ontem à noite, quando foi votado o projeto a respeito da terceirização.

As pesquisas indicam que os trabalhadores terceirizados trabalham mais, ganham menos e sofrem mais acidentes. E ontem aqui se liberou geral. Existem setores no Brasil em que mais de 50% da atividade já é



terceirizada, como é o caso do setor elétrico. O que nós votamos aqui ontem à noite foi uma irresponsabilidade total deste Parlamento, que está de joelhos diante do comando de um Presidente ilegítimo, Michel Temer, e de um Ministro que só pensa em arrecadar dinheiro para o capital especulativo. Tudo aquilo que Henrique Meirelles está pregando e está mandando fazer é exatamente para atender interesses do grande capital e do capital especulativo.

A reforma previdenciária, por exemplo, serve exatamente para isso. A Previdência não é deficitária. Ela é deficitária quando a União não paga a sua parte. Quando a União paga a sua parte, como acontece em todos os outros sistemas previdenciários do mundo, ela deixa de ser deficitária e se torna até superavitária.

Eu quero agora falar sobre os estragos que a Operação Lava-Jato tem feito neste País. Nós sabemos que os temas relacionados ao mensalão e à Operação Lava-Jato estão ligados a financiamentos de campanha. No Brasil, os financiamentos de campanha são privados, e as campanhas foram encarecendo neste País nos últimos 12 anos. As campanhas legais foram alvo da minoria dos recursos nos últimos anos, e às campanhas ilegais, em que há caixa dois, foi destinada a maioria dos recursos.

Prova disso está surgindo agora. Estão sendo feitas as delações da Odebrecht, e estão aparecendo os caciques do PMDB, os caciques do PSDB, os caciques do PSD, do PP, do PR. Há delações que mostram que o Senador tal recebeu 5 milhões, 10 milhões; o candidato a Governador tal recebeu 25 milhões. Quando é um candidato do PT ao cargo de Deputado Federal ou de Senador ou um Deputado ou Senador do Partido dos Trabalhadores que supostamente usou caixa dois, são 300 mil, 500 mil, 800 mil, quando muito, 1 milhão. Mas, em relação aos demais partidos, e agora começam a aparecer o Sr. Aécio Neves, o Sr. Geraldo Alckmin, o Sr. José Serra, o Sr. Gilberto Kassab e assim por diante, são 5 milhões, 10 milhões, 15 milhões, 20 milhões, e por aí vai.

O povo brasileiro começa a perceber que houve realmente uma satanização do PT durante esse tempo, porque este era o objetivo: derrubar a Presidenta Dilma, enfraquecer o PT, acabar com o PT, o que não conseguiram nem vão conseguir.

Mas é claro que provocaram um grande estrago sim. Nesses anos, nós não só perdemos uma Presidenta do nosso partido, legitimamente eleita, honesta - não há comprovação contra ela -, como também deixamos de eleger mais Vereadores, mais Prefeitos, mais Deputados Estaduais, mais Deputados Federais, mais Senadores, mais

Governadores. Desde a época do mensalão, foram pregando para os eleitores brasileiros que era o PT que usava o caixa dois para realizar as campanhas.

Eu não sei por que a delação da Odebrecht continua em sigilo até agora. Se apenas membros do nosso partido tivessem sido citados nessa delação, talvez ela não fosse mais sigilosa. Mas alguém ainda tem que estar sob sigilo, porque vai aparecer, numa delação, que uma grande liderança de um partido recebeu um apartamento em Paris. Essa pessoa o recebeu mesmo, ela o comprou e o doou. Tudo isso vai aparecer agora.

Começam a se movimentar para fazer uma reforma política, para que essa reforma possa inclusive proteger lideranças de partidos que não terão condições de disputar as eleições, de se eleger ou se reeleger nas próximas eleições.

Então, uma grande injustiça foi cometida contra um partido, um dos maiores partidos do Brasil, que tem um grande legado, que governou este País como ninguém jamais governou, que fez por este País o que ninguém fez nesses 500 anos.

O Governo Temer, que é uma junção de praticamente todos os partidos, exceto os partidos de esquerda, até agora não conseguiu fazer nada! O Brasil vai de mal a pior, com aumento do desemprego.

As operações irresponsáveis continuam acontecendo, como a Operação Carne Fraca. Algumas autoridades da Polícia Federal não têm responsabilidade com este País, não estão nem aí. Na minha avaliação, houve exagero na Operação Carne Fraca. Existem coisas ali a serem corrigidas. Uma operação não pode colocar um setor produtivo de um país, principalmente em momento de crise, numa situação de fragilidade, como aconteceu relativamente a essa operação. Isso prova que este é um Governo fraco. Nem o Ministro da Justiça nem o Ministro da Agricultura sabiam que essa operação estava acontecendo.

Eu quero dizer ao Juiz Sergio Moro, que já critiquei muito desta tribuna, que, na minha avaliação, ele cometeu mais um ato de irresponsabilidade nesta semana ao mandar prender o blogueiro Eduardo Guimarães. Faço novamente uma pergunta ao Juiz Sergio Moro. Se ele não quiser me responder, não me responda.

Juiz Sergio Moro, por que mandou prender Eduardo Guimarães? Quero ver se é homem para me responder, por telefone, por correspondência ou por intermédio de algum assessor seu. Mandou prendê-lo por perseguição, porque em determinado momento o



jornalista o denunciou, ou achava que ele poderia ter alguma coisa que pudesse ser um jeito de você mandar prender Lula? Até agora não conseguiu. Está tão desesperado que mandou prender até jornalista. Foi uma prisão foi totalmente ilegal. Tanto é que já mandou liberar o jornalista, porque você não achou aquilo que queria em gravações, em computadores, em celulares desse jornalista que foram apreendidos. Então, é uma irresponsabilidade total.

Eu quero dizer ao povo brasileiro que, se houve um golpe neste País, parte do Judiciário brasileiro também foi peça dessa engrenagem, parte da Polícia Federal foi peça dessa engrenagem, parte do Ministério Público foi peça dessa engrenagem, e, naturalmente, os partidos que perderam a eleição pela quarta vez e não se conformaram foram peças dessa engrenagem. O PSDB, o Democratas perderam as eleições e sabiam que não têm chance nenhuma de ganhar de Lula nas eleições em 2018. E o resultado foi a crise.

A crise do Brasil tem nome. Quem provocou a crise foram aqueles que perderam as eleições no voto para a Presidenta Dilma em 2014: o Sr. Aécio Neves; parte do PMDB (aqui havia uma parte do PMDB liderada por Eduardo Cunha, e depois Temer acabou aderindo às forças golpistas neste País); partidos que hoje formam a base do Governo, que contribuíram para um dos piores episódios deste País.

Este País nunca perdeu tanto. Os prejuízos são trilionários. Se a Justiça brasileira, se o Ministério Público, se a Operação Lava-Jato querem comemorar porque estão conseguindo trazer de volta 5, 10, 15, 20 bilhões, precisam se lembrar de que houve uma quebraadeira nas empresas brasileiras, que agora não conseguem ganhar uma concessão nem de restauração de rodovia ou de reforma de aeroporto neste País, não conseguem construir.

Empresas que estavam construindo fora do Brasil, na América do Sul, hoje não conseguem ganhar uma concessão referente a aeroporto. Na última concessão que houve, relativa a quatro grandes aeroportos, superavitários, quem ganhou foram empresas europeias. E a Europa não anda bem das pernas, nem econômica nem socialmente. Em alguns países europeus, a crise tem sido feia, continua sendo grave.

Portanto, este é o saldo da Lava-Jato. Com a intenção de acabarem com o PT, com a intenção de derrubarem o Governo da Presidenta Dilma, acabaram derrubando o Brasil. Acabaram com o Brasil, estão enterrando o Brasil, gerando desemprego, propondo uma reforma da Previdência para matar a classe trabalhadora e aprovando a terceirização, como fizeram aqui ontem à noite.



Foi uma irresponsabilidade desta Câmara. Aqui, a maioria dos Deputados não tem compromisso com um projeto de futuro para este País. Aliás, muitos que estão sentados nessas cadeiras gastaram 5, 6, 8, 10, 15 milhões de reais, ou seja, compraram a eleição, e agora não têm autonomia para exercer o mandato de maneira livre. Não existe condição de um Parlamento como este funcionar.

Na minha avaliação, a reforma política é que deveria estar sendo discutida neste País. As duas grandes reformas do Brasil teriam que ser a reforma tributária e a reforma política, e não reforma trabalhista, reforma previdenciária. Temos que reformar muita coisa. Mas, sem reforma política, eu quero ver como alguém governa este País, com 27, 28, 30 partidos, quero ver como a política vai ser qualificada, com 27, 28, 30 partidos. Já passa de 40 o número de partidos neste País.

Então, nós temos que fazer uma reforma política. Não se deve tratar só de lista fechada. Lista fechada é um tema. Nós temos que discutir o financiamento público de campanha, porque as campanhas estão cada vez mais caras. As campanhas para os cargos de Prefeito e Vereador neste País custaram mais do que as passadas. Depois de todo o debate sobre petrolão, caixa dois, financiamento, três candidatos juntos gastaram, em Municípios com 12 mil eleitores, 3 ou 4 milhões de reais para disputar os votos desses eleitores. Há candidatos a Prefeito em Municípios pobres por aí afora que gastaram 2 ou 3 milhões de reais em uma campanha. Eu pergunto: quem paga tudo isso?

A reforma política, portanto, precisa ser ampla. Nós temos que discutir também, por exemplo, essa questão da suplência dos Senadores. Como é que pessoas que nunca receberam um voto viraram Senadores? Por que os mais votados não se tornam Senadores, e o seguinte, suplente? Ano que vem, 2018, vai haver duas vagas para o Senado em cada Unidade da Federação. Os dois mais votados seriam os dois eleitos, e o terceiro mais votado seria o suplente. Em caso de vacância, ele assumiria o cargo.

Para que nós temos que ter vices neste País? É Vice-Governador, Vice-Prefeito, Vice-Presidente da República.

E que tal propormos um plebiscito para discutirmos o voto obrigatório?

Hoje eu participei de uma entrevista, e foi feita esta pergunta: "*Como aproximar o político, o candidato, o Deputado do eleitor?*" Se nós estamos aqui há tanto tempo satanizando a política, se nós estamos dizendo para os eleitores que os políticos não prestam, será muito difícil aproximar o Deputado e o Senador do jovem que quer ingressar



na política. O que se fez aqui até hoje foi a satanização da política.

Se há políticos desonestos, se há políticos picaretas, se há políticos que estão aqui dentro para defender interesses que não sejam os do povo, pode-se dizer que a maioria não é assim. A maioria trabalha, a maioria vem para cá, a maioria tem interesse em ver o seu Estado e o seu País melhorando.

É lamentável que nós depreciemos a política neste País. É lamentável, porque nós estávamos indo bem. O Brasil tinha a sensação de ser um país desenvolvido, um país em que os trabalhadores estavam melhorando. O microempresário estava virando pequeno empreendedor; o pequeno estava virando médio; o grande também estava podendo se expandir (havia geração de empregos); o trabalhador autônomo estava conseguindo se sobressair. Agora, de repente, não há mais concursos públicos. O jovem não tem mais esperança de ingressar na carreira pública. As universidades que foram abertas estão com dificuldades de se manter. Não há dinheiro para obras. Não temos mais INCRA, não temos mais Ministério da Reforma Agrária, não temos mais Ministério da Pesca.

Este País começa a entrar num clima de desespero. A violência aumenta em todos os mais de 5 mil Municípios do País, desde o maior Município, São Paulo, até o menor Município do Norte ou do Sul do Brasil. Há violência em todas as cidades. A paz social já não existe mais. A tendência é andarmos nas ruas e vermos cada vez mais mendigos pedindo ajuda, como há 20 anos, no Governo da Nova República, que foi governado exatamente por esses que estão sentados nessas cadeiras atualmente.

Eu lembro muito bem que Sarney assumiu porque Tancredo faleceu. Veio Sarney, e não deu certo. Inventaram Collor, e não deu certo. Veio Itamar, veio Fernando Henrique Cardoso, que inventou o Plano Real.

Rodovias como a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica passaram 20 anos sem reforma. Nem as pontes de madeira eles reformaram, e havia muita madeira! De repente, Lula veio e começou a asfaltar a Cuiabá-Santarém, a Transamazônica.

E a transposição de águas do Rio São Francisco? Desde D. Pedro I falavam nessa obra. Lula teve que aparecer, teve que chegar ao Governo para fazer a transposição de águas do Rio São Francisco. *"Ah, a obra está atrasada, não terminou!"* Não terminou ou não está mais avançada porque o Governo que estava dando certo foi destituído, por mentiras, corroboradas inclusive por grandes meios de comunicação, fazendo mentiras virarem verdade, como no caso de

uma tal de pedalada fiscal.

Juiz Sergio Moro, você está desesperado porque não achou, nem vai achar, alguma razão para mandar prender o Presidente Lula. Tem que mandar prender exatamente aqueles que merecem ser presos.

Eu pergunto ao povo brasileiro, eu pergunto aos eleitores brasileiros, eu pergunto à Justiça brasileira: por que, nesses 12 anos, só os tesoureiros do PT foram presos? Três tesoureiros do PT que participaram das campanhas foram presos, mas nunca foi preso um tesoureiro do PMDB, nem do PSDB, nem do Democratas, nem do PPS, nem do PR, nem do PSD. Para resumir, até hoje, nesses 12 anos, a Justiça brasileira só mandou prender três tesoureiros do PT. Essa é a realidade.

Nós estamos aqui também, no momento em que a conjuntura nos favorece, para começar a descriminalizar o nosso Partido dos Trabalhadores, que continua sendo um dos maiores partidos do Brasil, continua sendo um dos partidos que mais fez por este País. De acordo com as pesquisas, o Presidente Lula está indicado para voltar a governar este País a partir de 2018. O PMDB não tem candidato, o PSDB não tem candidato, ninguém mais tem candidato. E não adianta quererem inventar um candidato, como inventaram Collor de Mello, que até a poupança do povo confiscou.

Então, meus amigos e minhas amigas, povo brasileiro, a partir do momento em que a Presidenta Dilma foi destituída do cargo e Michel Temer, Meirelles e os empresários nacionais e internacionais assumiram o poder, este País começou a virar uma verdadeira bagunça. Este País não tem como gerar empregos. É mentira que a terceirização vai gerar empregos. Nós vamos desempregar mais, nós vamos fragilizar mais a classe trabalhadora.

Chega de mentir para o povo brasileiro! Chega de fazer operações irresponsáveis, de que nós do Partido dos Trabalhadores fomos vítimas. Agora o Brasil está sendo vítima da Operação Carne Fraca. Imaginem a hora em que forem feitas as operações soja fraca, leite fraco, café fraco, mamão fraco, tudo fraco.

Há muito agrotóxico sendo usado nesses produtos. Daqui a pouco, ninguém vai comer verdura nem soja, nem milho, nem feijão, nem cacau, não vai tomar café porque no Brasil a quantidade de agrotóxicos aplicada na produção agrícola não é mais a permitida por lei. Agrotóxicos que já foram proibidos em outros países continuam sendo aplicados no Brasil.

Ontem à noite, os Deputados que votaram a favor dessa proposta sobre terceirização - não foi o meu caso - cometeram um crime contra o Brasil e contra a classe trabalhadora.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Franklin Lima) - A solicitação de V.Exa. será atendida, Deputado Zé Geraldo.

---

Documento 304/339

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017- 17:36
Publ.: DCD - 24/03/2017		ALFREDO KAEFER-PSL -PR
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Avanços decorrentes da aprovação do projeto sobre terceirização de mão de obra. Preocupação diante da possibilidade de não aprovação das reformas trabalhista e previdenciária.

---

**O SR. ALFREDO KAEFER** (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de o Deputado Mauro Pereira usar da palavra, eu queria fazer um registro que considero extremamente importante. O Brasil, ontem, avançou um passo gigantesco ao aprovar a dita terceirização, nomenclatura específica aqui do País, livre em todas as partes do mundo, onde a contratação de terceirizados, quarteirizados, enfim, de todos eles é abrangente.

Quero deixar claro a todos os trabalhadores, muitos dos quais meus eleitores, que não há perigo. Não se preocupem, pois não existe essa história de não haver carteira assinada, de não haver 13º salário, de

não haver os direitos fundamentais que a própria Consolidação das Leis do Trabalho - CLT garante. O terceirizado terá os mesmos direitos do trabalhador padrão.

Quero dizer que o concorrente maior desse trabalhador hoje é a crise econômica, não é a terceirização. Lá na frente, quando retomarmos o crescimento, e a disputa de vagas for normal - quiçá isso aconteça em breve -, esse terceirizado terá com certeza salário igual ou até maior do que o não terceirizado.

Mas algo me preocupa, Deputado Mauro. Ontem vi a votação dos Deputados. Nós queremos aprovar aqui uma reforma trabalhista e uma reforma da Previdência moderna. Mas muitos dos Deputados de partidos com princípios liberais e de livre mercado se ausentaram e não deram o seu voto importante, como deveriam fazer.

Então este é um alerta que eu faço: se nós queremos modernizar, avançar, tirar o Brasil de um capitalismo de Estado centralizador, perverso, e levá-lo a um capitalismo de mercado como tem que ser, realmente devemos começar a abrir mais a cabeça dos nossos colegas Deputados e fazer avançar reformas importantes que precisam ser feitas.

A reforma trabalhista, que está em pauta, cujo Relator é o Deputado Rogério Marinho, flexibiliza, moderniza e tira essa burocracia enorme que nós temos. Isso tudo representa uma coisa: mais emprego, mais empregabilidade e mais benefícios aos nossos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 305/339

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017- 17:39
Publ.: DCD - 24/03/2017		MAURO PEREIRA-PMDB -RS
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

## *Sumário*

Importância de reunião de membros da Frente Parlamentar da Agropecuária com o Presidente da República, Michel Temer, e Ministros de Estado para debate sobre os efeitos de investigação da Polícia Federal na cadeia produtiva da carne. Contestação a críticas de partidos opositores contra proposição relativa à terceirização de contratos de trabalho e contra a proposta de reforma previdenciária. Responsabilização dos Governos petistas pela crise econômica no Brasil. Expectativa de retomada do crescimento pelo Governo Michel Temer. Anúncio de realização de audiências com o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, destinadas ao debate sobre problemas no setores metalúrgico e vinícola.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado João Daniel, colegas Deputados e Deputadas, primeiro eu gostaria de dizer que na manhã de hoje o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, o Deputado Nilson Leitão, e outros oito Deputados, eu me incluo nesse grupo, estiveram em audiência de 1 hora com o Presidente Michel Temer, que estava acompanhado do Ministro Eliseu Padilha, do Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Osmar Serraglio, e do Ministro Moreira Franco.

Todos nós fomos dialogar com o Presidente sobre os problemas que estão ocorrendo no País após a denúncia feita por um delegado da Polícia Federal na sexta-feira.

É bom deixar bem claro que o fato da denúncia ocorreu em 2014, na época do Governo Dilma. A Ministra da Agricultura à época era a Kátia Abreu. Mas o delegado resolveu fazer essa denúncia agora.

Já está havendo desemprego em frigoríficos. Os nossos agricultores, os nossos empreendedores do agronegócio estão muito preocupados. O preço do milho está caindo. Enfim este é um momento de tensão.

Eu gostaria de me dirigir aos nossos agricultores, aos nossos produtores, aos proprietários de frigoríficos, aos Prefeitos para dizer que existe um grupo trabalhando firme. O Presidente Michel Temer, desde sexta-feira, vem trabalhando e fazendo reuniões para mostrar a verdade.

O que é a verdade? A verdade é que nós temos um rebanho bovino da melhor qualidade, livre de qualquer doença; a verdade é que nós temos uma suinicultura igualmente boa; as nossas granjas são todas



da melhor qualidade, com tudo dentro dos critérios sanitários; a verdade é que a nossa produção de frangos e galinhas é da melhor qualidade.

Então, o que o Presidente Michel Temer, juntamente com a sua equipe e o Ministro Blairo Maggi, que não para de trabalhar em incessantes reuniões, está fazendo é conversar com os líderes dos países que sempre adquirem os nossos produtos. Esse é um trabalho forte para mostrar a verdade.

Quero dizer a todos, Prefeitos e agricultores, que fiquem tranquilos, porque uma coisa é certa: quem trabalha certo tem o reconhecimento. Vocês estão trabalhando certo. A verdade vai prevalecer, e as coisas irão acontecer.

Sobre esses embargos, em minha opinião, rapidamente vamos ter a verdade, e eles vão voltar a comprar a nossa carne. Hoje mesmo o Presidente Michel Temer vai ter uma conversa por telefone com o Presidente chinês. Eles não se falaram ainda, porque há o problema do fuso-horário, mas eles vão se falar.

É muito importante que todos fiquem tranquilos. Fiquem apreensivos, mas tranquilos com o trabalho do Governo Federal. Nós estamos trabalhando para que os países importadores tenham o real retrato do que está acontecendo aqui.

Esse fato que foi denunciado aconteceu em 2014. Com todo o respeito à Polícia Federal, que merece todo o nosso carinho e está fazendo um trabalho excelente na Operação Lava-Jato, afirmo que o estrago que ela fez para o povo brasileiro foi muito grande.

Se Deus quiser, com o trabalho de toda a equipe do Presidente Michel Temer, nós vamos buscar novamente esses mercados para exportar a nossa carne e continuar gerando emprego no campo. Esse é o meu trabalho. Estamos aqui preocupados, mas lutando para que as coisas aconteçam.

Então, quero dizer que essa reunião com o Presidente Michel Temer, que durou 1 hora, foi de extrema importância para tratar não só desse assunto, mas também de outros pertinentes, como o vinho e as soluções para o agronegócio.

Mas eu gostaria de dizer, nos meus últimos 4 minutos, que o Partido dos Trabalhadores, juntamente com o PCdoB, PSOL, Rede, PDT, quebrou o nosso País, fez um dos piores governos da história.



Conforme disseram o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, e o Coordenador da Operação Lava-Jato, Deltan Dallagnol, montaram o maior esquema de corrupção no País.

Eles gostam muito de mentir. É uma característica deles! Eles ganharam a eleição em 2014, com a Presidente Dilma, mentindo. E, agora, eles estão mentindo.

Eu quero deixar isto bem claro, mais uma vez, para o povo brasileiro: há 13 milhões de desempregados, 13 milhões de pessoas que trabalham em empresas terceirizadas. O que nós fizemos ontem foi regulamentar isso. Não existia lei para isso. Nós fizemos leis.

E eles ficam dizendo que os trabalhadores vão perder direitos. Pelo contrário, nós, agora, incluímos a solidariedade de quem contrata essas empresas. Vai haver mais garantia ainda de todos os direitos trabalhistas, mais garantia! Fizemos com que o empreendedor tenha mais facilidade de contratar pessoas. Foi isso que nós fizemos ontem, para gerar emprego.

É lógico que aqueles homens têm uma nuvem negra em cima deles. É isso que esse partido tem. Eles têm uma nuvem negra em cima deles. Eles são do mal! Eles querem que aconteça tudo de ruim mesmo, porque, acontecendo tudo de ruim, eles acham que o povo vai votar no Lulinha deles.

Mas o povo não vai votar nele, porque o Lula tem não sei quantos processos. A Operação Lava-Jato está trabalhando. Ele e a equipe dele estão com os dias contados.

E a CUT está gastando todo o dinheiro do trabalhador, que paga aquela contribuição, para mentir. É isso que eles estão fazendo. Aliás, eles são especialistas nisso.

Então, é muito importante que o povo brasileiro, que é um povo inteligente, que é um povo culto, saiba que nós queremos gerar emprego, gerar renda, dar dignidade para esses 13 milhões que estão desempregados. Esse é o nosso objetivo. E é para isso que nós estamos trabalhando.

Quanto à reforma da Previdência, eu, como representante da região da Serra Gaúcha, estou ouvindo que a Previdência está em dificuldade. Está, mas nós vamos debater. Nós vamos ter que conversar sobre os nossos agricultores, a regra de transição.

Hoje, nós temos um Presidente que tem diálogo. E é isso que nós



estamos fazendo. Uma coisa é certa: o que nós queremos é o melhor para o País, que é ter o povo trabalhando, os aposentados com a garantia de que, daqui a 1 ano, 2 anos, 3 anos, 10 anos, vão ter o dinheiro na boca do caixa para receber.

Quero me dirigir ao povo brasileiro. Povo brasileiro, povo inteligente do Brasil, lembre bem quem foi essa turma do PT, PCdoB e outros. Eles foram aqueles que quebraram o Brasil, que deixaram 13 milhões de desempregados. A Presidenta Dilma não pagava mais as contas. Ela não pagava fornecedores, hospitais, Prefeituras. Esse é o PT, que quebrou o Rio Grande do Sul e deixou uma dívida agora em São Paulo.

Por favor, quando esse pessoal falar, pensem bem, lembrem o passado. Eles não estão preocupados com vocês. Eles estão preocupados em deixar vocês bravos, para amanhã acharem que eles são a solução. Eles não são a solução de nada. Eles são os problemas. Eles quebraram o Brasil. Eles jogaram o Brasil nessa situação.

E nós, o Presidente Temer, os Deputados e Deputadas desta Casa, vamos colocar o Brasil nos trilhos. A inflação já está caindo. O juro já está caindo.

Amanhã, sexta-feira, nós teremos uma grande audiência com o Ministro Henrique Meirelles e a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, para trazer os problemas do setor metalúrgico. Nós também teremos uma audiência com o Ministro Henrique Meirelles e todo o setor vitivinícola da Serra Gaúcha, para mostrar que nós temos uma produção ótima de uvas de qualidade, de vinhos da melhor qualidade, de espumantes de qualidade exportados para todo lugar do mundo e de sucos de uva. Mas nós estamos perdendo para os produtos importados, porque a Presidenta Dilma aumentou o IPI do vinho em 2015. Foi esse o legado que ela deixou. Além de acabar com a nossa economia, aumentou o IPI do vinho.

Precisamos que haja a redução do IPI do vinho, para que nós possamos vender os nossos produtos e ao mesmo tempo gerar emprego e manter o homem no campo, os nossos produtores de uva, as nossas vinícolas.

Amanhã haverá uma importante audiência com o Ministro Henrique Meirelles. O povo quer o melhor para o nosso País. E é para isso que nós estamos trabalhando.

Muito obrigado.

---

Documento 306/339

---

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017-17:51
Publ.: DCD - 24/03/2017 -		HILDO ROCHA-PMDB -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

---

### *Sumário*

Esclarecimentos acerca de proposição aprovada pela Câmara dos Deputados sobre a regulamentação do trabalho terceirizado. Contestação a discursos de Deputados sobre a extinção dos concursos públicos e a precarização do emprego como em decorrência da regulamentação da terceirização. Convite aos maranhenses para participação em seminário destinado ao debate sobre a revitalização dos rios do Estado.

---

**O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.**

Sras. e Srs. Deputados, toda vez que esta Casa vota algum tema polêmico, em seguida surgem várias versões. E não poderia ser diferente com relação ao dia de ontem, quando se debateu bastante e se votou o projeto de lei da terceirização: várias versões apareceram, como se estivesse sendo criado um novo modelo de trabalho, como se já não existisse a terceirização.

O que aprovamos aqui foi o preenchimento de um vácuo na legislação brasileira. O serviço terceirizado já existe, e já existe desde a década de 90, o que não havia era segurança jurídica. Ontem, ao aprovarmos a proposta no Plenário Ulysses Guimarães, o que fizemos foi justamente regulamentar um setor da produção de serviços no Brasil que não tinha nenhuma legislação ou norma para proteger ou legalizar essas relações de trabalho.

Pensem comigo, na construção de um prédio, vários operários estão lá - pedreiros, auxiliares. No momento em que está ficando pronto, é necessário que seja colocado o forro e uma empresa especializada, com seus operários, coloca o forro - isso é um serviço terceirizado. Depois vem uma empresa que trabalha com vidros e coloca os vidros nas janelas - isso é um serviço terceirizado. O prédio está sendo feito por uma construtora, que contrata empresas para realizar determinada atividade específica e especializada. Isso se chama serviço terceirizado contratado.

O que não existe no Brasil é a regulamentação da relação de trabalho. Ou seja, se a pessoa que trabalha colocando vidros, um especialista da empresa "A" contratada pela construtora que está fazendo o prédio vier a sofrer algum tipo de acidente, ninguém sabe o grau de responsabilidade da construtora para com aquele operário terceirizado. Ontem votamos aqui a responsabilidade subsidiária. Ou seja, se a empresa terceirizada não honrar os compromissos trabalhistas com o seu empregado, a empresa que a contratou passará a ser responsável também, a partir da sanção do Presidente Michel Temer e da sua publicação. Foi isso o que votamos ontem aqui.

O argumento daqueles que são contra essa lei é a precarização. Onde está a precarização? Ela existe se não houver legislação, como acontece hoje, porque não há uma lei que proteja os terceirizados. Mas no momento em que nós aprovamos a regulamentação, as empresas têm que se adequar à lei ou vão ser punidas.

Quando houve nesta Casa a votação da legislação que criou as pequenas e microempresas, o argumento daqueles que eram contra era o mesmo de hoje: os trabalhadores que fossem trabalhar numa pequena ou microempresa teriam trabalhos precarizados, não teriam seus direitos honrados pelos pequenos e microempresários. Nós vimos que nada disso ocorreu. Hoje, graças a essa legislação das pequenas e microempresas, 52% da nossa mão de obra está empregada nas pequenas e microempresas.

Assim será também com as empresas terceirizadas, porque o que estava faltando era uma legislação específica sobre essa relação de trabalho. Os países mais desenvolvidos já têm as suas legislações, o que garante a segurança jurídica. Na Índia há mais de 50 indústrias de celulares. No Brasil só há uma, porque falta essa segurança jurídica.

Os estudos indicam que pelo menos 4 milhões de novos empregos vão ser criados com a aprovação da legislação dos serviços terceirizados. É mentira que vai acabar o emprego! Não é verdade! Vai aumentar, porque outras indústrias vão chegar ao País, graças a essa legislação

aprovada ontem, que vai ser, com certeza, sancionada pelo Presidente Michel Temer.

A lei aprovada ontem não proíbe e não acaba com o concurso público. Quem está dizendo isso está mentindo, é um mentiroso de primeira grandeza. Não vai acabar o concurso público até porque está garantido pela Constituição Federal. Não se mudou a Constituição Federal. Só há uma forma de se entrar no serviço público: através de concurso público. Isso está na Constituição Federal, repito. Professor de Município ou de Estado não pode ser contratado. Se o Prefeito contratar, e o Ministério Público não atuar, a culpa é do Ministério Público. A nossa legislação é clara.

Estão mentindo para os senhores ao dizerem que aqui se aprovou o fim do concurso público. É uma mentira, uma inverdade. Aqueles que estão dizendo isso ou não leram o projeto de lei votado ontem, por preguiça ou porque não sabem ler e interpretar uma lei, ou estão mentindo por maldade. Isso não é verdade. Eu quero que alguém me mostre, no projeto aprovado ontem, um artigo que se refira à administração pública. Não existe nenhum. O que estão dizendo por aí é simplesmente uma grande mentira. Existe um ditado que diz que a mentira tem pernas curtas. Daqui a 6, 8 meses o povo vai ver que isso não existe, vai ver que estão sendo criadas novas oportunidades de emprego. Não adianta nada essa mentira hoje, porque amanhã a verdade vai ser descoberta.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas que usam a tribuna da Câmara dos Deputados para mentir e dizer que não haverá mais concurso público ou que o trabalho vai ser precarizados, parem com isso! Leiam o que está escrito, pela madrugada! O povo confiou e os elegeram para virem para cá para representá-lo e para trabalhar com correção. Defendam uma ou outra forma de trabalho, mas digam a verdade.

Quero, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade para convidar todos os maranhenses para participar de um seminário que vai ocorrer na sede da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, organizado pelo Senador Roberto Rocha, para tratar da revitalização dos rios do Estado. Vai ser um evento importantíssimo. Eu gostaria muito de contar com a presença dos senhores que estão nos acompanhando neste momento pelos meios de comunicação desta Casa. Vai ser um momento importante, vamos debater a precariedades dos nossos rios.

O Maranhão tem 11 bacias hidrográficas, dentre elas, a do Mearim e a do Itapecuru. São bacias importantíssimas para o desenvolvimento do Estado, mas estão descuidadas faz muito tempo. O Governador atual, Flavio Dino, que prometeu fazer algo em favor da revitalização dos

Rios Itapecuru e Mearim, nada fez. O Senador Roberto Rocha apresentou emenda para que seja feito o diagnóstico da Bacia do Itapecuru. Vamos fazer o levantamento de todos os peixes nativos do rio. Vai ser um trabalho importante para o povo maranhense.

Sr. Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Zé Geraldo) - Ele será divulgado no programa *A Voz do Brasil*, conforme seu pedido, Deputado.

---

Documento 307/339

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-14:28
Publ.: DCD - 29/03/2017		NELSON PELLEGRINO-PT -BA
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio da população brasileira à aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Posicionamentos da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB contrários à proposta de reforma da Previdência Social. Confiança na rejeição da matéria. Luta do orador contra as propostas de reformas previdenciária e trabalhista e contra o projeto de lei relativo ao trabalho temporário e às relações de trabalho terceirizadas.

---

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de Norte a Sul há um repúdio neste País à aprovação, na última quarta-feira, do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que precariza o trabalho no Brasil. Não só amplia a terceirização para todos os setores, mas também aumenta, e muito, a

possibilidade do contrato de trabalho temporário.

Neste sentido, quero aqui conclamar o Presidente Michel Temer a vetar esse projeto. O PT vai à Justiça para tentar barrá-lo.

Também é importante registrar que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB se posicionou e está fazendo uma campanha nacional contra a reforma da Previdência. Parece-me, também, que a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB está se manifestando contra essa reforma.

Tenho certeza de que esta Casa não aprovará a reforma da Previdência, porque ela é danosa às mulheres, aos trabalhadores rurais, àqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada.

Portanto, estamos na luta contra a reforma trabalhista, contra esse projeto da terceirização do trabalho temporário e contra a reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 308/339

049.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária -  
CD

28/03/2017-14:52

Publ.: DCD - 29/03/2017

HEITOR SCHUCH-PSB -RS

-

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Manifestação de voto contrário a projeto de lei sobre terceirização de mão de obra aprovado pela Câmara dos Deputados. Preocupação com a estagnação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Brasil, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração das regras da seguridade social. Aprovação de moções em Câmaras de Vereadores de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul contra a proposta do Governo





Federal de reforma previdenciária.

---

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, colegas Parlamentares, estimado povo brasileiro, venho aqui pedir que se dê publicidade no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa a dois temas.

O primeiro reitera a minha posição contrária à terceirização, até porque, em 2015, já votei contra aquele projeto que era menos ruim que esse que foi aprovado recentemente aqui. Votei contra a retirada dos requerimentos, pelo substitutivo, mas, infelizmente, a maioria dos Parlamentares entendeu que esse projeto merecia aprovação.

Entendo que a terceirização para todos os setores de uma empresa é uma forma de tornar os trabalhadores descartáveis, gerando aumento da rotatividade, precarização das relações de trabalho, redução dos direitos trabalhistas e, principalmente, redução de salários.

O pagamento de salário menor ao trabalhador significa menos renda e menos consumo. Menos consumo significa menos produção, ou seja, a indústria vai gerar menos empregos. E nós iremos mais uma vez no caminho contrário, na contramão do desenvolvimento. Deveríamos trabalhar para aumentar a renda dos trabalhadores, para que fizessem a roda da economia girar cada vez mais.

Portanto, eu quero consignar aqui que sou contrário ao princípio da terceirização livre, ampla e total, como está aprovada agora. Rogamos que o Presidente da República não sancione o projeto do jeito que está. Isso é uma afronta ao trabalho e à filosofia dos empresários mais avançados deste País, que investem na gestão de pessoal, na qualidade e na organização das empresas, porque entendem que os trabalhadores são peças que fazem o desenvolvimento empresarial.

A segunda questão que eu reitero aqui, Sr. Presidente, colegas Deputados, é a minha preocupação com a notícia veiculada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que anunciou na semana passada que o IDH brasileiro está estagnado. O Brasil parou, o desenvolvimento cessou. Isso faz com que nós estejamos hoje, entre 188 nações, no 79º lugar em termos de desenvolvimento humano, o que é, sem dúvida, preocupante. Aqui na América Latina, o Brasil ficou atrás do Chile, da Argentina, do Uruguai e até da Venezuela. É até ruim nós falarmos disso.

Gostaria de reiterar aqui algumas observações dos especialistas que fizeram esse estudo. Eles receiam que a tendência do Governo de



priorizar o crescimento econômico para posteriormente melhorar os indicadores sociais agrave o quadro. Cálculo que exclui a renda mostra um IDH pior no Brasil, que o eleva para a 85ª posição nesse critério.

Aí vem a pergunta: aprovar essa reforma da previdência social contida na Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, principalmente no que se refere ao meio rural, o que vai afetar o campo, o interiorzão do Brasil, com o homem e a mulher do campo não se aposentando mais, não vai tornar essa desigualdade maior? Esse público não vai ficar ainda mais vulnerável? Não vamos ter ainda mais pobreza, mais miséria, mais necessidade de termos o Bolsa Família para minimamente manter as pessoas no campo?

Ora, Sr. Presidente, colegas Deputados, esse assunto é sério, é delicado. Eu já disse aqui muitas vezes e quero repetir: voto contra a PEC 287 na Comissão e no Plenário, se vier até este Plenário, porque é a reforma mais cruel, mais desumana que nós estamos tendo desde a aprovação da Constituição de 1988.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu queria ler aqui uma lista de Municípios que fizeram moções nas Câmaras de Vereadores contra a PEC 287. Temos mais de 60 Municípios, só do Rio Grande do Sul: Arvorezinha, Barão de Cotegipe, Boa Vista do Ingra, Brochier, Campinas das Missões, Candelária, Capela Santana, Centenário, Cerro Branco, Cerro Grande do Sul, Cerro Largo, Colinas, Cruzaltense, Cruzeiro do Sul, Dom Feliciano, Encantado, Estação, Estrela Velha, Garruchos, Humaitá, Jaguarão, Joia, Júlio de Castilhos, Lagoa Bonita do Sul, Machadinho, Morro Redondo, Nova Petrópolis, Novo Xingu, Paraíso do Sul, Parobé, Pinheiro Machado, Piratini, Porto Alegre, Porto Mauá, Porto Xavier, Porto Lucena, Rio dos Índios, Rolante, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Augusto, São Borja, São Lourenço do Sul, São Miguel das Missões, São Pedro do Sul, Sério, Taquara, Terra de Areia, Tiradentes do Sul, Três de Maio, Três Passos, Trindade do Sul, Vanini, Venâncio Aires, Victor Graeff, Vitória das Missões e Westfália.

Certamente, outras moções estão a caminho deste Parlamento.

Parabéns, Vereadores!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta Casa preocupação como a notícia de que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD anunciou na semana passada que um dos mais importantes indicadores sociais avaliados pela instituição, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, estagnou no Brasil.

Composto por dados sobre saúde, educação e renda, o IDH brasileiro permaneceu em 0,754 em 2015 e continuou no 79º lugar em uma relação de 188 nações. O País faz parte do grupo minoritário de 29 nações cujo IDH estacionou ou caiu. Na América Latina, o Brasil ficou atrás do Chile, da Argentina, do Uruguai e até da Venezuela. Ajustado pela desigualdade medida pelo índice de Gini, o Brasil cai para o 98º lugar.

O recuo do IDH do Brasil em 2015 foi causado principalmente pela queda da renda, em consequência da recessão econômica. E a recessão econômica só piorou em 2016.

Diante desses dados lamentáveis, o que podemos esperar, se for aprovada a famigerada reforma da previdência social, principalmente no meio rural, com o fim da aposentadoria especial do agricultor e da agricultora familiar? Com certeza, essa reforma vai acentuar as desigualdades, afetando os mais vulneráveis, entre os quais os pobres, os trabalhadores rurais e as mulheres.

Especialistas receiam que a tendência do Governo de priorizar o crescimento econômico para posteriormente melhorar os indicadores sociais agrave o quadro. Cálculo que exclui a renda mostra um IDH pior no Brasil, que o leva para o 85º lugar no *ranking* feito de acordo com esse critério.

Portanto, Sr. Presidente, as perspectivas não são promissoras no curto prazo, a se calcular por outros indicadores disponíveis. O PIB *per capita* caiu no ano passado 4,4%, e a previsão é de nova queda neste ano, dada a previsão de expansão econômica de 0,5% e de crescimento da população de 0,9%. O peso da recessão pode ser mais visível no próximo levantamento do PNUD.

Nem a expectativa de vida nem a de anos de estudo devem registrar variações expressivas. Há 2,8 milhões de brasileiros de 4 a 17 anos fora da escola. A existência de cerca de 13 milhões de desempregados e salários estabilizados com tendência de queda também não ajudam. A taxa de desemprego chega a 23,1% entre a população de 15 a 24 anos. Além disso, o PNUD calculou que 3,6 milhões de pessoas entraram na pobreza e que a renda dos 5% mais pobres caiu 14%. O Brasil é considerado o 10º mais desigual do mundo pelo índice de Gini,

em um grupo de 143 países.

Sendo assim, os dados são lamentáveis e, infelizmente, podem ser agravados com as reformas em andamento nesta Casa.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja encaminhado à publicação nos órgãos de comunicação desta Casa e em *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha, esta Casa aprovou recentemente projeto de terceirização ou de precarização?

A Câmara dos Deputados votou um dos projetos mais polêmicos e prejudiciais para o conjunto dos trabalhadores em toda a sua história, o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que estende a terceirização para todos os setores da economia, sejam atividades-meio, como ocorre atualmente, sejam atividades-fim.

Ressalto que os serviços terceirizados na maioria dos casos dispõem de regramento em súmula do Tribunal Superior do Trabalho e vêm atendendo as necessidades do mercado de trabalho. Estima-se que 12 milhões de trabalhadores estejam nessa situação, trabalhando para empresas terceirizadas. Esses trabalhadores têm remuneração média menor em até 25%, se comparada ao que é pago para os trabalhadores com vínculo direto com as empresas.

Como disse, inúmeros casos de terceirização funcionam muito bem. Entretanto, várias empresas que prestam serviços terceirizados aplicam golpes nos seus trabalhadores, ao desaparecerem sem pagar ninguém. Nem vou falar aqui da alta rotatividade de pessoal que por vezes acaba por prejudicar o serviço prestado.

Estender a terceirização para todos os setores de uma empresa é uma forma de tornar os trabalhadores descartáveis, gerando aumento na rotatividade de pessoal, precarização das relações de trabalho, redução dos direitos trabalhistas e, principalmente, redução de salários. A questão de fundo é pagar menos aos trabalhadores. E trabalhador com salário menor trará por consequência menor consumo. O consumo menor acarretará menos produção. A produção menor provocará menos oportunidades de emprego. Nós precisamos fazer exatamente o contrário: aumentar a renda dos trabalhadores, para fazer a roda da

economia avançar.

A terceirização acaba por acarretar grande instabilidade tanto para o trabalhador quanto para sua família, pois ele não sabe se amanhã será chamado para trabalhar ou não, nem quantos dias ficará parado.

Como líder sindical de uma categoria que no meu Estado tem mais de 200 mil trabalhadores rurais assalariados na base que, em sua grande maioria, recebem salário mínimo, tenho posição contrária a esse projeto de lei. Não foi com o meu voto que a terceirização foi estendida a todos os setores da economia. A sociedade brasileira, em especial os trabalhadores, não pode conviver com um sistema econômico - hoje quase em recessão - que coloca em risco de jogar no processo de terceirização milhares de trabalhadores que hoje têm emprego estável e estão ligados diretamente a uma empresa.

A terceirização contraria toda a filosofia da parte mais avançada do empresariado, que vem trabalhando com programas de gestão da qualidade, nos quais os trabalhadores não são peças descartáveis, com vínculo trabalhista fragilizado. Eles são tratados, isto sim, como peças fundamentais para a empresa, como colaboradores sem os quais nenhuma atividade vai adiante.

Peço que este pronunciamento seja encaminhado aos órgãos de divulgação da Casa.

---

Documento 309/339

---

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-14:58
Publ.: DCD - 29/03/2017		ZÉ GERALDO-PT -PA
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inconformismo com a influência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei sobre

terceirização de mão de obra.

---

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orado.) - Sr. Presidente, bastaram poucos telefonemas da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo para que o Presidente Michel Temer cedesse e mandasse para cá esse projeto de lei da terceirização.

O interessante é que o Relator, Deputado Laercio Oliveira, é sócio em pelo menos quatorze empresas de terceirizados. Então, naturalmente, essa proposta teve uma grande adesão parlamentar, foi uma grande locomotiva dentro da Câmara.

Sr. Presidente, eu queria que os meios de comunicação da Casa, inclusive o programa *A Voz do Brasil*, divulgassem meu pronunciamento, sobre o qual vou falar de forma aprofundada ainda hoje desta tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

---

Documento 310/339

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-15:06
Publ.: DCD - 29/03/2017		SIMÃO SESSIM-PP -RJ
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

**Sumário**

Falta de argumento dos defensores do projeto de lei sobre terceirização de mão de obra.

---

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a confusão é a arma covarde dos que não têm argumentos para defender seus pontos de vista. É isso o que se faz com os temas

polêmicos que são apreciados por esta Casa.

Tem sido assim ao longo dos anos. Lembro, por exemplo, que, na campanha de 2002, levaram para as ruas, em cartazes, folhetos e discursos, um amontoado de mentiras, o que provocou confusão e dificultou a eleição de muitos.

Diziam que a Câmara acabaria com o 13º salário, com as férias, enfim, com as garantias da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Muitos colegas não retornaram, derrotados pela confusão. E depois se provou que nada daquilo era verdade.

Veza por outra uma onda igual se constrói. No momento, está a terceirização. Os que usam a confusão como instrumento de debate voltam à carga.

Queria, Sr. Presidente, que V.Exa. considerasse na íntegra o meu discurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a confusão é a arma covarde dos que não têm argumento para defender seus pontos de vista. É isso o que se faz com os temas polêmicos que chegam à pauta da Câmara dos Deputados.

Tem sido assim ao longo dos anos. Lembro, por exemplo, que, na campanha de 2002, levaram para as ruas, em cartazes, folhetos e discursos, um amontoado de mentiras, o que provocou confusão e dificultou a eleição de muitos. Diziam que a Câmara acabaria com o 13º salário, com as férias, enfim, com as garantias da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Muitos colegas não retornaram, derrotados pela confusão. Depois se provou que nada daquilo era verdade.

Veza por outra, uma onda igual se constrói. Na pauta do momento, está a terceirização. Os que usam a confusão como instrumento de debate

voltam à carga.

Geram uma confusão premeditada ao dizer que autorizamos as empresas de terceirização a descumprirem a CLT. Não há um só item da proposta que aprovamos aqui que diga isso. Todas as empresas nacionais e as internacionais com filiais no Brasil estão sujeitas ao cumprimento das normas da CLT.

A terceirização existe no Brasil. Nesse ponto a proposta nada inova. Ela só redefine os termos em favor da ampliação do mercado de trabalho, num país que conta já com mais de 13 milhões de desempregados, gente jovem na maioria.

A proposta redefine as atividades que podem ser terceirizadas, amplia a duração dos contratos temporários de 90 dias para 180 dias e permite que o empregado demitido numa atividade terceirizada possa ser novamente contratado para prestar serviços à mesma empresa contratante.

Qual o resultado prático dessas medidas? Elas abrem portas para os desempregados.

Neste ponto, há uma questão essencial que deve ser observada. As corporações buscam fórmulas para assegurar empregos e vantagens aos que estão empregados, mas refugam todas as medidas que possam facilitar o ingresso dos desempregados nesse mundo de privilégios ou de benefícios, como preferirem chamar.

É curioso ver que os que se levantam em campanha contra a terceirização estão todos empregados, alguns excepcionalmente bem empregados. Lutam para manter esse território maravilhoso do emprego em novas janelas de acesso.

A proposta que votamos aqui tem endereço certo: os mais de 13 milhões de desempregados e outros tantos que, sem medidas práticas, poderiam cair nessa desventura do desemprego com rapidez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 311/339

---

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-15:12
Publ.: DCD - 29/03/2017		ASSIS MELO-PCDOB -RS
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do 95º aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil - PCdoB. Êxito de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul destinada ao debate sobre a reforma trabalhista e seus impactos sobre os trabalhadores e o mercado de trabalho, realizada pela Comissão Especial da Reforma Trabalhista da Câmara dos Deputados. Alerta acerca de ameaça aos direitos dos trabalhadores brasileiros pelas propostas do Governo Federal de reforma previdenciária e trabalhista. Premência de retomada da produção industrial no Brasil. Retrocesso na legislação trabalhista com a aprovação pela Casa de proposição sobre a terceirização de contratos de trabalho. Conclamação da sociedade brasileira para mobilização pelo veto presidencial à matéria. Convocação por centrais sindicais de greve geral.

---

**O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr.** Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as reformas de Michel Temer são nefastas para os trabalhadores e ruins para o País.

Quero iniciar meu pronunciamento parabenizando o Partido Comunista do Brasil, ao qual pertenço, pelos 95 anos de luta em defesa do Brasil e do povo brasileiro. O PCdoB é o partido mais antigo em funcionamento no País e uma organização imprescindível para a nossa democracia. De um partido iniciado com 73 militantes, em 25 de março de 1922, conta hoje com 390 mil filiados em seus quadros. Mesmo diante da adversidade política que presenciamos, continua crescendo.

O PCdoB faz um chamamento para a convergência de forças em defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito, para a luta contra o retrocesso desse Governo golpista, que precariza as relações de trabalho em nosso País e entrega o patrimônio e as riquezas nacionais.

Vida longa ao PCdoB e toda a glória aos seus heróis e mártires!

Sr. Presidente, quero igualmente destacar nesta tribuna o amplo e grande ato político de mobilização dos trabalhadores e da sociedade que ocorreu na última sexta-feira, dia 24 de março, no Estado do Rio Grande do Sul.

A audiência pública que realizamos, sobre a reforma trabalhista e seus impactos para os trabalhadores e o mercado de trabalho, convocada pela Comissão Especial da Reforma Trabalhista e com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, reuniu mais de mil pessoas para debater o assunto, que hoje representa a maior preocupação da classe trabalhadora deste País.

Esse evento demonstrou que, a cada dia, mais e mais trabalhadores e trabalhadoras, na medida em que compreendem melhor do que as ditas reformas tratam - melhor chamá-las de contrarreformas -, passam a se mobilizar na luta contra esses retrocessos.

O evento, realizado por nossa iniciativa, reuniu representantes da OAB, da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, das Centrais Sindicais, das mulheres, da juventude, dos aposentados, dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Foi unânime o repúdio às reformas trabalhista e da Previdência por parte de trabalhadores, sindicalistas e Parlamentares.

Após a audiência pública, ocorreu uma grande caminhada pelo centro de Porto Alegre, que terminou com um grande ato de protesto contra as reformas em frente à agência do INSS.

Feito esse importante registro, eu quero chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados e do povo brasileiro que nos assiste neste momento para a gravidade da situação do País e os enormes riscos que correm os trabalhadores, que estão com os direitos ameaçados.

É preciso fazer um alerta quanto ao teor prejudicial das propostas da reforma trabalhista e da Previdência, apresentadas pelo Governo de Michel Temer. Se aprovadas, elas serão um duro golpe na vida da maioria da população brasileira, com prejuízo ainda maior para os mais pobres, os trabalhadores rurais, os jovens e as mulheres.

Sou um Deputado representante da classe trabalhadora. Tenho orgulho da minha origem operária, pois venho do chão da fábrica, do setor metalúrgico de Caxias do Sul. Há mais de 30 anos lutamos em defesa da democracia, da dignidade do trabalho e dos direitos adquiridos, sempre para melhorar as condições de vida dos

trabalhadores. Por isso, não podemos admitir que sejam apresentada reformas que só servirão para a perda de direitos.

O que este Governo quer é recuar no tempo, retroceder em mais de 100 anos! Talvez queira revogar também a Lei Áurea, porque acabar com a Consolidação das Lei do Trabalho é praticamente assinar a volta da escravidão no Brasil.

Alguns podem dizer que isso é efeito das necessárias operações de investigação sobre a corrupção no Brasil. Somos favoráveis a que, sempre que houver casos de malfeitos, eles devam ser investigados e os culpados exemplarmente punidos. Porém, tais procedimentos não podem servir para acabar com as empresas brasileiras e aniquilar a engenharia nacional!

Ao contrário do desmonte que se está promovendo, é urgente a retomada da produção industrial em nosso País, através do fortalecimento da indústria nacional. O combate ao desemprego e à desigualdade exigem um projeto nacional de desenvolvimento baseado em massivos investimentos em infraestrutura, educação, ciência, tecnologia e inovação. Não se pode admitir que este Governo só trabalhe para proteger ricos, banqueiros e agiotas, e jogue o peso da crise sobre os ombros dos trabalhadores e dos mais pobres.

A aprovação da terceirização sem limites, na Câmara, ocorrida na semana passada, é mais um sinal de que este Governo ilegítimo quer o retrocesso de toda a legislação brasileira, quer acabar com tudo o que foi conquistado, e o alvo principal é a retirada de direitos dos trabalhadores.

Se for sancionada, essa medida representará praticamente o fim dos direitos garantidos na CLT e resultará na precarização das relações e condições de trabalho, assim como no rebaixamento dos salários, levando à piora das condições socioeconômicas do nosso povo. Mas isso não vai acontecer sem a resistência, sem a luta e sem a oposição daqueles que querem um Brasil melhor para os trabalhadores e para o povo. Caso sancionada, repito, a terceirização acarretará o rebaixamento de salários e das condições de trabalho de milhões de trabalhadores no Brasil, instituindo como regra a precarização das relações de trabalho.

O projeto agrava o quadro em que hoje já se encontram aproximadamente 12 milhões de trabalhadores terceirizados, contra 35 milhões de trabalhadores contratados diretamente, um número que pode ser invertido.

Não se pode deixar de lembrar a elevada taxa de rotatividade que acomete os profissionais terceirizados, os quais trabalham em média 3 horas a mais do que os empregados diretos, além de ficarem, em média, 2,7 anos no emprego intermediado, enquanto os contratados permanentes ficam em seus postos de trabalho, em média, por 5,8 anos.

O já elevado número de acidentes de trabalho no Brasil - de cada dez acidentes, oito acontecem com os empregados terceirizados - tende a ser agravado ainda mais, gerando prejuízo para esses trabalhadores, para o Sistema Único de Saúde e para a Previdência Social, que, além do mais, sofrerá impactos negativos até mesmo pela redução global de recolhimentos mensais, fruto de um projeto completamente incoerente, que só gera proveito para o poder econômico.

Fundamentalmente, Sr. Presidente, a terceirização, tal qual foi aprovada nesta Casa, colide com o compromisso de proteção à cidadania, à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho, previstos no art. 1º da Constituição Federal, e, em seu art. 3º, estabelece como objetivos fundamentais da República construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Por isso, conclamo toda a sociedade para que vá imediatamente às ruas como forma de pressão, para que o Presidente ilegítimo vete esse absurdo, única hipótese de afirmar os princípios constitucionais que asseguram a dignidade e a cidadania aos trabalhadores.

A reforma trabalhista do Governo Temer deveria ser motivo de vergonha: o que se propõe é simplesmente rasgar a Constituição em nome de uma falácia de que no Brasil há muitos direitos e que isso prejudica a economia. Esse é um raciocínio absurdo!

A CLT existe há mais de 70 anos. Nesse período, o Brasil já passou por alguns momentos de desenvolvimento com altos índices de empregabilidade, e a CLT nunca foi obstáculo para isso. Pelo contrário, é somente com o trabalho valorizado e com mais direitos e dignidade que o trabalhador pode consumir e fazer a roda da economia girar.

Há pouco mais de 5 anos, antes da chegada mais forte dos efeitos da crise mundial do capitalismo no Brasil, vivíamos com pleno emprego. Somente em Porto Alegre e Região Metropolitana, por exemplo, o índice de desemprego era de 3% apenas. Ou seja, não precisamos de medidas que aniquilem os direitos e a renda do trabalhador. Precisamos de investimentos e de um projeto nacional de

desenvolvimento soberano e democrático.

Essa mentira que tentam fazer virar verdade no Brasil de que o único caminho para gerar empregos é acabando com a CLT também traz no seu bojo outra falácia: a de que a Justiça do Trabalho não precisava nem existir. O que dizer disso, caros colegas Deputados? Vejam a que ponto chegamos.

Vou citar aqui as palavras da Desembargadora Beatriz Renck, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que defendeu o papel da Justiça na audiência pública do dia 24: *"O direito do trabalho existe porque as partes não estão em igualdade de condições para poder resolver os seus conflitos. Nós devíamos lutar é para valorizar e ampliar a Justiça do Trabalho"*. Ou seja, o trabalhador é a parte mais fraca, não pode ficar desprotegido, como quer o Governo. S.Exa. concluiu dizendo: *"Ninguém é contra modernizar a legislação trabalhista. Mas modernizar não pode ser igual a precarizar"*.

É isto: modernizar não pode ser igual a precarizar! Estamos aqui dispostos ao diálogo e à negociação, mas me parece que o Governo não quer debater. Quer fazer tudo a toque de caixa, porque o povo ainda não se deu totalmente conta do que está em jogo.

O problema é que este Governo não tem nenhum apreço pela democracia. Esse conceito, tão fundamental, não faz parte do seu arcabouço. Aliás, somente um Governo que não foi eleito pode propor tamanhos absurdos como essas reformas.

E a reforma da Previdência?

Primeiramente, não podemos deixar de tratar da falácia do déficit. Para forçar a aprovação da reforma da Previdência e angariar o apoio da população a medidas tão impopulares, o Governo Temer tem dito que existe um rombo na Previdência que precisa ser sanado. Mas diversas instituições, comissões e especialistas no assunto já demonstraram que esse déficit não existe.

Conforme dados divulgados pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - ANFIP, tendo como base informações do próprio Governo Federal, em 2015, a Previdência foi superavitária em aproximadamente 11 bilhões de reais. Aliás, há anos a Previdência apresenta saldo positivo quando se subtraem as despesas das receitas obtidas pela Seguridade Social.

De acordo com documento elaborado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, *"os defensores do déficit afirmam*



*que 'o rombo da Previdência atingiu R\$ 85,8 bilhões em 2015'. Porém, esquecem, propositalmente, de considerar todas as receitas da seguridade social e de excluir as renúncias, isenções e desonerações fiscais, valores indevidamente extraídos do caixa da Seguridade Social para ser utilizado em outras atividades do governo".*

Mais adiante, no mesmo documento, a Frente aponta: *"Somente no ano de 2015, por exemplo, as perdas com as renúncias fiscais somam mais de R\$ 64 bilhões e, em 2016, R\$ 56 bilhões! As renúncias, desonerações e desvinculações de receitas são 'cestas de bondades' ao empresariado e à política Estatal, e comprometem o financiamento dos benefícios da Seguridade Social, que normalmente são as vítimas das reformas previdenciárias".*

Nota emitida recentemente pela OAB e diversas outras entidades aponta ainda que *"o superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que anualmente são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União), majorada para 30% em 2016. Tais recursos são retirados da Seguridade Social e destinados para outros fins, especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição".*

Cabe enfatizar ainda que, de acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, hoje a dívida de empresas com o INSS é de 426 bilhões de reais. Há 32 mil empresas nessa situação, das quais 82% ainda são ativas. Esse valor seria suficiente para cobrir o rombo alegado pelo Governo sem necessidade de retirar direitos dos trabalhadores, bastando apenas cobrar os valores devidos.

O segundo ponto a ser tratado é o argumento do Governo de que a urgência em se aprovar a reforma está ligada ao enfrentamento da crise econômica. Ora, enfrentar, de fato, a crise passa por outras iniciativas, e não pela retirada de direitos da classe trabalhadora, como tem feito o Governo. Aliás, cabe destacar que a reforma da Previdência prejudicará a economia dos Municípios, já que muitos deles necessitam dos recursos advindos das aposentadorias, ou seja, sua aprovação pode gerar ainda mais dificuldades para muitas das já combatidas contas municipais e estaduais.

A reforma da Previdência, senhoras e senhores, não é um ato isolado; faz parte de uma agenda retrógrada de medidas do Governo ilegítimo, que busca supostamente resolver a crise retirando daqueles que menos têm.

Foi assim com os cortes promovidos em programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida; com a aprovação da



absurda Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 - que congela investimentos públicos por 20 anos -; e com a autoria ou patrocínio de medidas que prejudicam diretamente os trabalhadores, como as reformas da Previdência e trabalhista, entre muitas outras medidas conservadoras e que retrocedem em direitos adquiridos.

Caberia, inclusive, questionar o caráter pouco republicano e antidemocrático de tal programa de Governo, que não foi eleito nas urnas, o qual beneficia determinados setores econômicos interessados em manter as desigualdades, acabar com direitos, destruir setores estratégicos e enterrar a soberania da Nação unicamente para responder a sua sede por lucro e poder.

Caberia, neste mesmo sentido, questionar por que medidas no âmbito da reforma tributária e a taxação das grandes fortunas não têm sido consideradas pelo Governo para enfrentar as dificuldades econômicas.

Em vez de vencer a crise com cortes na Previdência, é possível superá-la com medidas de justiça fiscal, como a redistribuição da carga tributária, e ainda promover justiça social, garantindo que não haja retrocessos nos direitos humanos, sociais, econômicos, culturais, ambientais.

**O Sr. Chico Lopes** - Sr. Deputado, quando for possível, permite-me um aparte?

**O SR. ASSIS MELO** - Deputado Chico Lopes, concedo-lhe um aparte.

**O Sr. Chico Lopes** - Primeiro, quero parabenizar V.Exa. por trazer um tema palpitante e atual, que diz respeito a um Governo que precisou usar medidas antidemocráticas como o golpe para se perpetuar no poder, pelo menos no quadriênio a que tem direito. Segundo, desde que eu sou menino ouço que a Previdência é deficitária, é isso e aquilo. O regime militar acabou com as categorias de comerciário e industrial e criou uma única Previdência, tornando mais fácil o controle. Governo sem escrúpulo faz estrada, investe em vários fatores que não estão relacionados à Previdência Social. Antes, era de responsabilidade da Previdência Social saúde e aposentadoria. Hoje, ela não trata mais de saúde. Os gastos nesse sentido foram diminuídos. Waldir Pires, quando foi Ministro da Previdência, sempre teve saldo. O grande problema é a administração; o grande problema é a falta de respeito para com o dinheiro do trabalhador; o grande problema é que ela é tripartite. O Governo não coloca sua parte, a empresa faz capital de giro e paga com 3, 4 meses de atraso. Porém, o operário, o trabalhador desconta na fonte. Por isso, eu acho importante o discurso de V.Exa. nesta tarde para desmistificar essa história da Previdência. Um abraço.



Vamos à luta!

**O SR. ASSIS MELO** - Obrigado, Deputado Chico Lopes.

Concedo um aparte ao Deputado Marcon.

**O Sr. Marcon** - Deputado Assis Melo, obrigado pelo espaço. Quero parabenizar V.Exa. pela constante luta em defesa dos trabalhadores, em defesa dos metalúrgicos. V.Exa. já foi Presidente de sindicato em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Quero falar dessas medidas criminosas - posso dizer assim - que o Governo de Michel Temer, sem voto, está impondo ao povo brasileiro. Na semana passada, foi o projeto da terceirização, que é um crime e termina com a CLT. Agora, são a reforma da Previdência e a reforma trabalhista. Com a reforma da Previdência, em minha opinião, respeitando todos os trabalhadores do campo e da cidade, o trabalhador vai chegar à aposentadoria quando estiver no cemitério, com 65 anos, idade mínima para se aposentar, e com 49 anos de contribuição para alcançar o teto da sua carteira como aposentado. Ele deverá escolher entre a aposentadoria ou a pensão por morte. Isso mostra que este Governo e a base aliada aqui na Câmara dos Deputados não têm compromisso com os trabalhadores do campo e da cidade. Eu vou votar "não". Nenhum direito a menos! Obrigado.

**O SR. ASSIS MELO** - Obrigado, Deputado.

Quero pedir ao Sr. Presidente que inclua no meu discurso os apartes dos nobres Deputados.

Dando continuidade ao meu discurso, Sr. Presidente, quero dizer que nós trabalhadores e trabalhadoras temos que nos dar conta de que estamos numa luta muito grande. O Governo enviou para a Casa a reforma da Previdência e a reforma trabalhista. Nós temos feito um esforço muito grande no debate da reforma da Previdência. Mas é preciso nos darmos conta de que, na verdade, enquanto discutimos aqui a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, lá no Planalto o Governo vende a Nação.

Vou dar rapidamente alguns exemplos. Um deles diz respeito ao que estão fazendo com a questão do pré-sal. Na próxima quinta-feira, dia 30, será realizada na Casa uma Comissão Geral, com Deputados e Deputadas, para discutirmos as regras do conteúdo local para petróleo e gás, porque a proposta do Governo nessa área é para liquidar empresas nacionais e gerar desemprego.

Este Governo não tem compromisso com a Nação. Eu não sei que mal

tão grande os trabalhadores fizeram. Todo projeto que vem do Governo para esta Casa é para sacrificar ainda mais os trabalhadores, as trabalhadoras, a população em geral. Basta saber o que está para vir para esta Casa, e já quero fazer um alerta.

Refiro-me à questão das dívidas dos Estados. A proposta do Governo Temer é para sacrificar ainda mais a população e os trabalhadores nos Estados. Eu não posso entender como o Governo vai resolver o problema da crise abrindo mão do seu patrimônio. Com todo o respeito que eu tenho pelos Deputados que querem discutir o tema, nós temos que trabalhar a questão da contrapartida. Nós chegamos ao absurdo de, no Rio de Janeiro, quererem vender até a empresa responsável por tratar a água no Estado.

Li o trecho de uma matéria esses dias que dizia: *"Não é problema comprar a água, o problema é se vai ter água para se comprar"*. Esses são alguns dos absurdos que se quer fazer!

No Estado do Rio Grande do Sul, o movimento que a Assembleia Legislativa está fazendo junto com outras autoridades - na verdade, um movimento suprapartidário -, é para dizer que, se nos basearmos na Lei Kandir, o Estado, na verdade, tem é crédito com a União, e não déficit.

Quer-se impor sacrifícios à população, especialmente à do Rio Grande do Sul, em uma tentativa de "esgualépá-la", como já dizia o Governador Olívio Dutra. E querem "esgualépá-la" muito mais ainda, Deputado Marcon.

A renegociação da dívida, hoje, não pode ser tratada como chantagem. Essa é mais uma tentativa de chantagear o povo, de não pagar salário, para poder impor uma negociação que não tem nada a ver. O Estado vai sair perdendo muito mais.

Se o Estado do Rio Grande do Sul aceitar a proposta do Governo Federal, será, na verdade, o caminho para o caos. Por isso mesmo, nós temos que fazer aqui um debate profundo sobre um novo caminho de desenvolvimento para este País.

Nós não podemos ficar apenas na tentativa da regressão dos direitos do povo, dos direitos da sociedade. É preciso, sim, buscar outro caminho. É necessário mudar a política econômica. É fundamental parar de pegar grande parte do dinheiro do povo, do PIB, para repassar ao sistema financeiro. Essas são as grandes questões que nós precisamos discutir. Temos que fortalecer um projeto de desenvolvimento para o País, que gere emprego, que gere qualidade

de vida para a população.

Para encerrar a minha fala, Sr. Presidente, quero saudar iniciativa das Centrais Sindicais. Ontem, o fórum das Centrais Sindicais decidiu marcar uma greve geral para o dia 28 de abril. Não há outro caminho a não ser a mobilização da sociedade, dos trabalhadores e do povo, para barrarmos as iniciativas do Governo golpista e ilegítimo de Temer, que nada tem a ver com o povo brasileiro e com a Nação.

Este Governo não pode continuar sacrificando os trabalhadores e a Nação. Por isso, no dia 28 de abril, de modo geral, os trabalhadores e a sociedade vão às ruas dizer não à reforma da Previdência, não à reforma trabalhista e não a este Governo ilegítimo de Temer. Fora, Temer! Essas são as palavras de ordem, para chamarmos a Nação para o novo desenvolvimento e crescimento. É disso que este País precisa. Haverá ainda um grande ato de repúdio à retirada dos direitos dos trabalhadores em 1º de maio, Dia do Trabalhador.

Repito aqui o que digo em todos os lugares por onde vou: não seremos nós que entregaremos para nossos filhos a carteira de trabalho como peça de museu! Lutaremos contra esse retrocesso, um verdadeiro crime contra os direitos dos trabalhadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 312/339

---

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-17:10
Publ.: DCD - 29/03/2017 -		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Denúncia de atuação do Governo Michel Temer Repúdio em nome da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP para aprovação de projeto de lei sobre terceirização de contratos de trabalho.



**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa, o Governo ilegítimo e golpista do Presidente Michel Temer continua a pagar a fatura do golpe. Mais uma vez fica provado que Temer é apenas um fantoche, ou melhor, um Frankenstein cria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo -FIESP e assemelhadas. Bastou uns poucos telefonemas de chefes do empresariado para ele vergar e decidir aprovar a terceirização irrestrita, que colocará quase toda a população trabalhadora do País na condição de boias-frias. Uma condição degradante, vergonhosa, humilhante para os nossos trabalhadores.

Com isso, a proposta que está sendo votada no Senado de nada valerá, será arquivada. Temer tinha garantido que esperaria a aprovação da proposta do Senado para decidir. Mas os empresários, ávidos pela precarização das relações trabalhistas, acharam a proposta mansa demais e exigiram que o projeto de lei aprovado na Câmara fosse logo, sem demora, sancionado pelo fantoche de faixa, o que deverá ser feito hoje. E, quem sabe, logo mais à noite será providenciado um rega-bofe para comemorar o feito tão deletério à classe trabalhadora.

Nesse rega-bofe, Deputados proprietários de empresas que oferecem mão de obra terceirizada ao setor público e privado se refestelarão na carne fraca do Direito trabalhista. Não podemos esquecer que o próprio Deputado Laercio José de Oliveira, que relatou o PL da Terceirização, é sócio em 14 empresas de serviços. Da mesma forma que ele, outros tantos aqui vivem igualmente da exploração do trabalho alheio. São os novos senhores de "escravos de ganho", que até o século XIX, se os juros bancários estavam baixos, tiravam o dinheiro do banco, compravam escravos e os alugavam para terceiros, ou os colocavam para vender comida e bugigangas, prestar serviços os mais variados pelas ruas, praças e residências, e, no final da tarde, eles deveriam colocar nas mãos dos seus donos o faturamento do dia. E olhem que naquela época os exploradores tinham que mobilizar parte do capital na compra de um escravo. Já hoje a terceirização coloca nas mãos deles uma massa de milhões de trabalhadores sem que se dispense um centavo sequer. Negócio da China? Não, negócio do Brasil e do Temer.

Da mesma forma, os novos "gatos", que até ontem rondavam canaviais sempre oferecendo milhares de boias-frias famintos, agora já poderão até oferecer, em lotes, professores para as nossas universidades federais. E nem precisarão gastar com as despesas do pau de arara e

da marmita fria. Estará tudo ali, a preço de banana.

O pior está por vir, Sr. Presidente. Nada estará tão ruim que não possa piorar. E vai piorar. Por hora, a população pagou apenas uma pequena prestação do pato. Vai ter que pagar muito mais. Vem mais destruição da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT por aí. O próprio Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, afirmou que o projeto aprovado na Câmara é apenas o ponto de partida para regulamentar mudanças na CLT.

O que tem por vir é, no mínimo, fantasmagórico, é bem a cara do Chefe do golpe: com certeza, o nosso "coveiro-Presidente" vai retirar da tumba mais um projeto de lei do século passado, como fez com este da terceirização irrestrita, que foi desenterrado de uma cova, onde jazia há quase 30 anos. Com certeza, o projeto será um monstro que assassinará de vez a Consolidação das Leis do Trabalho e os direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. Com certeza, esse projeto será um cadáver pútrido, que será revivido pelo agora "Dr. FrankensTemer".

Só para se ter uma ideia do simbolismo da terceirização irrestrita, a lei que será sancionada por Temer foi aprovada por 29 Senadores defuntos. É de arrepiar!

Portanto, senhores, este é o Brasil de Temer, o Brasil do golpe contra a democracia, o Brasil do golpe contra os trabalhadores, o Brasil do golpe contra a Previdência.

Vamos à luta!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Zé Geraldo, vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 313/339

---

049.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 28/03/2017-17:16

Publ.: DCD - 29/03/2017 -

VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Esclarecimento sobre voto do Deputado Onyx Lorenzoni no projeto sobre terceirização de mão de obra. Orientação da respectiva bancada do requerimento de votação nominal de retirada de pauta da Medida Provisória nº 751, de 2016, que cria o Programa Cartão Reforma.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou encaminhar pela Minoria, mas quero fazer um esclarecimento antes de orientar as bancadas.

Tive há pouco uma polêmica aqui com o Deputado Onyx Lorenzoni. Eu disse que ele errou porque votou a favor da terceirização. Ele me desmentiu dizendo: "*Não, eu não votei*". É verdade, ele não votou. Eu saí daqui feliz e pensei: "*Nossa! Vou divulgar que ele votou com a gente, contra a terceirização*". Aí eu vi que ele não votou nem numa coisa nem noutra. Essa parte tinha sido omitida.

Sr. Presidente, a posição da Minoria é pelo voto "sim".

---

Documento 314/339

---

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-17:16
Publ.: DCD - 29/03/2017 -	WELITON PRADO-PMB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação da respectiva bancada para votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 751, de 2016, que cria o Programa Cartão Reforma. Participação do orador em audiência pública no Município de Monlevade, Estado de Minas Gerais, sobre A reforma da Previdência. Expectativa de rejeição da proposta na Câmara dos Deputados.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vai votar "não". Nós não vamos polemizar este assunto.

Gostaríamos de deixar claro mais uma vez que estamos percorrendo todo o Estado de Minas Gerais. Ontem participamos de audiência



pública na cidade de João Monlevade contra a reforma da Previdência. Eu queria parabenizar o Vereador Adriano Alvarenga. Foi uma reunião muito representativa, à qual estiveram presentes também o Deputado Federal Leonardo Monteiro e o Deputado Estadual Celinho do Sinttrocel. A população mineira está revoltadíssima, muito mobilizada, inclusive nos pequenos Municípios.

Parabenizo a iniciativa do Vereador Adriano Alvarenga. Tenho certeza de que o conjunto dos Deputados vai refletir muito e dizer "não" à reforma da Previdência. A população está indignada também com a votação nesta Casa da proposta da terceirização.

---

Documento 315/339

---

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-17:16
Publ.: DCD - 29/03/2017 -		GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade do povo brasileiro à aprovação do projeto sobre a terceirização do trabalho. Anúncio de ajuizamento pelo PSOL de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para anulação da votação da matéria. Confiança no crescimento da mobilização nacional contra a reforma previdenciária.

---

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, eu queria falar de um pesadelo e de uma esperança. O pesadelo foi a votação na semana passada da terceirização total e irrestrita, no plenário da Câmara dos Deputados, movida pela base do Governo ilegítimo de Temer. Isso foi muito ruim para toda a população brasileira.

E a esperança vem nas reações de Parlamentares, pedindo desculpa pelo voto que deram aqui na questão da terceirização, já dizendo que voltariam atrás em uma futura votação. O número de Parlamentares que votaram "sim", de 230, já demonstra que a pressão popular que aconteceu no dia 15, que está se intensificando por todo o Brasil e que vai se ampliar muito para o dia 31, vai fazer com que enterremos a reforma da Previdência, de Temer, que na verdade é um desmonte da



Previdência pública no nosso País.

A bancada do PSOL está preparando um mandado de segurança, no qual vamos dar entrada em breve, porque não foi cumprido - por Parlamentares inclusive de outros partidos e pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - aquilo que determinava o Regimento Interno.

Existiu uma decisão da CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público que não foi respeitada na votação em plenário.

A reação no Brasil é fortíssima. Eu tenho certeza de que os Parlamentares que votaram a favor dessa terceirização total e irrestrita foram cobrados nos seus Estados de origem por terem votado contra os trabalhadores.

É importante que nós repitamos: não é garantir os direitos dos trabalhadores terceirizados, é terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho.

Os senhores querem que professores das escolas brasileiras sejam terceirizados?

Nós esperamos que o mandado de segurança seja aceito pelo Supremo Tribunal Federal e que essa votação seja anulada.

Eu não tenho dúvida de que dia 31 vai haver uma ampliação das mobilizações em todo o País, e o Brasil vai dizer definitivamente: "*Não ao desmonte da Previdência pública!*" "*Fora, Temer e as suas políticas regressivas!*"

---

Documento 316/339

---

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-17:16
Publ.: DCD - 29/03/2017 -	NILSON LEITÃO-PSDB -MT	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Razões do voto do orador favorável ao projeto sobre a terceirização do trabalho.

---

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Com todo o respeito ao Deputado Glauber, eu quero dizer que votei a favor da terceirização e não fui comprado. Mas eu quero deixar claro que foi essa demagogia desse debate que fez o Brasil atrasar quase 15 anos e desempregar quase 15 milhões de brasileiros.

Só na área rural, Deputado Glauber, há 10 milhões de trabalhadores que não estão incluídos na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, mas o terceirizado será incluído na CLT. E o professor não necessariamente vai ser terceirizado. Eu mesmo sou contrário a isso.

Mas não é isso que vai fazer com que o trabalhador fique desempregado. Desempregado ele está hoje pela forma como foi tratado no Brasil.

---

Documento 317/339

---

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-17:16
Publ.: DCD - 29/03/2017 -	WELITON PRADO-PMB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2017, adotado pela Comissão Mista à Medida Provisória nº 751, de 2016, que cria o Programa Cartão Reforma. Posicionamento do orador contrário à aprovação de projeto de lei sobre terceirização do trabalho e da proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

---

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota "sim".

Nós não vamos polemizar. Defendemos e apoiamos o Minha Casa, Minha Vida. Sabemos que o número de pessoas a serem contempladas é muito pequeno. Mas não importa quem seja o pai da criança, vamos votar com coerência, vamos votar "sim".

Quero aproveitar este momento para deixar mais uma vez registrado o nosso posicionamento contrário ao projeto sobre terceirização votado por esta Casa e à reforma da Previdência.



Parabenizo todas as pessoas que estão se mobilizando, em todos os cantos do País, contra a reforma da Previdência. Na tarde de hoje, houve uma grande mobilização em Belo Horizonte. Houve mobilização também em Uberlândia. Ontem, participamos de uma audiência pública na cidade de João Monlevade. Por todos os cantos do País, e em Minas Gerais não é diferente, a população está se mobilizando, está se organizando contra a reforma da Previdência, que não é reforma, é o fim da Previdência Social em nosso País.

---

Documento 318/339

---

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-17:16
Publ.: DCD - 29/03/2017 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação da respectiva bancada para votação da Emenda nº 34 apresentada à Medida Provisória nº 751, de 2016, que cria o Programa Cartão Reforma. Anúncio de decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello de deferimento parcial de mandado de segurança impetrado pelo Senador Randolfe Rodrigues contra o rito de apreciação e aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto de lei relativo à terceirização das relações de trabalho.

---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o apoio às comunidades e às famílias do campo é essencial. Por isso o PT apresentou este destaque. O PT está atento ao interesse do povo, tanto da cidade quanto do campo.

Sr. Presidente, quero anunciar neste plenário que o Ministro Celso de Mello acaba de deferir parcialmente mandado de segurança do Senador Randolfe Rodrigues contra o projeto de terceirização.  
(*Palmas.*)

Quero destacar que a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues diz que a Câmara dos Deputados não estabeleceu aquilo que seria adequado, que era apreciar a retirada da matéria solicitada pelo Presidente Lula. Mais uma vez é Lula defendendo o trabalhador e a trabalhadora brasileira.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem

revisão do orador.) - O PR vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. RICARDO TRIPOLI** - Questão de ordem, Sr. Presidente, pela Liderança do PSDB. Eu estou aqui na tribuna.

Primeiro quero fazer uma reclamação e gostaria que V.Exa. a registrasse. Nós fizemos um acordo para os três Líderes falarem antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Primeiro a Deputada Maria do Rosário vai concluir. Depois concedo a palavra a V.Exa. para orientar e falar pela Liderança do PSDB.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Continuando, está cassada a votação que nós tivemos aqui, na semana passada, da terceirização, uma vergonha para o trabalhador e a trabalhadora brasileira, traídos por esta Casa. O Ministro Celso de Mello pede o nosso apoio. Isso é muito importante.

A orientação do PT é "sim".

---

Documento 319/339

---

049.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/03/2017-17:16
Publ.: DCD - 29/03/2017 -		CARLOS ZARATTINI-PT -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de aprovação da emenda em votação. Divulgação de nota da bancada do PMDB no Senado Federal contra a sanção presidencial do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Cobrança ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, de presença na sessão plenária para condução dos trabalhos. Ruptura pelo Governo Michel Temer do compromisso de votação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Sugestão aos Deputados de votação da proposta de reforma previdenciária em domingo. Descrédito do Poder Legislativo perante a população brasileira.

---

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria que fosse esclarecido se estamos votando

no mínimo 20% ou no mínimo 10%. A maioria do Plenário, pelo que estou vendo, quer que seja no mínimo 20%, porque temos que reformar as casas da área rural, que são muito mais precárias do que as casas da área urbana. Por isso é justo votar "sim" a essa emenda.

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria de falar do que está ocorrendo em relação à terceirização. A bancada do PMDB no Senado acabou de emitir um comunicado posicionando-se contra a sanção do Projeto de lei nº 4.302, de 1998, que foi aprovado nesta Casa. E faz muito bem ao posicionar-se assim, porque o projeto é extremamente prejudicial aos trabalhadores brasileiros. E o é não só porque implanta uma terceirização selvagem, sem nenhuma regulação e sem garantias ao trabalhador, mas também porque desorganiza o movimento sindical, não atende em nada à geração de empregos - não vai gerar nenhum emprego -, simplesmente reduz os direitos dos trabalhadores, impede o trabalhador de ter uma carreira numa empresa e transforma o trabalhador numa peça a ser utilizada quando for unicamente do interesse do patrão.

Além disso, o projeto trata de outra questão: o trabalho temporário, ampliando de 3 meses para 9 meses os contratos temporários. Isso é outro absurdo.

A partir da aprovação desse projeto, se for sancionado, muitos trabalhadores jamais terão oportunidade de ter um contrato de trabalho por tempo indeterminado, porque muitas categorias, ou melhor, muitas funções, jamais conseguirão ser contratadas por tempo indeterminado e viverão permanentemente com contratos temporários, que não preveem aviso prévio, fundo de garantia, férias e uma série de outros direitos.

Quero dizer aqui, neste momento, que eu lamento que não esteja aqui o Presidente Rodrigo Maia. O Presidente Rodrigo Maia certas horas me parece ser um assessor do Palácio do Planalto e não o Presidente de uma Casa Legislativa. O Sr. Rodrigo Maia deveria estar sentado nessa cadeira, dirigindo as votações e organizando os trabalhos da Câmara dos Deputados, mas infelizmente não está aqui.

Vou dizer o que eu gostaria de dizer na frente dele: o Sr. Rodrigo Maia e o Sr. Romero Jucá romperam com a palavra que tinham dado às centrais sindicais. Eles disseram que haveria a votação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, no Senado, e agora o Governo, o Sr. Michel Temer, depois de se reunir com os industriais mais ricos do País num jantar em São Paulo, vem dizer que não vai mais votar o PL 4.330. É um rompimento de palavra desse Governo, palavra que foi dada por

Rodrigo Maia e Romero Jucá às centrais sindicais.

É por isso que nós dizemos não só que esse Governo é golpista, mas também que esse Governo não tem palavra sequer para negociar. E é por isso que a população brasileira vai repudiar o projeto da terceirização, porque rompeu com aquilo que é o mínimo dos direitos dos trabalhadores.

Sr. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero aqui, em nome da bancada do PT, propor que nós sejamos transparentes nas votações.

Do nosso ponto de vista, o projeto da Previdência, a chamada reforma - que, na verdade, é um desmonte -, não pode ser votada em um dia de semana! Ela não pode ser votada em uma sessão que comece às 6 horas da tarde para que a votação termine às 5 horas da madrugada. O projeto da Previdência é fundamental para todos os brasileiros - jovens, velhos, enfim, todos - e merece ser votado com total transparência.

Por isso nós propomos a esta Casa que o projeto da Previdência seja votado em um domingo, começando a sessão às 10 horas e indo até a noite. (*Palmas.*) Vamos votá-la em um domingo, para que todos saibam os argumentos a favor, os argumentos contra e o voto de cada Deputado.

O ex-Deputado Eduardo Cunha, quando presidiu a Casa, fez a votação do *impeachment* em um domingo, porque ele queria que o Brasil inteiro a acompanhasse. Acho justo que toda a Nação brasileira acompanhe a votação do projeto da Previdência, que saiba exatamente os argumentos daqueles que defendem acabar com a Previdência Social no Brasil e daqueles que defendem mantê-la e melhorá-la.

Nós queremos propor isso à Casa. É uma proposta que não me parece nenhum absurdo, até porque já ocorreu uma votação no domingo. É uma proposta que dá transparência ao voto e permite que todo brasileiro, toda brasileira saiba a opinião do seu Deputado, saiba a opinião dos Deputados do seu Estado, saiba exatamente como vota cada um de nós.

Existe hoje no Brasil uma desconfiança absoluta do Poder Legislativo. Uma desconfiança total. Um descrédito total. Por isso não podemos dar para trás nessa questão. Não podemos omitir do povo brasileiro a nossa opinião, esconder o nosso voto.

Vamos divulgá-lo amplamente. Vamos garantir que o povo conheça os nossos argumentos, os favoráveis e os contrários, e as emendas que





forem apresentadas, enfim, conheça todo o debate, que vai envolver uma questão que atinge mais de 200 milhões de brasileiros, atinge os jovens, atinge os velhos, atinge aqueles que estão trabalhando, atinge, inclusive, aqueles que já se aposentaram e muitas vezes acham que não têm nada a ver com isso, mas que vão também sofrer as consequências por conta da redução dos valores das pensões e atinge aqueles que precisam do Benefício da Prestação Continuada - BPC e estão tendo seu direito subtraído.

Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, que neste momento não está na Casa, quero deixar aqui essa proposta. Vamos divulgá-la a todo o País e exigir que haja transparência no Parlamento brasileiro. É isso o que o povo brasileiro merece. É isso o que a Nação merece. É dessa forma que nós, Deputados e Deputadas, devemos e precisamos atuar.

Muito obrigado.

---

Documento 320/339

---

050.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	28/03/2017- 20:36
Publ.: DCD - 29/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	BOHN GASS-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância da aprovação de dispositivo sobre a destinação de percentual do Programa Cartão Reforma para a área rural. Defesa de aumento dos investimentos do Governo Federal no Programa Minha Casa, Minha Vida. Críticas à proposta de reforma previdenciária. Confiança na rejeição da matéria. Elogios à atuação do Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello no julgamento de ação para anulação da votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre a terceirização do trabalho.

---

**O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Eu digo o mesmo, Sr. Presidente Carlos Manato. É importante que todos possam se manifestar.

Primeiro, quero agradecer à Liderança do PT por ter me permitido fazer este importante comunicado. Nós votamos agora a destinação de um percentual do Cartão Reforma para a área rural, não conforme veio o projeto do Governo, que não previa nenhum percentual para a área



rural. A Relatora incorporou 10%; a proposta do PT era de 20%.

Eu quero registrar a importância dessa votação. Com larga vantagem, derrubamos a orientação do Governo, que era contra destinarmos 20% do Cartão Reforma para a área rural.

Nós temos um programa exitoso do Governo do Presidente Lula, do Governo da Presidenta Dilma, o Programa Minha Casa Minha Vida. Queremos que o Governo coloque mais recursos para manter esse programa.

Segundo, quero falar da Previdência. A pergunta que eu quero fazer é: quem no Brasil é a favor da reforma da Previdência? Na verdade, não é uma reforma, porque, se nós reformamos a casa, melhoramos a casa; se nós reformamos o carro, melhoramos o carro.

Trata-se não de uma reforma da Previdência, mas de um desmonte da Previdência. A OAB é contra, a CNBB fez uma nota duríssima contrária, a grande maioria dos Prefeitos é contra, porque os Municípios perdem com isso. Se não têm o recurso dos aposentados e pensionistas, o comércio vende menos e se desaquece a economia dos Municípios.

Estive em atividade em várias Câmaras de Vereadores neste final de semana. No País inteiro, Vereadores de todos os partidos estão fazendo moções de repúdio: do PMDB, do PP, do PSDB, do PTB, do PT, do PDT, do PSOL, do PCdoB. Estão todos pedindo para não aprovar a reforma da Previdência.

Eu pergunto: quem é a favor? Só há um setor a favor, que é a previdência privada. É claro, foi com o setor da previdência privada, com os banqueiros que o Temer se sentou. Mas quero dizer, vinculando esse tema ao das terceirizações, que nesta Casa não vai passar essa reforma. Na terceirização, houve mais pressão dos empresários para pagar a conta do golpe, houve dinheiro. Os empresários sempre investem forte no financiamento empresarial de campanha.

Aqui dentro esse tema poderia ter mais votos, inclusive na terceirização, o que precariza a questão dos trabalhadores, que fez com que a ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e outras entidades se manifestassem e dissessem se haverá menos salário (o DIEESE disse isso) ou se haverá mais assistência do trabalho (a ANAMATRA disse isso).

Naquela votação da terceirização, a bancada do Governo obteve 231

votos e não 308, que são necessários para a PEC da Previdência. Estou dizendo que se Vereadores, Prefeitos, sindicatos e centrais sindicais continuarem se manifestando sobre a Previdência, nós podemos derrubar essa proposta cruel do desmonte.

Quanto à terceirização, há boas notícias hoje. Na ação impetrada no STF para que o Temer não sancione o Projeto de Lei nº 4.302, que trata da terceirização, o Ministro Celso de Mello pediu esclarecimentos e informações à Câmara dos Deputados. Ele agiu imediatamente, ele não sentou em cima da ação, ele não negou. Junto a esse fato, há a própria rebeldia dos Senadores do PMDB, lá no Senado, que estão dizendo: "*Temer, "não" ao PL 4.302! Nós queremos o PL 4.330!*" Não quero nem ao PL 4.330, porque sou contra a terceirização.

Sr. Presidente Carlos Manato, nesta Casa estamos chegando à situação de que realmente pode não passar o maldito desmonte da Previdência. Uma votação já aconteceu hoje.

Quero dizer às centrais sindicais que os movimentos de domingo dos "coxinhas" foram muito fracos. Foram um desastre! Eles cumpriram o seu papel, conseguiram o que queriam, iludiram muita gente, mas o golpe foi realizado, o Temer está lá. Precisamos continuar mobilizados, porque isso alimenta uma esperança de efetivamente não passar o desmonte da Previdência.

Vamos continuar debatendo sobre a terceirização, porque ainda temos que recuperar a derrota dela.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

Documento 321/339

051.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/03/2017-13:32
Publ.: DCD - 30/03/2017 -		LUIZ SÉRGIO-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Continuidade da mobilização da sociedade brasileira contra projeto de lei sobre terceirização de mão de obra, aprovado pela Câmara dos Deputados. Regozijo com votações, por Câmaras Municipais, de moções de repúdio à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a população brasileira reagiu de forma muito objetiva e clara à decisão do Plenário desta Casa de votar a terceirização.

E ela continua mobilizada, porque a terceirização foi o primeiro passo. Nós temos aqui a Comissão que está analisando a flexibilização das leis trabalhistas. E nós temos que enfrentar isso, porque não vamos resolver o problema com a precariedade de direitos. No Brasil, infelizmente, trabalhadores ainda são libertos de trabalho análogo à escravidão. Isso é uma demonstração clara de que nós não podemos flexibilizar a legislação trabalhista no Brasil.

Para alegria nossa, que estamos resistindo à reforma da Previdência, em muitos Municípios brasileiros as Câmaras de Vereadores estão votando moção de repúdio a essa reforma. Muitos estão fazendo debates - associações, sindicatos -, e é importante que esse movimento cresça, que as Câmaras debatam, que moções sejam votadas, que pressão sobre os Parlamentares seja exercida, porque nós precisamos derrotar essa reforma.

Essa reforma precisa ser derrotada porque aquele que a enviou a esta Casa não veio respaldado pela legitimidade do voto popular. Além disso, porque ela é um crime contra as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros.

Ela é um crime, primeiro, porque diminui o valor que será pago para aqueles que conseguirem se aposentar. Aprovada a reforma como foi proposta, a aposentadoria representará 51% da média obtida a partir das contribuições de 1994, mais 1% ano. O discurso de que estão terminando com o fator previdenciário não é verdade. Esse é um fator previdenciário fixo muito mais cruel do que o que existiu no passado.

Em segundo lugar, é um crime essa reforma porque limita, restringe o acesso das pessoas ao benefício da aposentadoria. Em Estados como Acre, Roraima, Rondônia, Amazonas, Pará, mais de 90% dos trabalhadores e trabalhadoras se aposentaram pela idade. Se esta

reforma passar, 80% daqueles que conseguiriam se aposentar nesses Estados não se aposentarão. Então, nós estaremos criando uma geração de velhos pobres e miseráveis, e isso não resolve o problema de nenhuma nação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 322/339

---

051.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/03/2017- 14:34
Publ.: DCD - 30/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra tentativa de destruição dos direitos indígenas e quilombolas e da política agrária para o pequeno produtor familiar. Repúdio ao corte de recursos orçamentários destinados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme matéria da jornalista Mônica Bergamo, do jornal Folha de S.Paulo. Cumprimentos à Frente Brasil Popular e à Frente Povo Sem Medo pela convocação de mobilização nacional contra as propostas do Governo Federal de reformas trabalhista e previdenciária. Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Artigo intitulado Reforma da Previdência: a morte como horizonte da aposentadoria, de autoria do orador, publicado pela revista Carta Capital.

---

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar o meu veemente protesto contra a tentativa de destruição dos direitos indígenas e quilombolas e contra a destruição de qualquer resquício de política agrária voltada à pequena produção, à produção familiar.

Quero também manifestar a minha preocupação - e, ao mesmo tempo, o meu repúdio - com os cada vez mais poucos recursos destinados ao IBGE. Ontem, no jornal *Folha de S.Paulo*, a jornalista Mônica Bergamo publicou, com as fontes devidas, que o recenseamento agropecuário previsto para 2015 somente agora será feito. O instituto perdeu

recursos e reduziu de 80 mil para apenas 26 mil os recenseadores. O mais grave é que retirou da pesquisa as questões inerentes à agricultura familiar, ao uso de agrotóxicos, à raça das pessoas, entre outros itens importantes.

Isso é realmente impor um prejuízo inestimável ao esforço de compreensão deste Brasil tão complexo, tão plural, tão diferenciado, que necessita do fortalecimento de um órgão da estatura do IBGE, ao qual jamais poderia ser imposta essa verdadeira seca de recursos que inviabiliza os avanços e até impõe retrocessos àquilo que o instituto já conquistou.

Sr. Presidente, quero parabenizar a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, que convocaram para o próximo dia 31, sexta-feira, um grande ato de mobilização nacional. No dia 15, nós trabalhadores já demonstramos nossa força; no dia 31, vamos parar o Brasil, porque somos solidários, somos todos trabalhadores do campo, da cidade. Neste momento, a minha categoria, em quase todo o Brasil, está em greve lutando contra a reforma trabalhista e, particularmente, contra essa reforma criminosa que quer tirar os direitos previdenciários, colocando como o horizonte da aposentadoria a data da morte do trabalhador.

Parabéns à Frente Brasil Popular! Parabéns à Frente Povo Sem Medo!

O ato do dia 31 tem um grande objetivo: conchamar as classes trabalhadoras e mobilizá-las para a grande greve geral. Essa greve estava indicada para o início de abril, mas, em razão dos feriados, houve consenso entre várias Centrais Sindicais sobre nova data: no dia 28 de abril o Brasil vai parar.

Este Congresso, como Casa do Povo que é, não tem o direito de trair o voto soberano que o povo nos deu. No entanto, quando a chamada Casa do Povo trai a soberania popular, somente o povo, nas ruas, pode dar um basta a essa tentativa criminosa de um Governo golpista de destruir o direito à dignidade do nosso povo com reformas trabalhista e previdenciária e com essa criminosa terceirização aqui aprovada.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja dado como lido.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna



parabenizar a Frente Brasil Popular e a Frente do Povo Sem Medo pela convocação de um dia nacional de mobilização, o dia 31 de março, com vistas a uma data para chamarem greve geral, provavelmente na primeira quinzena de abril. Não apenas parabenizo, como convido todos os brasileiros e brasileiras para se juntarem a esse grande dia.

Por esta Casa, é verdade, passam as principais decisões do País. Mas, quando a maioria dos representantes não representam os interesses do povo brasileiro, é preciso que o povo resista e demonstre seu poder. Para barrar a reforma da Previdência, a reforma Trabalhista e o projeto da terceirização (que, apesar de aprovado aqui, ainda não foi sancionado), apenas a força do povo nas ruas.

Força essa, inclusive, que já foi sentida aqui pelos Deputados e pelo Governo Temer depois dos dias 8 e 15 de março, quando as ruas estiveram cheias de brasileiros e brasileiras contrários aos retrocessos.

Como resposta, o Governo fez uma manobra que simulava poupar os servidores municipais e estaduais da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, na esperança de tirar das ruas os milhares de professores que foram a vanguarda dos dias 8 e 15. Em jogada ensaiada, Rodrigo Maia desenterrou a PL da Terceirização, o Projeto de Lei nº 4302, de 1998, da época de FHC, e o Congresso aprovou, na última quarta-feira, dia 22, esse ataque que rasga a CLT.

Não há dúvidas de que o que pretendem é sacrificar, até as últimas consequências, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, retirando seus direitos e sua vida para que os que sempre lucraram neste País sigam lucrando cada vez mais.

Por isso, é fundamental que cada piquete em porta de fábrica, que cada assembleia de professores em greve, que cada plenária ou comitê regional se transforme em instrumento para a construção da greve geral pela base.

O povo resistirá! Todos e todas às ruas dia 31 de março!

Sr. Presidente, ainda a respeito desse tema, gostaria de fazer agora a leitura de artigo de minha autoria publicado hoje na revista *Carta Capital* e intitulado *Reforma da Previdência: a morte como horizonte da aposentadoria*.

*Reforma da Previdência:  
a morte como horizonte da aposentadoria*





*Quando, há um ano exatamente, alertávamos que um golpe estava em curso, nos referíamos ao desrespeito à Constituição. Era ela que estava em jogo. Ao rasgar-se uma página dela, autorizaríamos queimar todo o resto. O governo Temer assumiu há menos de um ano e, provando ter ocupado a cadeira de forma ilegítima, imoral e impopular, tentamos salvar uma página desta Magna Carta que este governo ignora. Ocorre que, desta vez, ele tenta colocar na fogueira aquele direito que atinge a todos os brasileiros e brasileiras diretamente e indistintamente: o direito a se aposentar.*

*A contribuição que o trabalhador vê mensalmente ser descontada de seu contracheque pode nunca chegar a seus bolsos. A proposta de Reforma da Previdência não pretende outra coisa senão acabar com o direito à previdência pública e, desse modo, viabilizar o fortalecimento das empresas privadas do setor, subsidiárias dos grandes bancos. Trata-se de um roubo institucionalizado do fundo previdenciário público.*

*A proposta do texto é nada menos que cruel. Propõe como ponto principal o estabelecimento da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, para homens e mulheres, sem distinção, o que representa um retrocesso histórico. Além do mais, a cada ano adicional na média brasileira de expectativa de sobrevida será acrescentado um ano à idade mínima de 65 anos.*

*Haverá também a exigência de 25 anos de contribuição, o que representa também grande dano, dado que hoje o mínimo é de 15 anos para a aposentadoria por idade no INSS. Um requisito que colocaria à margem milhares de brasileiros, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela informalidade e pela rotatividade nos postos de trabalho.*

*Como observa Denise Gentil (UFRJ), 60% das aposentadorias por idade concedidas em 2015 foram para trabalhadores que não chegaram sequer aos 20 anos de contribuição e 79% não alcançaram os 25 anos propostos. Na verdade, a aposentadoria, hoje, para grande maioria da população é justamente a idade. No Pará, por exemplo, esse percentual ultrapassa 90%, o que ressalta a perversidade da proposta de idade mínima de 65 associada à exigência de, no mínimo, 25 anos de contribuição.*

*Está claro que essa nova regra atingirá sobretudo a população mais pobre, que contribui por menos tempo por ser mais sujeita ao trabalho informal e ao desemprego. Sabe-se que o sonho de qualquer cidadão é ter um emprego com carteira assinada. Ter a possibilidade de contribuir sem interrupção ainda é, contudo, privilégio de poucos*





*trabalhadores brasileiros.*

*Mesmo para os que tiverem a oportunidade de contribuir será quase impossível se aposentar com a integralidade do salário, haja vista que, para isso, a proposta exige 49 anos comprovados de contribuição. As mudanças propostas dão razão ao temor que levou milhares de brasileiros e brasileiras às ruas no último dia 15: o de ter que trabalhar até a morte.*

*No caso das pensões, ela será reduzida para 50%, acrescentando-se 10% por dependente (até o limite de 100%). Desta forma, com a morte de seu cônjuge, uma pessoa pode perder até 40% de seu benefício. A Reforma ainda eleva de 65 para 70 anos a idade mínima para se fazer jus ao benefício de Assistência Social, e permite o aumento automático dessa idade sempre que a expectativa de sobrevida aumentar. Além disso, estabelece que o valor do benefício será fixado em lei, em substituição à atual previsão de um salário mínimo.*

*Haverá apenas uma regra de transição para as pessoas que já estiverem no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do INSS, e que na data de publicação da Reforma já tenham 50 anos ou mais (se homem) ou 45 anos (se mulher), que poderão se aposentar em condições menos piores, mas ainda com regras bem severas.*

*Além do mais, a proposta revoga o direito de aposentadoria diferenciada para policiais, professores e trabalhadores rurais, representando um retrocesso histórico e no reconhecimento das diferenças no mundo do trabalho que devem ser consideradas pela legislação.*

*Todo o diagnóstico oficial, de que no futuro a relação entre aposentados e trabalhadores ativos irá se multiplicar, se torna irrelevante quando consideramos quem são os verdadeiros privilegiados no orçamento público: os grandes bancos, investidores e empresas. Isto sem mencionar que a arrecadação (inclusive do INSS) tem sido prejudicada pelas constantes desonerações tributárias, e pela recessão econômica (desemprego), resultante das altíssimas taxas de juros, que privilegiam os beneficiários da dívida pública.*

*A reforma da Previdência tem sido anunciada como uma grande necessidade, supostamente porque haveria um déficit no setor, e que no futuro não haveria dinheiro para pagar os benefícios. Porém, na realidade, o verdadeiro problema das contas públicas não é a Previdência, mas outros fatores que buscam blindar esses que sempre são privilegiados para colocar a conta nas costas do trabalhador. E, desta vez, a conta é a própria vida.*



*Indico aqui, por exemplo, a questionável dívida pública, que beneficia principalmente grandes investidores e bancos, que são exatamente os que mais vão ganhar com a precarização da Previdência Pública. Em 2017, o Governo Federal, conforme a Lei Orçamentária, planeja gastar 1,722 trilhão de reais com juros e amortizações da dívida, que jamais foi auditada, e que representa 50,66% do orçamento. Este valor é quase o triplo de todos os gastos previstos com a seguridade social, incluindo a Previdência Social (INSS e Regime Próprio dos Servidores Públicos), previstos em 650 bilhões de reais.*

*Nos dois últimos anos consegui que o Congresso Nacional aprovasse emenda de minha autoria à Lei de Diretrizes Orçamentárias prevendo uma auditoria sobre esta dívida obscura, com a participação de entidades da sociedade civil. Porém, Dilma e Temer a vetaram. O governo prefere manter este gasto absurdo com a dívida pública, às custas da perda de direitos dos trabalhadores e aposentados.*

*Por que as empresas devedoras ao INSS não são cobradas? De acordo com dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), R\$ 426 bilhões é o montante dessa dívida, o que equivale a três vezes o alegado déficit da Previdência em 2016. A maior parte dessa dívida está concentrada na mão de poucas empresas ativas, como a JBS e Bradesco.*

*Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária. A procuradoria classificou 32.224 empresas devedoras e constatou que apenas 18% delas estão extintas. Ora, se a grande maioria, ou 82%, são ativas, somente um conluio entre o governo e empresas pode explicar a falácia do déficit para a privatização da previdência pública.*

*As justificativas usadas pelo governo para defender essa reforma são absurdas. É preciso desmentir o suposto "déficit" na previdência dos servidores públicos e no Regime Geral (INSS). No caso do INSS, o governo anuncia "déficit" de R\$ 181,2 bilhões em 2017. Porém, omite que a Previdência Social está inserida no Sistema de Seguridade Social (que abrange as áreas de Saúde, Assistência e Previdência), e conta com expressivas receitas, como a COFINS e a CSLL. Mesmo em 2015, quando a recessão econômica e o desemprego já eram expressivos houve um Superávit de R\$ 11,17 bilhões. A Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil mostra que nas últimas três décadas o sistema sempre foi superavitário.*

*Já no Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), o governo federal anuncia "déficit" em 2017 de R\$ 35,12 bilhões na Previdência dos Servidores Cíveis, e R\$ 52,16 bilhões no total*

*(incluindo-se os militares). Porém, fabrica-se esse déficit por meio do desmonte do Estado.*

*De 1991 a 2015 (em 24 anos), o número de servidores civis ativos do Poder Executivo cresceu apenas 8% (de 662 mil para 717 mil). No mesmo período, a população brasileira cresceu 39%. Desta forma, é lógico que as contribuições dos ativos não irão cobrir as aposentadorias.*

*Além do mais, não é verdade que o gasto com previdência dos servidores está explodindo. O gasto com pessoal (incluindo-se aposentados e pensionistas, de todos os Poderes) caiu de 54,5% da Receita Corrente Líquida em 1995 para 38% em 205. Investindo em mais em pessoal, inclusive ampliando o número de fiscais, haveria uma melhora na fiscalização e no combatendo a sonegação, além da melhora da qualidade do serviço público.*

*Por fim, é necessário acabar com as desonerações sobre a folha de pagamento das empresas, revisar as isenções previdenciárias e acabar com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre o orçamento incidente sobre a seguridade social, que retiram bilhões de reais e fragilizam o sistema de proteção social. Somente em 2016 a DRU desviou mais de 100 bilhões de reais do setor.*

*A reforma da Previdência não é uma saída para corrigir um anunciado déficit, que é falacioso. Trata-se de uma escolha política que pretende retirar mais direitos, retroceder em direitos trabalhistas e sociais para atender a quem sempre lucrou neste país. Caso se desejasse buscar saídas para esse problema, a Comissão Especial da Reforma da Previdência na Câmara, seguramente, teria mais tempo de existência e chamaria a todos os interessados para um amplo debate democrático e plural. Exatamente o contrário do que temos vivido nesse espaço. A saída não é outra: essa reforma cairá pelas mãos da pressão popular.*



30/03/2017 -

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Posição contrária da oradora a propostas do Governo Federal em tramitação no Congresso Nacional sobre limitação de gastos públicos, reformas previdenciária e trabalhista, e sobre trabalho temporário e terceirização de mão de obra, prejudiciais ao trabalhador brasileiro.

---

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, neste início de 2017, o debate no Congresso Nacional se concentra em quatro matérias associadas entre si, que diminuem as proteções previstas ao trabalhador brasileiro na Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição Federal de 1988.

A primeira, a PEC 241 - ou 55 no Senado - já promulgada, congela os investimentos públicos por 20 anos em educação, saúde, Previdência Social, assistência social e infraestrutura...

O Constituinte de 1988 estabeleceu que a base financeira do sistema da Seguridade Social seria única, com sua fonte diversificada.

As empresas passaram a contribuir com parcela do lucro líquido, de 9% a 20%, e da folha salarial, de 20%. Os trabalhadores passaram a ser descontados na fonte, em 8% a 11% dos seus salários. O Governo contribui com 12%.

Da contribuição sobre a folha, a sociedade inteira paga a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, que incide sobre a receita bruta das empresas - não importando sua atividade - e, portanto, sobre nosso consumo.

Há ainda recursos de atividades de importação e de loterias e outras receitas.

A atenção à saúde tornou-se um direito de grupos mais fragilizados definidos em lei, e a Previdência passou a atender grandes populações até então excluídas, inclusive das zonas rurais.

A segunda matéria, sobre a terceirização e o trabalho temporário, vai fragilizar mais ainda o trabalhador brasileiro, aumentando o

desemprego e o subemprego e reduzindo a remuneração.

A terceirização é advinda do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, do Governo FHC. Quase 20 anos depois de arquivado na Câmara dos Deputados, o Governo Temer pediu seu desarquivamento e pressa para sua votação. Ele foi aprovado numa votação que contou com 231 votos "sim", 188 "não", 8 abstenções e 55 ausências. Como já estava aprovado no Senado, seguiu para a sanção no Palácio do Planalto.

A "pejotização" - palavra nova no dicionário - transforma cada trabalhador em pessoa jurídica ou empresa, acaba com o 13º salário, com o FGTS, com o seguro-desemprego, com as licenças-maternidade e paternidade.

As mulheres, que somente ganham salários 80% menores do que os salários dos homens, terão rendimentos menores ainda.

Os concursos e a qualidade dos serviços públicos estão em risco, mesmo que continuemos pagando mais impostos.

A terceira e a quarta matérias, que são as reformas da Previdência e trabalhista, a serem votadas pela Câmara e pelo Senado, também golpeiam duramente os trabalhadores brasileiros.

Votei contra a PEC 241, contra o PL 4.302/98 e contra o PL 4.330/04, aprovado em 2015, sobre terceirização. Também voto contra as reformas da Previdência e trabalhista.

Sr. Presidente, solicito que este meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

---

Documento 324/339

---

053.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/03/2017- 15:34
Publ.: DCD - 30/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Mudança na conjuntura política brasileira em decorrência das manifestações da



sociedade contra as propostas do Governo Federal de reforma previdenciária e trabalhista e contra a aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto de lei sobre a terceirização do trabalho. Críticas ao Presidente Michel Temer por contrapartidas exigidas dos Estados para a renegociação de dívidas com a União. Crise nas instituições públicas do Estado do Rio de Janeiro.

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, inscrevi-me para falar pela Liderança da Minoria não para tratar do tema específico, porque esse será tratado na medida do debate, mas para registrar algumas questões que surgem na atual conjuntura e que nós precisamos, de alguma forma, encarar, opinar e enfrentar.

A primeira delas é que percebo nitidamente uma mudança forte na conjuntura política brasileira - aliás, esse deve ser o sentimento da maioria aqui -, não apenas pelo impacto que teve na sociedade brasileira a votação que esta Casa fez sobre a terceirização, mas também pela repercussão dessa sensação, desse sentimento e dessa indignação da sociedade sobre a própria decisão do Ministro Celso de Mello, ontem, que recupera um aspecto regimental decisivo desse processo.

De fato, o projeto tinha sido pedido de volta pelo então Presidente Lula. Essa proposta, originalmente, era do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, e a Câmara, simplesmente, não deu ouvido ao pedido e colocou para votar como urgência uma pauta que não poderia estar aqui. E nunca foi explicado por que ela se manteve aqui.

Então, o Ministro Celso Mello recuperou o aspecto legal, constitucional e regimental, a autonomia dos Poderes, a diferença e a independência entre eles. Mas a pauta foi votada. E, obviamente, a repercussão é profundamente negativa - e de forma correta -, porque a sociedade já percebeu os impactos dessa decisão.

Da mesma forma, eu percebo o sentimento da sociedade, que vai mudando o comportamento também dos Parlamentares aqui, sobre as duas reformas constitucionais, a trabalhista e a previdenciária, que precisam de quórum qualificado.

Cada vez mais, apesar de se ter estruturado com dinheiro público, a partir do Governo, para defesa de uma posição partidária, e não de uma posição de Estado, a batalha da comunicação está sendo perdida pelo Governo. E, obviamente, a sociedade não só já percebeu, como luta agudamente contra a reforma da previdência, que tirará do sistema

previdenciário os trabalhadores de menor renda.

O alcance do benefício não será possível com a reforma da previdência proposta pelo Governo, porque faz-se uma reforma em meio a uma crise fiscal - isso é uma reforma da Constituição, que não pode ser tratada em meio a uma crise fiscal - e aponta para uma saída, a saída dos fundos de investimento, a do capital financeiro e a das restrições centrais aos trabalhadores, ao povo brasileiro e, particularmente, às mulheres.

Bom, dito isso, nós vemos que essa agenda se estende a outras agendas da Casa. E isso é muito inquietante para quem se preocupa com a inclusão do povo brasileiro e dos trabalhadores.

O projeto que entrou em debate em dezembro do ano passado sobre a negociação da dívida dos Estados definiu a posição do Congresso Nacional. E essa posição foi clara: abre-se a negociação sobre a forma de pagamento, faz-se a moratória, sem o estabelecimento de contrapartidas. Essa foi a posição do Congresso Nacional, não foi de outro lugar. Foi uma decisão tomada aqui, neste Parlamento.

O Presidente da República, não satisfeito, o que faz? Ele tenta fazer com que todos os Estados brasileiros, independentemente das suas economias, das suas características e do momento que vivem, sejam engolidos pela agenda nacional, uma agenda de desnacionalização, de privatização de ativos e de patrimônio, de restrição de ampliação de políticas públicas, de restrição de gastos, de aumento da tributação previdenciária sobre os trabalhadores e de uma série de cláusulas impossíveis de serem aprovadas por este Congresso.

Ora, este Congresso já se posicionou! O que é preciso fazer hoje é solicitar ao Presidente do Congresso brasileiro que traga a votação o veto. O que nós tínhamos que fazer neste momento era derrubar o veto do Sr. Michel Temer, para garantir que a posição da Casa prevaleça em relação à dívida dos Estados.

E eu fico pensando, ao olhar, no dia de hoje, para o Estado do Rio de Janeiro, onde cinco dos sete Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado foram presos; o Presidente da Assembleia Legislativa foi conduzido coercitivamente para depoimento; o Governador cassado move recursos; e tantos Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado estão envolvidos nas acusações... E aqui não faço julgamento de mérito. Não estou julgando se são inocentes ou culpados. Essa não é uma questão que me cabe. Isso cabe à Justiça, após a apuração, o direito de defesa e à finalização do processo judicial. Muito menos defendo a condução coercitiva sem que se tenha sido chamado para



depoimento.

O que eu quero dizer é que o Governo do Estado do Rio de Janeiro não tem hoje comando, credibilidade, legitimidade e autoridade pública para votar contra os trabalhadores e colocar em pauta o que é exigido por este projeto.

É uma indignidade o que o Governo Federal traz para o Congresso Nacional, que tem uma impossibilidade de resposta, principalmente porque joga os custos nas costas dos trabalhadores.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro está fechada, não tem aulas. Os alunos que se formariam no final do ano não conseguiram. Os que precisam se formar no meio do ano não conseguirão. E todos os que disputaram vaga ali pelo ENEM não conseguiram assumir sua vaga na universidade.

Isso é uma ilegalidade, pois fere direitos difusos, coletivos, e até mesmo os direitos individuais. Essa situação precisa ser revertida. Aquela é a minha universidade. Eu sei como ela funciona. Foi a primeira universidade a criar cotas; foi a primeira a ter curso noturno para acolher os alunos que trabalham; foi a primeira que assumiu a população mais pobre das escolas públicas. E foi essa universidade que fechou por irresponsabilidade do Governo do Estado, há tantos anos comandado pelo PMDB do Rio de Janeiro.

Nós não podemos imaginar que, até nessa agenda, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro terá o projeto-piloto da privatização da universidade pública. Isso é o que diz a Secretária Maria Helena, do MEC, ao propor a mensalidade paga nas universidades públicas. É nessa agenda que nós estamos metidos, e é com essa agenda que nós não podemos continuar.

No dia 31 de março, haverá novas manifestações; no dia 28 de abril, haverá greve geral, manifestações nas cidades, em todos os Estados. O povo acordou e vem com muito mais força do que antes, mantendo a bandeira democrática e mantendo também a bandeira de nenhum direito a menos e contra as reformas.

O povo do Rio de Janeiro, os trabalhadores do Rio de Janeiro, os servidores públicos do Rio de Janeiro também não aceitam o projeto que estabelece essas contrapartidas para a renegociação da dívida, porque, apesar de eles precisarem do seu salário, do seu 13º e do reinício das aulas nas escolas e universidades, eles não podem aceitar que um projeto de renegociação faça exigências a um Estado no qual o Parlamento, o Tribunal de Contas e o próprio Governo do Estado não

têm autoridade moral e política para votar projetos que jogam a crise nas costas de trabalhadores e trabalhadoras do Estado.

Nós podemos ter saídas, sim, pela receita, podemos ter saídas pela mudança do preço do petróleo, podemos ter saídas pela renegociação da Lei Kandir, podemos ter várias saídas de revisão das desonerações, dos contratos de terceirização feitos às escuras, mas jamais pelas costas dos trabalhadores e do povo do Rio de Janeiro.

Que se derrube o veto e que não se aprove este projeto!

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 325/339

---

053.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/03/2017- 15:34
Publ.: DCD - 30/03/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	BOHN GASS-PT -RS PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade a política do Governo Michel Temer de demissões na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Encontro do orador com o Senador Paulo Paim para debate sobre a luta pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Importância de posicionamento dos Deputados contrário à exigência do Governo Michel Temer de privatizações nos Estados como contrapartida ao recebimento de auxílio financeiro da União.

---

**O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Deputado Delegado Francischini.

Em primeiro lugar, quero dizer que, hoje à tarde, eu já fiz um pronunciamento contra o processo de demissões que o Governo Temer quer fazer nos Correios.

Em segundo lugar, quero registrar aqui que estive com o Senador Paulo Paim, que apresentou salvaguardas ao tema da terceirização na atividade-fim, para que não haja terceirizado em atividade-fim; para que

haja compromisso solidário e não só subsidiário com a empresa terceirizada; e que os terceirizados também tenham direitos, como os trabalhadores que têm a contratação formal.

Eu acho que esse é um tema importante. Vamos continuar lutando para que não haja a sanção do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, por parte do Presidente, e foi isso o que disse na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público hoje pela manhã. Não queremos essa terceirização.

Por último, Deputado Delegado Francischini, que preside a sessão neste momento, é muito importante que nós nos posicionemos contrários à exigência que Henrique Meirelles e Temer querem fazer para ajudar os Estados. A União deve aos Estados, mas não temos que assumir contrapartidas nos Estados agora. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, querem que nós vendamos o BANRISUL, que entreguemos a CORSAN, assim como a CEDAE já foi entregue no Rio de Janeiro, e que a energia da SULGÁS seja vendida. Nós não concordamos com isso. A União precisa ajudar os Estados e não pode impor essas condições.

Então, quero deixar bem claro este nosso registro, este nosso posicionamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 326/339

---

053.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/03/2017-15:34
Publ.: DCD - 30/03/2017 -	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Concordância com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei sobre a terceirização de mão de obra.

---

**PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA**

## PUBLICAÇÃO

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, a aprovação do projeto de lei da terceirização pelo Congresso Nacional vem gerando polêmica. As principais centrais sindicais do País preparam movimentos contra a medida. As entidades patronais, por sua vez, defendem que a regulamentação trará segurança jurídica para as empresas e para os trabalhadores, além de incentivar a criação de postos de trabalho.

Mas, ao contrário das afirmações de que a terceirização aprovada condena o trabalhador à escravidão, de que o Governo Temer e o Congresso atendem só a interesses da classe empresarial e de que o trabalhador ganhará menos, é fato que o trabalho terceirizado já é uma realidade no País. São 12 milhões e 700 mil trabalhadores nesse sistema. Também é fato que a regulamentação dará mais segurança para ambos os lados, além de destravar qualquer receio de investir.

Não há, absolutamente, consistência na informação de que a terceirização levará à precarização dos direitos do trabalhador. A regulamentação, além de trazer maior produtividade, não tira os direitos consagrados na CLT e protege o trabalhador de forma dupla, já que, caso a empresa terceirizada não cumpra com os encargos, o contratante o fará.

É fundamental que as pessoas entendam que a terceirização estimula a produtividade, afinal, o processo em questão está diretamente relacionado com a especialização do trabalho. E essa especialização permite ganhos na qualidade da produção e maior eficiência nas funções realizadas.

Cabe destacar que a ampliação do processo de terceirização traz ganhos de competitividade para a economia nacional. E o fortalecimento desse processo no Brasil melhora as condições econômicas gerais, por meio do aumento da produtividade das empresas como um todo. Nesse contexto, a especialização produtiva se torna uma realidade, como é realidade que o grau de evolução de cada país pode ser medido pelo grau de especialização produtiva.

O Brasil, sem sombra de dúvida, vai se adaptar e tirar vantagens desse processo porque a produtividade é essencial para melhorar a qualidade de vida de toda a população. O nosso País se inspira em tendências mundialmente testadas. A distinção entre o que pode ser transferido a terceiros, a chamada terceirização da atividade-meio e da atividade-fim, não é feita por mercados como

Alemanha, Bélgica, Japão, China e Austrália. Países como Suécia, Bélgica e Noruega permitem que todas as atividades sejam terceirizadas. América Latina, Colômbia e Costa Rica também permitem. Nos Estados Unidos também é possível terceirizar tudo.

O projeto aprovado é benéfico aos trabalhadores, primeiramente, porque o aumento da produtividade média do trabalho é uma condição necessária para o aumento da remuneração. As centrais sindicais, entretanto, não estão discutindo produtividade, e sim direitos. É importante ressaltar, então, que 80% dos artigos do projeto de lei tratam dos direitos do trabalhador. Ao contrário de limitá-los, o PL garante aos trabalhadores terceirizados todos os direitos e prerrogativas da CLT. Mais que isso, dá aos terceirizados direitos e garantias adicionais.

A contratante dos serviços terá responsabilidade subsidiária em relação às eventuais obrigações que venham a ser descumpridas pela empresa terceirizada. Caso contrário, a responsabilidade será solidária. Em ambos os casos, o trabalhador terceirizado tem a vantagem de possuir dois possíveis polos passivos no caso de eventuais demandas judiciais. Além disso, o projeto de lei garante aos terceirizados isonomia em relação aos demais empregados da contratante no uso das diversas instalações da empresa, tais como banheiros, refeitórios e ambulatórios. Essa medida visa acabar com a percepção discriminatória dos terceirizados como funcionários de segunda classe.

O projeto foi suficientemente debatido e representa um aprimoramento da ordem jurídica, trazendo maior previsibilidade à relação empregatícia, daí a certeza de uma terceirização saudável.

O que não pode ocorrer neste momento em que o Brasil precisa alavancar a economia é que, em nome de luta de classes, algumas centrais sindicais se oponham ao projeto por receio de perder filiados para os sindicatos de trabalhadores terceirizados.

A verdade é que a distinção entre o que pode e o que não pode ser terceirizado só gera insegurança jurídica, abrindo margens para variadas interpretações. A regulamentação, portanto, porá fim a esse tipo de impasse e, além de promover segurança jurídica, trará resultados na geração de emprego, razão pela qual o tema ganhou o interesse do Palácio do Planalto. Quanto ao trabalhador, o Brasil tem uma legislação sólida que o protegerá sempre.



Extraordinária - CD

Publ.: DCD -  
30/03/2017 -

DAGOBERTO NOGUEIRA-PDT -MS

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

DISCURSO  
ENCAMINHADO  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade do PDT à aprovação do projeto de lei sobre a terceirização da mão de obra. Ajuizamento de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal pelo PDT, PT e Rede com vista à suspensão da sanção do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT-MS.** Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesse momento conturbado do cenário nacional que vivemos, o Supremo Tribunal Federal é, mais uma vez, chamado para decidir sobre uma questão vinda do Congresso Nacional: a terceirização. Desta vez, o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, juntamente com dois outros partidos, o PT e a Rede, apresentaram mandados de segurança pedindo que o Tribunal suspenda a sanção do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que cria regras para a terceirização e muda as normas para a contratação de trabalho temporário.

Nos recursos apresentados pelo Partido Democrático Trabalhista, Partido dos Trabalhadores e Rede Sustentabilidade os argumentos são parecidos: a votação pela Câmara dos Deputados das mudanças feitas na proposta no Senado ocorreu sem a observância das normas e princípios constitucionais pertinentes ao processo legislativo.

É de relevância observar, Sr. Presidente, que o problema sobre a tramitação da proposta não é, no nosso entendimento, simplesmente uma questão interna do Congresso e, portanto, é preciso uma intervenção da Justiça. A questão é que o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM do Rio de Janeiro, ao promover a votação do projeto de lei sobre terceirização sem a apreciação de matéria que estava pendente de deliberação, incorreu em grave ato ofensivo ao direito



constitucional dos Parlamentares a ter respeitado o devido processo legislativo.

Na última quarta-feira, dia 22

De março, o plenário desta Casa aprovou, por 232 votos, o famigerado projeto que precariza as relações de trabalho e implanta a terceirização e o trabalho temporário. O projeto teve 188 votos contrários e oito abstenções. O objetivo das legendas é atuar em prol do trabalhador e da trabalhadora, impedindo o Presidente da República, Michel Temer, de sancionar ou vetar a norma até o julgamento definitivo da ação pela Corte. Quanto mais, diante das notícias de que o Presidente Temer pode sancionar o projeto de terceirização ainda esta semana.

O Partido Democrático Trabalhista reclama, com muita razão, da convocação de sessão deliberativa para apreciar em plenário o projeto da terceirização, alegando abuso de poder na forma de desvio de finalidade, uma vez que Rodrigo Maia teria atuado fora dos limites legais de sua competência, ao levar o projeto de lei, com as modificações do Senado, diretamente ao plenário da Câmara dos Deputados, sem autorização para tanto.

Nosso partido, representado pelo Líder, Deputado André Figueiredo, também afirma que a questão não trata de uma querela política ou interna corporis. *"O fato é que a ripristinação de um ato jurídico perfeito, ainda que de índole regimental, implica, necessária e invariavelmente, a subversão das competências constitucionais das Comissões Permanentes da Câmara (CF, art. 58), violando o direito público subjetivo do impetrante à correta observância das cláusulas que compõem o devido processo legislativo"*.

*"Assim, não se busca com a vertente impetração a toda evidência, a mera impugnação de questões interna corporis do Parlamento. Ao contrário, investe o Impetrante contra a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados que violentou um dos pontos sensíveis da Constituição Federal [...]"*, diz trecho do pedido.

Não se trata aqui, Sr. Presidente, de firula jurídica ou regimental. A questão é muito mais profunda, pois se trata de uma lei que, se sancionada, causará brutais impactos sobre as relações de emprego no País, além de ser aprovada de forma açodada, sem a participação das Casas Legislativas e sem que se observe o devido processo legislativo.

O PDT e outras legendas insistem, para o bem dos trabalhadores deste País, que o Presidente da República se abstenha de sancionar ou vetar a norma até o julgamento definitivo do processo pelo Supremo Tribunal Federal.

Nós confrontamos com veemência a aprovação do projeto, que deveria ter sido retirado, com a declaração de prejudicialidade pela radical ofensa à



independência dos Poderes que sua tramitação implica. Essa manobra que foi realizada na semana passada visa a burla ao dever de participação da Casa Revisora neste sensível debate em proposição análoga que tramita regularmente, face as evidentes dificuldades políticas que a matéria enfrenta atualmente no âmbito do Senado Federal, com vistas a atalhar-se o devido processo legislativo, em atendimento a interesses escusos.

A terceirização, isto é, a contratação de uma empresa por outra empresa em vez da contratação direta do trabalhador, é uma invenção para diminuir o salário do operário e aumentar o lucro dos empregadores e tem causado imenso sofrimento aos trabalhadores em todos os países em que foi implantada. Não acreditamos que seja essa medida que vá melhorar o emprego de que a população tanto necessita.

No Brasil, a terceirização teve um grande crescimento nos últimos 20 anos e hoje já atinge 25% da força de trabalho, cerca de 13 milhões de trabalhadores. Os trabalhadores que estão sob esse regime de contratação da força de trabalho são reconhecidamente mais explorados, recebem baixos salários e têm seus direitos trabalhistas constantemente desrespeitados.

Com efeito, entre 2000 e 2013, dos 3.553 casos de trabalhadores resgatados que trabalhavam em condições análogas às de escravidão, 3 mil eram terceirizados.

A maior parte das mortes e dos acidentes de trabalho também ocorre entre os trabalhadores terceirizados. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, de um total de 135 mortes ocorridas em 2013 na construção de prédios, 75 eram terceirizados e, no setor elétrico, 61 terceirizados perderam a vida para um total de 79.

Na PETROBRAS, de 1995 até 2013, mais de 300 vidas foram ceifadas por acidentes de trabalho e 80% das vítimas, 249, eram trabalhadores terceirizados.

Quero deixar bem claro esse registro que faço para que nossa posição seja marcada a favor dos trabalhadores desse país, a favor de seus direitos e garantias, mas também a favor de melhores relações de trabalho que garantam segurança tanto para quem contrata quanto para quem é contratado.

Esta é a posição histórica e a herança do Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 328/339

056.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	30/03/2017-14:30
Publ.: DCD - 31/03/2017 -	JANETE CAPIBERIBE-PSB -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

### *Sumário*

Exame das proposições do Governo Federal em tramitação no Congresso Nacional sobre limitação de gastos públicos, trabalho temporário e terceirização de mão de obra e sobre as reformas previdenciária e trabalhista.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) -** Sr. Presidente, colegas Parlamentares, neste início de 2017, o debate no Congresso Nacional se concentra em quatro matérias associadas entre si que diminuem as proteções previstas ao trabalhador brasileiro na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e na Constituição Federal de 1988.

A primeira, a Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, na Câmara, e Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, no Senado -, já promulgada, congela por 20 anos os investimentos públicos em educação, saúde, previdência social, assistência social, infraestrutura...

O Constituinte de 1988 estabeleceu que a base financeira do sistema da seguridade social seria única, com sua fonte diversificada. Ele se preocupou com o que vem sendo desmontado neste início de 2017. As empresas passaram a contribuir com parcela do lucro líquido de 9% a 20% e da folha salarial de 20%; os trabalhadores, descontados na fonte de 8% a 11% dos seus salários; o Governo, com 12%.

Da contribuição sobre a folha, a sociedade inteira paga a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, que incide sobre a receita bruta das empresas, não importa sua atividade, e, portanto, sobre nosso consumo. Há ainda recursos de atividades de importação, de loterias e outros que compõem a base financeira do

sistema da seguridade social estabelecido na Constituinte de 1988.

A atenção à saúde tornou-se um direito de grupos mais fragilizados definido em lei e a Previdência passou a atender grandes populações até então excluídas, inclusive nas zonas rurais.

A segunda matéria, sobre a terceirização e o trabalho temporário, vai fragilizar mais ainda o trabalhador brasileiro, aumentando o desemprego e o subemprego e reduzindo a remuneração. Segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o desemprego hoje atinge 12 milhões de brasileiros e atingirá 14 milhões até 2018, com essa mudança brusca causada pela terceirização.

A terceirização é advinda do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, do Governo FHC. Quase 20 anos depois de arquivada na Câmara dos Deputados, o Governo Temer pediu o seu desarquivamento e pressa na sua votação. O projeto foi aprovado com 231 votos "sim", 188 "não", 8 abstenções e 55 ausências. Como já estava aprovado no Senado, o projeto seguiu direto para a sanção no Palácio do Planalto.

A "pejotização" - palavra diferente, que não sei se vai ser incluída no dicionário brasileiro - transforma cada trabalhador em pessoa jurídica, em empresa, e acaba com 13º salário, FGTS, seguro-desemprego, licença-maternidade e licença-paternidade. As mulheres, que já ganham somente 80% do salário dos homens, terão rendimentos menores ainda. O empregado direto será forçado a virar temporário ou terceirizado. Todos ficarão mais longe da aposentadoria.

Hoje, os terceirizados já vivem uma situação pior: trabalham 3 horas a mais por semana, recebem 24,7% a menos, são vítimas de 80% dos acidentes fatais no trabalho, são 90% dos resgatados de condições análogas à escravidão.

Os concursos e a qualidade dos serviços públicos estão em risco, mesmo que continuemos pagando mais impostos, como já vem sendo anunciado pelo Governo.

A terceira e a quarta matérias, que são as reformas da Previdência e trabalhista, a serem votadas pela Câmara e pelo Senado, também golpeiam duramente os trabalhadores brasileiros.

Votei contra a PEC 241/16 e contra o PL 4.302/98, da terceirização. O Ministério Público do Trabalho considera a proposta da terceirização aprovada inconstitucional e o Procurador-Geral Ronaldo Fleury disse que enviará pedido de veto integral ao Presidente Temer.

Vamos resistir para impedir essas maldades do Governo Temer contra a classe média, a classe trabalhadora e os servidores públicos.

Sr. Presidente, eu solicito a divulgação deste meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) - V.Exa. será atendida.

---

Documento 329/339

056.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	30/03/2017- 16:45
Publ.: DCD - 31/03/2017		ASSIS CARVALHO-PT -PI
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Condenação do ex-Deputado Eduardo Cunha. Pesar pela aprovação de projeto de lei sobre a terceirização de contratos de trabalho. Crítica à atuação do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em defesa da reforma da Previdência.

---

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas quero afirmar aqui que hoje divulgaram informações de que o coordenador do golpe aqui nesta Casa, Eduardo Cunha, que muitas vezes foi ovacionado por tantos golpistas, foi condenado a mais de 15 anos de prisão. Nós sabemos de toda maldade que ele fez a este País, ao criar as pautas-bombas e aprofundar a crise nacional.

Outra questão, Sr. Presidente. Com o aprofundamento do golpe, nós tivemos aprovado o projeto da terceirização, que vem exatamente revogar a Lei Áurea, para escravizar o povo brasileiro. Há pouco, numa

reunião sobre a reforma da Previdência, houve um debate com o Ministro Henrique Meirelles, que, lamentavelmente, também luta para prejudicar a classe trabalhadora. Mas nós estamos na trincheira para impedir que essas maldades continuem acontecendo e que o povo tenha que pagar a conta do golpe.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste meu pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bolsonaro) - Perfeito.

---

Documento 330/339

---

056.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	30/03/2017-18:06
Publ.: DCD - 31/03/2017 -	EDUARDO BOLSONARO-PSC -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa da aprovação do projeto de lei sobre terceirização de mão de obra.  
Críticas a Parlamentares da Oposição por discursos contrários à matéria.

---

**O SR. EDUARDO BOLSONARO** (PSC-SP. Sem revisão do orador.) -  
Muito obrigado, Presidente Mauro Pereira!

Sr. Presidente, sempre que há uma votação complexa aqui, este é o ambiente perfeito para que surjam aqueles aproveitadores de plantão. Através de uma mensagem simplória, tendem a fazer um desgaste dos seus opositores.

Dessa maneira, esta semana foi votado aqui o projeto de terceirização. A esquerda já abomina: *"Estão votando contra você, trabalhador! Querem acabar com seus direitos! Querem acabar com tudo! Nós é que estamos aqui para protegê-lo, tão somente!"* Será que isso é

verdade, Sr. Presidente?

Falam até que há a extinção do serviço público! Ora, a nossa Constituição prevê o provimento de determinados cargos públicos através de concurso, de provas ou provas e títulos. Isso não foi alterado. É óbvio que não vai acabar o concurso público. Agora, vai-se colocar na lei aquilo que já ocorre.

Eu dou aqui o meu testemunho como policial federal. Nas delegacias, é normal que a parte da recepção seja feita por uma empresa de vigilância, uma terceirização. E já vi também, Sr. Presidente, no aeroporto de Guarulhos, um caso: quem faz o serviço de migração são agentes terceirizados, supervisionados por policiais federais, mas quem carimba o seu passaporte saindo do País é um agente terceirizado.

E enquanto eu estive lá como plantonista no aeroporto de Guarulhos, vi uma nova empresa ganhar a licitação e vi a empresa anterior, a terceirizada, dando calote nos funcionários. Sr. Presidente Mauro Pereira, esses trabalhadores que tomaram calote não tiveram a quem recorrer, porque a empresa era uma empresa de fachada, muito longe de São Paulo. A lei melhorou a situação deles. Hoje em dia, eles podem processar não só a empresa terceirizada, mas também a empresa contratante. Isso é ou não é uma extensão das garantias ao trabalhador? É lógico que é! Mas insistem em falar que a terceirização é ruim.

E vou além. Empresas que terceirizam melhoram a competitividade. Por exemplo, em uma padaria que terceiriza a parte da limpeza, o empresário que abriu esse negócio pode concentrar os seus esforços em melhorar o seu produto. Isso vai garantir maior competitividade, o que vai se reverter em preço menor do produto final. Isso é ou não melhora para o consumidor? É claro que é, Sr. Presidente, Deputado Mauro Pereira!

Agora, com certeza, existe aquela parte que vai perder. Essa parte é justamente a dos sindicatos, os mesmos que, quando a Dilma propôs a terceirização, nada falaram ou até elogiaram. Mas agora, como o Presidente não é da patota deles, insistem em querer desgastar, em falar isso, em falar aquilo.

Isso me remete, Sr. Presidente - não me recordo se V.Exa. já fazia parte desta Casa -, à flexibilização da CLT em 2001, uma proposta que veio do Governo Fernando Henrique Cardoso. Nela, previa-se a flexibilização da CLT, como um contraponto à exagerada garantia que temos na CLT, que onera muito os empresários. Essa oneração vai

embutida no preço do produto que, você, consumidor, vai pegar na prateleira dos mercados. O que o pessoal da CUT, do PT e do PCdoB falava naquela época sobre a flexibilização da CLT? Falava que ia acabar com o 13º salário, que ia acabar com as férias, que ia acabar com a licença-maternidade.

Eu pergunto: acabou? Você está sem o 13º salário? Você está sem a licença-maternidade? Você vai confiar, de novo, nessas mesmas pessoas? Essas pessoas assaltaram a PETROBRAS e mentiram, em 2014, falando que as contas do Governo estavam o.k. Depois que a Dilma foi reeleita, você viu o aumento do combustível, o aumento da energia, o aumento do desemprego, o aumento da inflação, pedalada fiscal para maquiagem as contas do Governo.

Olhe, sinceramente, se errar uma vez, tudo bem. Agora, insistir no erro e acreditar de novo nessa esquerda mentirosa? Aí, desculpe-me, você tem o que merece mesmo!

Que siga adiante a terceirização! Que o Brasil caminhe nos caminhos, por exemplo, de Cingapura, que era um país mais miserável que o Brasil, mas que, através de políticas similares a estas de valorização da meritocracia e da iniciativa privada, hoje em dia é um país praticamente de primeiro mundo. É o que quero para o nosso País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Pereira) - Parabéns pelo trabalho, Deputado Eduardo Bolsonaro!

Convido V.Exa. para assumir a Presidência.

---

Documento 331/339

---

054.3.55.O

Sessão Deliberativa  
Extraordinária - CD

30/03/2017-09:02

Publ.: DCD -  
31/03/2017 -

GIVALDO CARIMBÃO-PHS -AL

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---





### *Sumário*

Declaração de voto contrário a projeto sobre a terceirização de mão de obra e à proposta de cobrança de mensalidade em cursos de universidades públicas.

---

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (Bloco/PHS-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, votei contra a terceirização no serviço público. Entendo que é importante a não privatização. Entendo que é importante que o serviço público mantenha os serviços essenciais. Não é justo um Prefeito, um Governador, um Presidente da República terceirizar o serviço prestado pelos professores. Imaginem que a Secretaria Municipal de Educação poderá terceirizar todos os seus professores! Votei contra a terceirização pelas minhas convicções, defendendo a população. Sou a favor do concurso público. Não é justo que desmontem o serviço público, querendo acabar com o concurso público.

O Governo Federal de Michel Temer mandou para esta Casa proposta que previa o início da privatização do ensino superior. Enquanto o Presidente Lula abriu milhares de universidades pelo Brasil, o Presidente Temer mandou proposta, votada ontem nesta Casa, prevendo o pagamento, na universidade pública, dos cursos de extensão, mestrado e doutorado. Isso é o começo da privatização do serviço público na educação. Por isso votei contra.

Não é justo que as universidades federais queiram cobrar daqueles que não podem pagar.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

---

### *Sumário*

Congratulações ao povo de Santo Antônio de Jesus em razão de visita do Governador do Estado, Rui Costa. Solicitação ao Presidente da República, Michel Temer, de veto à proposição sobre terceirização do trabalho.

---

**O SR. ROBINSON ALMEIDA (PT-BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu venho aqui hoje me congratular com o povo de Santo Antônio de Jesus, minha cidade querida, que amanhã receberá a visita do Governador do Estado, Rui Costa.

Diferentemente do Governo Federal, do Presidente Temer, que só faz maldade para o povo brasileiro, o Governador irá inaugurar amanhã o sistema viário do distrito industrial da cidade e o centro de comunicação integrada e entregar viaturas para a cidade e toda a região.

A Bahia é um exemplo de como se enfrenta a crise sem perseguir os trabalhadores, sem perseguir o povo, levando obras, serviços, a cada semana, para todas as regiões do Estado.

Termino aqui fazendo um apelo ao Presidente Temer para que não sancione a Lei da Terceirização. Essa lei, aprovada aqui na semana passada, provoca grandes perdas aos trabalhadores, precariza as relações de trabalho, cria dificuldades para o trabalho ter a renda adequada, ter segurança na sua atividade e é muito nociva ao mundo do trabalho.

Por fim, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que determine a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Publ.: DCD - 05/04/2017

JOÃO DANIEL-PT -SE

-

CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio a movimentos sindicais e populares pela realização de protestos contra a extinção de direitos trabalhistas. Repúdio à sanção presidencial de projeto de lei relativo à terceirização de contratos de trabalho. Defesa de manutenção de direitos dos taxistas, em votação de projeto de lei sobre regulamentação dos serviços de transporte individual privado.

---

#### **O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr.**

Presidente, quero registrar a nossa total solidariedade e apoio ao movimento sindical, ao movimento popular, à Frente Brasil Popular, à Frente Povo sem Medo, que, no Brasil inteiro, na última sexta-feira, foram às ruas protestar contra as reformas que retiram direitos e, em especial, contestar a Lei da Terceirização, que precariza as relações de trabalho e escraviza a classe trabalhadora.

Queremos prestar a mais alta solidariedade à Central Única dos Trabalhadores - CUT, à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, à União Geral dos Trabalhadores - UGT em Sergipe e a todo o movimento sindical, que, na última sexta-feira, fizeram grandes atos em defesa da classe trabalhadora.

Repudio que o Presidente golpista, quase na madrugada de sábado, tenha sancionado essa lei, para prejudicar ainda mais a classe trabalhadora.

#### **O SR. PRESIDENTE (JHC) - Peço que conclua, Deputado.**

**O SR. JOÃO DANIEL** - Também quero registrar, Sr. Presidente, que está na pauta desta tarde o projeto de lei sobre o problema entre os taxistas e a Uber. Esse projeto deveria ter sido debatido em uma Comissão Especial, e isso não aconteceu.

Queremos crer que a pressão da multinacional Uber não se fará presente aqui dentro hoje, para acabar com uma categoria centenária, que luta por seus direitos, por trabalho e por uma vida digna. Estamos em defesa dos taxistas do Brasil e dos taxistas de Sergipe.

Espero que esta Casa não retire direitos dos taxistas, defenda essa

categoria e não ceda a multinacionais.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradecemos ao Deputado João Daniel.

---

Documento 334/339

---

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/04/2017-15:18
Publ.: DCD - 05/04/2017		LEO DE BRITO-PT -AC
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Êxito de paralisação nacional promovida pela Frente Povo Sem Medo contra as propostas de reformas previdenciária e trabalhista e contra a terceirização da mão de obra. Insensibilidade social do Presidente da República, Michel Temer.

---

**O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 31, houve uma paralisação promovida pela Frente Povo Sem Medo que foi mais um sucesso no Brasil. Nós estamos vendo os trabalhadores cada vez mais mobilizados contra a reforma da Previdência, contra a reforma trabalhista e contra as terceirizações.

O que é mais incrível nessa história toda é que o Presidente da República, Michel Temer, sancionou as terceirizações gerais e irrestritas no mesmo dia. Trata-se de um Presidente que não tem sensibilidade nenhuma. O Presidente Temer está sendo conhecido no Brasil inteiro como o Presidente inimigo dos trabalhadores, porque está promovendo o desmonte em todos os setores: na educação, na saúde,

na economia e porque não tem sensibilidade nenhuma.

Sr. Presidente, solicito que meu discurso seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa como também no programa *A Voz do Brasil*.

Vamos à luta para barrar esse desmonte do Estado brasileiro!

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Defiro o pedido de V.Exa.

---

Documento 335/339

---

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/04/2017-15:52
Publ.: DCD - 05/04/2017		JULIÃO AMIN-PDT -MA
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à reassunção do mandato parlamentar pelo orador. Homenagem póstuma ao ex-Governador do Estado do Maranhão Jackson Lago e relato de cassação injusta do mandato do pedetista pelo Tribunal Superior Eleitoral. Êxito de programas sociais do Governo Flávio Dino na redução da pobreza e melhoria das condições de vida dos maranhenses. Anúncio de afastamento do orador do mandato parlamentar para o exercício do cargo de Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária do Estado do Maranhão. Críticas às propostas de reformas trabalhista e previdenciária. Conveniência de retirada das matérias pelo Presidente da República, Michel Temer, para realização de debate nacional sobre os temas.

---

**O SR. JULIÃO AMIN** (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer as palavras de boas-vindas e dizer que nós estamos retornando ao nosso mandato. Fomos Deputado Federal na Legislatura de 2007 a 2010; fomos reeleitos na última eleição, mas, lamentavelmente, perdemos 2 anos do nosso mandato em razão de uma decisão precipitada, eu digo sempre, do Tribunal Superior Eleitoral, entendendo que quem julgava a conta

dos prefeitos eram os Tribunais de Contas, quando a Constituição Brasileira estabelece, de forma clara, que quem julga contas de prefeitos são as Câmaras Municipais. Assim como no Congresso Nacional julgamos o Executivo, também as Câmaras Municipais têm a prerrogativa, delegada pela Constituição, de julgar.

Com isso, somente no Supremo Tribunal Federal foi reconhecido o nosso direito, que somou os votos do nosso companheiro de coligação e fez com que o nosso partido obtivesse a segunda vaga, a qual assumi há 4 meses. Perdemos 2 anos, em que tínhamos compromissos com o eleitor, compromissos de ideais e de causas. Perdemos esses 2 anos! Quem vai reparar isso? Ninguém vai reparar esses 2 anos de mandato.

Estamos vivendo um momento de muita tensão em nosso País, com reformas profundas que atingem a classe trabalhadora e muito nos preocupa. Mas eu vou tratar da questão durante o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, neste dia não posso deixar de falar sobre um grande brasileiro, sobre um grande maranhense, que foi Governador do Maranhão, o Dr. Jackson Lago. Ele era do meu partido; foi médico e professor; homem correto, íntegro, conhecido no País inteiro como uma das reservas morais, que lutou muito contra a ditadura militar e em favor da classe trabalhadora. Porém, teve o mandato cassado.

O mandato dele foi cassado como? Tudo ocorreu através de um processo forjado, montado. Ele não teve direito a um segundo julgamento. Ele foi julgado diretamente pelo Tribunal Superior Eleitoral e não lhe deram a oportunidade de recorrer a uma segunda instância, em que pudesse se defender. O mesmo Tribunal, 2 anos depois, julgando um processo idêntico, achou-se incompetente. Aliás, ele não, o Supremo Tribunal Federal achou que o Tribunal Superior Eleitoral era incompetente e que o processo deveria voltar para a origem, para a primeira instância. Então, essa foi a forma de cassação desse homem.

Nós queremos prestar uma homenagem a ele na tribuna desta Casa, porque dela é merecedor. Nós tivemos o orgulho de ter esse homem como Presidente do nosso partido e como Governador do Maranhão. Que Deus o tenha em bom lugar, porque é realmente merecedor disso pelo que representou. Ele deu a vida para libertar o Maranhão.

O Maranhão, que todos nós conhecemos, é um Estado de pobreza extrema, onde a taxa de analfabetismo ainda é muito alta e há muito desemprego, além de conflitos agrários. Tudo isso, lamentavelmente,

ainda acontece no nosso Estado.

Mas o Governador Flávio Dino, último ganhador das eleições, está fazendo uma revolução. S.Exa. pegou o Estado desorganizado e está criando as condições estruturais para melhorar a situação do povo do Maranhão.

Ali estão os 30 Municípios mais pobres do País, e S.Exa. criou programas importantíssimos para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH dos habitantes dessas cidades, como o Plano de Ações Mais IDH. Esse plano envolve diversas ações do Governo para acabar com o analfabetismo e melhorar a assistência à saúde, além de programas de geração de renda e de oportunidades para que as pessoas possam trabalhar.

O Governo do Estado do Maranhão, chefiado pelo Governador Flávio Dino, repito, também criou o Programa Escola Digna. Foram feitas, nos meios de comunicação, críticas severas ao fato de a maioria dos estudantes da zona rural estudar em choupanas, em casas de palha, de adobe, sem nenhuma condição, sem piso nem carteiras para os alunos poderem estudar com dignidade.

Por isso, o Governador criou esse Programa Escola Digna, que tem representando um grande avanço na educação do nosso Estado. Trata-se de uma revolução reconhecida e aplaudida por toda a sociedade. Até o final do ano, o Governador vai entregar 570 escolas reformadas ou totalmente reconstruídas e, até o final de 2018, outras 300 novas construções, substituindo escolas de taipa, galpões ou outras estruturas precárias.

Esse programa foi inspirado nas experiências administrativas de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, de Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, e de Paulo Freire ao longo da vida dele.

A partir de 1º de maio deste ano, o professor com jornada de 40 horas/aula vai receber o maior salário deste País. Realmente, isso mostra o compromisso do Governador com a educação. Trata-se de uma revolução em termos educacionais no nosso Estado, que teve dificuldades seriíssimas nas condições estruturais. As crianças não tinham a oportunidade de aprender, porque não eram motivadas, não eram incentivadas, em razão da estrutura física das escolas, que não ofereciam condições para que as crianças pudessem estudar.

O Governador criou os programas citados e, ainda, o Programa Bolsa Escola. Por que há o Programa Bolsa Escola, Deputado Weverton Rocha? V.Exa., que incentiva e dá apoio ao Governo do Estado do





Maranhão, visitando os seus 217 Municípios, acompanha de perto e sabe da importância desses programas. S.Exa. criou esse programa para atender crianças que não tinham condições de comprar o material escolar e, muitas vezes, frequentavam a escola sem lápis, sem caderno, sem livro, desabastecidas de todos esses instrumentos. O Governador viu que, com o material, a criança se motivaria a estudar. Assim, conveniu comércios de cada um dos 217 Municípios do Maranhão para que as crianças tenham acesso ao material escolar no comércio do próprio Município. Essa iniciativa motiva a criança, que se sente reconhecida e ganha dignidade. Ela pode se sentar no banco escolar com todo o material, com condições de aprender, de estudar, de desenvolver o raciocínio.

Isto é o que o Governador tem feito no nosso Estado: criado programas sociais importantíssimos para que realmente aconteçam as transformações de que o nosso Estado tanto precisa.

Flávio Dino promoveu também o fortalecimento da agricultura familiar. Hoje, Sr. Presidente, o trabalhador rural maranhense sente-se totalmente amparado, fortalecido e reconhecido. Aquele trabalhador que, no dia 1º de janeiro, começava a produzir, a plantar e a colher, no final do ano estava mais pobre do que quando começou o ano. Mas o Governador mudou essa realidade no Estado. Hoje em dia, o trabalhador rural tem a assistência técnica necessária para poder trabalhar, por meio da contratação de técnicos agrícolas espalhados por todo o Maranhão. Esses técnicos estão dando apoio tecnológico ao trabalhador rural, para que ele possa aumentar a produtividade na agricultura familiar, fazendo com que ele se sinta realizado e muito mais motivado a trabalhar.

O Governador, além da contratação de técnicos agrícolas, está fornecendo equipamentos mecânicos ao trabalhador rural, para que ele possa transformar aquela cultura de teco em uma cultura mecanizada e produzir muito mais. A realidade disso, Sras. e Srs. Deputados, é que este ano o Estado do Maranhão vai dobrar a produção de grãos. Isso representa uma revolução e um grande avanço não só no nosso Estado, mas também no País.

**O Sr. Cleber Verde** - Deputado Julião Amin, V.Exa. me permite um aparte? Primeiro, quero cumprimentar V.Exa. e o povo do Maranhão que teve a oportunidade de votar em V.Exa. e trazê-lo para cá, com a possibilidade de discutir grandes temas relativos à defesa do trabalhador brasileiro, especialmente do nosso Estado. V.Exa., que é muito conhecido no Maranhão como árduo defensor dos trabalhadores rurais, lavradores, pescadores, é um obstinado na luta da garantia dos direitos deles, como, por exemplo, a questão da aposentadoria rural.



Tenho certeza de que V.Exa. defende uma reforma previdenciária mais justa, que garanta um tempo considerável ao trabalhador nordestino, especialmente porque o programa da aposentadoria rural foi muito importante para diminuir a desigualdade de renda em nosso País. Eu sei que V.Exa. está muito atento à reforma da Previdência e à reforma trabalhista. Muito especialmente quero saudar V.Exa. pelo trabalho que realizou conosco para o fortalecimento do direito dos trabalhadores da pesca, que, em 2015, foram prejudicados e não receberam o seguro-defeso. Neste ano, com o seu apoio, da Frente Parlamentar da Pesca e de todos os que acreditam na força do trabalhador brasileiro, especialmente os ligados à pesca, esse importante setor da nossa economia, buscaremos dar mérito ao pescador artesanal, garantindo-lhe direitos. V.Exa. foi muito importante nesse processo, que hoje atende a todo o Brasil e, em especial, ao Maranhão. Portanto, quero cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que faz nesta Casa, particularmente por trazer neste Grande Expediente tema tão importante e relevante para o Brasil. Parabéns a V.Exa.!

**O SR. JULIÃO AMIN** - Agradeço ao Deputado Cleber Verde a manifestação. O povo do Maranhão conhece V.Exa. como pessoa dedicada e correta, que tem dado todo o apoio ao aposentado, ao pescador e ao trabalhador rural. V.Exa. tem sido um grande defensor da educação. Para nós é uma honra receber o seu aparte, reconhecendo o nosso trabalho conjunto, nosso e de toda a bancada do Maranhão. Muito obrigado, Deputado.

Deputado Junior Marreca, concedo um aparte a V.Exa.

**O Sr. Junior Marreca** - Eu não poderia deixar de dar a minha palavra, a minha contribuição, por conhecer a sua história, o seu trabalho pela causa trabalhista. E eu tenho certeza de que V.Exa. continuará até o fim abraçando essa causa. Quero registrar também uma data importante que V.Exa. nos lembrou: hoje é o aniversário de morte do nosso querido Governador Jackson Lago, com o qual eu tenho relações familiares - V.Exa. sabe bem disso. Foi um grande homem, com uma história linda, maravilhosa, no Maranhão; lutou sempre pelas causas do povo, além de ser um grande profissional, um grande médico. Também quero parabenizar V.Exa. pelo discurso que faz, enfatizando o trabalho do Governador Flávio Dino, que vem se esforçando para que o Maranhão tenha espaço no Brasil, e vem conseguindo, como também demonstrando o trabalho dele, a organização. O Maranhão não passa pelo sofrimento que passa o Rio de Janeiro e alguns outros Estados, que estão com dificuldades. S.Exa. tem administrado o Estado com muito cuidado, com muita cautela, para que o povo maranhense não sofra aquilo que os outros Estados estão

sofrendo. Parabéns pelo seu discurso!

**O SR. JULIÃO AMIN** - Deputado Junior Marreca, agradeço a sua intervenção. Também sou profundamente grato ao Governador do Estado do Maranhão. V.Exa. é um aliado e nos tem dado todo o apoio. É um Deputado comprometido com o povo do Maranhão, comprometido com o nosso Estado. Muito obrigado, Deputado.

Concedo aparte ao Deputado Weverton Rocha, Líder do PDT, nosso futuro Senador, não é Deputado?

**O Sr. Weverton Rocha** - Deputado Julião, eu gostaria de lhe cumprimentar e dizer que para nossa bancada é motivo de orgulho tê-lo conosco. Nós sabemos o quanto V.Exa. nivela e ajuda a dar qualidade à nossa bancada. Nós ficamos bastante felizes, no início da Legislatura, quando V.Exa. tomou posse como Deputado Federal, e logo foi convidado, pelo Governador Flávio Dino, para assumir a Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária do Maranhão. Naquele momento, quando V.Exa. assume a Secretaria, e o suplente da nossa coligação, Deputado Deoclides Macedo, tem a oportunidade de vir para esta Casa, nós, os três Deputados Federais do Maranhão, só reforçamos o time a favor do nosso Estado. Infelizmente, todos acompanharam o desenrolar do caso, a injustiça que se cometeu com a invalidação dos votos, naquele momento, do Deputado Deoclides Macedo, causando desconforto e a perda da vaga da nossa coligação. Mas, com isso resolvido, no ano passado V.Exa. volta para cá com toda a garra e com toda a motivação, demonstrando que o PDT pode contar com o Deputado Julião Amin, como Jackson Lago pôde contar - e é bem lembrado o fato no aniversário de morte dele, toda a trajetória que V.Exa. percorreu e toda a luta que os senhores travaram no Maranhão, ao longo das grandes batalhas que enfrentaram. Eu, desde cedo, desde os 15 anos de idade, acompanho V.Exa. Claro que eu não vou revelar aqui no Parlamento a idade de V.Exa., para não misturar os assuntos, e não acharem que nós estamos aqui com idades desproporcionais. Mas eu, desde os meus 15 anos, na Juventude Socialista do PDT, acompanho o trabalho do Deputado Julião Amin, sempre Presidente do partido, ao lado do Dr. Jackson, acompanhando as grandes batalhas por que passamos Maranhão afora. Quando ninguém acreditava que era possível derrotar o grupo mais poderoso do Brasil, ali estava V.Exa., estávamos todos nós, com a bandeira levantada com uma causa só e uma luta só: a favor do Maranhão. Portanto, Deputado Julião, onde V.Exa. estiver, aqui no Parlamento, lá no Governo do Estado, trabalhando pelo nosso povo, eu tenho certeza de que V.Exa. vai fazer o seu melhor, que é ajudar as pessoas, é trabalhar pelo coletivo, é defender causas, por justiça. E é isso que nós fazemos aqui. Então, parabéns pelo seu



pronunciamento no Grande Expediente, quando V.Exa. trata da construção não só da sua história, do seu mandato, mas também da importância do mandato do Dr. Jackson Lago e do Governador Flávio Dino, nesta quadra que nós estamos vivendo. Parabéns, Deputado Julião. Estamos à sua disposição.

**O SR. JULIÃO AMIN** - Muito obrigado, Deputado Weverton Rocha. Conheci o Deputado Weverton Rocha ainda menino, quando participava de um grupo do partido chamado "Juventude Dente de Leite". S.Exa., Vanilson e outros companheiros ingressaram ainda jovens na luta trabalhista, lutando pelo direito de voto aos jovens de 16 anos. O Deputado Weverton Rocha já era comandante desse grande movimento no nosso Estado, junto com outros companheiros, como o Jerry Abrantes, já falecido, Marcio Honaiser e outros companheiros do partido.

Portanto, é realmente uma honra receber o aparte de V.Exa. Nós aqui lutamos e torcemos para que V.Exa. seja o Senador que o Maranhão precisa, comprometido com as causas leais e justas do trabalhador brasileiro e do nosso partido, que nós aprendemos com grandes lideranças, como Darcy Ribeiro, Leonel Brizola, nosso querido Presidente João Goulart, que foi cassado de forma injusta, e tantos outros companheiros do PDT.

Quero continuar falando do Governo do nosso querido Governador Flávio Dino. Na área de saúde, S.Exa. também adotou um programa revolucionário para o nosso Estado.

O Maranhão era conhecido como o Estado das ambulâncias, que percorriam as estradas do Maranhão levando os doentes dos Municípios para serem tratados na nossa Capital, muitas vezes por 800 ou 900 quilômetros. As pessoas saíam doentes dos seus Municípios, não aguentavam a viagem cansativa e, quando a ambulância chegava ao destino, elas já haviam morrido na metade do caminho.

O Governador criou um programa que regionalizou a saúde no nosso Estado, dotando os hospitais de condições para fazer atendimentos de alta complexidade. Agora, essas pessoas, esses pacientes não têm mais necessidade de percorrer centenas e centenas de quilômetros em busca de saúde. Foi dado total apoio, com capacitação e organização, a todo o sistema de saúde do nosso Estado, que está funcionando a contento, de forma correta, íntegra, técnica, e onde o paciente, o cidadão maranhense, se sente realmente reconhecido e respeitado.

Esse tem sido o grande Governo do nosso companheiro Flávio Dino, que foi Deputado Federal, com desempenho reconhecido pela atuação,



pela postura e também pela posição ideológica, sempre mostrando que era e continua sendo um político que tem lado, que respeita os adversários, mas que é firme e coerente na defesa de suas posições - todos no Brasil acompanharam o posicionamento do Governador Flávio Dino em relação ao *impeachment* da Presidenta Dilma. Mas quando terminou esse processo, o Governador dedicou-se ao trabalho, à administração do nosso Estado, porque é um gestor de primeira qualidade, tendo abraçado essa causa. É um trabalhador que começa a trabalhar de madrugada e dorme tarde, também de madrugada, cobrando de seus subordinados, de seus assessores diretos e Secretários.

Eu fui Secretário do Governador, durante 2 anos, e sei realmente o compromisso que o Governador Flávio Dino tem com o nosso Estado, trabalhando para fazer as transformações que a população deseja e precisa. Então, eu não poderia deixar, de maneira nenhuma, de destacar o papel do Governador como gestor do Governo do Estado do Maranhão.

Sr. Presidente, para finalizar o meu pronunciamento hoje, informo que vou me afastar da Câmara dos Deputados já na quinta-feira - vou tirar uma licença -, para atender a um convite do Governador Flávio Dino. Eu volto a dirigir a Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária, no Estado do Maranhão.

Quem irá assumir o meu lugar, nesta Casa, é um grande político, um grande gestor do nosso partido: o companheiro Deoclides Macedo - que está presente no plenário, ouvindo este meu discurso -, uma pessoa que tem uma história. Foi reconhecido como prefeito padrão, sendo um dos melhores do nosso País, e tem se dedicado à causa do trabalhador e do produtor. Sabemos que nós vamos ser muito bem representados nesta Casa. Deoclides Macedo é um companheiro defensor das boas causas.

Quero agora, Sr. Presidente, falar da minha posição com relação às reformas que estão sendo apreciadas nesta Casa.

Quanto à reforma trabalhista, eu espero que esta Casa não seja reconhecida por uma Legislatura que tirou direito dos trabalhadores. Isso é muito grave. Sabemos que precisamos fazer uma reforma trabalhista, mas não podemos tirar direitos dos trabalhadores, das pessoas mais humildes deste País.

A primeira coisa que o Governo faz é se voltar contra as pessoas que estão desprotegidas. O trabalhador precisa se organizar. Ele precisa ter consciência de que só através da mobilização ele vai conseguir

frear as injustiças que estão querendo cometer contra ele.

Fui contra a terceirização aqui. Quem já foi trabalhador, quem teve vínculo empregatício, quem teve carteira de trabalho assinada, sabe como é tratado um trabalhador. As forças entre patrão e empregado, dentro da relação de trabalho, são totalmente desiguais. Essa relação começou a se humanizar, mas agora, Sr. Presidente, nós podemos criar um ambiente muito ruim entre empregados e empregadores. Acho que tínhamos de fazer uma reflexão profunda sobre essa questão, um debate profundo sobre essa relação. Nós não podemos retirar direitos do trabalhador dessa forma.

O mesmo acontece com a reforma da Previdência. Imaginem um trabalhador do Maranhão, um pescador - como o Deputado Cleber Verde mencionou aqui -, um trabalhador rural, um trabalhador do comércio, que trabalha mais de 10 horas por dia? Nós sabemos disso. Ele vai chegar aos 60 anos de idade para se aposentar, mas não terá mais condição alguma. Como é que um policial vai se aposentar com quase 70 anos de idade? Como é que ele vai sair para perseguir um bandido?

Portanto, a proposta que está aqui precisa ser revista urgentemente. O correto seria o Presidente Michel Temer pedi-la de volta e abrir um grande debate neste País sobre a reforma apresentada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Julião Amin, do PDT do Maranhão. Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento.

---

Documento 336/339

---

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	04/04/2017-16:28
Publ.: DCD - 05/04/2017 -		BEBETO-PSB -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Anúncio pelo Governador do Estado da Bahia e pelo Secretário de Estado de





Ciência, Tecnologia e Inovação, Vivaldo Mendonça, de realização de edição do Campus Party. Inconformismo com a aprovação pela Câmara dos Deputados e sanção presidencial do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, relativo ao trabalho temporário nas empresas urbanas e às relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros.

---

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, quero noticiar importante evento ocorrido, ontem, na Bahia, no âmbito do Governo do Estado. O Governador, juntamente com o Secretário de Ciências e Tecnologia da Bahia, o jovem Vivaldo Mendonça, anunciou a versão do Campus Party, importante evento de tecnologia a realizar-se entre os dias 9 e 13 de agosto e que reunirá mais de 4 mil campuseiros para discutir a inovação produtiva.

Nós sabemos que ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para aumentar a produtividade, para estabelecer mecanismos de avanço da produção em nosso País.

Essa versão da Campus Party, que se realizará regionalmente na Bahia, segue as versões ocorridas na Espanha, na Inglaterra e aqui no Brasil. Será uma imensa alegria para todos nós da Bahia realizarmos a edição da Campus Party, um evento de tecnologia, em nosso Estado.

Francesco Farruggia lá esteve anunciando o evento. Mais de 1.500 barracas serão montadas.

Portanto, é uma alegria para a Bahia receber, pela primeira vez, esse evento de caráter tecnológico.

Trago uma segunda questão, Sr. Presidente. Tem causado imenso desconforto e indignação à sociedade brasileira, sobretudo, aos trabalhadores o que esta Casa patrocinou, quando votou em ritmo acelerado, sem o debate aprofundado, sem o exame das consequências do impacto o Projeto de Lei nº 4.302 sobre o mundo do trabalho.

Aquela votação gerou muita expectativa na sociedade brasileira, pois era um projeto que causaria impacto no mundo do trabalho, com nível de precarização e condições de insegurança jurídica para os empreendedores e trabalhadores, com elevação do contrato temporário de trabalho. Não houve capacidade de reflexão do Governo ou boa vontade em não sancionar aquelas medidas tão combatidas por parte deste Parlamento e da sociedade brasileira.

Lamentavelmente, a sanção do Presidente colocou em descompasso



os interesses da classe trabalhadora e da sociedade em relação ao Projeto de Lei nº 4.302.

Podemos caracterizar o Projeto de Lei nº 4.302 como a tenda do horror social, contra a classe trabalhadora. Eu que sou do setor da construção e vivencio esta relação no processo da área da indústria da construção pesada sei do impacto que gerará o processo de terceirização na segurança dos trabalhadores, dos empresários ou mesmo no processo de representação sindical daqueles trabalhadores que eventualmente terão em uma dada obra com 5 mil ou 3 mil trabalhadores um conjunto de representações.

Lamentavelmente, nós devemos seguir esta batalha, esta luta. Não podemos deixar que essa medida, além de ter sido sancionada, seja aceita passivamente. Vamos fazer a boa disputa no âmbito da reforma trabalhista para ver se há condições de mitigar os efeitos dessa danosa medida adotada pela Câmara dos Deputados e sancionada pelo Presidente Temer.

---

Documento 337/339

---

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017- 13:00
Publ.: DCD - 06/04/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Homenagem ao Padre Ricardo Rezende pela atuação em favor dos trabalhadores rurais do País. Elogio à atuação do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Alberto Bresciani, pela concessão de liminar para imediata divulgação da denominada lista suja do trabalho escravo. Contrariedade à proposição relativa à terceirização do trabalho e às propostas de reformas trabalhista e previdenciária. Críticas à gestão do Governo Michel Temer.

---

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Padre Ricardo Rezende atuou no sul do Pará ameaçado de morte por defender o direito dos trabalhadores



rurais e combater o crime organizado, que ceifou tantas vidas de trabalhadores rurais no meu Estado. Hoje é professor, doutor, grande sociólogo e antropólogo e tem uma das mais importantes contribuições teóricas para a análise dessa mácula histórica que é a escravidão contemporânea.

Faço referência a ele, esse lutador pela vida, pelos direitos da pessoa humana, que homenageio, para dizer, com tristeza, que o Estado do Pará, na última semana, foi anunciado como o segundo Estado que mais retirou das fazendas onde esse crime é perpetrado trabalhadores vítimas da escravidão.

O Ministério do Trabalho e Emprego mostra que em 10 fazendas há trabalhadores nessas condições.

É importante homenagear o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Alberto Bresciani porque foi através dele que conseguimos a lista suja dos fazendeiros, dos agronegociistas, que, para aumentar seus lucros, escravizam seus trabalhadores, dando-lhes, na verdade, tratamento mais perverso do que certamente dão aos seus bois, às suas vacas, aos seus porcos, enfim, aos seus rebanhos suínos, bovinos, bubalinos.

Desde 1995, 52 mil trabalhadores foram libertados. E aí dizemos que a abolição da escravatura foi em 1888, no século XIX.

Segundo o próprio Governo, o número de escravos que precisam ser libertos é estimado em 160 mil. Isso tem que parar! Mas veio a terceirização para destruir a dignidade do nosso povo - é isso que representa a sanção do Presidente Temer a esse projeto.

Nesse sentido, eu queria protestar, fazer uma crítica veemente à tentativa de destruição do futuro do nosso País com a terceirização. Os terceirizados, diz o DIEESE, ganham 25% a menos e têm uma rotatividade duas vezes maior - sofrem, portanto, desemprego mais constantemente. Além disso, o momento é de crise: o desemprego aumenta, a informalidade aumenta, e isso trará mais prejuízo ao sistema de seguridade e previdência.

Sr. Presidente, eu gostaria, então, antes de concluir, de dizer que assiste razão ao jornalista Rodrigo Martins - aliás, nome de um amigo Deputado piauiense do PSB -, da *CartaCapital*, que usou uma expressão, a meu ver correta, para classificar o que o Governo, muitas vezes com a aquiescência desta Casa, está fazendo contra brasileiros e brasileiras. Diz ele que os brasileiros e brasileiras estão sendo tratados como verdadeiras Genis, em referência a uma das músicas

mais brilhantes e conhecidas do gênio de Chico Buarque.

Então, ilegítimo Michel Temer, deixe de tratar o povo brasileiro como Geni! Pare de apedrejar o nosso povo! Pare de destruir a nossa história! A ponte para o futuro não pode ser uma pinguela para a desgraça!

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada fomos confrontados com mais um dado vergonhoso para o nosso Estado: o Pará é o segundo maior em trabalho escravo no Brasil. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, há 10 fazendas paraenses cadastradas na lista suja, que só foi divulgada graças a decisão judicial do Ministro Alberto Bresciani, do Tribunal Superior do Trabalho, que derrubou a liminar que possibilitava ao Governo não divulgar os empregadores que compõem essa triste lista.

O Governo comandado por Michel Temer esquece que a divulgação desse cadastro é uma política de Estado, que vem há anos salvando vidas e independe de contornos ideológicos ou partidários.

O Sistema Nacional de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo existe desde 1995 - foi estabelecido ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso -, e de lá para cá já houve o resgate de mais de 52 mil trabalhadores e trabalhadoras que foram flagrados em condições análogas à escravidão, a maior parte, na área de construção e em fazendas, ramo de negócio de muitos dos que compõem hoje esse Congresso.

A lista suja, criada em 2003, já foi considerada pela Organização das Nações Unidas como exemplo de transparência e combate ao trabalho escravo. Portanto, é inadmissível que interesses políticos e empresariais prevaleçam e impeçam a divulgação de quem pratica escravidão.

No Pantanal, um idoso vivia havia mais de 20 anos no local sem receber salário, sem condições de higiene, bebendo água suja e fazendo as suas necessidades no mato. No Pará, onde 81 trabalhadores foram resgatados, as condições trabalho também eram extremamente degradantes: além das péssimas condições de higiene e moradia, eles ainda ficavam expostos aos insetos, não recebiam salários e não tinham a carteira assinada. E sabem por quê? Porque

eram terceirizados.

Ou seja, ao aprovar o projeto que permite a terceirização ampla e irrestrita, a Câmara facilitou o aumento da quantidade de trabalho escravo no País. Para piorar, ainda querem aprovar a reforma trabalhista e a da Previdência, que irão condenar ainda mais o povo trabalhador brasileiro - de 2010 a 2013, nos 10 maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão, 90% dos trabalhadores eram terceirizados.

Para os grandes empresários, que estão pouco se importando com os trabalhadores, ter terceirizados é uma enorme vantagem, porque esses trabalhadores ganham menos, trabalham mais e não recebem qualquer garantia trabalhista. Se isso não é permitir a escravidão, então não sei dizer o que seria.

Ao mesmo tempo em que o Ministério Público do Trabalho entrava com ação judicial pela publicação da lista, o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos a indenizar 128 trabalhadores submetidos à escravidão no Pará.

De acordo com o Índice Global de Escravidão, mais de 45,8 milhões de pessoas são vítimas da escravidão moderna no mundo. No Brasil, estima-se que ainda haja 161 mil trabalhadores nessas condições. O Código Penal Brasileiro estabelece que o trabalho escravo contemporâneo pode ser identificado por quatro fatores: condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívidas. E o que o projeto que permitiu a terceirização, a reforma trabalhista e outros absurdos que circulam no Congresso permitem é justamente a flexibilização dessa legislação. Isso é um retrocesso imenso para o País!

Gostaria de parabenizar a ONG Repórter Brasil e o Instituto do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo pela sua atuação, pois conseguiram, por meio da Lei de Acesso à Informação, a lista com os 250 empregadores flagrados por manterem nos últimos 2 anos trabalhadores em condições análogas à de escravos.

Como disse Mércia Silva, Diretora-Executiva do Instituto, a suspensão da lista permite que fazendeiros e empresários driblem a legislação e saiam do radar da sociedade civil. Mas nós temos o direito e a obrigação de saber quem são e o que estão fazendo pela erradicação do problema. Por isso, considero brilhante a atuação do Ministro do TST, pois o acesso à lista suja não pode ser negado à sociedade.

Em abril, a ONU demonstrou estar preocupada com as propostas que



circulam no Congresso, como a lei que permite a terceirização e as reformas trabalhista e da Previdência, justamente por darem margem a mais escravidão no futuro.

Como todos os que estão aqui, eu fui eleito para esta Casa como representante do povo. Por isso, continuarei na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Não virarei as costas nem cruzarei os braços diante do cenário vergonhoso e assustador que está sendo montado aqui. Querem escravizar a população, rasgar a CLT e a Constituição Federal, condenar o povo a trabalhar até a morte e em condições indignas. Não irei compactuar jamais com isso. Não foi para chegar a esse ponto que os brasileiros lutaram tanto no passado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não podem ser sérios aqueles que, ao dizerem estar representando o povo, acreditam que a defesa da mão de obra do trabalhador e de suas condições de trabalho - por que não, da sua própria vida? - são um obstáculo ao desenvolvimento econômico. É absurdo como agem aqui, nesta casa, e aqueles no Poder Executivo, retirando os direitos trabalhistas, um a um. Farão isso até chegarmos aonde? À escravidão? À barbárie?

Em cada campo, uma nova batalha. Enquanto em uma sala correm para aprovar uma reforma da Previdência cujo horizonte da aposentadoria é a própria morte, em outra aceleram para rasgar a CLT e permitir jornadas de até 14 horas por dia, sem pagamento de horas extras. Ao mesmo tempo, do outro lado da avenida, dão canetada no projeto de lei - aprovado de forma antidemocrática, enfatize-se - que precariza ainda mais as relações de trabalho, como Temer fez na última sexta-feira, ao sancionar a lei que permite a terceirização irrestrita.

O dossiê da Central Única dos Trabalhadores preparado por técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com dados de 2013 confirma que os terceirizados recebem salários 24,7% menores do que os trabalhadores efetivos, permanecem no emprego pela metade do tempo, além de enfrentarem jornadas maiores. Os processos trabalhistas não deixam dúvidas sobre a precarização dos subcontratados, mais vulneráveis a acidentes laborais, a calotes dos empregadores e a condições degradantes de trabalho.

Não bastasse isso, a terceirização trará o maior enfraquecimento da Previdência, como indica o professor da UNICAMP Eduardo Fagnani. Reproduzo aqui excelente afirmação que consta em sua entrevista à

*CartaCapital.*

*Com a crise econômica e a flexibilização da legislação trabalhista, a informalidade tende a aumentar, e um número maior de cidadãos deixará de contribuir para a Seguridade. Os jovens que estão entrando no mercado de trabalho percebem que, para ter aposentaria integral aos 65 anos, precisam entrar no mercado de trabalho aos 16 e contribuir ininterruptamente durante 49 anos.*

*Então, esse jovem pensa: se eu não vou usar, para que pagar? Os trabalhadores com renda mais alta devem migrar para a previdência privada. Essas perdas representarão uma queda de receita brutal. O objetivo parece ser este: quebrar a previdência pública.*

O mesmo acontece com o trabalhador rural, que já enfrenta grandes dificuldades para pagar seu carnê, pela instabilidade financeira em que vive. O que o motivará a pagá-lo, se não tiver expectativa real de aposentadoria?

Por toda esta situação, conclamo todos os brasileiros e brasileiras, que, como Rodrigo Martins afirmou em excelente reportagem da revista *CartaCapital*, são verdadeiras Genis, personagem da canção de Chico Buarque - recebemos pedradas de todos os cantos, como se fôssemos, trabalhadores e trabalhadoras, grandes culpados pela crise econômica e social e, portanto, aqueles que têm de pagar por isso -, a subverter a lógica desta representação política, que está do avesso. Que a população seja ouvida, que seus interesses sejam atendidos, que esta Casa e o Governo ilegítimo de Temer sintam as forças das ruas e que aceitem que não é possível passar por cima de nossa democracia, de nossos direitos, de nossa história!

---

Documento 338/339

---

063.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017- 16:36
Publ.: DCD - 06/04/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	WALDENOR PEREIRA-PT -BA BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---





### *Sumário*

Contrariedade à sanção presidencial ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Importância de mobilização popular contra iniciativas do Governo Federal de retirada de direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro.

---

**O SR. WALDENOR PEREIRA** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, no último 1º de abril, na calada da noite, em meio a manifestações contra as reformas em todas as regiões do Brasil, o Presidente ilegítimo, golpista Michel Temer sancionou o Projeto de Lei 4.302, de 1998.

A rigor, ele traz em seu bojo mais de 60% do conteúdo da pretensa reforma trabalhista discutida e debatida em Comissão Especial, por meio do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, de iniciativa do Poder Executivo.

O Projeto de Lei nº 4.302, do ano de 1998, foi resgatado do Governo Fernando Henrique Cardoso. A proposição é um tiro no coração dos trabalhadores brasileiros, porque é perversa, nociva, maldosa pelo conteúdo que traz em si.

Esse projeto de lei aprova a terceirização de forma irrestrita, ampliando-a para os setores privado e público e para as atividades-meio e atividades-fim; aprova a quarteirização, porque permite que empresas terceirizadas contratem outras empresas terceirizadas para prestação de serviço; amplia os contratos temporários para 9 meses, portanto, quase inviabilizando o trabalho efetivo por meio de concursos públicos; traz em seu bojo a chamada "pejotização", que permite que pessoas físicas também possam contratar serviços terceirizados, entre outras tantas maldades.

Por isso, Sr. Presidente, povo do Brasil, é muito importante a mobilização popular, os protestos, a rebeldia do nosso povo, posicionando-se contra essas iniciativas maldosas do Governo golpista e ilegítimo de Michel Temer, porque, de fato, essas são medidas que retiram direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro, são medidas que afrontam a legislação de proteção às relações de trabalho.

Portanto, é muito importante denunciar essas três diferentes frentes, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir. O Governo ilegítimo de Temer trabalha com o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que, aprovado inicialmente nesta Casa, encontra-se em tramitação no Senado





Federal; já aprovou e sancionou o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, o mais nocivo de todos eles; ainda debate e discute na Comissão Especial, da qual faço parte, o Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, que pretensamente se intitula reforma trabalhista.

Portanto, é importante destacar que essas iniciativas rasgam a Consolidação das Leis do Trabalho, jogam na lata do lixo a CLT e deixam os trabalhadores brasileiros totalmente desprotegidos em face da sanha do poder empresarial.

O Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, também traz em seu bojo o famoso "acordado sobre legislado", que vai permitir o vale-tudo na legislação trabalhista.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

---

Documento 339/339

---

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	06/04/2017- 17:24
Publ.: DCD - 07/04/2017		ALAN RICK-PRB -AC
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário orador ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, relativo ao trabalho temporário nas empresas urbanas e às relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Solicitação ao Senado Federal de votação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, referente aos contratos de terceirização e às relações de trabalho deles decorrentes. Apresentação pelo orador de emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, sobre alteração nas regras da seguridade social, para disciplinamento da aplicação do teto remuneratório para servidor com proventos de mais de uma fonte de renda.

---

**O SR. ALAN RICK** (PRB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço antecipadamente a V.Exa. que determine a divulgação deste discurso nos meios de comunicação desta Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha pelos meios de comunicação desta Casa, esta Casa Legislativa, a Câmara

dos Deputados, aprovou recentemente o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, sobre a terceirização, tema sobre o qual eu gostaria de tecer comentários.

Ora, esta Casa aprovou, em 2015, o texto do Projeto de Lei nº 4.330, com cinquenta salvaguardas aos trabalhadores brasileiros. É um texto que consegue o consenso - não total, mas pelo menos um consenso que dá segurança ao trabalhador terceirizado e também gera mais possibilidades de geração de emprego para as empresas brasileiras, uma vez que a terceirização é uma realidade em todo o Brasil.

Sr. Presidente, quero deixar claro que, infelizmente, o texto aprovado não é o mais adequado para as relações de trabalho e para a segurança do trabalhador brasileiro. Nós nos posicionamos contra o Projeto de Lei nº 4.302. Deveríamos ter votado, isto sim, o Projeto de Lei nº 4.330, que, infelizmente, está parado no Senado Federal. Pedimos que isso seja reavaliado e que o Senado Federal vote a matéria.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar, especificamente, sobre uma emenda que apresentei à proposta de Emenda à Constituição que trata da reforma da Previdência Social, reforma que é a oportunidade que temos para sinalizar que estamos dispostos a acabar com algumas distorções e com brechas legais que geram uma conjunção de injustiças e incoerências, pela qual a sociedade brasileira paga altíssimo preço.

A título de exemplo, Sr. Presidente, a União, os Estados e os Municípios gastam uma fortuna com os 18 mil magistrados e procuradores de Justiça que compõem os seus quadros. Desses, quase 14 mil recebem salários e proventos cujos valores estão acima do teto constitucional. Isso vale também para os políticos.

Nós precisamos dar o exemplo para o povo brasileiro, nós temos que fazer valer o teto constitucional. Por isso apresentei uma emenda à PEC da reforma da Previdência, para que o teto remuneratório dos Ministros do Supremo Tribunal Federal seja obedecido no Brasil, para que acabemos com os supersalários. Uma vez que se cobra da sociedade que pague a conta do rombo da Previdência, o exemplo tem que começar de cima, dos Deputados, dos Senadores, dos ex-Governadores, dos magistrados, do Ministério Público, dos altos Poderes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Amaral) - Deputado Alan Rick, defiro o

pedido de V.Exa.

#### PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa recentemente aprovou o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, cuja ementa ganhou nova redação com o substitutivo: *"Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros"*.

Tal síntese, pomposa, encerra ares de muito cuidado do legislador com os direitos trabalhistas, visando à louvável e esperada proteção do trabalhador. No entanto, cuida a discutida proposta de modificações nas regras de terceirização que, na verdade, ensejam a precarização dos vínculos que deveria proteger.

O que esta Casa fez foi armar uma bomba de efeito retardado cuja explosão, a médio prazo, lançará estilhaços letais sobre a economia do País e, o que é mais grave, afetará a vida dos brasileiros de modo implacável, maléfico e talvez irreversível.

Os trabalhadores, já bastante castigados pela crise econômica e seus danosos efeitos, como desemprego, perda do poder aquisitivo, aumento de impostos, a partir de agora terão que lidar também com relações de trabalho mais frágeis, desaparecimento de categorias profissionais e benefícios gerados apenas para as empresas.

Nas palavras do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Mauricio Godinho Delgado, a proposta *"não traz uma única garantia para os trabalhadores. A única garantia que ela traz é a que já existe: a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora de serviço"*.

A novidade de que a terceirização não mais estará restrita às atividades-meio levará à sua ampliação para todas as situações - as atividades-fim. Prossegue o Ministro: *"Isso significa o seguinte: a médio e longo prazo, no Brasil, nós não teremos mais bancários; salvo alguns trabalhadores estratégicos, todos serão terceirizados. Nós não teremos mais médicos; nós teremos médicos terceirizados"*.

*"E o que há de mal nisso?"* - alguns poderiam questionar.

O mal reside no fato de que, se considerarmos que boa parte das empresas terceirizadas pertence a políticos, os postos de trabalho

serão transformados em moeda de troca no balcão da política espúria.

Além disso, os trabalhadores se verão desnudos ante a avidez dos empresários, que primarão, é claro, pelo rebaixamento de salários. E o que dizer das habituais jornadas de trabalho maiores dos terceirizados e da alta rotatividade desses postos de trabalho?

No ano passado, durante Comissão Geral realizada nesta Casa, o Ministro do TST revelou que, dos 26 integrantes da Corte, 19 assinaram manifesto contrário à aprovação do PL da Terceirização, uma vez que se propunha não a verdadeira regulamentação do assunto, mas sua descabida generalização.

Lamentavelmente, a Câmara abraçou esse inglório caminho com 231 votos favoráveis, 188 contrários e 8 abstenções.

Com a terceirização, eles estão levando o Brasil de volta ao passado. Não para melhorar a vida do trabalhador, mas para tirar direitos adquiridos. O Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, é similar ao que foi aprovado na Câmara, que é de 1998, mas ainda está em tramitação no Congresso Nacional. Ele precisa ser votado pelo Senado e, se aprovado, vai diretamente à sanção presidencial.

Apesar de tratar também da terceirização, há algumas diferenças importantes. Ele é mais completo e traz mais garantias ao trabalhador, como a extensão de uso do refeitório e ambulatório no local de trabalho, por manter a responsabilidade solidária, que traria mais amparo aos trabalhadores.

O projeto que agora vai à sanção presidencial configura não apenas acintosa ofensa a princípios inscritos na Constituição Federal, mas também desrespeito flagrante a convenções estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Sras. e Srs. Deputados, infelizmente, mais uma vez, interesses escusos prevaleceram sobre os propósitos de promoção do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que se gasta para bancar salários, aposentadorias, pensões e vantagens à elite do serviço público é um escárnio para com 200 milhões de brasileiros. A reforma da Previdência que estamos analisando nesta Casa é a oportunidade

que temos para sinalizar que estamos dispostos a acabar com as distorções e com brechas legais que geram uma conjunção de injustiça e incoerência, pela qual a sociedade paga um preço altíssimo.

A título de exemplo, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal contam com 18,5 mil magistrados e procuradores de Justiça em seus quadros; desses, quase 14 mil recebem salários e proventos cujos valores estão acima do teto constitucional, que é de R\$ 33.763,00. De acordo com matéria publicada pela revista *ISTOÉ* em novembro do ano passado, a média salarial dos juizes brasileiros é de R\$ 46.000,00, enquanto a do trabalhador comum é de apenas R\$ 2.227,00.

A situação é absurda e tem levado a Previdência do setor público a registrar sucessivos déficits bilionários, que, ao fim, têm de ser cobertos com o dinheiro que poderia estar sendo investido em educação, saúde, segurança ou infraestrutura.

Há ainda muitas outras circunstâncias em que o Estado é obrigado a despender quantias muito acima do razoável para custear privilégios concedidos a uma parcela de servidores e agentes públicos, gerando desvios e afrontando o texto da Constituição. É o caso dos indivíduos que acumulam salários, aposentadorias, pensões, auxílios e afins de diferentes origens. Em vários órgãos encontramos com certa facilidade casos de servidores que adquiriram o direito à aposentadoria, gozam do benefício e continuam trabalhando, como servidor comissionado, percebendo um novo salário. A soma da aposentadoria e do vencimento comumente supera o valor do teto constitucional, mas não há disposição legal que vede essa prática.

Justamente para impedir que isso continue ocorrendo, apresentei uma emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, a PEC da Reforma da Previdência. Considero oportuna a inclusão no texto constitucional de dispositivo que discipline a aplicação do teto remuneratório do funcionalismo para o servidor que receba proventos de mais de uma fonte de renda, derivada de acumulação de cargos ou empregos públicos ou ainda da acumulação de qualquer um desses com pensão.

Precisamos acabar, de uma vez por todas, com os supersalários pagos com o dinheiro do contribuinte, que são, em grande medida, responsáveis pelos rombos do nosso sistema previdenciário. A sociedade brasileira não pode - e não quer - continuar com esse peso sobre suas costas.

Os sacrifícios que estão sendo exigidos dos trabalhadores não podem



ficar restritos às camadas que abarcam os que ganham menos e os que já sentem com mais rigor as vicissitudes da crise que assola o País. As respostas que cobram de nós são claras: acabar com privilégios e barrar a gastança desenfreada com uma casta abastada de servidores e de políticos.

Em todos os lugares do mundo em que foram feitas reformas previdenciárias, a tarefa foi espinhosa. Só se leva a cabo uma questão dessa natureza quando o contexto deixa evidente que a condução do tema é inevitável. Aqui no Brasil, chegamos a esse limite. Não podemos adiar mais a deliberação da matéria e precisamos encarar, com coragem, pontos que sempre ficaram à margem de outras tentativas de reformas legislativas atinentes às aposentadorias e pensões do serviço público.

Conto, pois, com o apoio dos meus nobres pares para a aprovação da Emenda nº 118, de 2017, que apresentei à PEC da Reforma da Previdência, que visa impedir situações em que o limite remuneratório nas esferas públicas é desrespeitado.

Obrigado.